

# PESQUISA APLICADA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:

Produtos Educacionais do Mestrado Profissional  
em Rede ProfEPT do IFSC

Volume 2

Organização

**Crislaine Gruber**

**Igor Thiago Marques Mendonça**

**Douglas Paulesky Juliani**

**Marimar da Silva**

**Salete Valer**



**Pesquisa Aplicada em Educação  
Profissional e Tecnológica:  
Produtos Educacionais  
do Mestrado Profissional  
em Rede ProfEPT do IFSC**

**Volume 2**

**Crislaine Gruber**  
**Igor Thiago Marques Mendonça**  
**Douglas Paulesky Juliani**  
**Marimar da Silva**  
**Salete Valer**  
Organização

**Pesquisa Aplicada em Educação  
Profissional e Tecnológica:  
Produtos Educacionais  
do Mestrado Profissional  
em Rede ProfEPT do IFSC**

**Volume 2**

Florianópolis, SC



2025

# INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

Reitor

**Zízimo Moreira Filho**

Diretor do Campus Florianópolis

**Rogério de Souza Versage**

Departamento Acadêmico de Linguagem,  
Tecnologia, Educação e Ciência (DALTEC)

**Marcelo Tavares Garcia**

Coordenação do Programa de Mestrado  
em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

**Crislaine Gruber**



**IFSC – CÂMPUS FLORIANÓPOLIS**

Av. Mauro Ramos, 950, Florianópolis, SC

Conselho Editorial

**Julie Cristiane Teixeira Davet – Presidente**

**Carla Algeri**

**Carlos Augusto Zilli**

**Cleoci Beninca**

**Eli Lopes da Silva**

**Franco Andrey S. de Souza**

**Glauco José Ribeiro Borges**

**Henri Carlo Belan**

**Ivelã Pereira**

**Janaí de Abreu Pereira**

**Jorge Armino Sell**

**Liziane Renate Lessak**

**Luis Carlos Vieira**

**Maick da Silveira Viana**

**Manuel Sebastian Rebollo**

**Paolo Targioni**

**Paula Aguiar**

**Ramon Mayor Martins**

**Saionara Gregio**

**Sueli Costa**

**Susana Nunes Taulé Piñol**

**Tatiane Sabriela Cagol Camozzato**

**Viviane Jerônimo**

**Walter Martins Widmer**

*Copyright* © Crislaine Gruber, Igor Thiago Marques Mendonça,  
Douglas Paulesky Juliani, Marimar da Silva e Salete Valer (orgs.), 2025

ORGANIZAÇÃO E TRADUÇÃO  
Crislaine Gruber  
Igor Thiago Marques Mendonça  
Douglas Paulesky Juliani  
Marimar da Silva  
Salete Valer

REVISÃO  
Ana Paula Lückman

CAPA  
Daniel Mazon da Silva

DIAGRAMAÇÃO  
Ayrton Cruz

**Catálogo na fonte pelo Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC**

---

**P474** Pesquisa aplicada em Educação Profissional e Tecnológica : produtos educacionais do Mestrado Profissional em Rede ProfEPT do IFSC / organização de Crislaine Gruber, Igor Thiago Marques Mendonça, Douglas Paulesky Juliani, Marimar da Silva, Salete Valer – Florianópolis : Publicações do IFSC, 2025.

319 p. : il. color.

**ISBN** 978-65-83787-23-1.

1. Educação profissional. 2. Tecnologia educacional. 3. Produtos educacionais. 4. Mestrado profissional. 5. ProfEPT. I. Gruber, Crislaine. II. Mendonça, Igor Thiago Marques. III. Juliani, Douglas Paulesky. IV. Silva, Marimar da. V. Valer, Salete. VI. Título.

**CDD 370.1**

---

Ficha elaborada pela bibliotecária Raquel Matys Cardenuto Gugelmin – CRB14/855

---

**ESTE LIVRO FOI DIAGRAMADO COM RECURSOS DO EDITAL 04/2024/DPPE/CÂMPUS  
FLORIANÓPOLIS DE APOIO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CÂMPUS FLORIANÓPOLIS**

---

# Sumário

<b>Nota das(os) organizadoras(es).....</b>	<b>9</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>11</b>
<i>Ivanise Maria Rizzatti</i>	
<b>Capítulo 1   A história negra no mundo do trabalho.....</b>	<b>18</b>
<i>Cynara de Oliveirwa Geraldo e Salete Valer</i>	
<b>Capítulo 2   Percepção dos estudantes sobre o processo de ingresso e a importância da divulgação de informações sobre os cursos na educação profissional e tecnológica .....</b>	<b>35</b>
<i>Daiana da Rosa Ferreira e Salete Valer</i>	
<b>Capítulo 3   Livro didático – Gestão Estratégica de Pessoas nos Institutos Federais: desafios e possibilidades.....</b>	<b>49</b>
<i>Danielle Christiane Tiefensee Cascaes e Douglas Paulesky Juliani</i>	
<b>Capítulo 4   Fotografia aplicada à comunicação visual: proposta de ensino para estudantes surdos na EPT .....</b>	<b>62</b>
<i>Eduardo Alexandre Cazonato Gomes e Marimar da Silva</i>	
<b>Capítulo 5   Trabalho dos Núcleos de Acessibilidade Educacional: um módulo de <i>software</i> para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.....</b>	<b>77</b>
<i>Eliete Santin Staub e Roberta Pasqualli</i>	
<b>Capítulo 6   Tutorial bilíngue do SIGAA – Módulo Discente: uma ferramenta de inclusão de estudantes surdos do IFSC .....</b>	<b>92</b>
<i>Elis Regina Hamilton Silveira e Marimar da Silva</i>	
<b>Capítulo 7   Guia Educacional sobre os fatores de permanência e êxito dos estudantes egressos da rede pública do ensino fundamental no ensino médio integrado do IFSC – Câmpus Florianópolis.....</b>	<b>111</b>
<i>Estela Maris Ribeiro e Gislene Miotto C. Raymundo</i>	
<b>Capítulo 8   Vamos falar sobre aprendizagem, qualidade e segurança em nosso trabalho .....</b>	<b>127</b>
<i>Fabio Lopes</i>	
<b>Capítulo 9   Guia de Redução da Evasão na EPT .....</b>	<b>142</b>
<i>Fernanda Corrêa Garcia e Marizete Bortolanza Spessatto</i>	
<b>Capítulo 10   Guia de orientação para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nos cursos da educação profissional.....</b>	<b>155</b>
<i>Gilberto Vicente de Oliveira e Gislene Miotto Catolino Raymundo</i>	

<b>Capítulo 11   Trilhas de aprendizagem: um novo olhar na capacitação profissional .....</b>	<b>168</b>
<i>Gisela de Amorim Costa Vecchio e Olivier Allain</i>	
<b>Capítulo 12   Núcleo de estudos dos Saberes do Trabalho: uma maneira de aproximar a Educação Profissional do ambiente laboral – um guia de implantação.....</b>	<b>179</b>
<i>João Batista de Castro e Paulo Roberto Wollinger</i>	
<b>Capítulo 13   Glossário Acadêmico de Química.....</b>	<b>192</b>
<i>Karina Zaia Machado Raizer e Roberta Pasqualli</i>	
<b>Capítulo 14   Roda de Conversa: Os desafios na adaptação dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna .....</b>	<b>207</b>
<i>Kênia Barros Almeida Lima e Adriano Larentes da Silva</i>	
<b>Capítulo 15   Repositório de Conhecimento – Comunidade de práticas dos agentes de comunicação da UFSC .....</b>	<b>222</b>
<i>Luana Fonseca Castanheira e Costa e Olivier Allain</i>	
<b>Capítulo 16   Uma ementa de unidade curricular: tecnologias digitais para práticas pedagógicas em uma perspectiva de formação integral do estudante-trabalhador .....</b>	<b>237</b>
<i>Lucas de Souza e Salete Valer</i>	
<b>Capítulo 17   Podcast – trabalho e qualidade de vida no IFSC.....</b>	<b>254</b>
<i>Milene Bobsin e Adriano Larentes da Silva</i>	
<b>Capítulo 18   Lavoura poética: história(s) e apontamento(s) da trajetória do currículo integrado no curso de Agropecuária do IFC – Videira .....</b>	<b>263</b>
<i>Orlando Bif e Roberta Pasqualli</i>	
<b>Capítulo 19   Reflexões sobre deficiência: trilhando caminhos para a inclusão .....</b>	<b>275</b>
<i>Patrícia Alves Godinho e Roberta Pasqualli</i>	
<b>Capítulo 20   Avaliação da Assistência Estudantil: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) do IFSC.....</b>	<b>289</b>
<i>Solange Janete Finger e Maria dos Anjos Lopes Viella</i>	
<b>Capítulo 21   Memórias fotográficas do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe.....</b>	<b>305</b>
<i>Walquíria Guedert Mendes e Roberta Pasqualli</i>	
<b>Sobre as(os) organizadoras(es) .....</b>	<b>317</b>

# Nota das(os) organizadoras(es)

*CRISLAINE GRUBER*

*IGOR THIAGO MARQUES MENDONÇA*

*DOUGLAS PAULESKY JULIANI*

*MARIMAR DA SILVA*

*SALETE VALER*

Conforme prometemos na nota escrita para o primeiro volume, entregamos aqui o Volume 2 do livro *Pesquisa Aplicada em Educação Profissional e Tecnológica: Produtos Educacionais do Mes-trado Profissional em Rede ProfEPT do IFSC*. É uma alegria para nós, organizadores(as), concluir mais esse trabalho. E uma alegria ainda maior ter a sua leitura. Muito obrigado(a)!

Este volume segue a linha editorial do primeiro: apresentar os aspectos mais relevantes dos Produtos Educacionais desenvolvidos no ProfEPT IFSC. Buscamos aperfeiçoar o processo de chamada, recebimento, avaliação e revisão dos capítulos, a partir dos aprendizados que tivemos no trabalho de organização do Volume 1. Com isso, esperamos entregar, a cada volume, um material ainda mais organizado e com maiores chances de se tornar referência para os pesquisadores da EPT brasileira.

Você encontrará, além de 21 capítulos escritos por nossos(as) egressas(os) e suas(eus) orientadoras(es), um texto de apresentação elaborado pela prof. Ivanise Maria Rizzatti, coordenadora da Área de Ensino da Capes, a quem agradecemos muitíssimo pela generosidade em aceitar nosso convite. O texto de apresentação da profes-sora Ivanise destaca a relevância dos produtos educacionais para a Área de Ensino da Capes. Acreditamos que esse diálogo com a Área de Ensino fortalece e qualifica o programa ao reforçar sua relevância

e alinhamento com as políticas públicas educacionais, valorizando a aplicação prática e a inovação pedagógica. Além disso, demonstra o reconhecimento institucional do trabalho desenvolvido no âmbito do ProfEPT, incentivando a integração entre teoria e prática e promovendo a disseminação de soluções educativas para a melhoria da Educação Profissional e Tecnológica em todo o país.

Aproveitamos também para agradecer a todas(os) as(os) autoras(es), egressas(os) e docentes, por enviarem seus textos, à revisora Ana Paula Lückman, ao Conselho Editorial e à Coordenação de Publicações do IFSC.



# Apresentação

Este livro apresenta em cada capítulo o resultado das pesquisas aplicadas em contextos reais e vinculadas à atuação profissional dos discentes, resultando assim em 21 produtos educacionais que foram desenvolvidos em diferentes câmpus da rede de Educação Profissional e Tecnológica e em outros espaços da educação profissional.

O primeiro capítulo nos brinda com um livro digital intitulado *Personalidades Negras*, de autoria de Cynara de Oliveira Geraldo e Salete Valer, desenvolvido no IFC – Câmpus Araquari. As autoras apresentam uma forma de abordar a Lei nº 10.639/2003 no contexto pedagógico da educação profissional, mais precisamente nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. No texto do livro estão destacadas personalidades negras e suas atuações no âmbito internacional, nacional e estadual – Santa Catarina. O Produto Educacional (PE) foi validado por diferentes atores, incluindo estudantes, professores do IFC e representantes de duas comunidades quilombolas da cidade. A pesquisa que originou o produto destaca a falta de formação de professores e de gestores para a Educação das Relações Étnico-raciais e a falta de aproximação entre as comunidades quilombolas e a instituição de ensino.

O segundo PE é a cartilha “Conhecendo o Curso Técnico em Segurança do Trabalho”. As autoras, Daiana da Rosa Ferreira e Salete Valer, organizaram uma cartilha no formato físico e audiovisual com os resultados da pesquisa que buscou investigar a relação entre

o ingresso e a evasão de estudantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no IFSC – Câmpus Florianópolis. A pesquisa está diretamente relacionada a uma demanda vinculada com a atividade profissional da discente, que buscou por meio do seu PE divulgar e informar os interessados sobre o curso em questão, incluindo o processo seletivo, visando à diminuição da evasão escolar.

O livro didático *Gestão Estratégica de Pessoas nos Institutos Federais: desafios e possibilidades* tem como objetivo contribuir com a formação de servidores e gestores que atuam nas unidades de Gestão de Pessoas (GP) das Instituições Federais de Ensino (IFEs). O livro apresenta uma visão geral das contribuições da área de GP em uma organização, chegando até a delimitação de práticas estratégicas de GP que podem ser adotadas pelas IFEs. O PE foi elaborado por Danielle Christiane Tiefensee Cascaes e Douglas Paulesky Juliani.

O quarto PE, de autoria de Eduardo Alexandre Cazonato Gomes e Marimar da Silva, é uma sequência didática voltada para a Educação Inclusiva, visa a atender uma demanda de estudantes surdos do Curso Técnico em Comunicação Visual Integrado ao Ensino Médio, do IFSC – Câmpus Palhoça Bilíngue. A sequência didática está organizada em três vídeos aulas que apresentam três técnicas de fotografia de produto voltada à comunicação visual.

As autoras Eliete Santin Staub e Roberta Pasqualli apresentam como PE no capítulo “Trabalho dos núcleos de acessibilidade educacional: um módulo de *software* para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina”, o *software* Módulo Inclusão. O PE se configura como uma ferramenta de gestão escolar visando a contribuir com a organização e tomada de decisão da instituição de ensino para atender estudantes com deficiência, de forma a reduzir a alta taxa de evasão desses estudantes. O *software* permite ao estudante registrar suas necessidades de atendimento e, assim, o Núcleo de Atendimento Especial pode personalizar o trabalho para atender individualmente cada um de acordo com a sua deficiência.

No sexto capítulo, “Tutorial bilíngue do SIGAA – Módulo Discente: uma ferramenta de inclusão de estudantes surdos do IFSC”, também é apresentado um PE voltado para a educação inclusiva, de autoria de Elis Regina Hamilton Silveira e Marimar da Silva. O tutorial utiliza vídeos guiados com instruções em Libras, português escrito e recursos imagéticos, para auxiliar estudantes surdos no uso do *software* SIGAA – Módulo Discente do IFSC – Câmpus Palhoça Bilíngue. O PE contribui com a acessibilidade digital, permite a autonomia do estudante surdo no uso do módulo Discente e facilita a interação entre professor, aluno e instituição.

As autoras Estela Maris Ribeiro e Gislene Miotto C. Raymundo, no capítulo “Estudantes egressos da rede pública do ensino fundamental no ensino médio integrado do IFSC – Câmpus Florianópolis”, trazem como PE um Guia Educacional que tem como objetivo divulgar aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, pais, responsáveis e aos profissionais da educação que atuam nestas séries sobre as possibilidades de acesso ao processo seletivo do IFSC. As autoras pretendem assim contribuir para permanência e êxito desses estudantes no Ensino Médio Integrado do IFSC – Câmpus Florianópolis.

Fábio Lopes, no oitavo capítulo, nos apresenta como PE o *banner* digital “Vamos falar sobre aprendizagem, qualidade e segurança em nosso trabalho”. O *banner* está organizado em dez *slides* que apresentam temáticas relacionadas ao cotidiano dos motoristas de caminhões-tanque que operam em Santa Catarina.

Por sua vez, Fernanda Corrêa Garcia e Marizete Bortolanza Spessatto apresentam o “Guia de Redução da evasão na EPT” que foi desenvolvido no IFSC – Câmpus Tubarão e que busca contribuir com a instituição em pensar em estratégias para o sucesso do estudante na conclusão do seu curso.

O “Guia de orientação para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nos cursos da Educação Profissional”, de Gilberto Vicente de Oliveira e Gislene

Miotto Catolino Raymundo, visa a auxiliar os profissionais envolvidos na organização e no planejamento dos cursos da Educação Profissional a atenderem demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nas ofertas formativas da EPT.

Gisela de Amorim Costa Vecchio e Olivier Allain apresentam como proposta um percurso metodológico para a construção de “Trilhas de aprendizagem: um novo olhar na capacitação profissional”, que teve como objetivo investigar a formação continuada de servidores de uma escola de governo de Santa Catarina. O curso contribui para reflexões acerca das competências profissionais, apresentando inovações pedagógicas e contextualizadas, despertando um novo olhar na gestão de pessoas.

Os autores João Batista de Castro e Paulo Roberto Wollinger trazem no capítulo “Núcleo de estudos: uma maneira de aproximar a Educação Profissional do ambiente laboral – um guia de implantação” um guia para a criação de um Núcleo de Estudos dos Saberes do Trabalho (NEST), que dialoga com a escola e o mundo do trabalho, suas dinâmicas, possibilidades e as demandas formativas dos trabalhadores, podendo ser expandido para diferentes formações no âmbito da EPT.

O PE “Glossário acadêmico de Química”, das autoras Karina Zaia Machado Raizer e Roberta Pasqualli, foi desenvolvido para estudantes surdos. O glossário apresenta 12 quadros abordando os conteúdos de química sobre conceitos básicos e introdutórios de química e transformações da matéria.

Os autores Kênia Barros Almeida Lima e Adriano Larentes da Silva, no capítulo “Roda de conversa: os desafios na adaptação dos estudantes ingressantes no ensino médio integrado do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna”, apresentam os resultados da aplicação de uma roda de conversa objetivando a conhecer os desafios e vivências relativos à adaptação dos estudantes na instituição, buscando também contribuir com as equipes multiprofissionais e com os docentes na tomada de decisões.

Por sua vez, Luana Fonseca Castanheira e Costa e Olivier Allain desenvolveram um “Repositório de conhecimento – comunidade de práticas dos agentes de comunicação da UFSC”, para sistematizar as práticas desenvolvidas pelo público-alvo.

No capítulo 16, intitulado “Uma ementa de unidade curricular: tecnologias digitais para práticas pedagógicas em uma perspectiva de formação integral do estudante-trabalhador”, Lucas de Souza e Salete Valer descrevem sobre uma oficina de letramento digital com discentes de Cursos Técnicos Subsequentes de Panificação que apresentavam dificuldade no uso das tecnologias digitais, em especial e-mail, Google Drive para leitura, edição e compartilhamento de textos.

Em “*Podcast – trabalho e qualidade de vida no IFSC*”, Milene Bobsin e Adriano Larentes da Silva apresentam um *podcast* que aborda o tema gerador trabalho e qualidade de vida no IFSC – Câmpus Florianópolis Continente.

Orlando Bif e Roberta Pasqualli apresentam como PE no capítulo “Lavoura poética: história(s) e apontamento(s) da trajetória do currículo integrado no curso Agropecuária do IFC Videira”, um resgate histórico da criação do curso e a percepção dos participantes sobre o PE.

No capítulo intitulado “Reflexões sobre deficiência: trilhando caminhos para a inclusão”, Patricia Alves Godinho e Roberta Pasqualli descrevem sobre um curso de formação continuada para professores do Atendimento Educacional Especializado na Educação Superior. O PE busca contribuir para o processo de inclusão das pessoas com deficiência na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

No penúltimo capítulo, “Avaliação da Assistência Estudantil: IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) e PAEVS (Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social) IFSC”, as autoras Solange Janete Finger e Maria dos Anjos Lopes Viella apresentam um site voltado para avaliar os IVS e PAEVS da instituição. O PE visa a trazer elementos que contribuam com a tomada de decisão acerca da defesa dos direitos dos discentes em situação de vulnerabilidade social

e como possível instrumento para qualificar o processo de planejamento e operacionalização dessas políticas no IFSC.

Walquíria Guedert Mendes e Roberta Pasqualli encerram o livro com o capítulo “Memórias fotográficas do Curso Técnico em Agropecuária Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe”, voltado para ex-docentes, gestores, egressos e familiares de egressos do curso. Apresenta-se como um importante resgate histórico, valorizando a memória da educação na região.

Todos os produtos aqui apresentados foram desenvolvidos e mantêm estreita relação com a atuação profissional dos discentes e foram validados em contextos reais de pesquisa, conforme orienta o Documento da Área de Ensino. Convido-os para uma leitura com muita troca de experiências e aprendizados dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina.



## Capítulo 1

# **A história negra no mundo do trabalho**

## Apresentação

O produto educacional *Personalidades Negras* é um livro digital que faz parte da dissertação desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A dissertação intitulada “Ações pedagógicas com foco nas questões étnico-raciais (Lei nº 10.639/2003): um estudo nos cursos integrados de educação profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus Araquari” foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) e aprovada sob o protocolo nº 4.106.494. Seu objetivo foi investigar as ações pedagógicas relacionadas à Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estão sendo desenvolvidas no IFC – Câmpus Araquari.

De acordo com documento da área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para a conclusão de um mestrado profissional faz-se necessária a elaboração de ao menos um produto educacional que possa ser aplicado socialmente. O mestrando deve desenvolver um processo ou produto educativo e utilizá-lo em condições reais de sala de aula ou de espaços não-formais ou informais de ensino, em formato artesanal ou em protótipo (Brasil, 2013, p. 24-25).

Em conformidade com os direcionamentos da Capes, o documento Anexo ao Regulamento do Mestrado Profissional em Educação

Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (IFES, Anexo ao Regulamento, 2018) recomenda que o produto educacional seja voltado para a Educação Profissional e Tecnológica, preferencialmente para o ensino médio integrado. Nesse sentido, a pesquisa e o respectivo produto educacional estão vinculados à linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, a qual trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica. Mais especificamente, estão inseridos no macroprojeto “Inclusão e Diversidade em Espaços Formais e Não Formais de Ensino na EPT”, no qual são acolhidos projetos sobre ensino e aprendizagem na EPT, ligados a questões relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Indígena e à Educação e Relações Étnico-raciais, na qual esta proposta se inclui.

Inserido nessa linha de pesquisa, o problema de pesquisa se relaciona à aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 no contexto pedagógico da educação profissional, mais precisamente em cursos técnicos integrados ao ensino médio. Isso porque, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004), as políticas de reparação na educação voltadas aos negros devem, segundo Geraldo (2022), garantir a esta população o ingresso, a permanência e o sucesso escolar, valorizando o patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro. Devem garantir também as competências e os conhecimentos indispensáveis para a continuidade dos estudos, além de poderem desempenhar com qualificação uma profissão.

Em termos metodológicos, a pesquisa de natureza aplicada, com procedimento de cunho qualitativo, selecionou como modalidade principal o estudo de caso, tendo como instrumento principal a pesquisa semiestruturada para sistematizar dados relativos à concepção dos diferentes grupos de sujeitos acerca do objeto de investigação. O local de pesquisa foi o IFC – Câmpus Araquari, tendo como participantes da pesquisa gestores, coordenadores, estudantes de cursos

técnicos integrados ao ensino médio e duas lideranças das comunidades quilombolas Areias Pequenas e Itapocu.

Os resultados dos instrumentos aplicados na pesquisa sobre o objeto de investigação – ações pedagógicas relativas à Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, em desenvolvimento no IFC – Câmpus Araquari – revelaram que há aspectos que precisam ser qualificados para que a proposta contida na lei seja efetivada. Essas lacunas são manifestadas nas falas dos docentes, ao afirmarem que a implementação da lei não foi debatida com profundidade, além de constatarem haver dificuldade de discussão dos temas subjacentes à lei, já que o espaço educativo, neste contexto, é pouco diverso, constituído majoritariamente de pessoas tidas e lidas como brancas, em um estado que se reivindica europeu. Acrescenta-se a tudo isso a falta de formação de professores e de gestores para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Os resultados da percepção dos participantes estudantes indicam que há poucas atividades desenvolvidas na instituição, pensadas no sentido de englobarem efetivamente as questões étnico-raciais. Já os resultados das participantes das comunidades quilombolas do município em que se localiza o Câmpus Araquari refletem que há pouca aproximação entre as comunidades e a instituição de ensino. Ao se considerar sua estrutura e missão educativa de ensino-pesquisa-extensão, entende-se que poderia haver mais trocas de experiências, fortalecendo e ampliando os saberes locais, tanto dos sujeitos da instituição de ensino quanto das comunidades quilombolas.

Os resultados encontrados pela análise dos documentos institucionais Planos Pedagógicos de Curso (PPC) indicaram que nos PPCs mais recentes do Câmpus Araquari houve uma preocupação em incluir o conteúdo sobre a história africana e afro-brasileira. Já os resultados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) indicam não haver referências ou ações concretas para a implantação ou implementação do conteúdo da referida lei, apesar de o conteúdo afirmar que a instituição respeita as diferenças e que busca atuar

com observância à interculturalidade e ao reconhecimento dos sujeitos em sua diversidade.

Para contribuir e qualificar a realidade demonstrada pelos resultados da pesquisa, e tendo como público-alvo professores, estudantes e a comunidade em geral, é que o respectivo produto educacional foi elaborado, conforme segue.

## O produto educacional

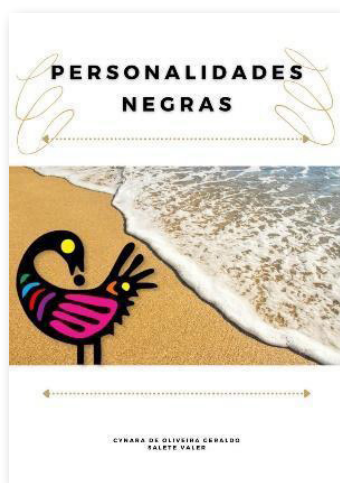
A partir dos resultados encontrados na pesquisa e já apresentados, dos documentos norteadores da [Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003](#), e dos pressupostos teóricos que sustentam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na perspectiva de formação integral, produziu-se o livro digital *Personalidades Negras* como produto educacional. Encontra-se na categoria material textual e na tipologia livro, versão eletrônica, segundo o documento de Área-Ensino da Capes (Brasil, 2016, p. 15). O conteúdo do livro relaciona as personalidades negras com a temática do trabalho por destacar a vida de homens e mulheres nos diferentes contextos sociais, uma vez que a pesquisa está inserida na Educação Profissional e Tecnológica.

Para a escrita do livro, optamos por uma linguagem acessível à comunidade em geral, que pode ser utilizada tanto por professores como por estudantes de qualquer nível de escolaridade. Buscamos, de modo geral, conteúdos disponíveis na internet, nos quais são encontradas referências de livros, de filmes e de vídeos referenciados dentro do respectivo capítulo, isso para que os leitores possam aprofundar-se nos temas, caso tenham interesse.

O produto educacional livro digital *Personalidades Negras* (Figura 1) tem por finalidade contribuir com toda a comunidade escolar e social, tendo em vista a sua temática. Pode ser selecionado como um recurso pedagógico, contribuindo para suprir as lacunas encontradas

nos dados da pesquisa. Também possibilita que as diversas áreas do conhecimento possam colocar em pauta a temática da educação para as relações étnico-raciais igualitárias dentro de seus componentes curriculares a partir dos feitos das personalidades (Geraldo, 2022). Tais conteúdos podem contribuir para a desconstrução do que está posto no imaginário coletivo, referentes aos negros, que, de modo geral, está ligado a sofrimentos e humilhações, como é o caso do tráfico de pessoas para serem escravizadas, sem contextualizar os atos de resistência impostos a esta barbárie.

**Figura 1 – Capa do livro**



Na capa deste livro procurou-se representar pela imagem do mar a vinda forçada dos africanos, junto ao símbolo "Adinkra", que faz parte de uma das escritas milenares africanas, criada pelo povo Akan de Gana. Na imagem o símbolo Sankofa é um pássaro andando para frente, com a cabeça voltada para trás, levando um ovo no bico. Sankofa pode ser traduzido por: "retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro".

Fonte: As autoras (2022). Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/717626/2/Livro%20Personalidades%20Negras-Com%20ISBN.pdf>. Acesso em: 11 mar, 2024.

Em algumas aldeias africanas, acreditava-se que os idosos eram verdadeiras bibliotecas que transmitiam oralmente a sabedoria e a cultura da comunidade para os mais jovens (Macedo, 2013). Para honrar essa tradição, o livro foi organizado de forma cronológica, trazendo primeiro as personalidades negras mais velhas, significando

que os mais jovens sempre podem se beneficiar da sabedoria e das lutas dos mais velhos. Com esse olhar sobre as relações sociais e culturais, o livro se propõe a

apresentar a biografia de algumas personalidades negras, homens e mulheres, das variadas profissões e épocas e suas muitas contribuições em diferentes áreas sociais como: cultura, trabalho, economia, saúde, política entre outras (Geraldo, 2022, p. 140).

Para dar conta desse propósito, o livro está organizado por imagens, mostrando a personalidade biografada, sendo que cada minibiografia traz as contribuições de cada uma delas para a sociedade nos diferentes tempos e espaços. Como exemplo, Nzinga, rainha guerreira do Ndongo e da Matamba, hoje Angola, que lutou por seu povo ante a invasão dos portugueses. Na área da saúde, Henrietta Lacks, norte-americana, que mesmo involuntariamente contribuiu com o desenvolvimento da vacina contra a poliomielite por meio das células HeLa, sendo que muitos pesquisadores, apesar de usá-las em suas pesquisas científicas, desconhecem a história que está por trás dessas células e a mulher que as “doou” para suas pesquisas.

No Brasil, há personalidades como Luiz Gama, que libertou cerca de 500 escravizados, servindo-se da [Lei Diogo Feijó](#), de 7 de novembro de 1828; Nilo Peçanha, que se tornou o primeiro negro a ser presidente do Brasil e criou a Escola de Aprendizes Artífices, que, após muitas mudanças, deu origem às atuais instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Mãe Menininha, Iyalorixá do terreiro Ilê Iyá Omi Axé Iyamassê, mais conhecido como terreiro de Gantois, defensora das religiões de matriz africana; Abdias Nascimento, ativista social brasileiro, artista plástico, escritor, poeta, dramaturgo e político, que fez parte do movimento negro e apresentou projetos de lei que previam medidas compensatórias em favor dos negros, bem como a valorização das religiões de matriz

africana, além do reconhecimento das empregadas domésticas etc.

Apesar de ser um estado conhecido pela cultura europeia, em decorrência dos processos de imigração de portugueses, alemães e italianos, Santa Catarina também é a terra de Antonieta de Barros (Figura 2). Em 1934, ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada no estado e a primeira mulher negra do país a ser eleita deputada, pois foi o primeiro ano em que as mulheres puderam votar e serem votadas no Brasil. Antonieta elaborou o projeto de lei que instituiu o dia 15 de outubro como feriado escolar, o Dia do Professor, que foi aprovado pela [Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948](#) (Brasil, 1948). Santa Catarina também foi presenteada com Cruz e Sousa, importante poeta, que junto a outros poetas brasileiros instauraram o Simbolismo no Brasil.


## Figura 2 – Extrato do Produto Educacional em que se apresenta Antonieta de Barros

**CAPÍTULO X**

**ANTONIETA DE BARROS: 1ª negra a assumir um mandato popular**

Nascida em 11 de julho de 1901, em Florianópolis, Santa Catarina, filha de Catharina Waltrich (em algumas obras, encontra-se como Catarina de Barros), a menina foi criada pela mãe, ex-escravizada que, vinda de Lages, trabalhava como lavadeira em Florianópolis (também teria trabalhado como empregada doméstica na casa da família Ramos). Sobre o pai dela, não se sabe ao certo quem foi, uma vez que ele não aparece no registro batismal. Antonieta também tinha uma irmã mais velha, chamada Maria do Nascimento, e dois irmãos mais jovens, Cristalino e Leonor Barros.

**Figura 10: Antonieta de Barros**



**Fonte:** <http://www.lettras.ufmg.br/literafr/autoras/57-antonieta-de-barros>

Fonte: As autoras (2022).

Essas e muitas outras personalidades negras apresentadas no livro trazem à superfície o registro da história não contada ou pouco contada dos negros, quando não distorcida. Por essa razão, contribui para ampliar e fortalecer as bases teóricas da educação brasileira. Sendo a sociedade brasileira composta por 56% de pessoas ditas pretas e pardas, os trabalhadores de todas as áreas devem ser preparados para atender a todos os públicos sem discriminação, seja esta discriminação de forma consciente ou não (IBGE, 2019). Parafraseando Pinheiro (2019), o enfraquecimento do racismo passa pelo resgate da história e das culturas dos povos africanos e afro-diaspóricos, bem como suas contribuições científicas, tecnológicas, artísticas etc. Especialmente, passa pela presença dos negros em todas as áreas sociais, fazendo com que a convivência entre os diferentes seja algo natural, por essa razão a relevância da lei de cotas, [Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#) (Brasil, 2012), que permite que trabalhadores negros sejam formados em todas as profissões, sendo que por meio dessas vivências não hierarquizadas os valores e culturas devem ser disseminados e respeitados.

Entende-se que trabalhadores conscientes da problemática do racismo na área da informática podem ser grandes aliados no combate ao racismo algorítmico, visto que as tecnologias não são neutras, mas se alimentam do histórico social (Silva, 2022). Na área da Química, os produtos industrializados pelas empresas precisam ser pensados para valorizar os traços e a saúde da população negra e não apenas produzir produtos para adequar pessoas negras ao padrão estético dominante, conforme discutem Pires e Mocellin (2016). Na área das Agrárias, da Sociologia, da Economia etc., por exemplo, é importante que sejam valorizados os territórios quilombolas, ribeirinhos e indígenas, sendo que essa mudança só pode ocorrer pela formação crítica e reflexiva dos estudantes – dos que estão tanto na educação básica como nas outras modalidades, pois esses são ou serão trabalhadores que tomam decisões profissionais,

que envolvem sempre ações políticas e sociais, conforme preconizam as bases conceituais da EPT.

Os pressupostos teóricos que subsidiam este livro tomam por base a proposta presente na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (Brasil, 2004) e no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2013). A necessidade de formação dos professores e da produção de materiais didáticos e paradidáticos embasam esta produção.

Também é sustentado pelas bases conceituais para a Educação Profissional e Tecnológica, que evocam a formação humana integral, tomando como fundamentos o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, o que gera, de modo geral, o preceito da politecnia, discutidas nos estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005); o conceito de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), apresentado no documento Políticas Públicas para a EPT (Brasil, 2004), no Documento Base de 2007 (Brasil, 2007) e na Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 (Brasil, 2008).

O produto educacional também segue o Anexo ao Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (IFES, 2018, p. 24), o qual preconiza que “o produto educacional deve ser planejado, desenvolvido e aplicado em contexto, momento no qual deverá ser avaliado e analisado pelo mestrando”. Isso posto, para a avaliação do produto educacional, elaboramos um formulário na ferramenta Google Forms, o qual ficou aberto durante 15 dias para a participação de pessoas convidadas. Foi elaborado com quatro questões: 1ª para o perfil do sujeito; 2ª para qualificar o conteúdo dos livros; 3ª para qualificar o design dos livros e a 4ª questão para outras considerações. Sendo que, na questão 1, o participante deveria assinalar a qual grupo de sujeitos validadores dos produtos educacionais pertencia,

enquanto as demais eram descritivas, sendo as questões 2 e 3 obrigatórias e a 4ª questão classificada como não obrigatória.

Os sujeitos convidados para avaliar os produtos educacionais compõem grupos que participaram da pesquisa do mestrado: grupo gestor, composto pelo gestor do Departamento de Ensino, Pesquisa, Extensão (DEPE) e as coordenações de cursos do ensino médio integrado; grupo dos estudantes e as representantes das comunidades quilombolas Itapocu e Areias Pequenas. Também foram convidados para esta validação os integrantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) Câmpus Araquari e os representantes do Neabi institucional e outros membros da comunidade externa.

As respostas dos avaliadores evidenciam que o produto educacional dá conta do objetivo proposto, que se trata de material significativo para o debate em sala de aula envolvendo as relações étnico-raciais. Reforçam as contribuições sociais do livro pela apresentação das próprias personalidades negras, as quais apontam para diferentes contextos históricos e geográficos, por isso mesmo, possibilita que seu conteúdo seja trabalhado de forma multidisciplinar. Segundo os avaliadores, as personalidades escolhidas são bem interessantes, por serem comprometidas com ideais de justiça e igualdade, abrangendo inclusive a atualidade, o que desperta maior interesse. Os avaliadores ainda apontam que este produto educacional também pode auxiliar na formação docente sobre história e cultura afro-brasileira. Ressaltam que o material possui uma sistematização boa de conteúdos necessários para a escola apresentados de forma didática e clara e, por não usar uma linguagem rebuscada, pode atingir um público maior.

Recebemos com gratidão a percepção de um dos avaliadores que captou muito bem a intencionalidade da capa do *e-book Personalidades Negras*, registrando: “Gostei muito da capa por trazer imagens que remetem a nossa ancestralidade e como viemos para o Brasil. O *e-book* permite ser trabalhado em sala de aula desde a sua capa.” Era essa mesma a intenção da capa, enfatizar a ancestralidade africana.

Nos dizeres de Jurema Werneck, “nossos passos vêm de longe”, como os descendentes de africanos chegaram a este continente, além do símbolo Sankofa que nos lembra que é preciso resgatar o passado, para ressignificar o presente e construir um novo futuro.

O produto educacional *Personalidades Negras*, depois de ser avaliado pela comunidade e validado pela banca de defesa do mestrado, foi publicado no portal Educapes e pode ser lido pelo *link*: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717626>.

## Considerações finais

O presente texto teve por objetivo apresentar o produto educacional *Personalidades Negras*, que se encontra na categoria material textual e na tipologia livro, versão eletrônica, segundo o documento de Área-Ensino da Capes (Brasil, 2016). Foi desenvolvido para auxiliar no preenchimento das lacunas encontradas como resultados da aplicação dos instrumentos da pesquisa.

O processo de avaliação do livro demonstrou a relevância do seu conteúdo. O grau de inovação do produto se reflete no resgate e na reunião nestas pessoas, aqui chamadas de personalidades negras, que, ao longo de suas trajetórias nas suas áreas de trabalho, trouxeram muitas contribuições para a sociedade e foram atuantes na luta pela igualdade de direitos e condições na participação social, bem como no combate do racismo, sendo que nesta pesquisa fortalecem os eixos da Educação Profissional e Tecnológica como cultura e trabalho.

A complexidade do produto está em nível médio, tendo em vista que requereu um estudo sobre estas personalidades, agrupar os conteúdos que estão disponíveis na internet (sites, vídeos, filmes), além da busca por livros físicos para subsidiar os leitores a aprofundar os seus conhecimentos a respeito da personalidade que mais lhe chamou atenção.

A abrangência de seu conteúdo está em ser fonte de pesquisa para os estudantes de todas as etapas do ensino e aprendizagem, em subsidiar a formação dos professores sobre a temática da Educação das Relações Étnico-raciais, uma vez que aborda diversas áreas ligadas ao trabalho, as quais podem ser articuladas a outras áreas de importância social de ensino. Também pode ser lido e estudado pela comunidade em geral.

A replicabilidade pode ocorrer dentro da EPT, sendo utilizado também para outras modalidades de ensino e aprendizagem além do Ensino Médio Integrado, cujos estudantes e professores foram participantes da pesquisa. Podem fazer parte de atividades na Educação de Jovens e Adultos, assim como no Ensino Fundamental, nos cursos de formação dos movimentos sociais, na formação docente, nos cursos de extensão nas instituições de ensino público estadual, municipal, bem como no ensino privado.

Em acréscimo, entendemos que a elaboração de materiais com conteúdo de qualidade pode contribuir com a gestão das instituições de ensino para dar conta das lacunas existentes apontadas. Pode assim contribuir para despertar o interesse da gestão escolar para promover as discussões das políticas públicas, gerando debates para as movimentações e transformações que envolvem todos os atores sociais sobre os preceitos da EPT, que inclui na sua proposta pedagógica o conteúdo da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Isso porque o Brasil é formado por sujeitos de variados grupos étnicos possuidores de culturas e histórias próprias que merecem ser conhecidas e igualmente valorizadas por toda a sociedade. Acreditamos que o conhecimento dessas culturas e histórias apresentadas no livro desconstruem o mito de uma superioridade e inspiram pessoas negras e brancas aliadas à causa antirracista a reivindicarem as condições necessárias para que sejam superadas práticas sociais discriminatórias na sociedade. Somente o conhecimento é capaz de reconstruir narrativas que se perderam com o tempo ou que foram

propositalmente apagadas por aqueles a quem interessa a exclusão de grupos sociais.

## Referências

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948**. Institui o Dia do Professor e declara-o feriado escolar, 1948. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1948/145\\_1948\\_Lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20145%2C%20de%2012%20de%20outubro%20de%201948&text=Institui%20o%20Dia%20do%20Professor,do%20Estado%20de%20Santa%20Catarina](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1948/145_1948_Lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20145%2C%20de%2012%20de%20outubro%20de%201948&text=Institui%20o%20Dia%20do%20Professor,do%20Estado%20de%20Santa%20Catarina). Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, [2003]. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10.639.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm). Acesso em: 8 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 003, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf). Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. Brasília, out. 2004. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília, dez. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em 27 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área**. 2013. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Ensino\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_block.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ensino_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mec/diretrizes\\_curriculares\\_etnicorraciais\\_\\_mec\\_2013.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mec/diretrizes_curriculares_etnicorraciais__mec_2013.pdf). Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área-Ensino**. 2016. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO\\_DE\\_AREA\\_ENSINO\\_2016\\_final.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO_DE_AREA_ENSINO_2016_final.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser, São Paulo: Zahar, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**, São Paulo: Cortez, 2005.

GERALDO, Cynara de Oliveira. **Ações pedagógicas com foco nas questões étnico-raciais (Lei nº 10.639/2003)**: um estudo nos cursos integrados de educação profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus Araquari. 2022. Orientadora: Salete Valer. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis, Florianópolis, SC, 2022. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11809003](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11809003). Acesso em: 16 fev. 2023.

GERALDO, Cynara de Oliveira; VALER, Salete. **Personalidades Negras**. E-book. Florianópolis (SC): IFSC (ProfEPT), 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717626>. Acesso em: 30 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-oumais-nao-completaram-o-ensinomedio#:~:text=Das%2050%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas,7%25%20eram%20pretos%20ou%20pardos>. Acesso em: 27 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). Ministério da Educação. **Anexo ao Regulamento**. Espírito Santo: Mec, 2018. Disponível em: [https://profep.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma\\_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf](https://profep.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf). Acesso em 16 fev. 2023.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [s.i.], v. 19, n. 0, 2 ago. 2019, p. 329-344. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/13139>. Acesso em: 14 out. 2023.

PIRES, Karen Tolentino de; MOCELLIN, Maria Clara. Manipulando cabelos e identidades: um estudo com mulheres negras em Santa Maria-RS. **Revista África e Africanidades**, [s.i.], v. 21, n. 9, abr. 2016, p. 1-20. Disponível em: <https://www.africaeafricanidades.com.br/documentos/0120210042016.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.



## Capítulo 2

# **Percepção dos estudantes sobre o processo de ingresso e a importância da divulgação de informações sobre os cursos na educação profissional e tecnológica**

## Apresentação

Uma das finalidades dos mestrados e doutorados profissionais, segundo determina a Portaria nº 60, de 20 de março de 2019, publicada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil, 2019), é tornar os profissionais qualificados para a concepção de recursos avançados, prósperos e transformadores dos modos de trabalho, a fim de responder às necessidades coletivas, financeiras e institucionais das variadas esferas da economia. Ao abordar os mestrados profissionais, o Documento de Área-Ensino (Brasil, 2013, p.23) manifesta que seu âmbito está estabelecido na área Multidisciplinar e seus cursos necessitam de desenvolvimento com foco na aplicabilidade do conhecimento, em outras palavras, “na pesquisa aplicada e no desenvolvimento de produtos e processos educacionais que sejam implementados em condições reais de ensino”. Nesse contexto, o Documento de Área-Ensino (Brasil, 2016) expressa a relevância da elaboração de recursos e metodologias educacionais que envolvam a complexidade da educação profissional e apresentem propostas correspondentes com os aspectos da sociedade contemporânea.

Em relação ao produto educacional, este é um objeto de aprendizagem estabelecido como parte da dissertação, que deve ser elaborado com base no trabalho de pesquisa científica e viabilizar aplicações na atividade profissional. As definições dos produtos educacionais

para escolha de criação são apresentadas em doze classes, de acordo com o Documento de Área-Ensino (Brasil, 2013), sendo que cada classe é constituída por um ou mais gêneros.

As orientações acima apresentadas são expostas no documento Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (IFES, ProfEPT, 2020) organizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Além desses conceitos, o documento aborda bases conceituais, as linhas de pesquisa e os macroprojetos que especificam as áreas de concentração que constituem o programa ProfEPT.

O produto educacional “Conhecendo o Curso Técnico em Segurança do Trabalho” faz parte da pesquisa e pertence à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, conforme o documento Anexo ao Regulamento (IFES, ProfEPT, 2020), e está inserido no Macroprojeto 6, Organização de Espaços Pedagógicos da EPT. Aqui são desenvolvidas pesquisas relacionadas ao planejamento e a estrutura de espaços pedagógicos, formais e não formais, da gestão, do ensino, da pesquisa e da extensão na EPT.

Este produto educacional foi desenvolvido a partir dos resultados da pesquisa intitulada “Processo de Ingresso do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Câmpus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC): um estudo sobre a relação acesso – permanência – sucesso – progressão”, realizada no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) nos anos de 2020-2021. A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de investigar os procedimentos que envolvem o processo de ingresso dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis. Buscou-se com esta investigação analisar de forma mais ampla como os procedimentos adotados atualmente no processo de ingresso do IFSC podem estar afetando as questões

relacionadas à evasão, uma vez que determinadas informações podem influenciar diretamente na escolha ou não da realização da matrícula.

A motivação para a escolha dessa temática decorre do fato de a pesquisadora principal atuar como registradora acadêmica e secretária, no Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis, e, em decorrência disso, observar diversas demandas relacionadas a dúvidas e dificuldades sobre o processo seletivo de ingresso, como complicações apresentadas pelos candidatos para acessar e usar o site institucional, dificuldade de encontrar informações acerca do curso, problemas para localizar datas de inscrição, publicação dos resultados ou matrícula e, inclusive, dificuldade de manuseio do computador para efetuar as inscrições.

A forma como ocorre o ingresso do aluno detém um importante papel no processo de permanência ou evasão, pois afeta diretamente o nível de compromisso com a instituição, interfere no compromisso subsequente com o curso e o motiva a progressão. Por isso, é fundamental desenvolver ações que promovam a inclusão e orientem o cidadão de modo a garantir não apenas o ingresso, mas também a permanência do estudante. Os processos seletivos para ingresso no IFSC, assim como outros Institutos Federais, possuem editais e sistemas de inscrição burocratizados, e sua complexidade pode dificultar o acesso às informações para os candidatos. Junto a isso, informações relacionadas à estrutura da instituição, cursos e modalidades estão espalhadas pelo site, o que prejudica o candidato na seleção do curso e definição da modalidade mais adequada.

Nessa relação, a investigação se baseia no pressuposto de que um relevante número de ingressantes do curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho não obteve orientação devida e nem conseguiu acessar informações sobre o curso durante o processo de ingresso. Dentro desse contexto, indica-se que a insuficiência de conhecimentos sobre os muitos aspectos que compõem um curso técnico pode favorecer a evasão logo no primeiro semestre do curso

por não identificação como campo de atuação e/ou por complicações identificadas no processo pedagógico.

O processo que envolveu a atividade científica definiu a pesquisa como de natureza aplicada e de cunho qualitativo, determinou-se como pesquisa principal o estudo de caso e como categorias secundárias a pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. O grupo de sujeitos da pesquisa foi estabelecido por estudantes ingressantes do curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho no segundo semestre de 2020, sujeitos evadidos durante a primeira fase do curso nos anos de 2018 e 2019 e gestores de ensino associados ao curso. Organizaram-se três grupos de variáveis de pesquisa: duas variáveis externas, estabelecidas como o perfil dos estudantes ingressantes e o perfil dos sujeitos evadidos do curso, e uma variável interna, que identifica a concepção dos sujeitos sobre o processo de ingresso, o acesso às informações, o uso das tecnologias da informação e comunicação e as perspectivas acerca das questões pedagógicas, teóricas e práticas. Para a sistematização dos dados foram utilizados os instrumentos de pesquisa: questionário, entrevista semiestruturada e análise de documentos institucionais.

Dentro desse contexto, os resultados encontrados durante a pesquisa comprovaram o pressuposto assumido para a investigação e confirmam que estudantes ingressantes do curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho evadem no decorrer da primeira fase por causas relacionadas à falta de informações sobre o curso anteriores ao ingresso, tanto pertinentes às unidades curriculares que compõem o curso quanto à atuação profissional. A ausência de conhecimento e referência do ingressante acerca do curso que está iniciando é um dos causadores de evasão associados ao ingresso, provocado por falhas de comunicação entre a instituição e o público. Esta situação pode provocar falsas expectativas no estudante, relacionadas tanto à profissão quanto à instituição de ensino, o que pode

levar à decepção com a realidade que o desanima a seguir estudando. Assim, demonstra-se a importância de a informação ser divulgada de forma clara e objetiva, assim como a primordialidade de se aperfeiçoar a divulgação dos aspectos que constituem o curso, criando uma interação com os futuros estudantes.

## O produto educacional

Segundo o Anexo ao Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (2018), o produto educacional desenvolvido junto ao trabalho de conclusão do curso de mestrado profissional pode ser uma sequência didática, um blog, um aplicativo educacional, um vídeo, uma exposição, um site, um panfleto, um equipamento, entre outros. Foi desenvolvida uma cartilha, a qual tem uma versão na modalidade escrita e outra versão na modalidade audiovisual, intitulada “Conhecendo o Curso Técnico em Segurança do Trabalho” como produto educacional, elaborado por Ferreira e Valer (2021) como elemento componente de uma pesquisa no programa ProfEPT.

De acordo com o Documento de Área-Ensino (Brasil, 2016), a cartilha escrita pertence à categoria material textual. Sua principal característica é apresentar conteúdo informativo e explicativo divulgados por um vocabulário simples e acessível para capturar a atenção do público. A cartilha na modalidade escrita utiliza perguntas objetivas que discutem com o destinatário, apresenta textos com as cores da segurança do trabalho e possui figuras e imagens em seu *design*, como pode ser observado ao acessar o texto publicado no repositório da Educapes:

**LINK PARA ACESSO: [HTTP://EDUCAPES.CAPES.GOV.BR/HANDLE/CAPES/643233](http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643233).**

Segundo o Documento de Área-Ensino (Brasil, 2016), a cartilha na modalidade audiovisual se enquadra na categoria mídias educacionais. Em sua constituição é empregado o uso moderado de textos, figuras relacionadas à segurança do trabalho e cores que contrastam com as imagens, a fim de criar uma interação com o candidato e colocá-lo em contato com a realidade do curso antes do ingresso, conforme pode ser observado ao acessar o audiovisual no repositório da Educapes:

**LINK PARA ACESSO: [HTTPS://EDUCAPES.CAPES.GOV.BR/HANDLE/CAPES/643235](https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643235).**

Dentro dessa contextualização, o objetivo deste produto educacional é o de apresentar informações sobre o curso pesquisado a toda a comunidade, especialmente aos candidatos interessados, como por exemplo: perfil profissional do técnico em Segurança do Trabalho, tempo de curso, período e horário das aulas, trajetória didático-pedagógica necessária para o desenvolvimento integral do trabalhador, mundo do trabalho e outras informações importantes para uma escolha de estudos consciente do que está proposto no Projeto Pedagógico do Curso, para assim se transformar em indicador de permanência na instituição, o que o conduzirá ao sucesso e, portanto, à progressão.

O desenvolvimento da cartilha está amparado nas bases conceituais da educação profissional de natureza marxista e se alicerça nos conceitos de Politecnicidade discutido por Saviani (2007) e de Educação Omnilateral tratado por Ciavatta (2005). Está vinculado aos princípios do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. Pelos estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), entende-se o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico ligados a um projeto de desenvolvimento econômico e social para o mundo do trabalho. Fundamenta-se no conceito de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), manifestado no documento Políticas Públicas para

a EPT (Brasil, PPEPT, 2004) e no Documento Base de 2007 (Brasil, DB, 2007), que almejam uma formação unitária e universal “voltada ao domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (Brasil, DB, 2007, p. 17) como significativa estratégia para que os sujeitos possam acessar efetivamente as conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. A Educação Profissional e Tecnológica se efetivou com a publicação da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 (Brasil, Lei nº 11.741/2008), que concretizou a EPT como um sistema de estruturação social que capacite os sujeitos, ao mesmo tempo em que os prepara de maneira científica, tecnológica, social, política, histórica e cultural. Isso impede a concepção de uma Educação Profissional que seja reconhecida como uma mera política assistencialista ou uma contínua adaptação às necessidades do mercado de trabalho.

O produto educacional também está alicerçado nas bases conceituais que abordam a Democratização do Ensino, salientando-se que este só ocorre com o ingresso e a permanência dos estudantes na instituição escolar, não se efetivando quando existe impedimento em um deles. Adotam-se as concepções de acesso e ingresso utilizadas por Ambrosini (2019), assim, considera-se que o acesso ao ensino público necessita contemplar os fatores ingresso, permanência, sucesso e progressão. Dessa forma, torna-se essencial elaborar ações que proporcionem a inclusão e orientem os sujeitos de modo a garantir não apenas o ingresso, mas também a frequência no curso e a qualidade da educação. De maneira contrária ao conceito anterior, utiliza-se a definição de evasão empregada por Dore e Lüscher (2011) como um problema histórico e social, motivada por fatores individuais, institucionais e sociais que culminam no abandono escolar. Dentro desse contexto, abordou-se a definição de gestão, gestão escolar, gestão na EPT e como suas práticas se correlacionam com os métodos de evasão e permanência. Segundo Góis e Rocha (2019, p. 347).

A gestão escolar genuinamente engajada na transformação social deve estar atenta à complexidade de elementos que circundam a evasão com o propósito de identificar essas dimensões e compreender que algumas iniciativas podem reduzir significativamente os índices de abandono escolar e promover experiências de aprendizagens mais estimulantes.

Verifica-se que a gestão possui a capacidade de interferir na realidade educacional, por isso torna-se necessário que ela realize o planejamento de formas internas de combate à evasão, considerando os fatores externos, principalmente as questões sociais.

A elaboração do produto educacional atentou para as considerações realizadas pela auditoria do Tribunal de Contas da União (Brasil, Acórdão 506, 2013) que apontou a inexistência de políticas de comunicação sobre os cursos oferecidos nos Institutos Federais como a responsável pelos altos índices de evasão por falta de informações e desconhecimento do curso. Nessa relação, outra base conceitual que sustenta o desenvolvimento da cartilha é a definição de práticas de comunicação adotada por Almeida e Miranda (2020), que enfatizam que no processo de ingresso as informações não podem ser simplesmente disponibilizadas em uma via de mão única, sem o estabelecimento de uma interação com o candidato para estabelecer melhores oportunidades para a escolha de um curso.

Finalizado o processo de desenvolvimento do produto educacional, passou-se ao processo de sua validação sucedida por meio de um questionário elaborado no programa de formulários eletrônicos Google Forms, com quatro perguntas. A primeira solicitava o grupo de avaliadores ao qual o sujeito faz parte, e as demais eram descritivas – dois e três de resposta obrigatória e quatro não obrigatórias. O questionário foi encaminhado por e-mail no dia 21 de abril de 2021 e permaneceu acessível para o recebimento de respostas por 15 dias. A validação da cartilha foi efetivada por um grupo de avaliadores

composto de: 11 estudantes da primeira fase do curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho, três estudantes evadidos entrevistados para a pesquisa sobre o curso mencionado e nove Registradores Acadêmicos do Câmpus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

A maioria dos participantes classificou de forma positiva o modelo, o conteúdo, a linguagem e a aparência da cartilha. Também confirmaram que o produto apresenta as dimensões pedagógicas do curso de maneira didática, clara e objetiva. As sugestões para qualificar a cartilha sinalizam para uma melhor narração e encurtar o tempo de duração da cartilha audiovisual, diminuir a quantidade de páginas, reduzir os recursos gráficos e adicionar imagens na cartilha escrita. Finalizado o processo de avaliação do produto educacional cartilha, na modalidade escrita e audiovisual, a análise das respostas obtidas ficou retida para revisão e qualificação com o acréscimo das colocações da banca de defesa da dissertação.

## Considerações finais

Com o intuito de investigar os procedimentos que envolvem o processo de ingresso de novos estudantes no curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis, a pesquisa desenvolvida apontou que um número relevante de ingressantes evadem no decorrer da primeira fase do curso devido a fatores ligados à falta de informações sobre o curso anteriores ao ingresso, tanto relacionadas às unidades curriculares que serão estudadas quanto à atuação profissional.

Dentro desse contexto, salienta-se o grau de inovação do produto cartilha *Conhecendo o Curso Técnico em Segurança do Trabalho*, na modalidade escrita e audiovisual, por apresentar de forma coerente e clara o curso ao candidato durante seu processo de ingresso,

a fim de anular os fatores ligados à falta de informações sobre o curso anteriores ao ingresso como causa de evasão. Nessa relação, a cartilha abrange a possibilidade de trabalhar a comunicação pública em benefício do conhecimento das identidades e dos conteúdos pedagógicos dos cursos ofertados, estabelecendo uma interação com o candidato a fim de proporcionar condições melhores de escolha de um curso.

Por apresentar método simples e objetivo, a complexidade da cartilha coincide na sua propriedade de desenvolver o interesse, o envolvimento, a aprendizagem e, assim, estabelecer os conhecimentos que possibilitam que, antes do ingresso, o candidato verifique se o curso é realmente de seu interesse, pois coloca o candidato em contato com a realidade do curso. Dessa forma, essas ações, entre tantas outras, podem qualificar o processo para a permanência, sucesso e progressão dos estudantes tanto para o mundo do trabalho como para os estudos.

Para concluir, reforça-se que o produto apresentado é uma experiência de mudança e melhoria que não é imutável, nesse aspecto, pode ser replicado conforme a realidade escolar, por diferentes atores e segmentos da sociedade envolvidos com o ensino.

## Referências

ALMEIDA, Elisa Carmo Franco; MIRANDA, Paula Reis de. Comunicação Pública na Prevenção da Evasão: a experiência de um aplicativo sobre Ensino Médio Integrado. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 64, 2020, p. 170-200. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/25428>. Acesso em: 15 jun. 2020.

AMBROSINI, Tiago Felipe. **Guia de Acesso Estude no IFRS BG**: estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS – Câmpus Bento Gonçalves. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Câmpus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação

Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/192>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Base**. Brasília, abril de 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em: 5 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília, dezembro de 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 8 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506, de 13 de maio de 2013**. Relatório de Auditoria nº TC-026.062/2011-9. Disponível em: [http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas\\_governo/areas\\_atuacao/educacao/Relatorio%20Voto%20Acordao%20%20Educacao%20Profissional.pdf](http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20Voto%20Acordao%20%20Educacao%20Profissional.pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área-Ensino**. 2013. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Documento+de+%C3%A1rea-Ensino.+2013.&oq=Documento+de+%C3%A1rea-Ensino.+2013&aqs=chrome..69i57j69i59.6256j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área-Ensino**. 2016. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO\\_DE\\_AREA\\_ENSINO\\_2016\\_final.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO_DE_AREA_ENSINO_2016_final.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 60, de 20 de março de 2019. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Diário Oficial da União**. Seção 1, n. 56, 22 mar. 2019. Disponível em: [in.gov.br/web/guest/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157853/doi-2019-03-22-portaria-n-60-de-20-de-marco-de-2019-68157790](http://in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157853/doi-2019-03-22-portaria-n-60-de-20-de-marco-de-2019-68157790). Acesso em: 20 jun. 2019.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Revista Trabalho Necessário**, n. 3, v. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 22 nov. 2019.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zoleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa [on-line]**, n. 144, v. 41, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010015742011000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010015742011000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 4 out. 2019.

FERREIRA, Daiana da Rosa;VALER, Salete. **Conhecendo o Curso Técnico em Segurança do Trabalho**. Cartilha eletrônica. IFSC (ProfEPT). 17 nov. 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643233>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FERREIRA, Daiana da Rosa;VALER, Salete. **Informações sobre o Curso Técnico em Segurança do Trabalho**. Vídeo. IFSC (ProfEPT). 17 nov. 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643235>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GÓIS, Luana Santana; ROCHA, Georges Souto. A atuação do gestor escolar no enfrentamento da evasão no Instituto Federal da Bahia (IFBA). **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 5, n. 14, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3505>. Acesso em: 2 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES), Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. **Anexo ao Regulamento.** jun. 2018. Disponível em: [https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma\\_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf](https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. **Regulamento geral e Anexos ao regulamento.** 2020. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept>. Acesso em: 3 jan. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.



## Capítulo 3

# **Livro didático – Gestão Estratégica de Pessoas nos Institutos Federais: desafios e possibilidades**

## Apresentação

O livro didático aqui apresentado trata-se do produto educacional que faz parte da dissertação intitulada “Condições para a atuação estratégica das unidades de gestão de pessoas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Neste programa, a pesquisa enquadrou-se na área de concentração Educação Profissional, na linha de pesquisa “Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT” e no “Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos na EPT”.

A rápida expansão no quadro de pessoal dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a natureza complexa e inédita da sua função social, bem como as lacunas de formação dos profissionais ingressantes nos IFs imputaram grandes desafios à área de gestão de pessoas dessas instituições (Ramos, 2014; Spessatto; Carminati, 2018). Por outro lado, levantamentos periódicos do Tribunal de Contas da União (TCU) têm apontado para a dificuldade dos IFs em adotar boas práticas de gestão de pessoas. No último levantamento com resultados publicados, o Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas (iGestPessoas) médio dos IFs e demais instituições de ensino da Administração Pública Federal (APF) ficou dentro da faixa de classificação inicial (0 a 39.99%), o que significa que predomina nestas

organizações a não adoção das boas práticas de gestão de pessoas constantes no questionário de avaliação (Brasil, 2018).

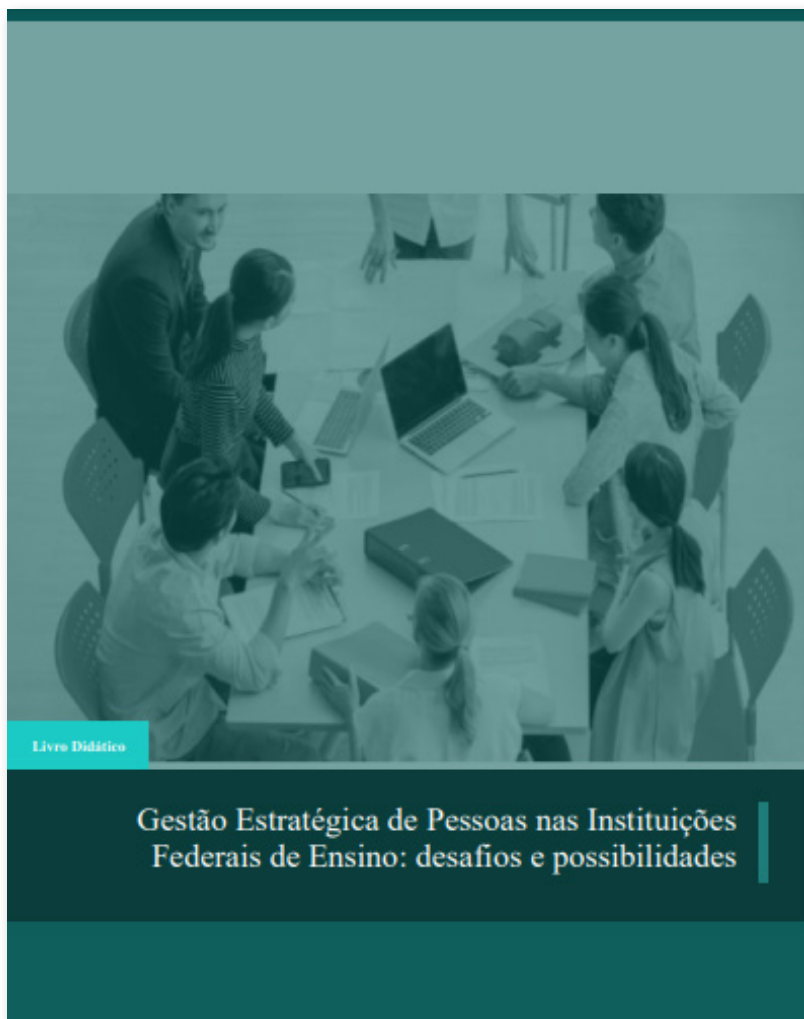
Diante desse contexto, da potencial contribuição da área de Gestão de Pessoas para o fortalecimento da Rede Federal de EPT como política pública de inclusão e transformação social, de uma má avaliação do TCU sobre a atuação dessa área nos IFs e dos fatores que a literatura aponta como interferentes na atuação estratégica da área de gestão de pessoas, a pesquisa de buscou responder a seguinte pergunta de pesquisa: “Quais condições intraorganizacionais favorecem a atuação estratégica das unidades de Gestão de Pessoas dos IFs?”.

Elaborado a partir dos resultados da pesquisa, o livro didático *Gestão Estratégica de Pessoas nos Institutos Federais: desafios e possibilidades* tem como objetivo contribuir com a formação de servidores e gestores que atuam nas unidades de Gestão de Pessoas (GP) das Instituições Federais de Ensino (IFEs). Ele apresenta, desde uma visão geral das contribuições da área de GP em uma organização, até a delimitação de práticas estratégicas de GP que podem ser adotadas pelas IFEs e quais condições interferem na capacidade da área de GP de adotar ou não tais práticas.

## O produto educacional

O produto educacional aqui apresentado enquadra-se como um material didático/instrucional (Produto Técnico e Tecnológico 1 – PTT1) no formato de livro didático.

Figura 1 – Capa do livro didático



Fonte: Cascaes, 2021.

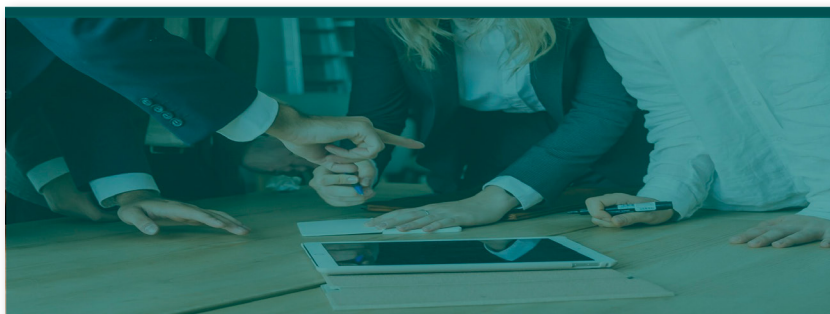
Os resultados da pesquisa de mestrado da autora apontaram que uma das condições que favorecem a atuação estratégica das unidades de gestão de pessoas das IFEs é a qualificação dos gestores e servidores

que atuam nestas unidades. Mais especificamente, a qualificação e a formação técnica na área de gestão de pessoas. No entanto, identificou-se uma carência de cursos e materiais didáticos voltados à formação de gestores e servidores da administração pública que contemplem desde conceitos básicos da gestão de pessoas ao conhecimento produzido por estudos acadêmicos que tratam do fenômeno gestão estratégica de pessoas na administração pública federal. Portanto, a elaboração desse livro didático veio preencher essa lacuna de materiais didáticos voltados à formação de gestores e servidores que atuam nas unidades de gestão de pessoas das IFEs (Cascaes, 2021).

O primeiro passo da elaboração do produto foi a definição da matriz instrucional do livro. Para elaborar a matriz, primeiro foram delimitados os objetivos de aprendizagem e os conteúdos a serem abordados para atingir esses objetivos. Em seguida, esses objetivos foram agrupados em dois módulos distintos. Na etapa seguinte, os conteúdos de cada módulo foram segregados em unidades. Ao final, pensou-se nos títulos dos módulos e unidades. O segundo passo foi a seleção dos conteúdos que seriam extraídos e adaptados do texto da dissertação e daqueles que a pesquisadora precisaria ainda produzir. Após a edição dos conteúdos, enviou-se a uma designer instrucional. A profissional contratada realizou adequações na apresentação do conteúdo, tais como: inclusões de figuras, esquemas e outros recursos próprios de livros didáticos (Cascaes<sup>1</sup>, 2021).

O primeiro módulo do livro recebeu o título “Gestão Estratégica de Pessoas na Administração Pública: isso é possível?”. O módulo tem como objetivos de aprendizagem: “Caracterizar funções e atribuições da Gestão de Pessoas dentro de uma organização”; “Descrever possíveis atividades e práticas estratégicas de gestão de pessoas na administração pública federal”; “Delimitar condições intraorganizacionais que favorecem a atuação estratégica de uma unidade de GP na APF”; e “Relacionar o conjunto das Boas Práticas de Governança e Gestão de Pessoas do TCU com a Gestão Estratégica de Pessoas”.

Figura 2 – Páginas 17 e 18 da “Unidade 2: “A Gestão Estratégica de Pessoas (GEP)” do Módulo 1”



## Unidade 2: A Gestão Estratégica de Pessoas (GEP)

Wright e McMahan (1992, p.298) definiram gestão estratégica de pessoas como:

“ [...] o padrão de intervenções e atividades planejadas de gestão de pessoas destinadas a permitir a organização atingir seus objetivos.”

Nesse sentido, a Gestão Estratégica de Pessoas (GEP) caracteriza-se como a gestão de pessoas inteiramente integrada à estratégia da organização, fundada na congruência entre as várias práticas de gestão de pessoas que devem ser ajustadas, acolhidas e incorporadas ao trabalho cotidiano por gerentes de linha e funcionários (Schuler, 1992; Wright & McMahan, 1992).

É partir da década de 1980, que começam a surgir publicações específicas sobre a gestão estratégica de pessoas. As primeiras publicações destacavam a necessidade das práticas de gestão de pessoas alinhadas com a estratégia da organização (alinhamento vertical). Logo em seguida, vieram publicações que apontavam para a necessidade das práticas de gestão de pessoas estarem alinhadas entre si (alinhamento horizontal), e não apenas alinhadas à estratégia da organização, para impactar positivamente na performance organizacional (ALLEN; WRIGHT, 2010).

Delery e Doty (1996), analisando essas publicações, propõe três perspectivas teóricas (categorizações didáticas) para compreender a influência das práticas de Gestão de Pessoas (GP) na performance organizacional: a **universalista**, a **contingencial** e a **configuracional**.

#### Universalista:

A perspectiva universalista pressupõe a existência de práticas de GP superiores, cuja adoção levaria a melhores resultados organizacionais independentemente das características da organização, da sua estratégia e do ambiente em que atua.

O pressuposto é que a adoção de uma prática superior de gestão de pessoas individualmente aumentaria a performance organizacional, independentemente, do tipo e estratégia da organização. (DELERY; DOTY, 1996).

#### Contingencial:

A perspectiva contingencial assume que determinadas práticas de GP são mais efetivas quando estão propriamente alinhadas às características da organização e sua estratégia, ou seja, às contingências da própria organização. A organização deve adotar práticas de GP que encoraje comportamentos dos empregados que são consistentes com a sua estratégia. O alinhamento de uma prática de GP com a estratégia é que permite à organização alcançar um desempenho superior (DELERY; DOTY, 1996).

#### Configuracional:

A perspectiva configuracional se assemelha com a contingencial, porém considera que existiriam determinados padrões de práticas de GP mais adequadas para cada tipo de organização e suas respectivas estratégias. Uma diferença em comparação a perspectiva contingencial é a defesa de que as práticas de gestão de pessoas precisam estar alinhadas entre si (alinhamento horizontal), e não apenas alinhadas à estratégia da organização (alinhamento vertical) para impactarem positivamente na performance organizacional. Outra diferença é que a teoria contingencial foca seus argumentos na relação entre práticas de gestão de pessoas individuais e a estratégia organizacional. Já a teoria configuracional defende que é um sistema de práticas de gestão de pessoas congruentes que precisa estar alinhado com a estratégia da organização (DELERY; DOTY, 1996).

### Figura 3 – Páginas 333 e 34 da “Unidade 3: Gestão Estratégica de Pessoas na Administração Pública Federal” do Módulo 1

Dentro do contexto do ambiente externo à organização e que interferem na autonomia do setor de gestão de pessoas para atuarem de maneira estratégica em organizações públicas, estão todos os normativos legais externos aos quais suas atividades estão submetidas (FONSECA, 2013).

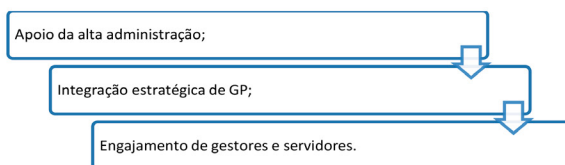
Para saber mais sobre a pesquisa de Fonseca (2013), acesse o link a seguir: [Autonomia de unidades de gestão de pessoas para desempenho das atividades estratégicas de capacitação na administração pública federal](#)

Saiba mais

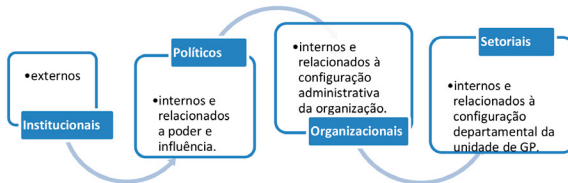


De acordo com Truss (2003) a área de gestão de pessoas da administração pública opera sob um ambiente institucional normativo que restringe graus mais elevados de inserção estratégica. Assim, não há gerência do setor de GP, por exemplo, na determinação do número de cargos e níveis salariais, o que limita o dimensionamento da força de trabalho. Dessa forma, a adoção de um modelo estratégico de gestão de pessoas precisa ser feita de forma circunscrita ao sistema de normas vigente.

Outro estudo que buscou identificar fatores do contexto interno e externo que interferem na capacidade de uma instituição pública federal de implementar os princípios da gestão estratégica de pessoas foi realizado por Côrtes, em 2016, no Legislativo Federal. E, de acordo com a pesquisa, três requisitos precisam ser atendidos para que a área de GP atue de maneira estratégica:



A integração estratégica refere-se ao alinhamento vertical (coerência dos objetivos da área de GP com os objetivos organizacionais) e horizontal (coerência interna dos subsistemas de GP). Todavia, esses três requisitos dependem de outros 22 fatores condicionantes, que podem ser classificados em:



Os fatores do tipo político seriam os mais presentes e representariam os maiores desafios para as casas legislativas. O estudo conclui que, para que a unidade GP consiga atuar de maneira estratégica, “[...] seria importante que o dirigente da área fosse proficiente nas habilidades políticas de astúcia social, influência interpessoal, networking e construção da imagem.” (CORTÊS 2016).

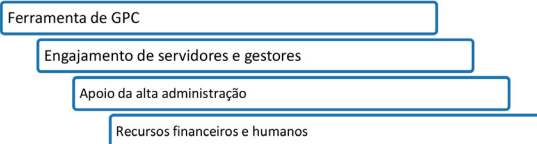
Para saber mais sobre a pesquisa de Cortês (2016), acesse o link a seguir:  
[Gestão estratégica de pessoas no Legislativo Federal: desafios e possibilidades estratégicas de capacitação na administração pública federal](#)

Saiba mais



Diferentemente do que Cortês (2016) encontrou no poder legislativo federal, o processo de implementação de uma prática estratégica de GP (Gestão de Pessoas por Competências) no poder Executivo Federal envolve a interferência, principalmente, de fatores organizacionais, seguidos pelos de natureza setorial, institucional e, por último, de natureza política (ARAÚJO, 2019).

De acordo com Araújo (2019, p. 163), os aspectos que exerceram mais influência na implementação da Gestão de Pessoas por Competências (GPC) em organizações do poder executivo foram:



O Módulo 2 foi intitulado “Um Raio-X da Gestão de Pessoas nas IFEs” e possui seis objetivos de aprendizagem: “Identificar quais as principais atividades burocráticas realizadas pelas unidades de GP das IFEs”; “Identificar quais práticas estratégicas são desenvolvidas pelas unidades de GP das IFEs”; “Caracterizar a estrutura, os recursos e as atribuições normativas das unidades de GP das IFEs”; “Comparar a estrutura da unidade de GP das universidades com as unidades de GP dos IFs”; “Identificar práticas que podem ser adotadas pela alta administração das IFEs para promover a gestão estratégica da área de gestão de pessoas”; e “Caracterizar condições intraorganizacionais que favorecem a atuação estratégica da unidade de GP das IFEs”. O livro didático pode ser acessado na íntegra pelo endereço eletrônico: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/699717>.

Conforme o documento “Considerações sobre Classificação de Produção Técnica da CAPES da área de Ensino – CAPES”, todo produto educacional precisa passar por um processo de validação (Brasil, 2023). Além da validação da banca de dissertação, considerando o cronograma da pesquisa, optou-se por validar o produto a partir da avaliação de um grupo de 11 especialistas e potenciais usuários do livro. Avaliaram o livro didático: dois professores e pesquisadores da área de administração e recursos humanos; dois professores de cursos de educação executiva da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) da temática gestão de pessoas; um dirigente máximo de GP de IFE; e seis servidores e gestores que atuam nas unidades de GP das IFEs. Para que procedessem à avaliação do livro didático, elaborou-se um questionário eletrônico no Google Forms, programado para receber as respostas de forma anônima (Cascaes, 2021).

De modo geral, os avaliadores consideraram que o livro didático pode contribuir com a atuação estratégica dos profissionais que atuam nas unidades de Gestão de Pessoas, apresentando e discutindo casos de sucesso na implementação de práticas estratégicas

## Figura 4 – Sumário do livro didático

### Sumário:

#### Módulo 1: Gestão Estratégica de Pessoas na Administração Pública: isso é possível?

Unidade 1 - Compreendendo a Gestão de Pessoas (GP).....	7
Unidade 2 - A Gestão Estratégica de Pessoas (GEP).....	17
Unidade 3- Gestão Estratégica de Pessoas na Administração Pública Federal.....	23
Unidade 4- As Boas Práticas de Governança e Gestão de Pessoas do TCU: um caminho para implementar a Gestão Estratégica de Pessoas na APF.....	44

#### Módulo 2: Um Raio-X da Gestão de Pessoas nas IFES

Unidade 1 - As Boas Práticas de Gestão de Pessoas do TCU: por que já é uma realidade em algumas IFEs?.....	57
Unidade 2 - Atividades estratégicas e burocráticas realizadas pelas unidades de Gestão de Pessoas da IFEs.....	68
Unidade 3- Atribuições normativas das unidades de Gestão de Pessoas da IFEs.....	81
Unidade 4- Estrutura das unidades de Gestão de Pessoas da IFEs.....	95
Unidade 5 - Recursos humanos e materiais controlados pelas unidades de Gestão de Pessoas da IFEs.....	99
Unidade 6- A atuação da alta administração na promoção da gestão estratégica da unidade de GP.....	105
Unidade 7- Condições intraorganizacionais que favorecem a atuação estratégica da unidade de GP das IFEs.....	108

de Gestão de Pessoas nas IFEs que podem ser utilizados como exemplos a serem seguidos (Cascaes, 2021).

## Considerações finais

Na busca de referências sobre Gestão Estratégica de Pessoas (realizada na fundamentação teórica da pesquisa de mestrado da autora) e de materiais didáticos produzidos pela ENAP para os cursos de educação executiva da temática Gestão de Pessoas, não foi possível localizar nenhum material textual (livro técnico, livro didático, artigo) que abordasse ao mesmo tempo: conceitos básicos da gestão de pessoas, possíveis intervenções estratégicas da área de gestão de pessoas no setor público e os fatores que interferem na capacidade das unidades de GP da APF de atuar de maneira estratégica. Dessa forma, a produção do livro didático preenche, também, uma lacuna de produção técnica do campo da gestão estratégica de pessoas aplicada ao contexto da administração pública federal.

Por fim, destacam-se alguns potenciais usos do produto educacional aqui apresentado. O mesmo pode ser utilizado em cursos de preparação sucessória de gestores de GP, cursos de formação específica de servidores técnicos administrativos em educação lotados na GP e cursos de formação continuada para gestores de GP das IFEs.

## Referências

BRASIL, CAPES. **Documento Orientador de APCN Área 46:** Ensino. Brasília, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/multidisciplinar/Ensino\\_Documento\\_Orientador\\_APCN\\_2023.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/multidisciplinar/Ensino_Documento_Orientador_APCN_2023.pdf). Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Levantamento de Governança e Gestão Públicas**: relatório de acompanhamento 2018. Brasília, DF: TCU, 2018. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento2018/resultados.htm>. Acesso em: 2 nov. 2019.

CASCAES<sup>1</sup>, D.C.T. **Condições para a atuação estratégica das unidades de gestão de pessoas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2021. Dissertação (Mestrado em Rede em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/2436>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CASCAES<sup>2</sup>, D.C.T. **Gestão Estratégica de Pessoas nos Institutos Federais: desafios e possibilidades**, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/699717>. Acesso em: 29 fev. 2024.

RAMOS, M.N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. (Coleção formação pedagógica).

SPESATTO, M.B.; CARMINATI, C.J. Bacharéis Docentes: a formação de professores não licenciados. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, [s.l.], v. 20, 2018, p. 23-40. DOI: <https://doi.org/10.17561/reid.n20.2>. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/3801>. Acesso em: 16 nov. 2020.



## Capítulo 4

# **Fotografia aplicada à comunicação visual: proposta de ensino para estudantes surdos na EPT**

## Apresentação

Este produto educacional, uma demanda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional Tecnológica (EPT), foi gerado na dissertação intitulada “Ensino de Fotografia: Um Estudo de Caso com estudantes surdos do Curso Técnico Integrado em Comunicação Visual”, do IFSC – Câmpus Palhoça Bilíngue.

O produto se insere na Área de Ensino, na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e sua tipologia se enquadra como Proposta de Ensino, de acordo com o documento da Área de Ensino (2013), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mais especificamente, o produto é uma sequência didática voltada ao ensino de fotografia de produto aplicada à comunicação visual, para estudantes surdos do curso técnico em Comunicação Visual Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Palhoça Bilíngue.

A sequência didática fundamenta-se teoricamente na didática do saber pelo fazer (Barato, 2015), ou seja, aprender técnicas de fotografia de produto na própria ação de fotografar, e respeita a especificidade linguística, cultural, identitária e social da população surda. Os princípios que guiaram a geração e análise de dados para a elaboração

da sequência didática são os da pesquisa qualitativa de base etnográfica. Os instrumentos para a geração de dados envolveram, primeiramente, pesquisa bibliográfica sobre a EPT, os estudos culturais sobre a população surda, leitura e análise do Projeto Pedagógico do curso em tela e entrevistas com os participantes. A análise desses dados iniciais indicou que os estudantes, apesar de estarem no final de um curso de comunicação visual, não sabiam fotografar produtos de forma profissional, respeitando padrões de iluminação e estética. A partir disso, foi desenhada a sequência didática.

A sequência didática foi implementada no formato de três oficinas presenciais sobre três técnicas de fotografia de produto voltada à comunicação visual, previamente sistematizadas em planos de aula descritivos, e posteriormente transformados em três videoaulas ([vídeo 1](#), [vídeo 2](#), [vídeo 3](#)), estas publicizadas em sites de acesso livre e entregues à instituição para uso didático e de estudo. Ao final da implementação, as oficinas foram avaliadas positivamente pelos estudantes surdos participantes e pelos pesquisadores. A avaliação teve como dados as produções fotográficas dos estudantes ao longo das três oficinas e questionários avaliativos sobre o processo de ensino de fotografia de produto para a comunicação visual na perspectiva dos próprios participantes.

Além das oficinas, que indicaram o aprendizado exitoso dos três tipos de fotografia pelos estudantes surdos participantes, um [portfólio digital](#) das produções dos estudantes participantes foi elaborado pelos pesquisadores e postado em plataforma gratuita, visando a contribuir com a inserção desses estudantes no mundo do trabalho de forma qualificada, autônoma e criativa, e a transformações sociais, por conseguinte.

Dessa forma, acreditamos que este produto pode contribuir para a formação profissional dos estudantes participantes das oficinas, e de outros que venham a usar o material, no que tange à fotografia, uma área que tem papel significativo nas redes sociais,

no *marketing* digital, no posicionamento de marcas no mundo virtual, para citar alguns. Acreditamos também que o produto disponibilizado à instituição pode possibilitar aos professores do Componente Curricular Fotografia e Tratamento de Imagem (CCFTI) um novo recurso de ensino e de práticas pedagógicas voltadas para área de fotografia, que exige conhecimento específico. Na próxima seção passamos a descrever o produto.

## O produto educacional

Como mencionado anteriormente, a Sequência Didática (SD) aqui proposta visa a ensinar diferentes técnicas de fotografia de produto aplicada à comunicação visual para estudantes surdos matriculados do curso técnico integrado em Comunicação Visual do IFSC – Câmpus PHB. Para isso, apoiou-se teoricamente na didática do trabalho ou didática do saber fazer, conforme discute Barato (2015), no conceito de sequência didática de Dolz (2004) e no respeito à diversidade quanto à variante linguística, cultural, identitária e social dos surdos, visando à transformações sociais (Rosa, 2011).

Pinto (2005), Rose (2015) e Barato (2015) destacam a importância de acreditarmos na ciência dos saberes de ordem técnica, do saber pelo fazer, evitando a perpetuação do mito de que não há saber no fazer, de que “os conteúdos da técnica são neutros, desprovidos de significação, vazios” (Barato, 2015, p. 14). Contribuir para romper com esse mito é o que se pretende realizar com a presente SD, retomando o princípio da indissociabilidade entre saber e fazer.

Assim, essa SD busca possibilidades de transformação das percepções identificadas no discurso dos participantes, pois aborda o ensino de técnicas de fotografia a partir da prática da técnica para promover a aprendizagem da técnica pela ação/pelo fazer do trabalho do fotógrafo. Mais especificamente, a SD visa a ensinar técnicas

de fotografia aplicada à comunicação visual a estudantes surdos, por meio de oficinas de práticas de técnicas de fotografia de produto, apoiadas pela manipulação de materiais concretos da área (Da Silva; Oliveira, 2020), para levar os estudantes surdos participantes a aprenderem diferentes técnicas de fotografia de produto por meio de produções fotográficas.

Buscando respeitar as especificidades de aprender e interagir socialmente dos estudantes participantes, todo o processo de ensino e aprendizagem foi construído e mediado por um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) do Câmpus PHB/IFSC, tendo em vista que os pesquisadores não dominam a Libras, por materiais concretos do mundo do trabalho relacionado à comunicação visual, e por recursos linguísticos (Libras e português escrito) e imagéticos (Da Silva; Oliveira, 2020). Como argumentam Lacerda, Santos e Caetano (2014, p. 186): “Para favorecer a aprendizagem do estudante surdo, não basta apenas apresentar os conteúdos em Libras, é preciso explicar os conteúdos de sala de aula utilizando toda potencialidade visual que essa língua tem”.

Dessa forma, acreditamos que podemos contribuir para formar profissionais surdos para o trabalho na área de Comunicação Visual numa perspectiva bilíngue, conforme objetivo geral colocado no Projeto Pedagógico do curso em questão, e indicar possibilidades de ensino na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com ênfase no trabalho como exercício social da técnica, ou seja, o saber pelo fazer, contribuindo assim com a intervenção qualificada para a produção da própria existência, deixando de lado o preconceito com o saber fazer, conforme enfatiza Barato (2015).

Em termos operacionais, esta SD constitui-se de três oficinas temáticas sobre fotografia de produto aplicada à comunicação visual, de três horas de duração cada, ofertadas em dois períodos (matutino e noturno), sistematizadas em planos de aula temático-descritivos, enfatizando o aprender/saber pelo fazer imediatamente após

ou durante a prática da técnica demonstrada pelo professor, enquanto o fazer está recente na memória dos participantes.

A primeira oficina desenvolveu o tema “Introdução à iluminação de estúdio para fotografia de produtos” e abordou a iluminação de produtos opacos, translúcidos e transparentes. Nessa oficina, os conceitos de opacidade, translucidez e transparência foram abordados sob a perspectiva da fotografia de produto aplicada à comunicação visual, conforme Medeiros (2008), Hurter (2010), Hurter *et al.* (2011) e Genérico (2012).

A segunda oficina desenvolveu o tema “Fotografia de comida”, na qual foram abordados os conceitos de fotografia de comida sem e com ambientação e profundidade de campo, dando ênfase apenas na comida ou na comida e no *mise en place* que compõem o *set*, além de ângulos de captura para valorizar o alimento, todos voltados para a fotografia aplicada à comunicação visual, também chancelados por Medeiros (2008), Hurter (2010), Hurter *et al.* (2011), Genérico (2012) e Hobday e Denbury (2010).

E a terceira oficina desenvolveu o tema “Fotografia de *splash*”, na qual foi abordado o conceito de *splash* e suas aplicações, além dos três tipos de *splash*: baixo impacto, alto impacto e mergulho, todos voltados para a fotografia aplicada à comunicação visual, com base em Genérico (2012), uma das referências desse tipo de fotografia no Brasil e no mundo.

Os planos de aula preparados para a SD especificaram os objetivos de aprendizagem para cada oficina proposta, que foram todos voltados para levar os participantes a aprenderem os conceitos pretendidos em cada oficina, por meio da produção de fotografias de diferentes produtos com diferentes técnicas a partir do saber pelo fazer, ou na ação de fotografar. Os planos de aula descreveram, também, os procedimentos metodológicos, que foram embasados na compreensão do trabalho (do fotógrafo, em nosso caso) como princípio de ensino, ou seja, o ensino parte da técnica profissional

ou do saber profissional na prática, conforme Barato (2015). Dito de outra forma, os procedimentos metodológicos foram ancorados na concepção de que o professor ensina fotografia, seus conceitos e sensibilidade estética, fotografando, mediado pela linguagem e por materiais reais usados na profissão (Vygotsky; Luria; Leontiev, 1988; Da Silva; Oliveira, 2020). Os procedimentos metodológicos ainda descreveram as atividades de aprendizagem, que visaram à produção fotográfica de produtos reais pelos participantes, isso porque as atividades de aprendizagem foram embasadas na mesma compreensão de ensino. Em outras palavras, os estudantes aprendem a fotografar fotografando, ou seja, aprendem a técnica na ação ou o saber na ação de fotografar.

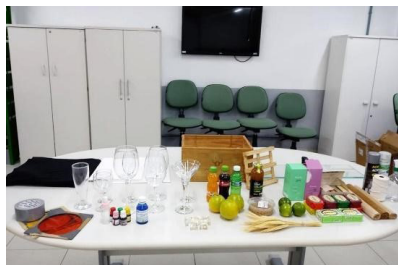
Para que a produção fotográfica dos participantes pudesse ser feita da forma mais próxima das atividades profissionais do fotógrafo, foram montadas bancadas de trabalho para cada oficina, aqui denominadas de bancadas de pré-produção. Na primeira oficina, a bancada de pré-produção contém produtos opacos (sabonetes variados de uma marca brasileira em evidência na atualidade), produtos translúcidos (refrigerantes e sucos em garrafas) e produtos transparentes (taças variadas), acompanhados de elementos de cenografia pensados para gerar sentido na imagem, como: ramos de trigo e sementes, para remeterem a um sabonete feito com elementos da natureza; laranja e limão, para indicar que tanto a marca Fanta como a marca Sprite são feitos com suco de fruta; e corantes, para dar mais cor às taças, que geram imagens mais atrativas visualmente. No caso das bebidas que são consumidas geladas, a bancada de pré-produção continha, também, glicerina, verniz fixador fosco e gelo falso, para remeter à atmosfera de como esses produtos devem ser consumidos, ou seja, gelados. Todos esses cuidados de pré-produção visaram a estimular o estudante a compor fotografias voltadas à área da comunicação visual e a passar a mensagem que a marca pretende transmitir ao consumidor. As Figuras 1 e 2 retratam o descrito.

**Figura 1 – Bancadas de produção de still e produtos**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

**Figura 2 – Bancada de produtos opacos, translúcidos, transparentes e cenografia**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

Na segunda oficina, houve a necessidade da preparação de duas bancadas de pré-produção: uma com todo material de cenografia e preparação do alimento (*mise en place*) e a outra com os alimentos devidamente acondicionados. Na bancada cenográfica para o *mise en place*, sugeriu-se *sousplats* variados, pratos, jogos americanos, talheres, guardanapos de pano variados, ralador de queijo, moedor de pimenta. Já na bancada de alimento, sugeriu-se macarrão espaguete e talharim já cozidos, molhos de tomate bolonhesa, queijo parmesão ralado, folhas de manjericão, folhas de salsa, tomates, tomatinho cereja, *sushis*, *cupcakes* e *cheesecake*, visando a aproximar o estudante da técnica de fotografia de comida real e do mundo do trabalho. O objetivo foi o de que todos os estudantes fotografassem todos os alimentos e fossem estimulados a compor um *mise en place*, ou seja, a escolher o prato, o guardanapo, os talheres, os elementos de cenografia e, só depois, fizessem o “clique” utilizando as técnicas de profundidade de campo e os principais ângulos de fotografia de comida, conforme mostram as Figuras 3 e 4.

**Figura 3 – Set de iluminação de produto com iluminador softbox**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

**Figura 4 – Elementos de composição de mise en place de cenografia de comida**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

Para a última oficina, sugeriu-se a montagem de duas bancadas de pré-produção para os diferentes tipos de *splash* com os produtos a serem usados para cada tipo. Numa bancada, uma colher presa num tripé onde foram jogados morangos no leite. Embaixo da bancada, uma bacia preta onde deveria gotejar água. E, ao lado, outra bancada com um aquário cheio de água, morangos e suco de morango em caixinha, laranja e suco de laranja em caixinha, pimentões e pimentas. Todos os elementos foram pensados para se alinhar à plasticidade da imagem e à composição do produto com sua fruta, remetendo a um produto feito com suco de fruta, conforme utilizado na área de publicidade, *design* e comunicação visual. As Figuras 5 e 6 ilustram o que foi realizado.

Em termos de abordagem do processo de ensino, primeiro o professor apresentou o passo a passo da fotografia de produto pretendida, mediado pelo intérprete de Libras, e os materiais concretos disponibilizados nas bancadas de pré-produção, e/ou *slides* em português escrito, seguindo as orientações de Da Silva e Oliveira (2020), verificou a compreensão dos participantes e solucionou dúvidas quando surgiram. Depois, o professor demonstrou o saber pelo fazer, mostrou aos participantes o resultado da fotografia e chamou a atenção para aspectos positivos ou negativos do resultado, questionando os resultados, fazendo-os pensar sobre os efeitos da fotografia. Logo após,

**Figura 5 – Set de iluminação de splash de mergulho com iluminador soft box**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

**Figura 6 – Produtos sendo lançados no aquário para fotografia de splash**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

os participantes produziram as fotografias orientados pelo professor ou pelo colega mais experiente, uma abordagem que permitiu ao estudante aprender fazendo. O acesso ao produto na íntegra, você encontra [aqui](#). Na próxima seção, trazemos alguns exemplos das produções dos estudantes participantes das oficinas e fazemos algumas considerações.

## Considerações finais

Motivados por percepções e crenças pessoais sobre como estudantes surdos em contexto de EPT aprendem, o intuito deste produto educacional foi possibilitar uma intervenção educacional no contexto da EPT de forma qualificada, inovadora e criativa por meio de uma sequência didática, cujo foco foi o ensino de fotografia de produto aplicada à comunicação visual.

A inovação deste produto educacional está em sua abordagem de ensino, que propõe o ensino de técnicas de fotografia de produto a partir da didática do trabalho/didática do saber pelo fazer (da prática da técnica na ação), mediado por diferentes recursos linguísticos, concretos e imagéticos, para promover a aprendizagem da técnica em ação por estudantes surdos. Além da abordagem teórica inovadora,

os planos de aula descritivos construídos para cada oficina viabilizam a sua replicabilidade com outros estudantes surdos e/ou ouvintes e em outros contextos, devido ao detalhamento dos procedimentos metodológicos que, por sua vez, servem de orientação pedagógica a professores e podem indicar possíveis caminhos de aprendizagem de conceitos complexos para a produção de fotografias profissionais para a comunicação visual. Tais características indicam que o produto educacional proposto e seus derivados, as videoaulas e o portfólio digital, extrapolam o contexto para o qual foi desenhado e atende a necessidades pedagógicas de professores em contextos carentes de materiais didáticos, além das necessidades dos alunos, que podem usar as videoaulas como material de estudo e produzir seu próprio portfólio como recurso de apresentação das suas produções ao mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que não constitui o intuito deste produto educacional prescrever fórmulas ou dar receitas de como ensinar fotografia aplicada à comunicação visual. A contribuição que se pretende dar é, pelo contrário, indicar que há outras possibilidades de ensinar e de aprender o saber da prática para ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem sobre esse conhecimento específico (ou outro qualquer) e de inserção de estudantes surdos no mundo do trabalho, além de abrir espaço para a quebra de paradigmas de ensino e de preconceitos sobre a capacidade que os estudantes surdos têm de aprender conceitos de atividades profissionais complexas, como a técnica de fotografar produtos.

Embora não se possa generalizar que todo o estudante surdo tenha aptidão para fotografia de produto, ao longo da implementação das três oficinas que constituíram a SD ficou evidente que os participantes da intervenção têm habilidades e sensibilidade necessárias para produzirem fotografias profissionais com riqueza de detalhes, basta serem estimulados a partir da forma como interagem e aprendem com o mundo ao seu redor.

Abordando cognitivamente o processo de ensino realizado, as fotografias produzidas pelos participantes a partir da implementação

de cada uma das oficinas que compõem a SD aqui descrita, se comparadas ao momento de diagnóstico do conhecimento prévio à oficina 1, refutam as percepções do senso comum: que os estudantes surdos não aprendem conceitos complexos de fotografia, e as dos próprios participantes: que não percebem a relação entre o que aprendem sobre fotografia na escola e o trabalho do comunicador visual. Já abordando esteticamente o processo, a qualidade plástica das produções fotográficas dos estudantes corrobora os procedimentos metodológicos utilizados no estudo de Da Silva e Oliveira (2020), que buscou compreender como estudantes surdos aprendem conceitos matemáticos complexos, e sugere que os participantes não apenas ampliaram seus conhecimentos sobre fotografia aplicada à comunicação visual, mas também indica que eles têm condições de se inserir no mundo do trabalho com competência, criatividade e autonomia, como mostram as Figuras de 7 a 12 que seguem.

**Figura 7 – Foto produzida pelos estudantes**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

**Figura 8 – Foto produzida pelos estudantes**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

**Figura 9 – Foto produzida pelos estudantes**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

**Figura 10 – Foto produzida pelos estudantes**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

**Figura 11 – Foto produzida pelos estudantes**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

**Figura 12 – Foto produzida pelos estudantes**



Fonte: Acervo dos pesquisadores.

Por fim, tendo em vista a qualidade técnica e estética das amostras apresentadas das produções fotográficas dos participantes, elas sinalizam que o desenho proposto para a SD é válido, replicável e incentiva a ampliação da abordagem de ensino de fotografia (ou de qualquer outro conhecimento) a partir do saber pelo fazer na EPT.

## Referências

BARATO, J.N. **Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: [http://elcv.art.br/santoandre/biblioteca/\\_em\\_portugues/unesco\\_livro\\_fazer\\_bemfeito\\_valores\\_em\\_educacao\\_profissional\\_e\\_tecnologica.pdf](http://elcv.art.br/santoandre/biblioteca/_em_portugues/unesco_livro_fazer_bemfeito_valores_em_educacao_profissional_e_tecnologica.pdf). Acesso em: 14 jun. 2020.

DA SILVA, M.; OLIVEIRA, H. de L.T. de. Formação Profissional Integrada ao Ensino Médio: um estudo de caso com estudante surdo. **Revista Educação Especial**, v. 33, 2020, p. 1-23.

DOLZ, J. Sequências Didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Coleção as faces da linguística aplicada. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004. p. 95-128.

GENÉRICO, T. **Estúdio: fotografia, arte, publicidade e splashes**. 2. ed. Balneário Camboriú, SC: Photos, 2012.

HOBDAY, C.; DENBURY, J. **Segredos da apresentação dos pratos: food styling passo a passo**. Tradução Eni Carmo de Oliveira Rodrigues. São Paulo, SP: Marco Zero, 2010.

HURTER, B.; FUQUA, P.; BIVER, S. **Luz, ciência & magia: guia de iluminação fotográfica**. 4. ed. Balneário Camboriú, SC: Photos, 2011.

HURTER, B. **A luz perfeita: guia de iluminação para fotógrafos**. 4. ed. Balneário Camboriú, SC: Photos, 2010.

LACERDA, C.; SANTOS, L.; CAETANO, J.F. Estratégias Metodológicas para o ensino de alunos Surdos. *In*: LACERDA, C. SANTOS, L. **Tenho um aluno Surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de Surdos. São Carlos, SP: Edufscar, 2014.

MEDEIROS, N. **Estúdio na prática 2:** novos esquemas de luz prontos para usar. 2. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Europa, 2011.

PINTO, A.V. **O conceito de tecnologia.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROSA, E.F. Educação de surdos: entre a realidade e a utopia. *In*: SÁ, Nídia Regina L. de. **Surdos Qual a Escola?** Manaus: Editora Valer e Educa, 2011.

ROSE, M. **O Saber no trabalho:** valorização da inteligência do trabalhador. Trad. de Renata Lúcia Bottini. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007, p. 253.

VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.



## Capítulo 5

# **Trabalho dos Núcleos de Acessibilidade Educacional: um módulo de software para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**

## Apresentação

O produto educacional desenvolvido como ferramenta de gestão escolar é uma forma indicada de trazer organização para a instituição de ensino e fornecer dados para tomar decisões. Ele ajuda a compreender e resolver seus principais problemas no que se refere à alta taxa de evasão dos estudantes com deficiência matriculados nos cursos técnicos de formação profissional. Possibilita pensar melhorias significativas para os processos internos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais diferenciadas.

O produto educacional resulta da dissertação “O percurso de formação profissional das pessoas com deficiência dos cursos técnicos subseqüentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina” que teve como objeto de discussão a preparação e inserção dos estudantes com deficiência no mundo do trabalho. O estudo visou a analisar as repercussões da reserva de vagas para pessoas com deficiência no ingresso, na permanência e na conclusão nos referidos cursos e na inserção dos egressos no mundo do trabalho. A dissertação e o produto educacional estão vinculados à linha

---

1 Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11754121](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11754121).

de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”.

O módulo de inclusão é uma sugestão de aplicação eletrônica para cadastro dos alunos matriculados, com o objetivo principal de registrar as informações detalhadas dos estudantes com deficiência no momento da matrícula e suas atividades de atendimento durante o ano letivo.

A aplicação pode ser utilizada autonomamente, porém, a sugestão é que seja integrado ao sistema da instituição. Com isso é possível otimizar o registro e a recuperação das informações essenciais para dar atendimento adequado aos estudantes com deficiência. Um sistema integrado na instituição é um meio eficiente de comunicação entre os educadores e otimiza o processo de transmissão da informação.

Com o uso do *software* – módulo inclusão é possível personalizar o trabalho do Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) para atender às necessidades individuais de cada estudante com deficiência. Isso significa que o ensino pode ser adaptado de acordo com o ritmo de aprendizagem e as habilidades de cada pessoa, tornando-o mais qualificado e humanizado.

Não se trata de um processo burocrático, mas sim uma busca que permita compreender a realidade dos estudantes com deficiência que buscam a formação profissional na Rede Federal de Ensino. O módulo inclusão trata-se de uma ferramenta cuja contribuição seja solucionar problemas e sugerir respostas adequadas.

## O produto educacional

A educação escolar é um agente essencial para o exercício da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional” (Cury, 2002, p. 246). Nesse contexto,

as leis se mostram importantes já que elas buscam garantir a efetivação de direitos e isso já é reconhecido pelas escolas, que reconhecem a legislação como um instrumento que possibilita criar condições de democratização e de socialização da igualdade (Cury, 2002).

A inclusão escolar visa à equiparação de oportunidades de desenvolvimento mediante o preceito da igualdade. Esse preceito se baseia na não discriminação, a fim de evitar a exclusão relacionada a aspectos como etnia, religião, condições socioeconômicas, sexo e deficiências. Tem como foco a luta pela redução das desigualdades causadas pelas restrições que ocorrem em diversos espaços sociais, principalmente no mundo do trabalho. Entretanto, diferente do que aparenta ser, um sistema isonômico não parte do princípio de que é preciso tratar as pessoas de forma igualitária. Defender a existência das diferenças é perceber que cada indivíduo deve ser tratado de acordo com suas diferenças, sendo necessário negar a igualdade.

Esse pode parecer um discurso contraditório, mas, na prática, ele é válido e fácil de verificar, sendo a base da Educação Inclusiva. A equidade requer que as pessoas de igual condição sejam tratadas de forma distinta daquelas que possuem os chamados padrões normais, ou seja, tratar os iguais de forma igual e os diferentes de forma diferenciada. Assim, as pessoas com deficiência devem, em alguns aspectos da vida social, serem tratadas de formas distintas para que se proporcione a igualdade de oportunidades.

Um exemplo disso é a necessidade de adaptações dentro e fora da sala de aula, para estudantes que utilizam cadeiras de rodas. Não há como esses estudantes utilizarem um ônibus escolar de forma independente se este não for acessível, nem entrarem em uma sala de aula com portas estreitas. Muito menos usarem os mesmos tipos de carteiras e assentos sanitários que seus colegas, assim como requerem laboratórios e equipamentos acessíveis para as aulas práticas no que se refere ao ensino profissionalizante. É preciso promover a acessibilidade para possibilitar um tratamento diferenciado,

permitindo que esses estudantes possam fazer as mesmas coisas que os outros, considerando suas desigualdades biopsicossociais.

A efetivação do direito à educação, para alguns, deve ser subsidiada pela Educação Inclusiva, que permite o acompanhamento de novos anseios sociais. É preciso saber lidar com a diversidade do público que conhece e quer usufruir o direito à educação. São cidadãos que possuem especificidades que precisam ser respeitadas, acolhidas e atendidas (Brasil, 2005).

O objetivo da inclusão escolar é combater discriminações que impeçam o acesso, a permanência e o sucesso nas etapas do sistema educacional brasileiro. Permitir uma escolarização em que os estudantes tenham os mesmos direitos, sem nenhuma discriminação, efetivando “igualdade de oportunidades e de condições ante um direito inalienável da pessoa” (Cury, 2002, p. 15-16). Ela abrange os mais diversos grupos que são excluídos do processo de escolarização formal (indígenas, negros, quilombolas, distintas identidades de gênero, pessoas com deficiência, pessoas com baixa renda, mulheres, presidiários, pessoas com doenças autoimunes etc.) e tem como pressuposto a ideia básica de que as escolas devem adaptar-se para atender a todos os alunos.

A política de Educação Inclusiva brasileira, que tem seu marco a partir de 2008, é formada por um conjunto de normativas acordadas e implementadas pelo Brasil. Leva em consideração acordos internacionais, os limites e desafios da escola, os discursos sobre inclusão e as ações referentes à Educação Inclusiva que são adotadas (Kassar, 2012). A Educação Inclusiva, no Brasil, trata de tudo e todos que participam de atividades referentes a estabelecimentos de ensino, sejam regulares ou especiais. Estes devem estar preparados para receber e ensinar toda e qualquer pessoa (criança, jovem ou adulto), levando em conta suas singularidades quando necessário.

Como a inclusão escolar compreende diversos sujeitos que fazem parte de um conjunto de excluídos (Mendes, 2006), está inserida

nesse contexto a Educação Especial, que faz parte de toda a política de Inclusão Escolar existente e cujo objetivo primordial é a inclusão escolar de pessoas com deficiência, superdotação, altas habilidades e/ou transtornos globais do desenvolvimento (Brasil, 1996).

Dessa forma, a realização de ações que visem à inclusão dos estudantes com deficiência deve acontecer de forma a garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o êxito. Para isso, é fundamental a realização do Atendimento Educacional Especializado, com a presença de profissionais qualificados, a participação do estudante e de sua família, a utilização de recursos e materiais específicos, além de outros processos que contribuam com a aprendizagem e a qualificação profissional desses estudantes no ambiente do IFSC. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina esse serviço é prestado pela equipe do Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE). A composição do NAE é multidisciplinar, com professor de Educação Especial, servidores da área de psicologia, serviço social, pedagogia e outros que podem contribuir para com o atendimento das finalidades do Núcleo (IFSC, 2019).

O Plano Nacional de Educação (PNE), em sua meta 4, estabelece que o acesso ao Atendimento Educacional Especializado, com garantia de um sistema educacional inclusivo, deve passar por avaliações periódicas, com a criação de indicadores de qualidade, a fim de supervisionar o funcionamento de instituições que prestam atendimento a alunos com deficiência (Brasil, 2014). Isso permite verificar se o trabalho realizado atende às normativas existentes, às questões acadêmicas e aos interesses do público-alvo. Possibilita que sejam feitas modificações ou manutenção de determinados fatores, sempre com o intuito de melhorar o atendimento ao estudante com deficiência.

O Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) é um serviço que proporciona a inclusão dos estudantes com deficiência. Entretanto, por ter uma composição de servidores que atendem outras demandas e ter grande rotatividade, precisa pensar a forma como atua e registra seus

atendimentos. Nesse sentido, propõe-se um instrumento de escuta inicial e registro, elaborado especificamente para o Câmpus Florianópolis Continente. Assim será possível avaliar o percurso dos estudantes com deficiência, em cada curso técnico e cada tipo de deficiência, verificando se há necessidade de mudanças no modo como o serviço acontece. Efetuar avaliação por deficiência se faz necessário, uma vez que, a depender da categoria de deficiência, diferentes estratégias de gestão e pedagógicas são postas em prática na sala de aula e em todos os espaços do câmpus. Dessa forma, contribui-se com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes incluídos.

Um instrumento com informações de todos os estudantes com deficiência se faz necessário porque apenas uma avaliação geral do AEE não permitiria a percepção de características inerentes às necessidades de cada deficiência, inclusive no que se refere a adaptações referentes ao mercado de trabalho em que pretendem se inserir. Os materiais e as ações dos profissionais que atuam no serviço se diferenciam a depender da necessidade dos estudantes e dos cursos que frequentam.

Apenas mediante as informações dos estudantes incluídos, os tipos de deficiências e os cursos realizados (êxito ou evasão), uma avaliação específica será possível para determinar se o Câmpus Florianópolis Continente realmente atinge seus objetivos e promove uma educação inclusiva. Não se trata de um processo burocrático, e sim uma busca que permita compreender a realidade dos estudantes com deficiência que buscam a formação profissional na Rede Federal de Ensino. O módulo de inclusão trata-se de uma ferramenta cuja contribuição seja solucionar problemas e sugerir respostas adequadas.

O módulo de inclusão é uma sugestão de aplicação eletrônica para cadastro dos alunos matriculados com o objetivo principal de registrar as informações detalhadas dos estudantes com deficiência no momento da matrícula e suas atividades de atendimento durante o ano letivo. Não há intenção em detalhar os requisitos técnicos para implementação, mas apenas apresentar um modelo com as características

mínimas como exemplo prático o qual pode ser usado como inspiração para um projeto de integração ao sistema já utilizado na instituição.

O modelo de relacionamento entre as tabelas é exemplificativo. Ideal para ser integrado ao sistema de informações já existente na instituição. Irá depender da ferramenta de programação a ser utilizada e do modelo de dados já existente. Eventualmente pode ser desenvolvido como ferramenta à parte, o que não é o mais recomendável. Sistemas separados requerem compatibilidade para troca de dados ou retrabalho ao alimentar cada um deles.

Essa iniciativa não pretende abordar o projeto de *software*, mas apontar a estrutura mínima desejável para acompanhar e registrar os estudantes com deficiência.

O módulo tem por objetivo reunir todas as informações referentes aos estudantes com deficiência incluídos em todos os cursos do Câmpus Florianópolis Continente. Será uma ferramenta usada pelo NAE. A partir desse módulo será possível gerar relatórios que trarão dados do histórico dos estudantes incluídos. Possibilita avaliar e traçar estratégias para melhorar, ampliar e garantir a conclusão com êxito.

**Figura 1 – Tabela ano letivo**

Cd_Matricul	Curso	NomeAluno	NomeServic
3	Técnico Subsequente em Guia de Turismo	ELIETE CARLA REZENDE	Eliete
6	Técnico Subsequente em Cozinha	ELIETE CARLA REZENDE	Eliete
13	Técnico Subsequente em Panificação	ELIETE CARLA REZENDE	Eliete
16	Técnico Subsequente em Cozinha	ELIETE CARLA REZENDE	Eliete
17	Proeja	ELIETE CARLA REZENDE	Eliete
*	(Novo)		

Fonte: Staub (2021).

Figura 2 – Tabela cadastro cursos

Cd_Curso	Nome do Curso	Nível
1	Superior de Tecnologia em Gastronomia	Superior
2	Superior de Tecnologia em Hotelaria	Superior
3	Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo	Superior
4	Técnico Subsequente em Cozinha	Técnico
5	Técnico Susequente em Panificação	Técnico
6	Técnico Subsequente em Confeitaria	Técnico
7	Técnico Subsequente em Restaurante e bar	Técnico
8	Técnico Subsequente em Eventos	Técnico
9	Técnico Subsequente em Guia de Turismo	Técnico
10	Proeja	Outros
11	FIC	Outros
*	(Novo)	

Fonte: Staub (2021).

Figura 3 – Tabela cadastro deficiências

Cd_Deficiencia	TipoDeficiencia
1	Deficiência física (paraplegia)
2	Deficiência física (paraparesia)
3	Deficiência física (monoplegia)
4	Deficiência física (monoparesia)
5	Deficiência física (tetraplegia)
6	Deficiência física (tetraparesia)
7	Deficiência física (triplegia)
8	Deficiência física (triparesia)
9	Deficiência física (hemiparesia)
10	Deficiência física (ostomia)
11	Deficiência física (amputação ou ausência de membros)
12	Deficiência física (nanismo)
13	Deficiência física (membros com deformidades congênicas ou adquiridas)
14	Deficiência Visual (cegueira)
15	Deficiência Visual (baixa visão)
16	Deficiência Auditiva (perda bilateral)
17	Deficiência Auditiva (parcial)
18	Deficiência Auditiva (total)
19	Deficiência Intelectual
20	Deficiência Múltipla
21	Transtorno do Espectro do Autismo
*	(Novo)

Fonte: Staub (2021).

Figura 4 – Tabela cadastro alunos

Alunos

Cd\_Aluno: 4

Nome: [Redacted]

DataNascimento: [Redacted]

Sexo: [Redacted]

Pai: [Redacted]

Mãe: [Redacted]

email: [Redacted]

CPF: [Redacted]

RG: [Redacted]

endereço: [Redacted]

telefone: 32258839

Cd_Matricul	AnoLetivo	Curso	NomeServic	Situacao	TipoDeficiei
3	2019.1	Técnico Subsequente em Guia de Turismo	Eliete	Evadido	
4	2019.2	Técnico Subsequente em Guia de Turismo	Eliete	Cursando	
(Novo)					

Registro: 1 de 2

Fonte: Staub (2021).

Figura 5 – Tabela cadastro escuta inicial

Matricula

Cd\_Matricula: 3

Como se comunica: [Redacted]

AnoLetivo: 2019.1

Assistiva: [Redacted]

Curso: Técnico Subsequente em Guia de Turismo

Necessidades especiais: [Redacted]

NomeAluno: [Redacted]

Mobilidade: [Redacted]

NomeServidor: Eliete

Deslocamento: [Redacted]

Situacao: Evadido

Dificuldades: [Redacted]

TipoDeficiencia: [Redacted]

Escolas anteriores: [Redacted]

Descrição Deficiência: [Redacted]

Informações adicionais: [Redacted]

Laudo médico: [Redacted]

Com quem mora: [Redacted]

Ocupação\_Trabalho: [Redacted]

Lugares que frequenta: [Redacted]

Interesses: [Redacted]

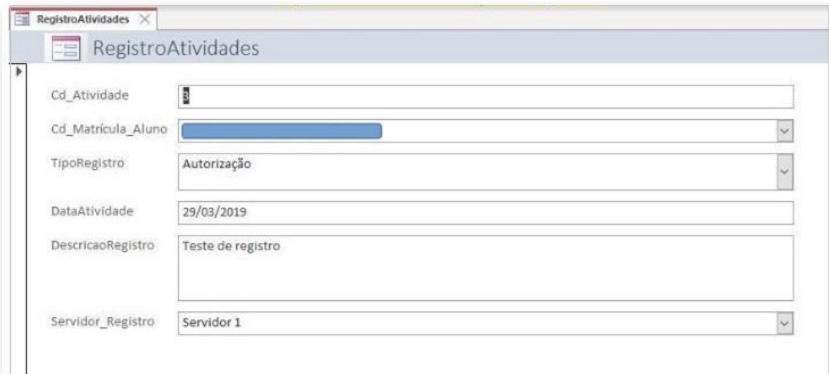
Outros Cursos: [Redacted]

Motivo escolha: [Redacted]

Registro: 1 de 17

Fonte: Staub (2021).

**Figura 6 – Tabela cadastro registros**



The image shows a screenshot of a software application window titled 'RegistroAtividades'. The window contains a form with the following fields and values:

Field Name	Value
Cd_Atividade	5
Cd_Matricula_Aluno	[Dropdown menu]
TipoRegistro	Autorização
DataAtividade	29/03/2019
DescricaoRegistro	Teste de registro
Servidor_Registro	Servidor 1

Fonte: Staub (2021).

A proposição do Produto Educacional partiu de inquietações sentidas no período em que atuava no NAE – Florianópolis Continente e, posteriormente, em reunião com a equipe atual (2021/2022) para discutir as demandas e o que poderia ser desenvolvido para auxiliar no trabalho de acompanhamento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Naquele momento, a principal preocupação com o que estava posto na organização do NAE dizia respeito às grandes demandas que os servidores têm no cargo que ocupam e a necessidade de conciliar com as atribuições no Núcleo de Acessibilidade Educacional.

O perfil desse público na condição de estudantes com deficiência que ingressam nos cursos técnicos é muito diversificado. Também são muito diferenciadas as suas potencialidades e necessidades educacionais. Nesse sentido é necessário desenvolver um instrumento (módulo software) que facilite o registro do acompanhamento desses alunos. A partir deste recurso será possível gerar relatórios que trarão dados do histórico dos estudantes incluídos, avaliar e traçar estratégias para garantir o êxito.

Unir a legislação com uma formação de qualidade passa pela necessidade de transformação das circunstâncias do trabalho, da Educação e da vida real para garantir uma cidadania concreta e não

uma simples marginalização dos processos sociais. Destaca-se que é um direito desses sujeitos compartilhar os bens materiais, bens simbólicos e bens sociais. Espera-se que os resultados encontrados nesta pesquisa contribuam para reflexões no sentido de superação do empirismo e espontaneísmo das atividades relacionadas à educação e ao trabalho dessas pessoas.

Este produto foi aplicado e avaliado pela equipe que atua no NAE – Câmpus Florianópolis Continente, sendo considerado um instrumento muito prático e usual que pode ser facilmente instalado e manuseado. As abas e caixas automáticas facilitam o preenchimento das informações, tornando-as objetivas. O módulo implementado e testado foi considerado importante para fins de registro, histórico e busca de informações, além de possibilitar uma visão retratada desses estudantes na instituição. Segundo a coordenadora do NAE, “o produto educacional desenvolvido poderá contribuir com futuras ações de inclusão de estudantes com deficiência, pois com o registro sistemático e organizado das informações dos estudantes, o histórico de seu percurso formativo e intervenções trará credibilidade para a instituição de ensino”.

Quanto à instituição, ao estar em posse dos dados registrados, poderá usar esse mapeamento para planejar ações e implementar políticas de ações inclusivas, tais como: contratação de profissionais de AEE e apoio, fomentar formações continuadas sobre aspectos e tópicos de inclusão, promover momentos de compartilhamento referente a práticas inclusivas na instituição. Além de vislumbrar o cenário em relação ao número de ingressantes, atendimentos e concluintes e refletir suas ações sobre esses dados registrados. E, por fim, o produto deve ser implementado como uma ação institucional, como meio de registro e acompanhamento dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Acredita-se que oportunizar o acesso aos cursos técnicos subsequentes no IFSC vai ao encontro da superação desta fragmentação,

mas é preciso fortalecer práticas que de fato garantam a permanência e êxito dos estudantes, sob risco de incorrerem em doses homeopáticas de escolaridade e estratégias isoladas e espontaneístas de participação travestidas pelo discurso da igualdade e da integração.

## Considerações finais

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está na nossa Constituição desde 1998, mas ainda nos deparamos com muitas barreiras que impedem ou dificultam a permanência de estudantes com deficiência nas salas comuns. Uma realidade que aos poucos vem sendo rompida. Inspirações que desejam fazer com que todas as pessoas que integram as comunidades escolares brasileiras estejam mobilizadas para esta mudança.

O desenvolvimento de estudos, pesquisas e produtos educacionais faz com que as instituições de ensino do nosso país construam democraticamente um Plano de Educação Inclusivo.

O módulo Inclusão foi pensado para facilitar o registro de informações dos profissionais que atuam no NAE, mas também poderá ser compartilhado para outros profissionais se assim o desejarem. A alimentação dos dados é de baixa complexidade, mas o resultado final é de alta relevância para a instituição escolar, pois é mais uma ferramenta que contribui para garantir a qualidade de ensino a cada um dos seus estudantes atendidos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo de acordo com suas potencialidades e necessidades.

O módulo Inclusão surgiu como uma necessidade durante o desenvolvimento da pesquisa, no entanto, requer constante avaliação e melhorias de acordo com cada realidade, sendo possível a replicabilidade nos demais câmpus do IFSC. Assim, uma instituição

de educação profissional somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada estudante, independente de etnia, sexo, idade, deficiência ou outras situações, oferecendo condições para a sua permanência e um ensino significativo que oportunize o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos necessários para ingressarem no mundo do trabalho.

## Referências

CURY, C.R.J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, 2002, p. 245-262.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Disponível em <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 24 dez. 2024. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Políticas inclusivas e compensatórias na Educação Básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.124, jan.-abr. 2005, p. 11-32.

IFSC, Instituto Federal de Santa Catarina. **Resolução CEPE/IFSC nº 82/2019**. Regulamento do Núcleo de Acessibilidade Educacional do IFSC, 2019.

KASSAR, M.C.M. Educação Especial no Brasil: Desigualdades e Desafios no Reconhecimento da Diversidade. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012, p. 833-849. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11. n. 33, set.-dez. 2006, p. 387-405.

STAUB, Eliete Santin. **O percurso de formação profissional das pessoas com deficiência dos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.



## Capítulo 6

# **Tutorial bilíngue do SIGAA – Módulo Discente: uma ferramenta de inclusão de estudantes surdos do IFSC**

## Apresentação

Este produto educacional, um Tutorial Bilíngue (Libras/Português) do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) – Módulo Discente para estudantes surdos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), caracteriza-se como uma ferramenta de ensino e aprendizagem que emprega prioritariamente o uso de vídeos guiados com instruções em Língua Brasileira de Sinais (Libras), português escrito e recursos imagéticos, visando a instruir didaticamente estudantes surdos no uso do *software* SIGAA – Módulo Discente do IFSC, o sistema de gestão acadêmica da instituição. Nesse sentido, a acessibilidade digital é planejada a partir do escopo da integração do SIGAA como um processo de ensino e aprendizagem inclusiva, que visa a promover a autonomia de estudantes surdos no uso do módulo discente, qualificando a interação professor-aluno-instituição.

O produto educacional foi desenvolvido para a pesquisa intitulada “Acesso à Informação Acadêmica e a Autonomia do Estudante Surdo no SIGAA Módulo Discente do IFSC: Um Estudo de Caso no Câmpus PHB”, uma demanda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT) em Rede Nacional, ofertado, atualmente, pelo IFSC – Câmpus Florianópolis.

---

1 Palhoça Bilíngue.

A pesquisa que gerou este produto educacional insere-se no macroprojeto 2 do programa “Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT”, na linha de pesquisa “Práticas Educativas em EPT”, com viés na Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contribuindo paralelamente para a eficácia do trabalho desenvolvido pelo Registro e Secretaria Acadêmica do Câmpus Palhoça Bilingue (PHB), no que tange ao atendimento ao estudante surdo que procura a instituição para sua formação.

Quanto à abordagem, a pesquisa orientou-se por questões do âmbito da acessibilidade digital em ambientes virtuais e de canais institucionais oficiais utilizados pelo IFSC, para a divulgação de informações acadêmicas relacionadas aos dados acadêmicos de cada estudante. Optou-se também por um alinhamento com a abordagem inclusiva e interdisciplinar, observando as especificidades do público surdo para criar o tutorial bilíngue do SIGAA-Módulo Discente, com o intuito de servir como ferramenta de apoio à navegação e ao uso do sistema acadêmico “SIGAA – Módulo Discente”, para estudantes surdos matriculados na Rede IFSC e em outros Institutos Federais (IF) que usam essa mesma plataforma para atividades acadêmicas.

O tutorial bilíngue do SIGAA – Módulo Discente respalda-se na missão dos Institutos Federais (IFs), que visa a contribuir para o processo de letramento digital e a promoção do processo de autonomia e inclusão dos estudantes surdos no sistema acadêmico institucional, atendendo diretrizes legais para acessibilidade do público surdo em ambiente de informação institucional. Ademais, como autarquia do governo federal, o IFSC deve atender exigências da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), que em seu capítulo I, artigo 7, parágrafo terceiro, define como um dos requisitos a manutenção de sites na internet e serviços por órgãos do setor público: “Adotar medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência”.

Em virtude da amplitude e complexidade do tema, da necessidade de envolver pelo menos três categorias diferentes de participantes voluntários, a saber: servidores da Secretaria Acadêmica do Câmpus PHB, Especialistas Tradutores e Intérpretes de Libras e de estudantes surdos vinculados ao Curso Técnico Integrado em Comunicação Visual, houve a necessidade de se fazer um recorte na amostragem para que tanto a pesquisa quanto o produto educacional fossem viabilizados conforme o cronograma do ProfEPT. O projeto de pesquisa foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) via Plataforma Brasil e obteve autorização para sua condução sob o número 3.495.319.

O produto educacional teve sua produção orientada por três eixos temáticos, com base em Kaplún (2002/2003): conceitual, pedagógico e comunicacional, com o objetivo de respeitar as especificidades do público surdo, visto que diversos estudos comprovam que apenas as diretrizes propostas pelo E-Mag<sup>2</sup> não são suficientes para garantir a acessibilidade desse público de forma mais universal. Já no processo de desenvolvimento do produto educacional empregouse a abordagem do *design* instrucional contextual (Filatro, 2003), em virtude de ser uma abordagem estruturada para a geração de dados e de informações de um estudo de caso etnográfico, que permite centrar a abordagem do *design* no usuário e, assim, atender melhor as especificidades dos estudantes surdos.

O tema do produto educacional foi planejado para que, de forma diagnóstica e conceitual, estimule discussões e mudanças na prática pedagógica da educação bilíngue (Libras/Português) e permita que profissionais e pesquisadores vinculados à EPT possam conhecer e se apropriar de especificidades relacionadas ao público surdo quando, em situações de aprendizagem e de interação social, fazem uso do ambiente digital institucional e informacional SIGAA – Módulo Acadêmico.

---

2 E-Mag é o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. São recomendações para nortear o desenvolvimento e adaptação de conteúdos digitais em sítios eletrônicos do governo federal (Brasil, 2014).

O produto educacional foi implementado com estudantes surdos do Câmpus PHB/IFSC, que se voluntariaram para a experiência de pesquisa, e sua avaliação mostrou que, após a intervenção, os estudantes conseguiram acessar e usar as funcionalidades customizadas do SIGAA – Módulo Discente de forma autônoma, validando o tutorial bilíngue e indicando que uma comunicação acessível e integrada entre professor-aluno-instituição pode ser viabilizada pelo tutorial, qualificando a inclusão social do sujeito surdo. Na próxima seção, descrevemos o produto educacional.

## O produto educacional

Como mencionado anteriormente, busca-se, no tutorial bilíngue, empregar o *Design Instrucional Contextual* (Filatro, 2003) e recursos de tecnologias assistivas, visando a impulsionar um processo de inclusão digital de estudantes surdos ao ambiente virtual acadêmico SIGAA – Módulo Discente. Para a navegação e usabilidade do sistema acadêmico, temos como referência estudos culturais sobre as especificidades de aprender e interagir socialmente do sujeito surdo e as barreiras informacionais nas interfaces gráficas do sistema em tela: a quantidade de texto escrito em português, sem acesso à tradução em Libras, escassez de imagens, baixo letramento digital, identificadas em oficina aplicada com os estudantes surdos do câmpus previamente ao estudo.

Assim, o tutorial bilíngue buscou oferecer um produto guiado em vídeos, com informações em Libras, como primeira língua (L1) do estudante surdo, e português escrito, de forma complementar, além de imagens e outros recursos visuais, visando a quebrar as barreiras informacionais presentes nas interfaces gráficas do SIGAA – Módulo Discente e permitir que o estudante surdo desenvolva autonomia no uso do sistema acadêmico adotado pelo IFSC e demais IFs que utilizam esse *software*.

Em outras palavras, o tutorial propõe uma abordagem de *design* centrada no usuário, uma abordagem que se preocupa, primeiramente, em observar o público-alvo, visando a obter informações relevantes para, depois, propor o desenho do projeto. Segundo Filatro (2003), o *Design* Instrucional Contextual (DIC) pode contribuir de forma significativa para o aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, valendo-se das potencialidades da internet, e para a revisão de paradigmas educacionais que estão fortemente arraigados em modelos tradicionais de ensino. O DIC aproxima educação e tecnologia, contextualizando uma proposta pedagógica de ação intencional quanto ao “planejar, desenvolver e aplicar situações didáticas específicas que incorpore, tanto na fase de concepção como durante a implementação, mecanismos que favoreçam a contextualização e a flexibilização” (Filatro, 2003, p. 21) de conteúdos educacionais que, no caso do público surdo, devem observar critérios de adequação curricular, respeitando sua característica visoespacial de aprendizagem.

Na perspectiva de Filatro (2003), o DIC é uma metodologia que permite repensar o binômio educação-tecnologia de forma contextualizada e adaptada a uma situação didática específica, pois considera aspectos como: “observar procedimentos adotados, dificuldades enfrentadas, alternativas para superar limitações de tempo, de recursos e de pessoal, mudanças observadas nos papéis de professores e alunos implicações institucionais” (p. 22). Assim, o uso do DIC em projetos de tradução e elaboração de recursos educacionais inclusivos voltados para a Educação Bilíngue (Libras/português) torna-se vital no sentido de garantir o acesso e a democratização do ensino ao público surdo e de colaborar para o fortalecimento da comunicação, da cultura e da identidade surda entre os membros da comunidade onde esse público transita.

O processo de criação do tutorial bilíngue integrou o conhecimento de três áreas: Acessibilidade na *web* para o público surdo, a Tradução e Interpretação de Libras e o *Design* Inclusivo. Além disso,

contou com a equipe multidisciplinar do Câmpus PHB/IFSC e com o Intérprete de Libras na fase de desenvolvimento dos vídeos, com 12 estudantes surdos do Curso Técnico em Comunicação Visual na fase da geração de dados e da implementação e avaliação do tutorial, e com três servidores do Registro Acadêmico na fase de geração de dados e de acesso ao cadastro dos estudantes participantes do estudo para coleta de e-mails.

A criação do Tutorial Bilíngue (Libras/Português), seguiu as fases metodológicas propostas por Filatro (2003, p. 66-67). São elas: i) Análise do Problema; ii) *Design*; iii) Desenvolvimento e Implementação; e iv) Avaliação. Além disso, o tutorial apresentou visualmente o SIGAA – Módulo Discente em Libras (L1 do estudante surdo) e a tradução em português escrito no formato de legenda. Ainda, devido à limitação do tempo do estudo, decidiu-se customizar o atual Manual do SIGAA, traduzindo suas informações para Libras, e usar apenas algumas funcionalidades do Menu Ensino do SIGAA – Módulo Discente. Entre elas foram selecionados o “cadastro e acesso”; os “documentos acadêmicos”; as “mensagens”; e as “minhas turmas”, com GIFs<sup>3</sup> sinalizados para ampliar as possibilidades de acesso nas duas línguas.

A Figura 1 mostra, na coluna esquerda, os GIFs sinalizados em Libras do menu do tutorial e a imagem do vídeo também em Libras para a criação de Usuário e Senha, procedimento inicial de acesso ao SIGAA, com a tradução em português escrito no formato de legenda, abaixo da imagem.

---

3 O recurso de GIFs sinalizados é uma alternativa de inovação de softwares de tradução português-Libras, que emprega a tradução de palavras e frases em português, falado ou escrito, para a Libras em sua forma gestual. Softwares de tradução empregam “GIFs gravados por pessoas ou renderizados em animações 3D para representar sinais em Libras” (Silva, 2017, p. 34).

Figura 1 – GIFs sinalizados para o menu do tutorial e o vídeo tutorial de criação de usuário e senha



Fonte: Site criado para hospedar o tutorial.

Seguindo a metodologia DIC, na fase de análise e conceituação do problema identificado na pesquisa, foi feita uma revisão bibliográfica, considerando as recomendações de acessibilidade na web para o público surdo. Nesse processo, identificou-se que o IFSC desenvolveu um tutorial on-line denominado “Manual do SIGAA do IFSC”, visando a instruir seus estudantes no acesso e uso do SIGAA. Esse material usa o português como língua de instrução, agregado a alguns recursos de imagem, para apresentar as funcionalidades do Módulo Discente aos estudantes. Em outras palavras, o manual pressupõe que seus usuários sejam letrados digitalmente e consigam ler, interpretar e usar o português escrito, que não é uma asserção verdadeira para o público surdo participante do estudo.

Ainda na fase de análise, foi feita a coleta de dados com os estudantes surdos participantes do estudo. Para tanto, aplicou-se um questionário para a construção do perfil dos participantes e duas oficinas com tarefas de acesso e uso do SIGAA. As tarefas da primeira oficina propuseram: “Atualizar o Cadastro”; “Fazer login e senha”, pois são pré-requisitos de acesso ao sistema acadêmico. Já as tarefas

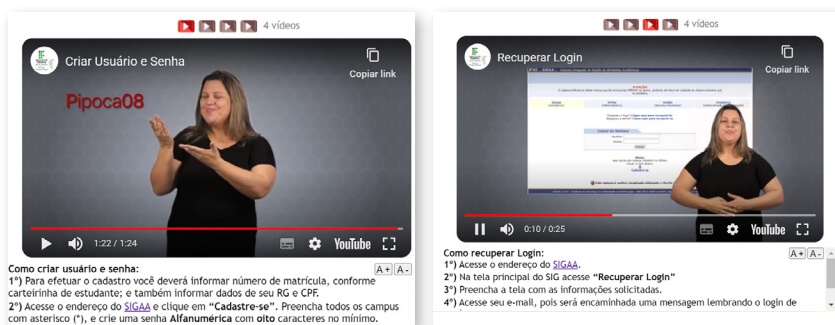
da segunda oficina propuseram: “Acessar o SIGAA – Módulo Discente”; “Pesquisar o Atestado de Matrícula”; “Pesquisar o Histórico Escolar”; e “Acessar a Ferramenta de Mensagem do SIGAA” e encaminhar e-mail para as pesquisadoras, com considerações ou sugestões de melhorias para o Manual do SIGAA. Para isso, os estudantes tiveram como apoio instrucional o atual [Manual SIGAA/IFSC](#).

A análise desses dados indicou que os estudantes surdos participantes do estudo têm diferentes níveis de desenvolvimento linguístico em Libras, de alfabetização e letramento em português escrito e de letramento digital, que torna complexo o acesso à informação digital por esse sujeito, além de desafiadora a elaboração de um produto educacional que atenda a essas necessidades. Os achados ainda mostraram que o atual manual não instrui os estudantes surdos participantes para acesso e uso do SIGAA, que há necessidade de informações que atendam às necessidades específicas desse público, e que transformar o atual manual em tutorial acessível é vital para que os estudantes surdos do IFSC possam ter direito ao acesso e uso do sistema acadêmico institucional, com o mínimo de barreira linguística e informacional possível. Com base nesses resultados iniciou-se a fase do *Design* do tutorial.

A fase do *Design* correspondeu à etapa do desenho do tutorial. Considerando o perfil identificado na fase anterior, foram feitos o planejamento e a roteirização das funcionalidades que seriam trabalhadas no tutorial. Além disso, buscou-se um *design* que promovesse acessibilidade e uso autônomo das funcionalidades do sistema acadêmico pelo público surdo. Nesse processo, decidiu-se pelo tutorial com vídeos em Libras e legendas em português. Conforme Fernandes (2018), o processo de gravação de vídeos em Libras é um trabalho multidisciplinar e, como tal, deve observar os seguintes procedimentos: i) a criação do texto em Libras; ii) o trabalho do intérprete; iii) a filmagem; e iv) a inclusão de legenda em português na edição de vídeos, elementos fundamentais para possibilitar a acessibilidade digital ao público surdo.

Na sequência, foram planejadas as formas de organizar e apresentar a estrutura do texto em vídeo e os recursos de acessibilidade e animação empregados nas janelas em Libras. A Figura 2 exemplifica os vídeos em Libras desenvolvidos para a funcionalidade criação de “Usuário e Senha” e recuperação de “Login”, a legenda em português escrito na base da imagem e indica, no topo, a quantidade de vídeos a ser assistida para a execução da tarefa.

**Figura 2 – Vídeos para criação de Usuário e Senha e recuperação de Login**



Fonte: Vídeos tutoriais do tutorial bilíngue.

A fase de desenvolvimento e implementação do tutorial considerou os métodos e as técnicas instrucionais que promovem acessibilidade digital e informacional do uso do SIGAA – Módulo Discente, a mídia mais apropriada para apresentação do conteúdo informacional e o mapeamento, estruturação e sequenciamento do conteúdo informacional do SIGAA – Módulo Discente, visando a atender as especificidades do público surdo. Para tanto, foi necessário compor uma equipe multidisciplinar composta pelas pesquisadoras, a *Web designer*, a Intérprete de Libras e a Editora de Vídeo do Câmpus PHB.

Antes de iniciar a gravação dos vídeos tutoriais, foi realizada a roteirização do conteúdo informacional e planejada a tradução do conteúdo para Libras. O roteiro foi organizado a partir do estudo

de cada funcionalidade, considerando o passo a passo de como executar a função no SIGAA – Módulo Discente. Após a definição do texto informacional do tutorial, foi realizado um encontro com a intérprete de Libras, visando à avaliação do conjunto de termos técnicos para a constituição do glossário do tutorial, processo este fundamental para o início da criação do produto educacional pretendido.

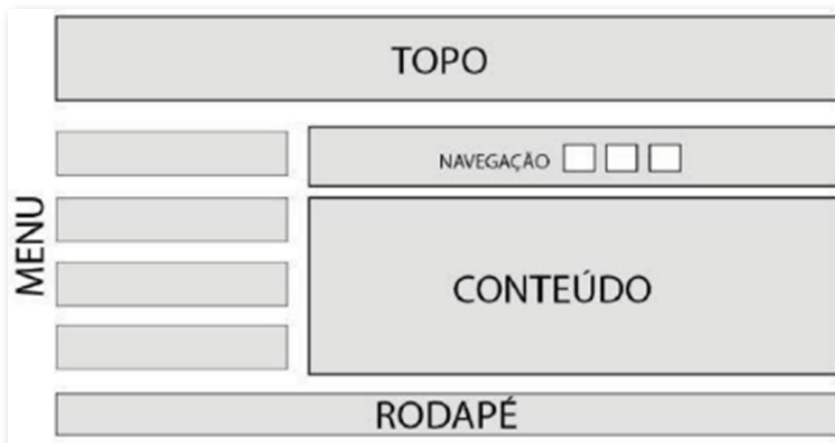
Após finalizar a captura de janela em Libras, a equipe multidisciplinar avaliou o material e, verificada sua qualidade, iniciou-se o processo de edição para produção dos vídeos tutoriais, utilizando o programa Adobe Premiere por ser um programa com resultados efetivos. Foram inseridas as capas de abertura de cada vídeo, com a legenda em português e um GIF animado. Os vídeos e GIFs do tutorial foram editados com o pacote Adobe, usando o After Effects para os vídeos e o Photoshop para os GIFs. Dentro desses programas foram utilizados recursos de texto, *chroma key*, correção de cor, entre outros. Na edição final de vídeos, foi utilizada a ferramenta Lumetri para correção das cores. Após a edição dos vídeos, iniciou-se o processo de criação do site para hospedar o tutorial bilíngue (Libras/Português), com uma reunião entre as pesquisadoras e a *web designer* para discutir o planejamento e o projeto do site. Nessa reunião, foi analisado o perfil dos estudantes surdos do estudo e definido o *briefing* e a identidade visual do site.

O *briefing* foi definido de acordo com critérios de acessibilidade do público surdo, a escrita de HTML (*Hypertext Markup Language*), escolhendo os elementos e a ordem lógica. Depois de estruturado, foi adicionado o CSS (*Cascading Style Sheets*) e a linguagem de programação Java script. Para o sistema que envolve a programação do tutorial, foi utilizada a biblioteca on-line de recursos [Jquery.com](http://Jquery.com). E, para a estrutura navegacional, empregou-se o recurso interativo da biblioteca [JQuery](#), denominado "*A complete navigation system*", desenvolvido por Piirainen (2019).

A estrutura básica do tutorial foi definida pela equipe multidisciplinar e dividida em: i) abertura (tela inicial com o vídeo explicativo);

ii) topo; iii) menu lateral; iv) *box* de conteúdo (onde são disponibilizados os vídeos e os textos); e v) o rodapé, conforme ilustra a Figura 3.

**Figura 3 – Estrutura Básica do Tutorial Bílingue**

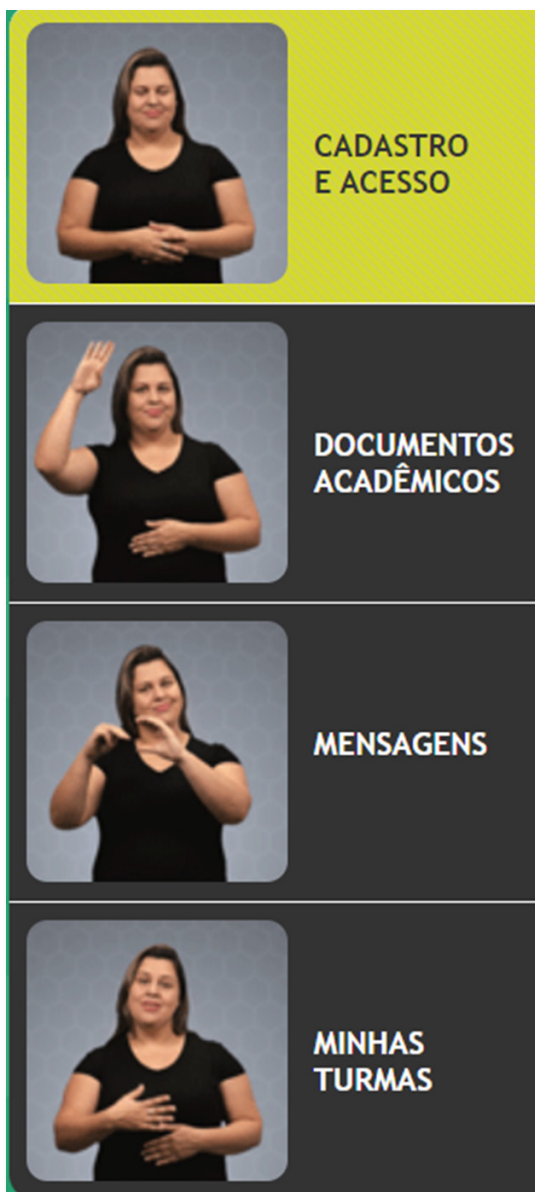


Fonte: Acervo das pesquisadoras.

Como indica a Figura 3, no “topo” são colocados o título do produto, o *link* para acesso rápido e fácil ao SIGAA e a marca do IFSC – Câmpus PHB, com *link* para a página da instituição. Essa solução de acessibilidade foi pensada pela equipe multidisciplinar em virtude da similaridade dos 24 *websites* institucionais que utilizam o mesmo *software* acadêmico.

O “menu” foi subdividido nas categorias: “cadastro e acesso”, “documentos acadêmicos”, “mensagens” e “minhas turmas”, organizadas pela ordem de acesso e prioridade com base no público-alvo, e utilizados os textos e os GIFs animados em Libras para ampliar as possibilidades de acesso nas duas línguas (Libras e Português). A Figura 4 mostra o menu do tutorial no site criado para hospedá-lo.

Figura 4 – Menu do Tutorial Bilingue



Fonte: Site criado para hospedar o tutorial.

No “box de conteúdo”, utilizou-se a mesma estratégia dos menus laterais, enfatizando o vídeo em Libras para facilitar a aprendizagem do estudante surdo e o texto em português caso algum estudante surdo ou ouvinte prefira acesso ao texto. Ícones fazendo alusão ao desenho de vídeos foram empregados para tornar mais visual e atrativa a interface para o estudante navegar e mostrar quantos vídeos cada categoria tem, com a informação também em português, para evitar problemas de compreensão no uso do tutorial. A Figura 5 ilustra o box de conteúdo e indica a quantidade de vídeos a serem assistidos para a funcionalidade “Criar Usuário e Senha”.

**Figura 5 – Box de conteúdo e indicação de vídeos do tutorial**



2 vídeos

Atestado de Matrícula

Copiar link

PESQUISAR ATESTADO DE MATRÍCULA

Assistir no YouTube

**Pesquisar Atestado de matrícula**

- 1º) Acesse a tela principal do Portal Discente.
- 2º) Selecione a aba “Ensino” e a função “Atestado de Matrícula”.
- 3º) O documento abrirá para consulta e pode ser impresso.

Fonte: Site criado para hospedar o tutorial.

No “rodapé” foi disponibilizado o acesso ao atual manual desenvolvido pelo IFSC. A identidade visual do tutorial espelha a identidade

do atual manual, buscando manter o padrão de cores utilizadas pela instituição e facilitar a associação entre o produto estático e o interativo, já que tratam do mesmo objeto e conteúdo, mas com perspectivas diferentes. A título de ilustração, a figura 6 mostra o site que hospedou o tutorial bilíngue, com foco em documentos acadêmicos e a indicação de 2 vídeos.

**Figura 6 – Site do tutorial bilíngue**



Fonte: Site criado para hospedar o tutorial.

A opção de apresentar o tutorial bilíngue em formato digital em um [website](#) se justifica pelas vantagens na utilização desse tipo de mídia. Entre as vantagens indica-se: i) a facilidade em editar e atualizar as informações; ii) a dispensa da instalação de *plug-ins* ou de qualquer recurso para funcionar; iii) a ampliação do alcance proporcionado pela internet; iv) a aplicação de técnicas de acessibilidade; e v) a compatibilidade com vários dispositivos on-line e off-line. Depois de pronto, o tutorial bilíngue e o site que o hospedou foram submetidos à última fase da metodologia empregada: a avaliação.

A fase de avaliação é a etapa na qual o público-alvo testa a usabilidade do produto, avaliando seu potencial de apresentação

informacional e estética. Para isso, 12 estudantes surdos participaram de uma terceira oficina. Nela, eles desenvolveram as mesmas tarefas da segunda oficina, usando o tutorial bilíngue como apoio instrucional em vez do manual atual, e, em seguida, responderam a um questionário avaliando os recursos usados no tutorial.

A análise dos dados da terceira oficina mostrou que, dos 12 participantes, 8 conseguiram concluir as tarefas com êxito e em menor tempo que na segunda oficina. A título de exemplificação, na oficina 2, o estudante que levou 14 minutos para executar a tarefa 4 com o apoio do manual, levou 3 minutos para executar a mesma tarefa com o apoio do tutorial. Cabe destacar que entre os participantes da oficina 3 estavam aqueles que demonstraram baixo nível de letramento digital e pouco domínio de Libras ou de português escrito e os que demonstraram ter alto nível de letramento digital e bom domínio de Libras e/ou de português escrito. Cabe destacar ainda que, dos participantes da oficina 3 que finalizaram as tarefas com o apoio instrucional do tutorial, apenas um deles havia finalizado as tarefas da segunda oficina, na qual foi usado o manual como apoio para acesso e uso do SIGAA. Tal resultado evidencia a eficácia do tutorial bilíngue criado para o estudo.

O questionário avaliativo, que buscou a percepção dos estudantes surdos participantes do estudo quanto ao uso dos recursos de acessibilidade do tutorial, ou seja, o uso das imagens, dos GIFs sinalizados em Libras, dos vídeos em Libras, das legendas em português e das animações usadas para destacar informações, concordaram, em sua maioria (entre 100% a 75%), que os recursos de acessibilidade usados no Tutorial Bilíngue promovem acesso e uso das funcionalidades do SIGAA – Módulo Discente pelo estudante surdo. Os dados do questionário foram sistematizados no Quadro 1.

## Quadro 1 – Percepção dos participantes sobre recursos de acessibilidade

RECURSOS DE ACESSIBILIDADE DO TUTORIAL BILÍNGUE	DISCORDO	INDIFERENTE	CONCORDO
Uso de imagens	0%	8,3%	91,66%
GIFs sinalizados em Libras	0%	8,3%	91,66%
Vídeos em Libras	0%	0%	100%
Legendas em português	0%	25%	75%
Animações para destacar informação	0%	8,3%	91,66%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme indica o Quadro 1, o resultado da análise do questionário avaliativo do tutorial bilíngue valida o construto teórico-metodológico – DIC – usado para a criação do tutorial bilíngue voltado para a acessibilidade e usabilidade do SIGAA – Módulo Discente do IFSC pelo público surdo. A próxima seção tece algumas considerações finais.

## Considerações finais

Com base nos resultados do estudo, defende-se que o tutorial bilíngue para acesso e uso do SIGAA – Módulo Discente pelos estudantes surdos do IFSC tornou-se um projeto de educação profissional e tecnológica bilíngue (Libras/português) orientado pela política da diferença, que percebe a inclusão a partir de uma leitura da realidade da cultura surda, e se embasa no bilinguismo para definir seus princípios e pressupostos educacionais, contextualizando no processo formativo.

Como evidenciado, o tutorial bilíngue validou o DIC (Filatro, 2003) como construto teórico-metodológico para planejar a criação do tutorial, adequando-o à situação didática de Educação Bilíngue Libras/Português. As fases metodológicas do desenvolvimento do produto educacional: análise, *design* e desenvolvimento, implementação e avaliação, foram planejadas a partir da observação de aspectos

pedagógicos, organizacionais e culturais do contexto da educação bilíngue, visando à manutenção do cabedal teórico da pedagogia bilíngue, que explicita o processo de aprendizagem do estudante surdo e uma metodologia didática adequada à experiência visoespacial.

Ainda, o tutorial bilíngue traz contribuição para a formação de professores que não se veem preparados para ensinar o diferente, para a inclusão de estudantes surdos na EPT e para a criação de outros produtos educacionais. Por fim, mas não menos importante, alerta-se que, sem a observação das especificidades do público surdo, assim como dos entraves e das barreiras linguísticas que esse público encontra no cotidiano da rotina educacional, não é possível promover um plano de educação emancipatória para esses sujeitos sociais.

A partir do exposto, consideramos que o tutorial bilíngue demonstrou ter alto grau de inovação, por ter viabilizado acessibilidade e usabilidade de uma plataforma acadêmica inacessível ao estudante surdo, o SIGAA – Módulo Discente. Demonstrou também ser um produto com alto grau de complexidade, pela densidade do construto teórico-metodológico usado, pela demanda de diferentes áreas de conhecimento para sua elaboração, mas que pode ser minimizada pelos procedimentos descritivos-explicativos encontrados na [dissertação](#) que o gerou. Justamente pelo detalhamento dos procedimentos usados para o planejamento, construção, implementação e avaliação do tutorial bilíngue, este possibilita alto grau de replicabilidade e abrangência.

Entretanto, alerta-se para a necessidade de expandir a customização de outras funcionalidades do sistema acadêmico, a fim de ampliar o tutorial como ferramenta inclusiva para estudantes surdos e a usabilidade do sistema por esse público, colaborando, assim, não apenas com a qualificação da inclusão e interação pretendidas, mas também com o atendimento prestado pela Secretaria e Registro Acadêmico ao estudante surdo da instituição, além de poder ser usado como material para a criação de outros produtos voltados para a inclusão do sujeito surdo na EPT e em outros contextos sociais.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Lei de Acesso à Informação. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico/** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Brasília: MP, SLTI, 2014. Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FERNANDES, Alexsandro M. **Produzindo Vídeos Acessíveis com Janela de Libras.** (2018). Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206213/2/eBook\\_Libras\\_videos.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206213/2/eBook_Libras_videos.pdf). Acesso em: 21 set. 2019.

FILATRO, Andrea. **Design Instrucional Contextualizado:** educação e tecnologia. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

KAPLÚN, Gabriel. Materiais educativos: experiência de aprendizagem. **Revista Comunicação & Educação**, n. 271, 2003, p. 46-60. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491> Acesso em: 2 nov. 2019.

PIIRAINEN. A **Complete navigation system.** Disponível em: <http://jQueryTools.org>. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVA, Bruno Rafael Ferreira Souza Barbosa da. **Objeto de aprendizagem baseado em redes sociais para ensaio de Libras a alunos ouvintes.** Dissertação (Mestrado em Informática), Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Computação. 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/2414>. Acesso em: 24 dez. 2024.



## Capítulo 7

# **Guia Educacional sobre os fatores de permanência e êxito dos estudantes egressos da rede pública do ensino fundamental no ensino médio integrado do IFSC – Câmpus Florianópolis**

*ESTELA MARIS RIBEIRO*

*PESTELARIBEIRO@GMAIL.COM*

*GISLENE MIOTTO C. RAYMUNDO*

*GISLENE.MIOTTO@IFSC.EDU.BR*

## Apresentação

O objetivo deste capítulo é discutir sobre o Guia Educacional que foi elaborado como produto educacional da dissertação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) realizado no IFSC pela primeira autora deste trabalho. Esse guia foi desenvolvido durante o percurso formativo e nele foram abordados os fatores de permanência e êxito dos estudantes egressos da rede pública do Ensino Fundamental no Ensino Médio Integrado do IFSC – Câmpus Florianópolis.

A Educação Básica constitui um direito de todos. A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996 define como dever do Estado a obrigatoriedade e a gratuidade ao Ensino Médio. Assim, todos os estudantes, em especial da rede pública, precisam saber sobre as possibilidades de ingressar no ensino público e gratuito dos Institutos Federais.

O processo de ingresso aos Institutos Federais, em específico o do IFSC – Câmpus Florianópolis é semestral e envolve uma prova classificatória de conhecimentos de língua portuguesa e matemática. Após aprovação, é necessário que o estudante tenha condições objetivas de permanência e êxito. Para tal sucesso, é importante que os estudantes conheçam previamente as políticas de assistência estudantil e suas possibilidades de contribuição.

Nesse sentido, esta pesquisa apresentou-se como um desafio e uma oportunidade de verificar como os estudantes da rede pública enfrentam as dificuldades para permanecerem com êxito nos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI), ofertados no IFSC – Câmpus Florianópolis. As estratégias de investigação buscam apontar as possibilidades de conhecer os programas que colaboram para a permanência e êxito dos estudantes.

Segundo Raykil (2014), a implementação de programas de permanência pelas instituições contribui para a reformulação de importantes políticas públicas. Ao inteirar-se sobre as trajetórias dos egressos, a autora evidencia que os cursos técnicos impactam diretamente na vida profissional dos estudantes, pelo processo de aprendizagem e de inserção profissional, evidenciando não só o estudante, mas toda a comunidade onde ele está inserido.

Deste modo, a construção desta pesquisa e do produto educacional apresentou como objetivo geral investigar os desafios enfrentados pelos estudantes egressos do Ensino Fundamental da rede pública aprovados nos processos seletivos de 2017 e 2018, nos Cursos Técnicos Integrados IFSC – Câmpus Florianópolis. Neste contexto apresenta-se o seguinte problema de investigação: Quais são as condições necessárias para o enfrentamento dos desafios encontrados pelos egressos do Ensino Fundamental da rede pública para permanecer com êxito nos Cursos de Ensino Médio Integrado do IFSC – Câmpus Florianópolis nos processos seletivos de 2017 e 2018? A linha de pesquisa refere-se às “Práticas Educativas em EPT” e no macroprojeto “Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na Educação Profissional e Tecnológica”, que se insere neste estudo.

Para a elaboração do produto educacional, realizou-se o levantamento das informações contidas no questionário socioeconômico dos editais de ingresso nos Cursos Técnicos do Ensino Médio Integrado, de 2017 e 2018.

Os dados mostraram que o total de inscritos neste período foram 6.458. Destes, 389 estudantes atenderam os critérios estabelecidos para esse estudo, porém oito estudantes não indicaram o endereço eletrônico no questionário socioeconômico, sendo encaminhados 381 e-mails, com uma carta de apresentação e de solicitação para colaborar com esta pesquisa.

Como resposta, obteve-se 35 possibilidades de contato, correspondente a 31 estudantes e quatro pais/responsáveis que demonstraram interesse em participar da pesquisa. Destes, 16 tiveram as condições necessárias para o preenchimento do formulário no que tange aos Termos de Autorização. Entretanto, 14 estudantes responderam ao instrumento de pesquisa.

O segundo questionário, destinado aos 14 ingressantes, foi organizado com perguntas sobre o perfil dos ingressantes, os desafios e motivações que enfrentam para continuar como estudantes no IFSC, grau de satisfação com o processo ensino e aprendizagem, rendimento escolar, alimentação, transporte e os possíveis desafios que interferem na sua permanência e êxito nos Cursos Técnicos Integrados no Câmpus Florianópolis.

As questões abertas, apresentadas durante o processo de preenchimento dos questionários, foram configuradas com pontos para discussão e contextualização no texto da dissertação e, principalmente, na organização do Guia Educacional com ênfase na partilha destas experiências e expectativas.

Os dados do questionário socioeconômico sobre a divulgação do processo seletivo para ingresso no IFSC estão discriminados na Tabela 1, apresentada a seguir.

**Tabela 1 – Divulgação dos processos seletivos por amostra do EMI do IFSC – Câmpus Florianópolis (2017 e 2018)**

Ano de Ingresso	Familiares e Amigos	Professores e Servidores da Escola	Meios de comunicação	Visita ao IFSC	Diferentes Ambientes sociais (trabalho, igreja, sindicatos...)
2017.1	77	24	09	03	00
2017.2	53	14	07	03	01
2018.1	64	37	10	00	05
2018.2	56	13	09	01	00
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>88</b>	<b>35</b>	<b>07</b>	<b>06</b>
<b>%</b>	<b>64,26</b>	<b>22,62</b>	<b>8,99</b>	<b>1,79</b>	<b>1,54</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras (2020).

De acordo com a Tabela 1, constatou-se que a família e amigos foram os responsáveis pela divulgação do curso com índice de 64,26%, enquanto professores e servidores obtiveram um percentual de 22,62%.

A partir da leitura desses dados compreendeu-se que seria de fundamental importância o desenvolvimento de um produto educacional que contribuísse para que todos os estudantes tivessem acesso aos processos seletivos e aos projetos desenvolvidos pelos IFs, possibilitando o êxito e permanência desses estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e inseridos em contextos de exclusão econômica e sociocultural.

## O produto educacional: Construindo caminhos com o Guia Educacional para estudar no IFSC – Câmpus Florianópolis

Nesta pesquisa, a elaboração do produto educacional busca contribuir para que a escola nos anos finais do ensino fundamental possa oferecer informações sobre as possibilidades de acesso aos cursos ofertados pelo Instituto Federal e também conhecer os programas de assistência estudantil que viabilizam a permanência e êxito dos estudantes nesses cursos.

Constatou-se, outrossim, que todos os candidatos responderam “não” para a pergunta referente à solicitação de assistência estudantil, indicando a falta de conhecimento sobre as políticas de permanência e êxito, implementadas pelos Programas de Assistência Estudantil do Instituto Federal.

Segundo Saviani (2013, p. 752 *apud* Zibenberg, 2016), “se a educação é proclamada como um direito e reconhecida como tal pelo Poder Público, cabe a este poder a responsabilidade de prover os meios para que o referido direito se efetive”. Portanto, não é suficiente o Estado garantir o acesso à educação como um direito, mas cabe a ele também, a responsabilidade de que as políticas sejam acompanhadas pela efetividade de suas ações.

Para Zluhan e Raitz (2014, p. 259), o tempo escolar vivido no Ensino Médio é um período que se apresenta para os jovens com inúmeras dimensões, como o acesso ao mundo do trabalho, continuidade dos estudos e os projetos de vida que se relacionam com as expectativas do que desejam para o futuro. “Os desafios para garantir a relação dos jovens com a escola de ensino médio são múltiplos. A democratização deste nível de ensino não é por si só, garantia de qualidade. Somos desafiados a pensar em uma educação que dê suporte à juventude, nas suas multiplicidades.”

A escolha de um Guia Educacional, como produto educacional, constitui uma ferramenta pedagógica com o objetivo de divulgar aos estudantes, pais, responsáveis e aos profissionais da educação sobre as possibilidades de acesso ao processo seletivo do IFSC. Além disso, busca evidenciar e esclarecer quais as estratégias em oportunizar a permanência e êxito do Ensino Médio Integrado do IFSC.

O Guia Educacional tem como título: *IFSC é pra você Chegar, Permanecer e ter Sucesso em seus Estudos!* É direcionado aos estudantes do 9º ano, com idade entre 14 e 17 anos, seus responsáveis e profissionais da educação que atendem esse público.

Comporta múltiplas linguagens (imagem, texto escrito, símbolos) que, de forma fácil, ágil e objetiva, conduzem o leitor a transitar pelas informações que foram disponibilizadas. Apresenta, ainda, a estrutura, as políticas de acesso, a organização didático-pedagógica e o contexto educativo da instituição de forma simplificada, oportunizando o conhecimento das diversas ações que colaboram para a permanência e êxito do estudante no IFSC.

Encontra-se divulgado no seguinte endereço eletrônico: <https://guiado9anoparaoifsc.wixsite.com/guiaestudantil>. É composto pela página principal, que remete a nove abas com o desdobramento em 15 seções encontradas nas páginas secundárias, com *links* que se reportam ao site oficial do IFSC – Câmpus Florianópolis. A estrutura desse Guia permite aos estudantes interagir com o produto, explorando todos os campos do site e os que são indicados nos *links*, sem a mediação dos educadores ou seus responsáveis, devido à facilidade em seu acesso.

As palavras que compõem o seu menu principal são: Apresentação, IFSC, Aluno, Dicas de estudo, Permanência e êxito, Lembre-se! *Links*, Depoimentos e Mais, conforme demonstrado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Menu do site



Fonte: Elaborada pelas autoras (2020).

Na página principal, há um alerta importante deste Guia Educacional, que não substitui o acompanhamento rigoroso dos editais da Instituição. Os interessados devem buscar na página oficial da instituição os editais que determinam criteriosamente as orientações de como o candidato deve proceder para cumprir e se adequar ao processo seletivo. Por isso, existe um *link* que se destina ao endereço oficial para a localização dos editais e do calendário do processo seletivo em vigor. O símbolo em forma de triângulo, alerta para o cuidado e adverte, para que não passe despercebido pelos estudantes e outros visitantes que o Guia Educacional é um documento que permite conhecer a instituição.

Figura 2 – Página principal do Menu do site do IFSC



Fonte: Elaborada pelas autoras (2020).

Nesse guia o leitor encontrará informações sobre o IFSC, os cursos ofertados e porque estudar no IFSC. Também há relatos dos sujeitos participantes desta pesquisa tais como: a importância de frequentar um curso técnico profissionalizante; valorização da escola pública; ênfase no crescimento pessoal. O guia apresenta ainda orientações sobre o processo de preparação para o processo seletivo, como candidatar-se para as vagas de estudantes cotistas e informações sobre os programas e ações do IFSC para permanecer e obter êxito.

O Guia Educacional enfatiza em muitos momentos os depoimentos dos egressos que revelam as diversas experiências, vivenciadas no seu dia a dia no câmpus, com o propósito de que os leitores possam se sentir encorajados, especialmente, os jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, para que possam encontrar nos Programas de Assistência Estudantil as oportunidades para alcançar êxito durante o percurso formativo.

A aba “Aluno” mostra os motivos que conduzem os discentes a empenhar-se para se tornar estudante do IFSC, o que pensam dos cursos em que estão matriculados, suas vivências no câmpus, o que idealiza durante os estudos para sua vida pessoal e profissional.

## Figura 3 – Aba aluno

### O que pensam os alunos sobre os cursos que estão matriculados?

Os estudantes que participaram da pesquisa foram identificados por número e curso.

"Como eu sempre estudei em escola pública, uma coisa que mudou muito foi o conhecimento obtido pelas oportunidades que o IFSC oferece, como os experimentos em laboratórios, o que eu acredito que eu não teria se não tivesse no IFSC, porque não tenho condições de pagar por uma escola particular." (Estudante 4 - EMI de Saneamento)



"Primeiro eu queria fazer edificações, mas depois fui conhecendo a área de saneamento e estou gostando cada vez mais." (Estudante 10- EMI de Saneamento)

"Eu gosto das teorias e práticas de química." (Estudante 1 de EMI de Química)

"Mistura de diversas matérias como biologia, matemática, física tudo envolvendo saneamento." (Estudante 13- EMI de Saneamento)

"Meu curso é da área que eu pretendo seguir, tem conteúdo interessante e matérias técnicas legais." (Estudante 8- EMI de Química)

"Na semana de ciência e tecnologia fui guia de diversas escolas e perceber quantas pessoas gostariam de estar aqui [...]." (Estudante 2 de EMI de Química)



"Toda a minha perspectiva de mundo, o meu olhar sobre o mundo se alterou muito." (Estudante 7- EMI de Química)

"Participação em bolsa de pesquisa no Campus." (Estudante 7- EMI de Química)

"Gosto dos temas que o curso aborda e as amplas oportunidades no mercado de trabalho." (Estudante 4 - EMI de Saneamento)



"Os professores são ótimos, a maneira que nos ensinam a matéria facilita muito o aprendizado e nos deixam mais motivados a continuar na área. E quanto ao curso, aprendi a amar, pois enxerguei de forma menos preconceituosa, de uma forma diferente de que muitos pensam e dizem ser o saneamento." (Estudante 11-EMI de Saneamento)

"Era o meu sonho virar cientista desde a minha infância, quando conheci a química no quarto ano do fundamental através de programas como Telecurso 2000, decidi que queria trabalhar com isso. Hoje em dia quero me graduar em biotecnologia, mas a química ainda é muito importante na minha vida." (Estudante 7- EMI de Química)

Autoras:  
ESTELA MARIS RIBEIRO

Orientadora:  
GISLENE MIOTO C. RAYMUNDO

2020

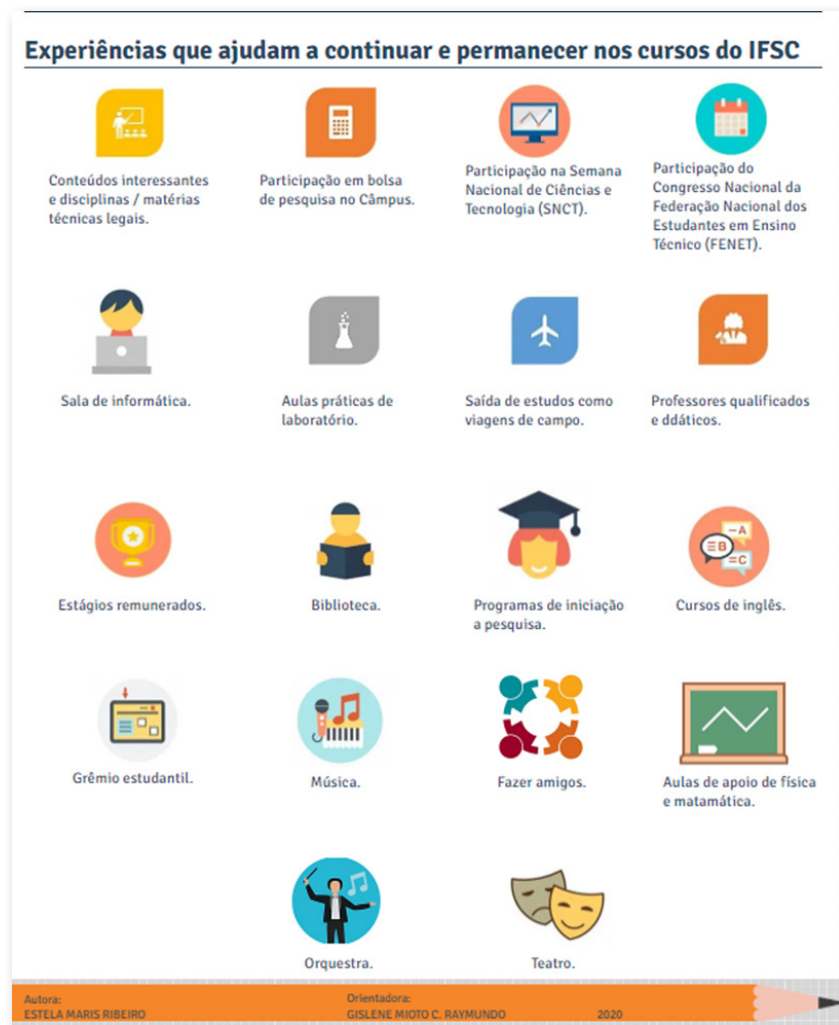
Fonte: Elaborada pelas autoras (2020).

Portanto, considerou-se necessário citar neste guia as vagas destinadas para a ampla concorrência e as vagas para os candidatos cotistas (da rede pública, negros, indígenas e por renda salarial). Para os egressos da rede pública que compõem o conjunto de amostra da pesquisa, enquadrando-se em grande parte na condição de alunos cotistas, pois 64,29% obtiveram aprovação para as vagas das ações afirmativas e 35,71% para ampla concorrência.

A próxima seção intitula-se “Dicas de estudos”, apresentando um rol de indicações e dicas que sinalizam alguns dos fatores que colaboraram para a permanência e o êxito dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como estudo, empenho, dedicação, organização e planejamento da rotina diária.

Para abordar “Permanência e Êxito”, na quinta seção, construiu-se um diálogo com os estudantes remetendo para uma reflexão: “O que é permanência e êxito?” Quais são os desafios que se colocam durante esse percurso? Também foi indagado sobre as experiências que os ajudaram a continuar e permanecer nos cursos do IFSC, dentre elas, as atividades de apoio pedagógico, saídas de estudo, participação em debates e eventos científicos que fazem parte da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal.

Figura 4 – Permanência e Êxito



Fonte: Elaborada pelas autoras (2020).

No guia também são apresentados os Programas de Assistência Estudantil. Importante destacar que essas políticas públicas estão sujeitas a ampliação ou cortes orçamentários por parte do governo,

pois não dependem de recursos do IFSC. O guia apresenta *links* vinculados aos diversos setores do IFSC e, na última seção, são exibidas informações sobre a autoria desse produto educacional, encerrando com um convite ao leitor para participar do processo de avaliação do referido guia.

Esse produto educacional também foi compartilhado no espaço do Portal Educacional da Escola Básica Municipal Osmar Cunha, na aba do Curso Preparatório para o IFSC, com as atividades de estudo para o processo seletivo de 2020, disponível no endereço eletrônico: [https://drive.google.com/file/d/1XBEOApedJZqkI3-\\_KTsySrORZZ\\_56cKV/view](https://drive.google.com/file/d/1XBEOApedJZqkI3-_KTsySrORZZ_56cKV/view).

O compartilhamento também ocorreu via WhatsApp para os demais alunos que compõem as três turmas do 9º ano da mesma Unidade de Ensino localizada no norte da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, e que participava do Projeto Preparatório para o IFSC. O período de divulgação do Guia Educacional ocorreu entre os dias 7 de julho e 31 de agosto de 2020, sendo registrados 181 acessos.

Diante dos desafios apresentados ao longo do processo de produção desse Guia, por se tratar de um período da pandemia de Covid-19, optou-se no primeiro momento em socializar somente com os estudantes do 9º ano e os sujeitos participantes da amostra da pesquisa. Em seguida, procurou-se buscar outros segmentos, que por certo estão diretamente envolvidos com os estudantes da Rede Municipal de Florianópolis, como os pais ou responsáveis e os profissionais da educação.

## Considerações finais

O processo de elaboração e aplicação do Guia Educacional apresentou-se como estratégia de aproximação dos estudantes que estão finalizando o Ensino Fundamental e os que conseguiram acesso ao Ensino Médio na modalidade da EPT.

As considerações sobre o Guia Educacional apontadas pelos avaliadores revelam desconhecimento da proposta do Ensino Médio Integrado do IFSC. As informações foram criteriosamente selecionadas e, desta forma, mostraram-se significativas para compreender o propósito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No entanto, os avaliadores apontaram a necessidade de ampliar e incorporar, no produto educacional, sugestões que foram registradas a fim de torná-lo o mais eficiente possível.

Na avaliação dos estudantes, as informações disponibilizadas oportunizaram conhecer o IFSC, a partir dos relatos dos ingressantes. Para os profissionais da educação, por exemplo, as sugestões foram inserir depoimentos de egressos dos cursos do IFSC, que estão trabalhando nas áreas de sua formação, além de indicar as possibilidades de acesso a diversos laboratórios, biblioteca, sala de informática, grupos artísticos (teatro e orquestra), grupos esportivos, programas de iniciação científica e estágios remunerados. Para o grupo de pais, o Guia apresenta-se bem explicativo.

Enfatiza-se que os egressos compartilharam suas histórias de êxito, expuseram situações de envolvimento oportunizadas pela instituição, dentro e fora do câmpus, o que agrega aos processos de aprendizagem, a importância do estudo e das experiências significativas vividas para a construção da identidade estudantil. Esse compartilhamento oportuniza visibilidade à rede pública, pois são relatos dos egressos que vêm obtendo sucesso nos Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado do IFSC – Câmpus Florianópolis.

Nesse sentido, procurou-se mapear as condições de permanência e êxito dos estudantes da rede pública, permanecendo aberta a proposta para novas descobertas, como a relação da solicitação do Programa de Assistência Estudantil, os índices de aprovação, evasão, retenção e conclusão desses estudantes, enquanto egressos da rede pública.

Dessa forma, o Guia Educacional torna-se uma alternativa de divulgação para a própria instituição e para as Unidades de Ensino,

no sentido de democratizar e difundir as informações específicas de interesse dos estudantes que encontrarão, no produto educacional, as orientações necessárias, principalmente em relação às questões acerca das políticas de ingresso e de permanência disponíveis para os estudantes de escolas públicas.

Uma característica importante a ser dissertada é sobre o produto educacional que durante a sua aplicação teve como ponto de partida a motivação para os estudantes do 9º ano e seus responsáveis que se sentiram persuadidos em pertencer ao EMI do IFSC, especialmente, aos jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, para que possam encontrar nos Programas de Assistência Estudantil as oportunidades para alcançar êxito durante o percurso formativo.

Diante do exposto, enfatiza-se que as orientações sistematizadas no Guia Educacional objetivam auxiliar os estudantes que estão concluindo o 9º ano a lograr êxito no processo seletivo para o EMI, pois afinal o “IFSC é pra você Chegar, Permanecer e obter Sucessos em seus Estudos”.

## Referências

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 7 fev. 2024.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL OSMARCUNHA. **Portaleducacional.** 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1XBE0ApedJZqkI3-KTsySrORZZ\\_56cKV/](https://drive.google.com/file/d/1XBE0ApedJZqkI3-KTsySrORZZ_56cKV/). Acesso em: 12 fev. 2024.

RAYKIL, Eladyr Boaventura. **Impacto dos cursos técnicos integrados e subsequentes na vida profissional dos egressos:** reflexos do primeiro quinquênio do IFBA – Câmpus Porto Seguro. 2014, 139 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RIBEIRO, Estela Maris. **Guia para estudantes do 9º ano que desejam ingressar no ensino médio integrado do IFSC.** 2020. Disponível em: <https://guiado-9anoparaoifsc.wixsite.com/gui aestudentil>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RIBEIRO, Estela Maris. **Guia educacional sobre os fatores de permanência e êxito dos estudantes egressos da rede pública do ensino fundamental no ensino médio integrado do IFSC-Câmpus Florianópolis.** 2020, 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional), Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

ZIBENBERG, Igor Ghelman Sordi. **Permanência e êxito na passagem pelo ensino médio integrado:** implicações do capital cultural e do ofício de aluno na seletividade escolar. 2016, 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ZLUHAN, Mara R.; RAITZ, Tânia R. Juventudes e as múltiplas maneiras de ser jovem na atualidade. **Revista de Ciências Humanas**, v. 48, n. 2, 2014, p.247-262. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2014v48n2p282>. Acesso em: 24 dez. 2024.



## Capítulo 8

**Vamos falar sobre aprendizagem,  
qualidade e segurança  
em nosso trabalho**

## Apresentação

Este texto apresenta algumas considerações a respeito do produto educacional nomeado “Vamos falar sobre aprendizagem, qualidade e segurança em nosso trabalho”<sup>5,6</sup>, composto por um *banner* digital. Tais produtos se enquadram, de acordo com a área 46 da Capes, com tipologia de material didático. O produto educacional faz parte da dissertação nomeada “Capacitação de Motoristas de Caminhões-Tanque em ambientes não formais no sistema Petrobras do Estado de Santa Catarina”<sup>7</sup> e foi elaborado entre os anos de 2018 e 2020 no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT IFSC). A área de concentração à qual o trabalho se vinculou foi a de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a linha de pesquisa foi “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”.

O objetivo da pesquisa foi compreender o desenvolvimento de transmissão de conhecimento sobre o processo de trabalho entre os motoristas de caminhões-tanque que operam em Santa Catarina e formular material didático por meio da revisão da literatura, que facilite

4 Esta pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Nilo Otani.

5 Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/571671>.

6 Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/571674>.

7 Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9245729](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9245729).

a absorção dos principais conceitos envolvidos no processo de trabalho. Sua base teórica sustenta-se sobre as discussões dos espaços não formais de educação e educação e trabalho tendo Ferreira (2003), Hug (2005) e Viera Pinto (2008), entre outros, como autores principais.

A capacitação de motoristas de caminhões-tanque constitui uma importante fonte de estudos em nível acadêmico, visto que explora conceitos vinculados ao aprendizado e à produção de conhecimentos em ambientes de natureza não formal, notadamente nos espaços laborais de trabalho dos caminhoneiros. A capacitação nestes ambientes ditos não formais ocorre de maneira diversa, envolvendo a transmissão de conhecimentos entre seus pares, que se dá em um contexto social que envolve conceitos relacionados à formação de uma autêntica comunidade de prática. Este estudo, majoritariamente qualitativo, trata-se de uma pesquisa aplicada. A coleta de dados foi realizada no próprio local de estudo: uma plataforma de carregamento de líquidos inflamáveis localizada na região da Grande Florianópolis, mais especificamente no município de Biguaçu, Santa Catarina (SC). A temática básica da entrevista realizada com os caminhoneiros esteve ligada aos problemas advindos da aquisição e transmissão de conhecimentos. Foram coletados dados sociodemográficos que incluíam nome, idade, grau de instrução e tempo na profissão. A segunda parte da pesquisa investigava as principais dificuldades de aprendizagem no mundo do trabalho, compreendendo questionamentos sobre a maneira de elucidar as dificuldades de aprendizagem e, por fim, qual seria o tipo de material didático mais apropriado para uma melhor aquisição de conhecimentos oriundos do mundo laboral.

Focalizando-se no resultado da pesquisa constatou-se que os caminhoneiros possuem uma média de idade de 44 anos, com tempo de experiência de profissão de 19 anos. Destes, 30% deles têm dificuldade em seguir padrões dos processos de trabalho, 23% têm dificuldade de interagir com a tecnologia, 20% sofrem pressão do empregador por resultados e 17% têm falta de concentração nos processos de trabalho.

Os resultados obtidos demonstram que 33% dos caminhoneiros consideraram que a promoção de um maior número de ciclos de capacitação poderia aumentar o aprendizado dos processos industriais, 23% responderam que uma maior atenção aos processos normatizados poderia lhes ajudar na aquisição de conhecimento das normas internas de carregamento, 17% apontaram que mostrar as normas em processos mais práticos lhes poderia ajudar e 13% consideraram que a redução da carga de trabalho poderia lhes proporcionar maior tempo para capacitação.

Considerando os resultados da pesquisa, foi desenvolvido um material didático útil no processo de aquisição de conhecimentos por parte dos caminhoneiros. Neste contexto criou-se a figura de um personagem (*avatar*) que refletisse o modelo ideal de um caminhoneiro padrão e que transmitisse conhecimentos.

O conceito e a criação de um *avatar*, uma figura criada e baseada em uma história em quadrinhos, estruturada na figura do próprio caminhoneiro, foi a estratégia utilizada para propor um produto educacional baseado em um programa de quatro semanas, em uma cartilha digital que era continuamente apresentada para toda a força de trabalho em uma tela virtual. A caracterização do *avatar*, seus trajes e sua fisionomia foram baseados na figura média do caminhoneiro que atua na plataforma de carregamento.

O produto educacional foi baseado no modelo de aprendizagem tipo *Microlearning*, em que pequenas doses de conhecimentos eram inseridas no cotidiano diário do caminhoneiro, que consumia o Produto Educacional enquanto esperava o seu tempo para carregamento (Alves; André, 2020). O material continha assuntos diversos, tais como a importância do uso de equipamento de proteção individual (EPI), ergonomia, segurança no trabalho, educação de trânsito, manutenção veicular e alimentação saudável.

Na sequência, discorre-se sobre o desenvolvimento do produto educacional a fim de trazer luz às possibilidades formativas que a atividade buscou apontar.

## O produto educacional

O produto educacional proposto foi a construção de um *banner* digital ilustrado com uma temática direcionada para os principais conceitos do processo de trabalho inerentes à prática laboral dos sujeitos da pesquisa. Assim, o produto educacional foi modelado e construído com base nos resultados da pesquisa, criando-se a figura de um *avatar*, apelidado de Tião, que apresentava mensagens importantes para a faina dos processos de aprendizagem dos caminhoneiros.

Da Silva (2010) nos relata que o termo *avatar* tem uma conotação distinta entre o oriente e o ocidente – para os orientais, o termo pode significar a devoção de uma determinada divindade, principalmente em países como a Índia e o Paquistão. No ocidente, segundo a mesma autora, o termo pode significar a caracterização de um determinado personagem, redesenhado e com condições específicas de existência, fruto da imaginação de seu criador.

Bacelar *et al.* (2009) nos remetem à ideia de que o uso de ilustrações permite aos sujeitos da pesquisa uma maior aproximação com sua realidade, a visualização de todos os detalhes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, bem como uma maior percepção dos processos laborais que ocorrem de forma muito rápida ou muito lenta.

O produto educacional aplicado possibilitou uma maior assimilação dos conhecimentos do mundo do trabalho, atacando principalmente o sintoma do raciocínio difícil. O raciocínio eficaz ao longo da jornada de trabalho tende a diminuir por parte dos sujeitos da pesquisa. A atenção focada no processo tende a decrescer principalmente próximo ao horário do almoço e no horário da última entrega do dia.

O ciclo circadiano dos motoristas de caminhão também é duramente atacado pelas longas jornadas diárias, afetando principalmente seu sono, pois o organismo não teve as condições necessárias para

adaptar-se ao novo horário. A quantidade de entregas na temporada de veraneio aumenta de maneira significativa, causando problemas com a qualidade do sono dos caminhoneiros e, por consequência, no seu nível de atenção e raciocínio em relação às suas tarefas diárias (Ferreira; Alvarez, 2013).

Neste material alocaram-se os desafios e as possíveis soluções enfrentadas pelos sujeitos no processo de aquisição de conhecimentos no seu ambiente de trabalho, com uma linguagem simples, objetiva e esclarecedora. Uma temática extremamente variada foi exposta no *banner* digital, em um programa de aplicação de 1 mês (segunda quinzena de outubro de 2019 até a primeira quinzena de novembro de 2019).

O programa de apresentação foi montado no período de um mês e durante quatro semanas houve a alternância de exibição do material (*banner*). Desta forma, os trabalhadores puderam desenvolver habilidades e a autonomia durante a execução de suas atividades, relacionando a temática do produto educacional com a sua prática laboral diária. Todo o material produzido na pesquisa (na versão digital) foi disponibilizado para o uso por parte dos participantes e de toda força de trabalho da empresa.

A modelagem do produto educacional proposto abordou uma temática voltada para vários itens, entre os quais destacamos: a segurança no trabalho, a importância da aprendizagem no universo laboral, a valorização da saúde e da integridade física, a importância dos processos de trabalho, a relevância dos processos de capacitação em ambientes não formais de ensino, dicas sobre segurança no trânsito e de uma manutenção adequada no veículo de transporte e a importância de termos uma alimentação saudável.

Um recorte da versão final do produto educacional, com a visualização do *avatar* denominado Tião, seguiu a proposta apresentada a seguir.

Figura 1 – Produto Educacional – capa



Fonte: Lopes (2020).

Na capa houve a apresentação do personagem em si, a estruturação do *avatar*, simbolizado na figura de um caminhoneiro padrão. A caracterização do *avatar* seguiu a tipologia real do caminhoneiro em seu trabalho. O uso dos equipamentos de proteção individual (capacete, óculos, camisa de manga comprida e botas de segurança) foi minuciosamente pensado, pois o personagem do processo de aprendizagem deveria refletir o modelo adequado de vestimenta e itens de segurança do mundo real.

O uso do capacete possibilita que o caminhoneiro proteja a região da cabeça contra possíveis choques, os óculos permitem a segurança do portador contra respingos de combustíveis oriundos do processo de carregamento, o uniforme de manga comprida tem a função de proteger o trabalhador em caso de incêndio e de queimaduras. Nota-se que o tecido, o tipo de fibra usado nos uniformes não pode ter uma constituição sintética e sim uma constituição de base vegetal. Em qualquer caso de sinistro (incêndio na Estação de Carregamento Rodoviário), o uniforme de manga comprida permite a proteção

dos braços do trabalhador. Por ser de um tecido vegetal (algodão), o mesmo fornecerá a dita proteção térmica e não ficará colado na pele do trabalhador, facilitando o tratamento após um possível incêndio.

Nota-se que o *avatar* também possui uma pochete onde são guardados os demais equipamentos de segurança utilizados no seu processo de trabalho, tais como luvas e protetores auriculares. Na capa também temos os três eixos temáticos norteadores de nosso produto educacional, quais sejam, a aprendizagem, a qualidade e a segurança no ambiente de trabalho. Optou-se por esta temática na tentativa de elaborar um Produto Educacional essencialmente funcional; com mensagens curtas, baseadas na tipologia de aprendizagem tipo *Microlearning*, se ajustando perfeitamente à rotina dos caminhoneiros.

O *banner* digital ficou hospedado na mesma tela em que os motoristas visualizavam a sua programação diária de carregamento. Ou seja, o motorista, em algum momento do dia, “beberia” das pílulas do conhecimento proporcionadas pelo *banner* digital. A programação diária do carregamento é emitida conforme a demanda de combustíveis da região de atendimento: o motorista, em média, tem uma programação que comporta de uma a quatro viagens por dia. A visualização desta programação ocorre em uma tela de 50 polegadas, instalada na sala de espera dos caminhoneiros na Estação de Carregamento Rodoviário localizada no município de Biguaçu. Neste local, os trabalhadores observam e estudam sua programação de entrega, tomam um café e se preparam para a etapa de carregamento. Utilizamos esta etapa, que antecede o processo de carregamento dos caminhões, para a aplicação do *banner* digital, nosso produto educacional escolhido.

No primeiro *slide* do *banner* digital trabalhou-se com uma proposta voltada para a mensagem de cuidado e seguimento dos padrões de segurança e do próprio trabalho com segurança. Correia e Bianchi (2019), em seu estudo sobre o estresse em caminhoneiros e o comportamento no trânsito, nos relatam que o estresse provoca alterações

fisiológicas significativas nos caminhoneiros, afetando a percepção dos perigos envolvidos no processo de trabalho e no próprio trânsito.

Nota-se que estamos trabalhando em um ambiente de alto grau de periculosidade, com um carregamento médio que ultrapassa 70 caminhões-tanque por dia, sendo que estes veículos carregam em média 30 mil litros de combustível por viagem ou entrega. O produto transportado pode ser considerado de alto grau de periculosidade quando afeta de maneira direta ou indireta as pessoas, o meio ambiente e a região que o circunvizinha. Assim, combustíveis inflamáveis ou produtos explosivos podem ser enquadrados nesta categoria (Ferreira, 2003).

Nesta perspectiva, denota-se a importância da mensagem centrada na atenção nos processos de trabalho e no próprio labor com segurança.

### Figura 2 – Processo do trabalho – slide 1

The slide features a blue background. At the top right, there is a small white circle with the number '01'. The main title is '#Tião explica!' in white. Below it, the text reads: 'Sempre siga todos os padrões do processo de trabalho nas etapas de programação e carregamento do seu caminhão Tanque. Na dúvida pare. Trabalhe sempre com segurança seguindo todos os padrões normativos da Transpetro.' On the right side, there is a cartoon illustration of a man with a beard, wearing an orange hard hat and safety glasses, pointing upwards. In the background of the illustration are white line drawings of a pair of work boots and a pair of work gloves. At the bottom left, there are logos for 'INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA' and 'PROFEP' (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional). At the bottom right, there is text identifying the institution as 'Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC' and the 'Centro de Referência em Formação e EAD (Cerfead)'.

Fonte: Lopes (2020).

O segundo *slide* do *banner* digital centrou-se na propagação da ideia da importância do conhecimento e do advento de novos avanços

tecnológicos nos processos de trabalho. De acordo com os dados da pesquisa, a média de idade dos trabalhadores gira em torno dos 44 anos, mas chegam até 65 anos de idade. A inovação tecnológica é algo rotineiro dentro de uma Estação de Carregamento Rodoviário; novos equipamentos são instalados de maneira quase constante e novas tecnologias são inseridas no ambiente de trabalho dos caminhoneiros e, por isso, os trabalhadores devem buscar formação continuada ao longo da vida.

**Figura 3: Busca pelo Conhecimento – slide 2**

**#Tião te dá a dica!**

Sempre estude, nunca fique para trás no mundo do conhecimento!  
A busca pelo conhecimento deve ser uma constante na vida do caminhoneiro.  
Os desafios tecnológicos da atualidade nos obrigam a sempre caminharmos na direção da aprendizagem e do autoconhecimento.

INSTITUTO FEDERAL  
PROFEPT  
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC  
Centro de Referência em Formação e EAD (Cerfead)

Fonte: Lopes (2020).

No quarto *slide* do *banner* digital foi trabalhada a temática referente à concentração nos ambientes de trabalho. Em média, um motorista de caminhão-tanque consegue promover o carregamento de seu veículo em um lapso de tempo de 20 minutos. Nestes 20 minutos que o caminhoneiro está na plataforma, diversas variáveis do processo têm que ser monitoradas, tais como a vazão de carregamento e o volume carregado. A concentração tem que ser redobrada durante esta fase crítica do trabalho. A frase “Com o Tião não tem massagem!” reporta-se a uma expressão típica dos caminhoneiros

de Biguaçu (SC), um jargão no sentido de que não haverá moleza na execução da tarefa. O vocabulário dos próprios caminhoneiros foi incorporado no preparo e na execução do *banner* digital.

#### Figura 4 – Concentração – slide 4

**Com o Tião não tem massagem!**

Concentre-se sempre no seu trabalho.  
A plataforma de carregamento não é lugar para falar de times de futebol, é um local de extrema atenção. Em vinte minutos um caminhoneiro pode finalizar o seu trabalho. Se um acidente ocorrer, os vinte minutos se transformam em uma eternidade. Pense nisso e trabalhe sempre com a máxima concentração!

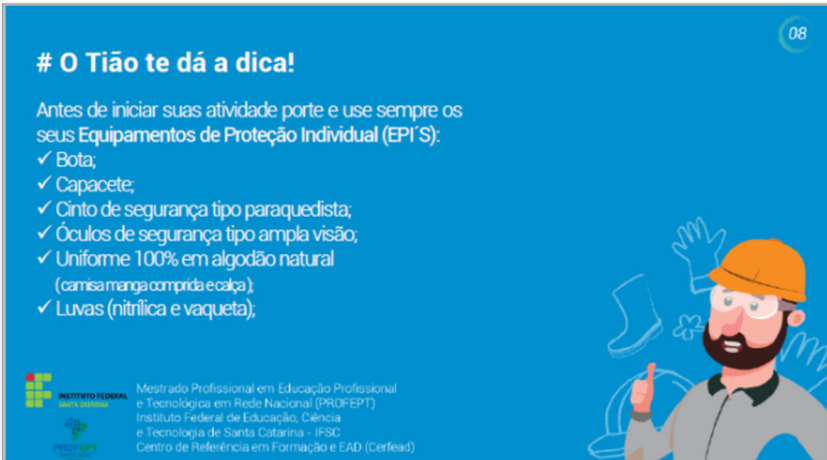
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC  
Centro de Referência em Formação e EAD (Cerfead)

Fonte: Lopes (2020).

Na oitava parte do *banner* digital tem-se novamente o assunto relacionado com a segurança dos processos de trabalho, focando de maneira insistente no uso adequado dos equipamentos de proteção tais como bota, capacete, cinto de segurança tipo paraquedista, óculos de segurança, uniforme 100 % em algodão natural, bem como o uso de luvas. O incentivo ao uso dos equipamentos de proteção individual de uso obrigatório foi uma parte importante do Produto Educacional. O caminhoneiro apresenta uma determinada resistência em utilizar e portar seus equipamentos de proteção individual, notadamente os óculos e as luvas. Por trabalhar em uma área classificada como de alto risco, com a presença constante de gases inflamáveis, o uso destes equipamentos tem caráter obrigatório por força das normas internas da companhia e por força da própria lei em si.

A interação entre o *avatar* Tião e público-alvo focalizou a questão do uso correto e consciente dos equipamentos de proteção na área industrial. Buscava-se também que o trabalhador envolvido nos processos de trabalho *interna corporis* estendesse este cuidado, no uso dos equipamentos de proteção individual, não só focalizando o lado profissional, mas agregando um valor de cuidado no seu lado pessoal. Se o motorista utiliza uma luva no processo de carregamento, poderia utilizar este mesmo tipo de equipamento para a troca de um pneu furado, por exemplo, no cunho de sua vida pessoal.

### Figura 5 – Equipamento de proteção individual – slide 8




08

#### # O Tião te dá a dica!

Antes de iniciar suas atividade porte e use sempre os seus Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S):

- ✓ Bota;
- ✓ Capacete;
- ✓ Cinto de segurança tipo paraquedista;
- ✓ Óculos de segurança tipo ampla visão;
- ✓ Uniforme 100% em algodão natural (camisa manga comprida e calça);
- ✓ Luvas (nitrílica e vaqueta);

**INSTITUTO FEDERAL**  
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC  
Centro de Referência em Formação e EAD (Cerfead)

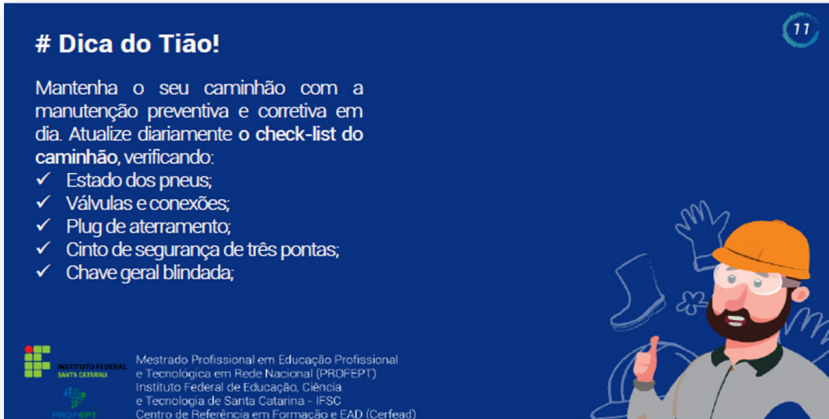


Fonte: Lopes (2020).

O tema da direção e manutenção veicular foram tratados nos slides nono e décimo por se constituir em um dos fatores que ocasionam acidentes de trânsito. O caminhoneiro quando adentra a área industrial tem que preencher um *check-list* onde são conferidos o estado geral do caminhão, estado dos pneus, válvulas de alinhamento para o tanque, sensores anti-transbordamento, estado da lataria, condições do para-brisa, entre tantos outros. Se ocorrer qualquer desvio nestes

itens de checagem, o caminhoneiro fica proibido de realizar o carregamento de combustível até que a não conformidade seja efetivamente tratada. Embora seja um filtro de checagem pré-carregamento rodoviário, muitos motoristas não se conscientizam de forma autêntica sobre a necessidade de ter um caminhão em boas condições de trafegabilidade. O *check-list* não convence o caminhoneiro sobre a real necessidade de realizar uma manutenção preventiva e corretiva de qualidade no caminhão-tanque, sendo visto como uma ferramenta imposta pela empresa, com caráter eminentemente punitivo.

### Figura 6 – Manutenção Preventiva e Corretiva – slide 10



# Dica do Tião!

Mantenha o seu caminhão com a manutenção preventiva e corretiva em dia. Atualize diariamente o *check-list* do caminhão, verificando:

- ✓ Estado dos pneus;
- ✓ Válvulas e conexões;
- ✓ Plug de aterramento;
- ✓ Cinto de segurança de três pontas;
- ✓ Chave geral blindada;

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC  
Centro de Referência em Formação e EAD (Cerfead)

Fonte: Lopes (2020).

## Considerações finais

A construção do *avatar*, do personagem Tião, foi idealizada tentando aproximar os conhecimentos advindos do mundo formal de aprendizagem com o mundo não formal de aquisição de conhecimento. Procurou-se utilizar uma linguagem muito próxima do linguajar do caminhoneiro, no intuito de aproximar o Produto Educacional aos sujeitos da pesquisa.

O produto educacional em si foi estruturado tomando como base alguns pilares teóricos, com assuntos que propunham o conceito de aprendizagem, de segurança do trabalho e com cuidados na saúde do próprio caminhoneiro. Alicerçado em um conceito baseado na metodologia do *Microlearning*, pequenas doses de conhecimento foram inseridas na rotina de trabalho dos motoristas, no intuito de que tais conhecimentos fossem assimilados e postos em prática pelos trabalhadores.

As principais dificuldades enfrentadas pelos motoristas de caminhões-tanques foram listadas em um questionário que foi preenchido no próprio ambiente de trabalho, na própria rotina laboral dos indivíduos. Fruto destas dificuldades, geramos o produto educacional proposto, na forma do *avatar* Tião, que conversava diretamente com o seu público.

O *banner* digital com a interação do personagem Tião foi moldado com base nos resultados da pesquisa. Em cada *slide* apresentado no ambiente interno da Transpetro em Biguaçu (SC) para os motoristas de caminhões-tanque foi levantado algum tipo de necessidade ou dificuldade de aprendizagem que eles tinham em relação aos seus processos de aprendizagem. Como resultados, observa-se que, do início do programa com a apresentação do personagem Tião até o presente momento houve uma significativa diminuição de incidentes e acidentes na plataforma de carregamento, demonstrando que o produto educacional aplicado se tornou orgânico e vivo dentro da organização, contribuindo para os quesitos de aprendizagem, segurança e saúde dos trabalhadores.

A utilização de tal produto educacional pode contribuir para a expansão do programa em outras unidades da Petrobras espalhadas no território nacional, reverberando os resultados conquistados em Santa Catarina para outros Estados. A particularização do *avatar* Tião não precisará ter um caráter homogêneo para todas as regiões; poderão ser inseridas modificações que permitam que a cultura local espelhe a modulação do novo personagem.

## Referências

ALVES, Marissol Mello; ANDRE, Claudio Fernando. Modelo 70 20 10 e o micro-learning: alternativas para problemas modernos na educação corporativa. Teccogs: **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, TIDD | PUC-SP, São Paulo, n. 16, jul.-dez. 2018, p. 39-53. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1984-3585.2017i16p39-53>. Acesso em: 24 dez. 2024.

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e Educação infantil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CORREIA, Talissa Macedo; BIANCHI, Alessandra. Stress em caminhoneiros e comportamento no trânsito. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 20, n. 1, 2019, p. 242-255. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/psd/v20n1/v20n1a20.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

DA SILVA, Priscila Morais. **Estudo de variáveis que permeiam o ambiente de trabalho de uma fábrica de embalagens e seus impactos na produtividade**. Trabalhos de Conclusão de Curso em Engenharia de Produção (TCC), Centro Universitário Unifacig, 2019. Disponível em: <http://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositorioctcc/article/view/1776/1389>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FERREIRA, Carlos Eugenio de Carvalho. Acidentes com motoristas no transporte rodoviário de produtos perigosos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, 2003, p. 68-80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000200008>. Acesso em: 24 dez. 2024.

FERREIRA, Sérgio; ALVAREZ, Denise. Organização do trabalho e comprometimento da saúde: Um estudo em caminhoneiros. **Sistemas & Gestão**, v. 8, n. 1, 2013, p. 58-66.

HUG, Theo. Micro Learning and Narration. Exploring possibilities of utilization of narrations and storytelling for the designing of "micro units" and didactical micro-learning arrangements. In: **Fourth Media in Transition Conference**, 2005.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.



## Capítulo 9

# Guia de Redução da Evasão na EPT

## Apresentação

Orientar trabalhadores da EPT, sejam eles docentes ou técnicos administrativos em educação, a se apropriarem de quais fatores fazem o aluno permanecer no curso e quais o fazem querer abandoná-lo foi o objetivo que guiou a realização do presente trabalho. O Guia de Redução da Evasão na EPT foi elaborado no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) por meio da pesquisa intitulada “Fatores de (não) permanência e êxito no Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Tubarão na voz de alunos concluintes e evadidos”; inserida no contexto do macroprojeto 1 – Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT, constante na linha de pesquisa “Práticas Educativas na Educação Profissional e Tecnológica”.

O produto educacional desenvolvido é classificado como material didático e instrucional – material textual GUIA, de acordo com a área 46 da Capes. O guia foi produzido em uma versão digital para disponibilização on-line na plataforma Educapes, tendo sua aplicação realizada por meio da Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito (Cape) local e avaliação realizada por banca examinadora.

A investigação em relação a documentos institucionais, como o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2014),

o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC (2018), bem como teóricos no assunto permanência e êxito, ações desenvolvidas na própria comunidade escolar do câmpus analisado e os dados coletados por meio do contato com os estudantes entrevistados, resultam na compreensão dos principais pontos positivos e nos quais a instituição precisa avançar em relação à trajetória de (não) êxito dos alunos.

## O produto educacional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), no qual se realizou a pesquisa, seguindo orientações do Documento Norteador para a Superação da Evasão (2014), realizou, em 2016, os primeiros encontros para desenvolver ações de combate à evasão. Nessa perspectiva, foi realizado o levantamento de dados com os câmpus e foi iniciado o processo de criação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC.

Em 2018, ocorreu o primeiro Encontro de Permanência e Êxito da Instituição para apresentação do plano, o qual foi devidamente concluído e aprovado *ad referendum* na resolução 23 do Conselho Superior (Consup) do IFSC, de 21 de agosto de 2018. O documento traz, em seu objetivo geral: “Promover a permanência e êxito dos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados no IFSC, por meio de um conjunto de estratégias e ações que visam ao enfrentamento da evasão e retenção” (IFSC, 2018, p. 18). Os objetivos específicos são:

analisar a problemática da evasão e retenção de estudantes no IFSC; mobilizar os câmpus para a discussão e enfrentamento das causas e consequências da evasão e retenção; implantar estratégias de intervenção para enfrentamento dos fatores mais recorrentes de evasão e retenção; monitorar

e avaliar as ações em andamento ou a serem desenvolvidas; levantar subsídios para o aprimoramento dos processos de ingresso e acesso dos estudantes; promover a formação continuada de servidores com foco na permanência e êxito dos estudantes (IFSC, 2018, p. 18).

As medidas adotadas caminham na perspectiva de traçar o diagnóstico das causas da evasão (indicadores) e das ações a serem executadas para reduzir o problema, de forma institucional e local, por meio das comissões locais de cada câmpus. Além disso, as Comissões de Permanência e Êxito necessitam constantemente, em suas discussões, de subsídios, apoio material, dentre estudos relacionados ao problema da retenção e evasão. Sendo assim, o Guia de Redução da Evasão será de grande valia para o cotidiano das ações que visem à permanência e êxito da comunidade escolar envolvida.

Ainda, considerando os documentos legais que embasam a ação da Rede Federal de controle dos casos de evasão e os problemas evidenciados no cotidiano institucional em relação ao tema, torna-se necessário haver mais subsídios, materiais e/ou instrumentos que agreguem na superação ou diminuição desses índices enfrentados pela instituição. Nesse sentido, esta pesquisa visa, por meio do compromisso do mestrando de programas de Mestrado Profissional, de elaborar um produto educacional e utilizá-lo em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, contribuindo na questão da redução da evasão.

Ouvir o que pensam alunos concluintes e evadidos de cursos técnicos permitiu a reflexão acerca de aspectos que são primordiais para assegurar o sucesso das trajetórias escolares na Educação Profissional e Tecnológica. Muitos dos aspectos citados pelos alunos já são considerados pelas equipes de profissionais envolvidos com o cotidiano pedagógico dessas instituições, tanto que fizeram parte das referências feitas pelos alunos, como fatores que asseguram ou que,

pelo menos, motivam a permanência. Por isso, é preciso dar destaque a elas, para que sejam reconhecidas como importantes por outras instituições ou mesmo por outros câmpus da mesma instituição na qual a pesquisa foi desenvolvida.

Por outro lado, ouvir os estudantes, tanto concluintes como evadidos, foi fundamental para reforçar a importância de se investir em ações que mobilizem o sentimento de pertencimento do aluno à instituição e que o façam se sentir inserido no contexto da sala de aula. Muitas das questões colocadas pelos alunos ouvidos mostram o papel que a instituição tem, mesmo diante de fatores classificados como individuais, entre as causas de evasão. Por isso, o Guia de Redução da Evasão na EPT, tendo como sujeitos cujas vozes são destacadas os próprios estudantes da Rede. E, em se tratando da temática “redução da evasão”, é fundamental que também os alunos evadidos deixem suas vozes neste material.

O guia foi desenvolvido como proposta de material de apoio para a Cape (Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito) local de cada câmpus do IFSC, mas também pode ser utilizado por outras instituições de ensino que se interessem pela temática. Como resultado da pesquisa, as entrevistas realizadas com os alunos concluintes e evadidos dos cursos técnicos concomitante em Desenvolvimento de Sistemas e subsequente em Administração do Câmpus Tubarão originaram impressões e sugestões a respeito do tema Permanência e Êxito x Retenção e Evasão.

Pensando na aplicabilidade do produto educacional, é necessário retomar o fato de a atuação funcional da pesquisadora como Técnica em Assuntos Educacionais estar diretamente ligada à proposição e acompanhamento de ações para melhorar a permanência e êxito dos alunos, bem como a melhoria do ensino, por meio da atuação no setor de Coordenadoria Pedagógica de um câmpus da instituição da Rede EPT. Esse é um setor vital para o acompanhamento e atendimento ao discente, necessitando assim de subsídios para as referidas demandas.

Vale lembrar que a pesquisadora e primeira autora deste texto também integra a Cape local do câmpus, a qual é regulada pelo Plano Estratégico de Permanência e êxito dos estudantes do IFSC (2018), sendo fundamental a experiência de ouvir os alunos e, também, propor material para qualificar a atuação da referida comissão. Sobre a aplicabilidade do produto educacional, o regulamento geral do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT) aponta que:

O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se em um produto educacional que possua aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino. O produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa que contemple o processo de desenvolvimento e avaliação da aplicação do produto, podendo ser construído em forma de dissertação ou artigo, de acordo com decisão da Comissão Acadêmica Local (Brasil, 2018, p. 6).

A investigação em relação a documentos institucionais e ações desenvolvidas na própria comunidade escolar do Câmpus Tubarão, bem como os dados coletados por meio do contato com os estudantes entrevistados, resultaram na compreensão da trajetória discente de concluintes e evadidos para o desenvolvimento do produto educacional. Estão presentes no guia fatores para permanência e êxito, e, ao mesmo tempo, os fatores que levam à retenção e evasão e sugestões dos próprios alunos para o combate à evasão, tornando-se um material que contribuirá para propostas de formação pedagógica e como material de apoio nas discussões e proposições e acompanhamento de ações pela Cape local do câmpus.

Segundo o dicionário Aurélio (2018), a palavra “guia” possui os seguintes significados: “1) Servir de guia a encaminhar; 2) Dirigir; 3) Conduzir; e 4) Aconselhar”. O produto educacional desenvolvido

é classificado como material didático e instrucional – material textual “guia”, baseado nas informações apresentadas pela Plataforma Sucupira (Capes, 2019). O guia foi produzido em uma versão digital por meio da plataforma *Canva* para disponibilização on-line na plataforma Educapes para consulta ou para ser impresso para estudos ou formações pedagógicas voltadas ao tema.

Tendo como ponto de partida as respostas contidas nas entrevistas de alunos concluintes e evadidos (e as suas categorias), obteve-se o desenvolvimento do guia com propostas de trabalho que possam ser desenvolvidas pelas equipes multidisciplinares das instituições da Rede, de modo a atender ao público da EPT, com todas as suas especificidades. O fato de ser escrito por meio da voz dos estudantes contribui com o trabalho das Cape locais, por conter mais do que números e estatísticas, impressões fidedignas do público que conclui ou abandona um curso. Um dos objetivos do programa de mestrado ProfEPT consiste em:

Atender à necessidade de formação continuada, numa perspectiva interdisciplinar e em nível de mestrado, voltada para profissionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a fim de desenvolverem atividades de ensino, gestão e pesquisa relacionados à educação profissional e tecnológica, na perspectiva de elaboração de produtos educacionais e materiais técnico-científicos com vistas à inovação tecnológica (Brasil, 2018, p. 2).

O recurso educacional, após ter sido avaliado e aprovado pela banca, está disponível no site da Capes, no espaço Educapes: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574306>, sendo que o mesmo está registrado sob ISBN 978-65-88663-39-4 como produto de dissertação de pesquisa em EPT. O produto final possui uma estrutura e diagramação de fácil visualização para a comunidade

escolar, contendo uma organização estrutural correspondente a cada etapa de produção. A apresentação situa o leitor a respeito da criação do guia no contexto da pesquisa realizada por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT. Já a introdução contextualiza o tema permanência e êxito, expondo o foco do material produzido, seus objetivos principais e a respectiva organização.

A contextualização antecipa e explica ao leitor sobre os depoimentos dos alunos contidos nas páginas seguintes, resultantes de entrevistas, e que ilustram os fatores para permanência e êxito, retenção, evasão, bem como sugestões de ações. As páginas que exploram os fatores para permanência e êxito, fatores para retenção, fatores para evasão e ações efetivas no combate à evasão possuem a seguinte estrutura: literatura correspondente à temática no início da seção; fatores citados pelos alunos em formato de lista; depoimentos dos estudantes concluintes e evadidos dos dois cursos, acompanhados de fotos e identificações; síntese em relação à temática ao final da seção. A reprodução abaixo ilustra como os fatores supracitados são abordados em cada seção.

## Figura 1 – Fatores para retenção

### Fatores para retenção

Sobre retenção, Freitas (2010 p.1) apresenta o conceito como "Mecanismo de suspensão da progressão regular no processo de escolarização de estudantes geralmente associado a rendimento (aproveitamento e/ou frequência) insatisfatório ou situação de trancamento de matrícula".

#### Fatores que contribuem para retenção:

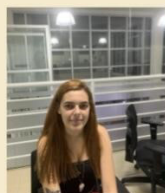
- Infrequência;
- Dificuldades de aprendizagem;
- Didática do professor.



"Tive dificuldade na matéria."  
(PATRICK BONIFACIO)

"De tudo um pouco: professor devido a forma de passar [...] às vezes a didática, a matéria fica mais difícil a cada semestre."  
(ALINE SILVA DE ALMEIDA)

"Em uma das unidades curriculares foi porque eu, na última semana de aula do primeiro semestre, não tinha mais ônibus para vir e a professora deu aula todos os dias naquela matéria. Eu faltei todos os dias porque não tinha como vir. Aí eu reprovei por falta. E agora no final porque eu justifiquei, mas o conselho não aceitou. Daí esse semestre é porque eu não sabia se eu vinha, não sabia se eu não vinha. Aí eu não tinha cabeça para vir, daí eu falei: aí não quero mais."  
(CAROLINE FERNANDES DA SILVA)



#### Resumindo...

É necessário que a Instituição esteja atenta ao fato de a retenção ser um passo anterior à evasão. Portanto, o sentido de retenção vai muito além de somente aliar-se à reprovação, pode ser mais complexo, pois englobam outros fatores que fazem o aluno não progredir em seus estudos.

Ao final, são colocadas considerações finais sobre todos os aspectos elencados ao longo do guia, possibilidades de ações, pontos a serem observados pela instituição, bem como os créditos e agradecimentos aos entrevistados e referências bibliográficas. Com a primeira versão do guia finalizada, passou-se para a etapa de aplicação e validação do produto, a qual será descrita na subseção seguinte.

## **Aplicação e validação do Guia de Redução da Evasão na EPT**

A validação do produto educacional é obrigatória dentro dos programas de mestrado profissional e deve ser realizada por comitês *ad hoc*, órgão de fomento ou banca de dissertação (Capes, 2016). No caso do presente guia, anteriormente à banca de defesa, a validação foi realizada por meio de uma comissão (Cape local). Devido à situação de pandemia de Covid-19 instaurada no país em março de 2020, a versão do guia foi enviada por e-mail aos membros da Cape local. Posteriormente, a reunião de validação ocorreu por meio de plataforma on-line.

Após a disponibilização da versão digital do guia para apreciação dos 12 membros da comissão, cinco deram um retorno com considerações a respeito do guia. Foram realizadas sugestões de alterações e ponderações pertinentes ao tema de pesquisa, as quais foram acatadas. O guia foi apreciado e aprovado por unanimidade pela Cape local. Para preservar a identidade dos membros avaliadores, serão utilizados os códigos A1, A2, A3, A4 e A5 para expor os relatos via e-mail na Tabela 1.

**Tabela 1 – Avaliações do produto educacional**

A1	Ao ler o <i>Guia de Redução da Evasão na EPT</i> , fiquei muito feliz, haja vista o pouco material bibliográfico que existe sobre o tema. Frente aos desafios e possibilidades, os resultados são expressivos. Frente ao crescente índice de evasão e reprovação, este guia visa a orientar e estimular outras instituições para atuar nos índices de evasão e reprovação, para promover o sucesso dos estudantes. Finalizo, orgulhosa da pesquisadora pelo excelente produto que, com certeza, irá contribuir muito para a educação.
A2	É sempre muito bom quando conseguimos conciliar as capacitações e qualificações dos servidores com assuntos extremamente importantes, como é o caso do acompanhamento da permanência e êxito dos nossos estudantes. Neste sentido, gostaria de parabenizá-la pela escolha do tema.
A3	De fato, essa temática é muito relevante. Apesar da complexidade e diversidade dos fatores, várias medidas podem ser implementadas com relativa simplicidade. Com uma boa síntese das ações e comprometimento da equipe pedagógica e demais envolvidos, torna-se possível o real enfrentamento ao problema da evasão.
A4	Fiz a leitura do seu guia. Achei bem bacana a organização das falas dos alunos.
A5	Depois de realizar a leitura do Guia de redução da evasão na EPT vi que ficou claro os fatores de evasão e permanência dos alunos. Concordo com todos os pontos existentes no guia, gostei da maneira que ficou aberto para que os alunos falassem. Parabéns pelo trabalho, muito bom.

Fonte: Elaborada pelas autoras

De modo geral, as avaliações a respeito do guia foram positivas. Além dos comentários gerais, presentes na tabela acima, os integrantes da Cape fizeram observações pontuais, que levaram a ajustes de detalhes na construção do guia.

## Considerações finais

Muito embora as ações para permanência e êxito assegurem uma aproximação com todos os sujeitos do processo, considera-se a necessidade de se ampliar esse debate, buscando entender o que pensam os estudantes sobre a questão. Neste contexto, promover uma sensibilização de todos a respeito dos fatores responsáveis pela permanência ou abandono dos alunos inseridos na Educação Profissional e Tecnológica. O guia escrito está disponível na plataforma Educapes e também poderá circular nas comissões locais de toda a Rede. Portanto, o produto atenderá a proposta do mestrado, a qual prima pela produção de materiais com vistas à inovação tecnológica.

Dessa forma, as vozes dos estudantes, coletadas ao longo das entrevistas, acompanham as orientações do guia, de forma mediada com a literatura sobre o tema. A presença dessas vozes, por meio da descrição dos fatores por eles apontados como relevantes para a permanência e êxito ou, em outra ponta, responsáveis pela evasão ou retenção, permitirá ampliar aquilo que os documentos oficiais já apontam sobre o tema.

## Referências

AURÉLIO, **dicionário on-line**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Diretoria de Avaliação. **Documento Orientador de APCN Área 46: Ensino**, 2016. Disponível em: [https://capes.gov.br/images/Criterios\\_apcn\\_2019/ensino.pdf](https://capes.gov.br/images/Criterios_apcn_2019/ensino.pdf) Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL, MEC, Ministério da Educação. **Regulamento geral do programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional.** Instituto Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16413-regulamento13julho>. Acesso em: 9 out. 2019.

BRASIL, SETEC/MEC. **Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://r1.ufrjr.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

FREITAS, D.N.T. Retenção escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Versão disponível em: <http://www.gestrado.net.br/pdf/178.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

GARCIA, Fernanda. Corrêa. **Fatores de (não) permanência e êxito no Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Tubarão na voz de alunos concluintes e evadidos.** Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020, 102 p. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1537>. Acesso em: 7 abr. 2022.

IFSC. **Plano Estratégico de Permanência e êxito dos estudantes do IFSC.** Versão disponível em: [http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup\\_resolucao23\\_2018\\_plano\\_de\\_permanencia\\_e\\_exit.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao23_2018_plano_de_permanencia_e_exit.pdf). Acesso em: 7 abr. 2022.



## Capítulo 10

# **Guia de orientação para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nos cursos da educação profissional**

## Apresentação

Este produto educacional é um guia de orientação para auxiliar os sujeitos envolvidos na organização e no planejamento dos cursos da Educação Profissional a contemplarem as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nas ofertas formativas da Educação Profissional e Tecnológica.

Ele surgiu da discussão teórica realizada na pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “Contribuições para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)”, integrante da linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”, da área de concentração “Macroprojeto 6: Organização dos espaços pedagógicos na EPT”.

A pesquisa teve por objetivo investigar se os projetos pedagógicos de curso (PPC) do IFSC contemplavam as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade.

Nesse sentido, a partir da identificação do problema de pesquisa, desenvolveu-se o produto educacional, o qual teve por finalidade detalhar as categorias mínimas para integração de informações que poderiam e ainda podem nortear os sujeitos envolvidos na organização

e no planejamento dos cursos da educação profissional a contemplarem as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nas ofertas formativas.

Assim, o produto educacional tem como público-alvo os sistemas de ensino, especialmente, da educação profissional e tecnológica, servindo como subsídio metodológico. Ademais, destaca-se que o referido produto não é estático e acabado, pelo contrário, deve ser utilizado de acordo com as necessidades e a realidade concreta dos sistemas de ensino.

## O produto educacional

Trata-se de um produto educacional categorizado como material textual, em formato de guia de orientação, tendo por finalidade fornecer subsídios aos sujeitos envolvidos na organização e no planejamento dos cursos a contemplarem as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nas ofertas formativas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A exigência de atendimento das demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho como critério para o planejamento e a organização dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica está expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica – Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, em seu artigo 8º, inciso I.

No entanto, tanto as diretrizes quanto o Parecer CNE/CP nº 17/2020 não apresentam a definição de demandas socioeconômico-ambientais. Assim, primeiramente, fez-se necessário conceituar educação, trabalho, trabalho como princípio educativo, cidadão e cidadania, projeto político-pedagógico e desenvolvimento socioeconômico-ambiental, dentre outros, para posteriormente chegar ao conceito de demandas socioeconômico-ambientais.

De forma sintética, educação pode ser compreendida como uma ação permanente (Freire, 2007, p. 19), um fenômeno plurifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades (Libaneo, 2002, p. 26), como “um processo constitutivo do ser humano” (Pinto, 1909, p. 32), uma vez que “ninguém escapa da educação” (Brandão, 2007, p. 7).

Já o trabalho é analisado em sua dimensão ontológica e histórica. Ontológica como condição básica e fundamental de toda a vida humana (Engels, 1876, p. 4). Histórica, porque tem como pressuposto a nova significação que ele ganha no período do modo de produção capitalista, despiando-se do caráter essencial de formação do homem como ser social, para ser reduzido a emprego, como categoria econômica.

Dessa forma, o trabalho “não pode ser apenas circunscrito ao âmbito da produção material, mas passa a ser considerado ‘princípio educativo’ que permeia também as mais diversas atividades humanas: a educação, a escola, a cultura, a construção e a direção da sociedade” (Semeraro, 2015, p. 239).

No tocante a cidadão e cidadania, ressalta-se que cidadão é conceituado como o “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado”, acrescentando-se a estes os direitos sociais (Santos, 2007, p. 21). Cidadania é “a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres do cidadão” (Freire, 2001, p.8). Tão importante quanto o conceito de cidadão, tem-se o de não cidadão, como sendo aqueles sujeitos que vivem à margem da sociedade, que estão longe de ter condições mínimas para viver com dignidade e que sequer são vistos ou ouvidos, conforme aponta Santos (2007).

Em relação à conceituação de projeto político-pedagógico, privilegiaram-se os ensinamentos de Ilma Passos Veiga, em que projeto significa “lançar para diante”. Político, porque busca um rumo, uma direção, uma ação intencional. É político no sentido de “compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade”. É pedagógico porque “reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade

da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo” (Veiga, 2000, p. 12-13).

Por sua vez, concernente ao desenvolvimento socioeconômico-ambiental, tem-se desenvolvimento como um processo de mudanças socioeconômicas (Siedenberg, 2003). Sua mensuração pode ser realizada por meio de indicadores, que são nada mais que “medidas estatísticas representativas de um recorte da realidade que têm sentido somente quando se inserem num contexto teórico-metodológico que lhe empresta o respectivo significado” (Siedenberg, 2003, p. 68).

Adiante, o contexto ambiental se insere à medida que o desenvolvimento social e econômico de um país deve estar alinhado a práticas sustentáveis em que as riquezas naturais sejam utilizadas de maneira consciente, sob a ótica de que é inaceitável um modelo de desenvolvimento econômico centrado na dilapidação da força de trabalho e das riquezas naturais. Pelo contrário, “em seu lugar, numa perspectiva inclusiva, defende-se um modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental no qual a inserção do Brasil no mundo se dê de forma independente, garantindo a cada um, individual e coletivamente, a apropriação dos benefícios de tal desenvolvimento” (Brasil, 2012, p. 8).

Por fim, demanda pode ser compreendida como a “ação de demandar; demonstração de uma vontade; ação de solicitar; ato de buscar algo” (Demanda, 2019), e ambiental como o “ambiente ou ao meio no qual vivemos” (Ambiental, 2019).

Portanto, a partir da junção dos conceitos, pode-se definir demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho como sendo uma solicitação ou demonstração de vontade dos cidadãos e do mundo do trabalho referente a fatores sociais, econômicos e ambientais.

Partindo desses pressupostos teóricos privilegiados supracitados, o produto educacional foi organizado em três dimensões articuladas, quais sejam: (i) caracterização do desenvolvimento socioeconômico-

ambiental da região de abrangência do câmpus; (ii) identificação dos bens, produtos e serviços produzidos na região e das respectivas profissões requeridas; e, por fim, (iii) levantamento de demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho.

Cada dimensão apresenta uma série de questionamentos que possibilitam a integração de informações para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho da região de abrangência do câmpus nos cursos da EPT.

Assim, na primeira dimensão, cujo objetivo é conhecer, de forma geral, a conjuntura social, econômica e ambiental da realidade da região, os sujeitos podem integrar informações referentes ao Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e/ou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), renda *per capita*, educação, saúde, meio ambiente, habitação e trabalho.

Na segunda dimensão, objetiva-se identificar os bens, os produtos e os serviços produzidos na região de abrangência do câmpus, bem como as respectivas profissões requeridas para o desenvolvimento desses bens, produtos e serviços que tenham afinidade com o(s) eixo(s) tecnológico(s) definido(s) para o câmpus. Para tal, a título exemplificativo, podem ser utilizados o Quociente Locacional (QL) desenvolvido por a Kieckbusch (2004), o qual objetiva identificar atividades econômicas potenciais de determinada região; os Arranjos Produtivos Locais (APLs) que sistematizam um conjunto específico de atividades econômicas desenvolvidas por agentes econômicos, políticos e sociais em uma região, tendo como principal referência o Observatório Brasileiro APL; além disso, há também os dados locais sistematizados – cita-se, em Santa Catarina, os produzidos pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), disponíveis no Observatório Fiesc.

Ademais, ressalta-se que não se faz necessário definir as profissões requeridas para todos os bens, produtos e serviços identificados, mas sim daqueles que tenham afinidade com a área de atuação

do câmpus ou instituição de ensino, uma vez que esta somente poderá ofertar cursos de acordo com a sua vocação e capacidade de atendimento, considerando as reais condições de viabilização da proposta pedagógica, conforme apontado no inciso II, do art. 8º da Resolução CNE/CP nº 1/2021.

Na terceira dimensão, denominada levantamento de demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, a finalidade central é estabelecer comunicação com a comunidade de abrangência do câmpus, identificando quais são as demandas da comunidade frente às profissões identificadas anteriormente e que possuam relação com a vocação do câmpus ou instituição de ensino.

No tocante à forma, pode se dar através de audiências públicas, de reuniões com associações dos moradores, de pesquisas de campo, dentre outras possibilidades. Contudo, ressalta-se que a pesquisa de campo pode ser mais eficiente para identificar os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura fundamentais ao egresso do curso, bem como dos demais critérios exigidos para o planejamento e a organização dos cursos da EPT, definidos no artigo 8º da Resolução CNE/CP nº 1/2021.

Tanto a pesquisa quanto o produto educacional tiveram como local o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), autarquia do poder Executivo Federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), que “tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense” (IFSC, 2017, p. 1).

Além disso, por se tratar de uma pesquisa documental e bibliográfica, a fonte que forneceu os dados foram os documentos denominados projetos pedagógicos de curso (PPC), tendo em vista que é nestes que estão consubstanciadas as ofertas formativas.

Um dos critérios dos PPCs é a justificativa de oferta, espaço onde se apresenta, de forma fundamentada, as razões que justificam a oferta do curso em determinada região.

Assim, foram analisadas todas as criações, alterações e autorizações de oferta de cursos técnicos de nível médio, na forma subsequente, na modalidade presencial, aprovados em 2018 pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) do IFSC. O CEPE é um colegiado que integra a estrutura do IFSC, sendo responsável por “analisar os projetos pedagógicos dos cursos do IFSC e submetê-los ao Conselho Superior; regulamentar e emitir parecer sobre os processos autorizativos de cursos e demais ofertas educativas do IFSC” (IFSC, 2013).

O fluxo de elaboração e submissão dos PPCs, no IFSC, é organizado e planejado por uma equipe multiprofissional, formada por Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e docentes, passando por diversos setores/departamentos institucionais.

Nesse sentido, após elaboração do produto educacional, o mesmo foi submetido à avaliação pela técnica de trabalho definida como grupo focal, utilizando-se como principal referência as concepções de Gatti (2005). Para tanto, ficou estabelecido que o grupo focal tivesse em sua composição: o Presidente do Cepe; um(a) coordenador(a) de curso técnico; um(a) estudante; um(a) TAE da Diretoria de Ensino; um(a) TAE da Coordenadoria Pedagógica; e um(a) TAE do Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC).

Assim, os participantes do grupo focal avaliaram o produto de forma positiva, apresentando respostas na direção de que o material auxilia à medida que conceitua, sistematiza e apresenta possibilidades práticas para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais nos cursos da Educação Profissional. Do mesmo modo, afirmaram que a dificuldade nas escolhas de novos cursos não é somente do IFSC, mas sim de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dessa forma, recomendaram que o referido produto educacional, após aprovação pela banca

examinadora, fosse encaminhado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) para contribuir nas discussões sobre a temática e divulgar amplamente as instituições de educação profissional e tecnológica.

Por outro lado, de forma contributiva, indicaram que sentiram falta de alguns dados e coeficientes, tais como: coeficiente de Gini; a taxa de desemprego; oferta de serviços públicos; alfabetização; aprendizado adequado (apresentado na Prova Brasil); dados do censo escolar; a distorção idade/série; plano municipal de desenvolvimento; a pirâmide etária; a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai); e agências de empregabilidade.

Contudo, na oportunidade, o pesquisador esclareceu que o material pode ser complementado pelas instituições de ensino, de acordo com as suas realidades, devendo ser utilizado como ponto de partida e não como um produto pronto e acabado.

Finalizada a avaliação pelo grupo focal, a versão final do produto educacional foi submetida à banca examinadora, tendo sido aprovado. Sua versão final pode ser acessada na plataforma Sucupira, no link: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/569927/2/Gilberto%20Vicente.pdf>.

## Considerações finais

Um projeto educacional que objetiva a formação integral, com o pleno desenvolvimento do sujeito, deve estruturar a sua proposta pedagógica o mais proximamente possível do contexto social, econômico e ambiental do público de abrangência do câmpus, compreendendo a educação como uma ação permanente ratificada no direito à aprendizagem ao longo da vida, reconhecendo os cidadãos e os não cidadãos, com vistas à emancipação daqueles que vivem à margem da sociedade.

Nesse sentido, o produto educacional apresenta uma proposta de integração de informações que possibilitam contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nas ofertas formativas da educação profissional.

No entanto, ratifica-se que o material, em formato de guia, pode ser complementado pelas instituições de ensino de acordo com as suas realidades, ou seja, deve ser utilizado como ponto de partida e não como um produto pronto e acabado.

Destaca-se a dificuldade encontrada para conceituar demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, pois embora o termo seja utilizado em normativas infralegais, existem poucas pesquisas e publicações sobre a temática. Assim, essa dificuldade revela uma dualidade – (i) o caráter inovador e de relevância do estudo e, ao mesmo tempo, (ii) a necessidade de que sejam realizadas novas pesquisas.

Ademais, quanto à produção e avaliação do produto educacional, verificou-se que, embora todos os participantes do grupo focal tivessem experiência no planejamento e na organização de cursos da educação profissional, alguns desconheciam a necessidade de contemplar o aspecto ambiental nas ofertas formativas da educação profissional.

Além disso, restou comprovada a possibilidade de uso do referido produto educacional pelas instituições de ensino que atuam na educação profissional e tecnológica, à medida que o material conceitua, sistematiza e apresenta possibilidades práticas que podem auxiliar os sujeitos que atuam no planejamento e na organização dos cursos a contemplar as demandas socioeconômico-ambientais nas ofertas formativas da educação profissional.

Por fim, cabe ressaltar que o IFSC, por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) e da Pró-Reitoria de Ensino (Proen), tem utilizado este produto educacional para revisão das ofertas já existentes, bem como para a criação de novos cursos. Dessa

forma, ele também foi utilizado na formação dos membros do Cepe, tendo em vista ser este colegiado o responsável pela criação, alteração, suspensão e extinção dos cursos no IFSC.

## Referências

AMBIENTAL. *In: Michaelis*: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/ambiental/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Brasília, DF: MEC: 2021. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 17, de 17 de maio de 2020**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECPN172020.pdf?query=BNCC%20EI%5C/EF](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN172020.pdf?query=BNCC%20EI%5C/EF). Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Parecer nº 11, de 9 de maio de 2012**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 abr. 2019.

DEMANDA. *In: Michaelis*: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/demanda/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** [s.l.]: Edição eletrônica, 1876. Disponível em: <http://www.ebooks-brasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 5. ed. SP: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 8. ed. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2007.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Liber Livro, 2005.

IFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC.** Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://pdi.ifsc.edu.br/files/2015/07/PDI\\_IFSC\\_revisado\\_2017.pdf](http://pdi.ifsc.edu.br/files/2015/07/PDI_IFSC_revisado_2017.pdf). Acesso em: 28 set. 2018.

IFSC. Conselho Superior. **Resolução nº 10, de 20 de junho de 2013.** Aprovar o Regimento Interno do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC, 2013. Disponível em: [http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Consup2013/cs\\_resolucao10\\_2013\\_regimento\\_interno\\_consus\\_completo.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Consup2013/cs_resolucao10_2013_regimento_interno_consus_completo.pdf). Acesso em: 2 set. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Gilberto Vicente. **Contribuições para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

OLIVEIRA, Gilberto Vicente. **Guia de orientação para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nos**

**cursos da educação profissional.** eduCAPES, 2020a. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/569927/2/Gilberto%20Vicente.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

PINTO, Álvaro Vieira.  **Sete lições sobre educação de adultos.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 1909.

SANTOS, Milton.  **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SIEDENBERG, Dieter Rugard.  **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico:** uma síntese. *Desenvolvimento em questão*, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>. Acesso em: 21 abr. 2019.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de trabalho em Gramsci: constituição ontológica e princípio educativo.  **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 233-244, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7812>. Acesso em: 15 jan. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In:* VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.).  **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 10. ed. Campinas, SP: Papi-rus, 2000.



## Capítulo 11

# **Trilhas de aprendizagem: um novo olhar na capacitação profissional**

## Apresentação

As transformações sociais, econômicas e políticas dos dias atuais exigem dos profissionais uma formação constante em sua aprendizagem e em seu conhecimento, devido às mudanças de paradigma e dos constantes desafios tanto para servidores quanto para as instituições. Faz-se preciso adaptar-se às demandas e a novos contextos (Martino, 2001).

Sendo assim, as escolas de governo têm papel relevante na melhoria, na qualidade e na eficiência dos serviços prestados à sociedade, além do incentivo a metodologias de aprendizagem que tenham significado para o desenvolvimento profissional do servidor. Há ainda a necessidade de uma reflexão acerca da aprendizagem e de como circula o conhecimento no ambiente laboral com seus pares.

O produto educacional aqui apresentado foi elaborado a partir da dissertação de mestrado profissional intitulada “Curso Metodológico para a Construção de Trilhas de Aprendizagem: uma proposta em instituição pública catarinense”, na área de concentração “Educação Profissional e Tecnológica” e na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica”, sendo o público alvo servidores públicos estaduais catarinenses que atuam no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Trata-se, assim, da capacitação profissional e do autogerenciamento de sua carreira, com o objetivo de investigar a formação continuada de servidores de uma escola de governo. Parte, portanto, do seguinte problema de pesquisa: o mapeamento de competências, o levantamento de necessidades de capacitação e o mapeamento de processos auxiliam na construção de trilhas de aprendizagem individualizadas?

A formação continuada no trabalho, com atividades, cursos e interações laborais provenientes de experiências de aprendizagem pode propiciar o desenvolvimento de novas competências profissionais, com inovações pedagógicas contextualizadas e um novo olhar na gestão de pessoas.

## O produto educacional

O produto educacional “Percurso Metodológico para a Construção de Trilhas de Aprendizagem: uma proposta em instituição pública catarinense” tem como proposta construir um percurso metodológico para a construção de trilhas de aprendizagem, materializado em um banner digital. A construção do banner digital partiu, principalmente, do questionário de sondagem inicial de aprendizagem, instrumento que possibilitou ferramentas para a construção de trilhas de aprendizagem individualizadas.

Conforme tipologia da área 46 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), para os cursos de mestrado e doutorado profissional destaca-se a produção técnica/tecnológica na Área de Ensino, entendida como produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais.

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidas metas específicas, a saber: a elaboração de uma proposta de percurso

metodológico para a construção de trilhas de aprendizagem individualizadas em 30% dos servidores de centro de estudos de instituição pública catarinense; a criação de um instrumento de sondagem de aprendizagem que pudesse relacionar as competências gerais e específicas, o fluxo de trabalho com seus processos; e o levantamento de necessidade de capacitação de cada servidor participante. Para tanto, validou-se junto aos participantes da pesquisa, por meio de instrumento específico, o próprio questionário de sondagem inicial de aprendizagem, bem como a construção de trilhas individualizadas de aprendizagem para os servidores sujeitos da pesquisa, resultado materializado em *banner* digital.

A metodologia utilizada na pesquisa contribuiu para a capacitação profissional dos servidores participantes do estudo e proporcionou uma reflexão crítica de que foi possível, mesmo com algumas limitações, colaborar para organizar as trilhas de aprendizagem. E, por meio do produto educacional, os participantes sinalizaram que foi possível utilizar o percurso e construir trilha de aprendizagem individualizada com o auxílio, principalmente, do *banner* digital, onde puderam reformular e acrescentar outros temas nesse percurso.

O local da pesquisa foi o centro de estudo de uma escola de governo catarinense, sendo que o referido estudo foi devidamente autorizado pela administração superior da instituição. O centro de estudos conta com 20 servidores efetivos em seu quadro funcional, seis dos quais participaram neste estudo. A participação aconteceu de forma voluntária, com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente explicado e assinado.

Para Silva (2016), ao buscar seu desenvolvimento pessoal e profissional, os servidores necessitam de um suporte. Dessa forma, as trilhas podem contribuir nas instituições tanto a partir de processos estruturados pela instituição, quanto elaboradas pelos próprios servidores e seus pares. Está no próprio indivíduo a decisão do seu caminhar no processo de aprendizagem.

Dutra (2010) ressalta que as ações referentes à aprendizagem podem se apresentar, segundo suas funções, em duas categorias. Na primeira delas encontramos as ações de desenvolvimento formais que possuem conteúdos programáticos específicos, com metodologias didáticas e seus instrutores ou seus orientadores, incluindo ainda material bibliográfico e uma agenda de trabalhos ou de aulas. Já a segunda categoria diz respeito às ações de desenvolvimento não formais que possuem estruturas de atuações no próprio ambiente laboral ou de situações profissionais. Unindo assim ações de desenvolvimento formais e ações de desenvolvimento não formais, com ações informais, para o autodesenvolvimento de servidores, busca-se a construção de sua trilha de aprendizagem.

Segundo Freitas (2005, p. 7), Le Boterf nos mostra que há uma relação direta entre trilhas de aprendizagem e o conceito de navegação profissional:

[...] faz analogia entre a construção de uma trilha de aprendizagem e o estabelecimento de uma rota de navegação. O navegador, de posse de cartas geográficas, de previsões meteorológicas e do mapa de oportunidades disponíveis, estabelece o seu trajeto para chegar ao porto de destino. O profissional, da mesma forma, a partir de suas preferências, competência atuais, anseios de desenvolvimento e dos recursos formativos disponíveis, escolhe um caminho para desenvolver as competências necessárias para concretizar seus objetivos, respeitando ritmos, preferências e limitações.

Freitas e Brandão (2006) relatam que as trilhas de aprendizagem representam um modo do servidor manifestar seu desejo de crescer profissionalmente. Adotam-se, assim, estratégias de capacitação, para que esses servidores possam alcançar seu desenvolvimento profissional, com uma maior identificação com o seu trabalho.

O produto educacional aplicado proporcionou reflexões para tratar de assuntos relacionados à aprendizagem e capacitação profissional, possibilitando autogerenciamento do desenvolvimento laboral, bem como a validação dos pilares de mapeamento de competências e de processos e o levantamento de necessidades de capacitação como forma a contribuir para a construção de trilhas individualizadas, refletindo nos serviços de qualidade prestados à sociedade catarinense.

Destarte, apresenta-se aqui um percurso metodológico para se alcançar trilhas de aprendizagem no âmbito de uma escola de governo, com itinerários individualizados para o desenvolvimento profissional dos servidores efetivos da instituição. Este trabalho pode ser caracterizado como pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com caráter descritivo e com procedimentos técnicos, por meio de um estudo de caso aplicado no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional. O produto educacional pode ser acessado pelo *link*: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643229>.

O percurso utilizado envolve basicamente em três pilares relacionados às trilhas de aprendizagem: 1) seu mapeamento de competências já amplamente conhecido em estudos vinculados a trilhas de aprendizagem; 2) a inclusão do mapeamento de fluxo de trabalho e seus processos; e 3) o levantamento de necessidades de capacitação. Nas Figuras 1 e 2, são apresentados recortes do produto educacional do participante 1, construído após o instrumento de validação.

Figura 1 – Banner Digital – Participante 1



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

**Figura 2 – Ações Formais e Informais**

<b>Trilhas de Aprendizagem Participante 1 TEMÁTICA</b>	<b>ações formais e ações informais*</b>
<b>1. GESTÃO DE PROCESSOS</b>	
<b>2. EDITORAÇÃO CIENTÍFICA</b>	
<b>3. GESTÃO DE PESQUISAS</b>	
<b>4. EDIÇÃO E REVISÃO</b>	

\*curso presencial e na modalidade online e EaD, treinamento auto instrucional, estágio, reunião de trabalho, viagem de estudo, seminário, jornal, livro, revista, site e grupo de discussão na Internet, filme, vídeo, artigo e outros meios alternativos de aprimoramento pessoal e profissional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

## Considerações finais

A possibilidade de reflexões acerca de trilhas de aprendizagem permite que os servidores caminhem além de simplesmente se basear em grades fechadas de cursos, e apenas seguir a sequência de cursos pré-determinados, não considerando as necessidades individuais (Freitas, 2002). Os servidores têm a autonomia de construir suas trilhas de aprendizagem dentro da instituição e, assim, fortalecer a cultura do autodesenvolvimento permanente.

A opção pela pesquisa considerou a relevância de tais inovações na formação dos servidores públicos, visando a permitir a esses servidores um autogerenciamento em sua capacitação profissional dentro da instituição e, com isso, aprimorar os serviços prestados à sociedade.

O presente trabalho, fruto de uma dissertação de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, teve, assim, como objetivo geral, investigar a dinâmica de formação continuada da equipe técnica de um centro de estudos de uma escola de governo catarinense com vistas à criação de trilhas de aprendizagens como ferramenta para o desenvolvimento profissional, tendo como base o Mapeamento de Competências, o Mapeamento de Processos e o Levantamento de Necessidades de Capacitação.

Durante a pesquisa, constatou-se que os três pilares mencionados neste estudo foram válidos para facilitar um espaço para reflexões sobre sua aprendizagem e dessa forma alcançar efetivamente os objetivos da pesquisa. No entanto, percebe-se a necessidade da inclusão de ações que possam aprimorar o processo de construção de trilhas de aprendizagem.

Essas ações tratam da atualização constante dos cargos no mapeamento de competências, da necessidade de um aprofundamento no que se refere às competências específicas de cargo em local determinado na instituição. São ações referentes ao mapeamento

de processos, sendo primordial iniciar e finalizar esses processos nos setores e gerências. E, por fim, importa sensibilizar a participação de todos os envolvidos, chefias e demais servidores no levantamento de necessidades de capacitação.

No presente estudo, percebe-se que a construção de trilhas de aprendizagem pode e deve ser dinâmica. Constatou-se que, embora seja algo relativamente simples saber de suas competências gerais e específicas e o seu dia a dia laboral para definir qual caminho seguir para sua aprendizagem na instituição, os servidores apenas concluíram suas trilhas ao observarem as mesmas materializadas em um *banner* digital, de forma que reformularam e acrescentaram outros temas nesse percurso que consideraram relevantes.

Oportunidades de reflexão foram ofertadas neste produto educacional, de forma que os servidores participantes pudessem tratar de assuntos relacionados a sua aprendizagem e sua capacitação profissional. Assim, o autogerenciamento de seu desenvolvimento laboral contribuiu para a construção de trilhas individualizadas e permitiu a possibilidade de sua replicabilidade na mesma instituição e até mesmo sua aplicabilidade em qualquer instituição pública.

## Referências

DUTRA, Joel Souza. **Administração de Carreiras**: uma proposta para repensar a Gestão de Pessoas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FREITAS, Isa Aparecida. Trilhas de desenvolvimento profissional: da teoria à prática. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26, 2002, Salvador. **Anais [...]**, ANPAD, 2002.

FREITAS, Isa Aparecida; BRANDÃO, Hugo Pena. Trilhas de aprendizagem como estratégia para desenvolvimento de competências. *In*: ENCONTRO

NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília. **Anais [...]**, Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2005, p. 7.

FREITAS, I.A.; BRANDÃO, H.P. Trilhas de aprendizagem como estratégia para desenvolvimento de competências. *In*: BORGES-ANDRADE J.E., ABBAD G.S.; MOURÃO L. (Orgs.). **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed/Bookman. 2006, p. 97-113. Disponível em: [https://arquivo.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=NjU1](https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=NjU1). Acesso em: 24 dez. 2024.

MARTINO, Mariluci Alves. **O mundo do trabalho e a transformação profissional**. 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Rafael Silvério da. **Guia Completo e Prático Sobre Trilhas de Aprendizagem**. EADBOX. 2016.



## Capítulo 12

# **Núcleo de estudos dos Saberes do Trabalho: uma maneira de aproximar a Educação Profissional do ambiente laboral – um guia de implantação**

## Apresentação

A educação profissional é uma modalidade educacional prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). É voltada à formação para o exercício de uma profissão e tem, por princípio, estar articulada com o mundo do trabalho, de onde deverá buscar as suas referências.

Esta necessidade de aproximação se encontra bem consolidada na Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que, no seu nº I do artigo 3, coloca como um dos princípios da educação profissional a “[...] articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes”.

Mesmo existindo a necessidade constante de buscar parâmetros para a formação profissional no meio laboral, existe um distanciamento que contradiz esta expectativa.

A redução dos estágios, com a não obrigatoriedade dos mesmos e as mudanças progressivas do perfil docente, entre outras questões, afastam a realidade formativa do trabalho privando os estudantes de contextos importantes em sua formação e afetando sua integração com a realidade laboral.

Afinal, qual seria o lugar do trabalho na Educação Profissional e Tecnológica?

Este questionamento serviu para evidenciar a necessidade de articular a realidade laboral, afeta ao mundo do trabalho, com a realidade da sala de aula, enquanto duas realidades formativas distintas e, ao mesmo tempo, complementares; e serviu para balizar a pesquisa que trata da necessidade de articular estas instâncias formativas e já previstas na legislação.

Ao longo da história, ocorreu um progressivo distanciamento entre o trabalho e a educação, acompanhando as mudanças nos modelos de produção, sobretudo após a Revolução Industrial, dando origem à moderna escola, como uma estrutura estranha aos locais de trabalho. As escolas, como nos lembra Rose (2007, p. 39), passaram a desempenhar no século XX o papel de certificadoras de habilidades, que antes eram desenvolvidas no ambiente laboral.

As culturas epistêmicas do trabalho e da escola (os saberes de cada uma) estão relacionadas, embora com dinâmicas distintas. São culturas historicamente não dissociadas, em sua gênese, mas que se afastaram no moderno modelo de produção, apresentando-se como um dualismo a ser superado.

Diante dessas premissas foi proposta a criação de um Núcleo de Estudos dos Saberes do Trabalho (NEST) como Produto Educacional, como forma de diálogo entre a EPT e o meio laboral. Esta proposta foi fruto do trabalho de pesquisa intitulada “Núcleo de Estudos dos Saberes do Trabalho: uma proposta de articulação entre a escola e o mundo laboral”, que se insere na linha de pesquisa “Práticas Educativas em EPT”, dentro do macroprojeto “Propostas Metodológicas e Recursos Didáticos em Espaços Formais e não Formais de Ensino na EPT”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A pesquisa bibliográfica foi realizada com base no estudo de publicações, tanto físicas quanto em meios eletrônicos, e com uso

da legislação, na forma como coloca Vergara (2000, *apud* Oliveira, 2011, p. 40), com relação direta com o tema pesquisado.

A proposta de criação de um núcleo para estudar os saberes processados no meio laboral foi pensada como maneira de promover o diálogo entre a escola e o mundo do trabalho, suas dinâmicas, possibilidades e as demandas formativas dos trabalhadores, buscando neste meio referências para a educação profissional.

O Núcleo de Estudos dos Saberes do Trabalho é uma proposta de produto educacional voltado para as demandas específicas do Curso Técnico em Manutenção Automotiva do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), ofertado no *Câmpus* Florianópolis, mas que pode ser expandido para os demais cursos.

Em todas as profissões, trabalhadores e trabalhadoras constroem repertórios de saberes e conexões racionais com a forma de trabalhar que necessitam de abordagem adequada por parte da educação profissional, permitindo que se criem melhores dinâmicas de formação no meio escolar, em sintonia com a realidade laboral.

O mundo do trabalho se apresenta como fonte de informações e parâmetros educativos necessários para a educação profissional, sendo necessário coletá-los, traduzi-los e adequá-los ao desenho pedagógico. É a esse fim que se destina o produto educacional que apresentamos.

## O Produto Educacional

O produto educacional é um guia para implantação do NEST, materializado na forma de uma publicação eletrônica, com dados da pesquisa e o passo a passo para sua implementação.

Todo produto deve obedecer a uma demanda, e a demanda para a criação de um Núcleo de Estudos dos Saberes do Trabalho (NEST) está bem explícita na legislação que trata da educação profissional,

como o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica (CEB) nº 11/2012 e a Resolução CNE/CP nº 1/2021, que apontam para a necessidade de articular a educação profissional com o mundo do trabalho.

Existe todo um conjunto de leis que orientam a EPT, dentre as quais se destacam a Constituição Federal (1988), que no seu artigo 205, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no seu artigo 2º, colocam que a educação visa “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Há também o Decreto nº 5.154/2004, que trata a EPT de maneira específica e coloca como premissa a centralidade do trabalho como princípio educativo; a Lei nº 11.741 de 2008, no artigo 39, que integra a EPT aos diferentes níveis da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, e diversos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), que tratam da educação profissional e apontam para a necessidade da articulação entre a Educação Profissional e o mundo do trabalho.

O objetivo da criação de um Núcleo de Estudos dos Saberes do Trabalho é procurar prototipar as ideias, estudos, conceitos e o que dispõe a legislação a respeito, que apontam para a necessidade de uma relação mais estreita entre a educação profissional e o meio laboral, criando melhores parâmetros para as dinâmicas de formação, certificação profissional de competências e avaliação da própria EPT. O NEST seria, como nos coloca Trinquet (2013), uma das formas de aproveitar o conhecimento dos trabalhadores utilizando o que chama de “grupos de encontro de trabalho”, tratando-se de “um espaço onde se pode confrontar os saberes acadêmicos com os saberes de experiência, permitindo que eles dialoguem.”

A ideia de um núcleo voltado para esta questão visa a preencher esse hiato formativo ante a impossibilidade de imersão contínua dos estudantes no meio laboral, buscando parâmetros que podem contribuir para uma transposição adequada dos saberes do trabalho

para a EPT. Os procedimentos utilizados para a elaboração e validação do produto educacional se valeram dos dados da pesquisa realizada, a realização de trabalho de campo junto a trabalhadores do setor automotivo, contato com instituições que têm relação com a temática abordada, questionário junto aos alunos do Curso Técnico em Manutenção Automotiva do IFSC e a realização de um grupo focal com ex-alunos e professores do IFSC e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), ligados à área automotiva, de maneira a criar parâmetros de análise para a proposta apresentada.

Foi realizada uma pesquisa aplicada, tendo em vista tratar-se de um mestrado profissional, com a necessidade de produção de um produto educacional aplicável, que de acordo com Laville e Dionne (1999, p. 86), “tem por motivação principal contribuir para resolver um problema, um problema presente em nosso meio, em nossa sociedade”.

O contato com a coordenação do Curso Técnico em Manutenção Automotiva do IFSC possibilitou o acesso às aulas do curso e a pesquisa junto aos alunos via questionário, o que permitiu captar algumas disposições referentes ao recorte de estudo.

Instituições que, de alguma forma, têm relação com o objeto da pesquisa, seja por sua natureza formativa ou representativa do setor automotivo foram contatadas, como o Núcleo Estadual de Automecânicas (NEA) e o Senai do município de Palhoça/SC, onde também existe um Curso Técnico em Manutenção Automotiva.

O trabalho de campo foi realizado em uma oficina mecânica, localizada no bairro Fazenda Santo Antônio, no município de São José/SC, como estratégia de coleta de dados junto a trabalhadores do setor automotivo. Como coloca Minayo (2002, p. 26), o trabalho de campo consistiu em um trabalho empírico, em um “momento relacional da pesquisa, prático e de importância exploratória, de confirmação ou exclusão de hipóteses”, visando a acaptar disposições só possíveis neste meio junto aos trabalhadores.

O trabalho de campo serviu para análise da atividade no trabalho, o estudo da forma como realmente os trabalhadores agem no mundo real, o que se apresenta como um ponto de convergência, que permite traçar um itinerário que aproxime o aprendizado da escola com o mundo do trabalho. Há todo um aprendizado profissional que ocorre nos locais de trabalho, que necessitam ser estudados, com a necessidade de que se aprenda, como diz Mayen (2016), em situação, das situações e pelas situações de trabalho, remetendo à necessidade de uma análise do saber do trabalho, visando a transpor estes saberes para a didática escolar.

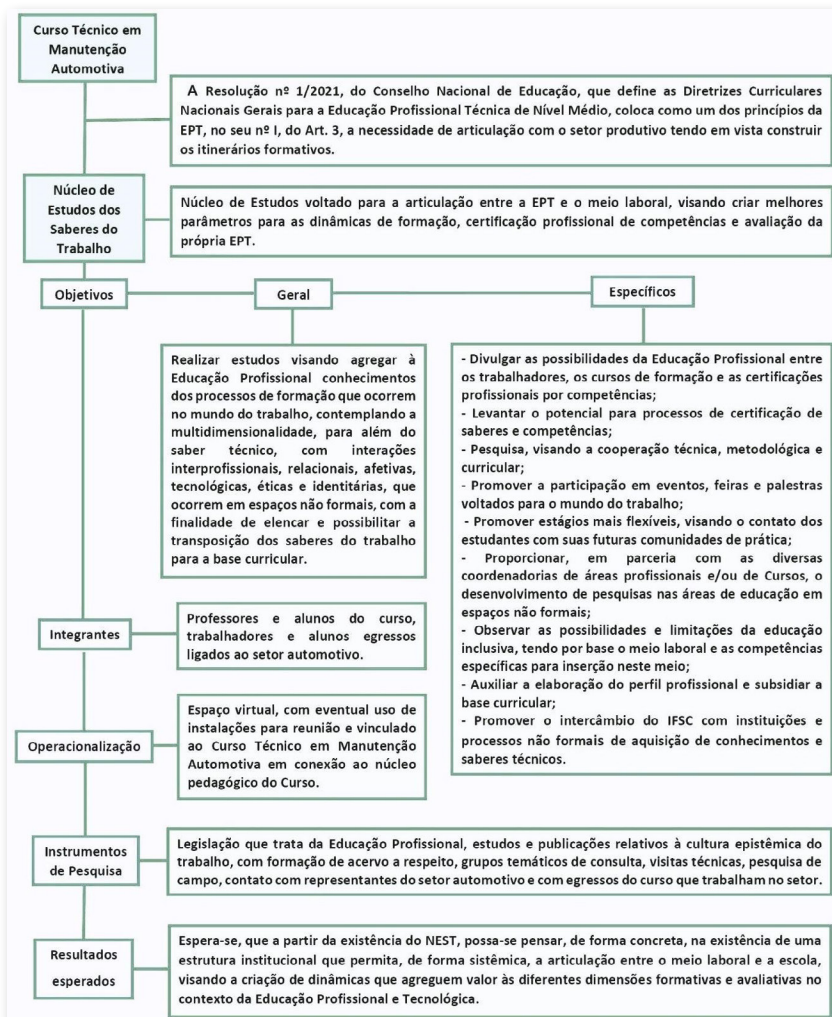
O grupo focal foi o método utilizado visando a dimensionar o produto educacional e validá-lo enquanto proposta, possibilitando a obtenção de informações qualitativas e avaliar a proposta e objetivos de criação do NEST, levantando algumas questões com ex-alunos dos cursos técnicos em Manutenção Automotiva e docentes dos cursos (IFSC e Senai), tratando-se, como coloca Morgan (1997, *apud* Bomfim, 2009), de “uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais”. Esta técnica permite, via interação dos participantes, captar disposições sobre o tema da pesquisa através dos diferentes enfoques, opiniões e atitudes criadas pela interação de seus integrantes, colhendo dados pertinentes ao tema.

A natureza exploratória do grupo focal possibilitou ajustes e perspectivas quanto ao produto apresentado, através da visão plural possibilitada pelos seus participantes, visto que se trata de algo novo, ainda não mensurável na sua funcionalidade, tratando-se de uma avaliação de ideias, conceitos e disposições.

O itinerário percorrido para a consecução da proposta de produto educacional pode ser entendido como uma prévia dos trabalhos que podem ser desenvolvidos pelo próprio NEST.

O organograma apresentado na Figura 1 resume a proposta do Produto Educativo.

Figura 1 – Estruturação do NEST



Fonte: Castro (2022, p. 18).

O que se pretende é a implantação da ideia enquanto proposta embrionária e, até mesmo por ser uma proposta, ela está sujeita, em seu percurso, a adaptações, críticas e sugestões, sem, no entanto,

se desviar do foco voltado para a compreensão dos processos, saberes, necessidades e projeções do mundo do trabalho e as implicações que podem ter na educação profissional.

A proposta de criação do Núcleo de Estudos dos Saberes do Trabalho foi materializada em uma publicação com uma síntese de dados levantados na pesquisa, apresentando um guia com o passo a passo para sua implementação, desde a proposta de sua criação junto à Coordenação de Pesquisa do IFSC, até a certificação no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, com as precauções a serem tomadas e a estrutura requerida para sua validação. Ela pode ser acessada em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/715498?mode=full> (Figura 2).

**Figura 2 – Capa do Produto Educacional**



Fonte: Castro (2022).

## Considerações finais

A relação da EPT o trabalho ainda é de natureza conceitual e de distanciamento, ocorrendo a necessidade de materializar a aproximação entre estas duas instâncias formativas.

Neste contexto de necessidade conceitual de aproximação e de um real afastamento, se insere a proposta de se criar um Núcleo de Estudos dos Saberes do Trabalho, como meio que possibilite uma comunicação efetiva entre o saber da escola e o saber do mundo do trabalho, utilizando uma estrutura bastante comum no âmbito da pesquisa que são os núcleos de estudos. Embora a criação de um núcleo de estudos não apresente nenhuma novidade, este constitui, enquanto proposta de produto educacional, uma possibilidade que atende a uma necessidade ainda não explorada no seio da EPT.

Mesmo com a proposta sendo voltada para o Curso Técnico em Manutenção Automotiva, este é apenas o recorte utilizado para fins de dimensionar o trabalho de pesquisa, com o produto educacional podendo ser expandido para diferentes formações no âmbito da EPT.

Existe todo um envoltório legal e acadêmico que mostra a necessidade de aproximação entre a escola e o mundo laboral, restando criar uma forma para que este contato se materialize. Há um mundo de experiências e itinerários percorridos por alunos, egressos, trabalhadores e professores que podem ser melhor conhecidos em prol da educação profissional e necessitam de uma estrutura de referência para esta articulação.

Como consta no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, a Educação Profissional está situada "... na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho, consagrados no artigo 227 da Constituição Federal como direito à profissionalização, a ser garantido com absoluta prioridade".

O trabalho é uma questão central na vida dos indivíduos e na organização da sociedade, e aproximar a educação profissional do meio laboral significa criar melhores parâmetros de inserção no mundo do trabalho e de participação na sociedade.

A educação profissional não se constitui apenas numa matriz formadora para o mercado de trabalho, mas transformadora para os indivíduos, proporcionando melhores condições para a participação ativa e qualificada na sociedade, numa perspectiva emancipatória e de autoafirmação, tão necessárias em um país marcado por tantas desigualdades.

Os saberes do trabalho são tão reais quanto os saberes da escola e necessitam de uma abordagem adequada, com uma aproximação colaborativa entre estas duas instâncias formativas.

## Referências

BOMFIM, Leny Alves. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, UERJ, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p.777-796, 2009. DOI 10.1590/S0103-73312009000300013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/gGZ7wXtGXqDHNCHv7gm3srw/>. Acesso em: 18 fev. 24.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 183, n. 142, p. 18, 26 de julho de 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, ano 175, n. 248, p. 2833, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 136, p. 5, 17 jul. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 172, p. 98, 4 set. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 11 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1**, de 5 de janeiro de 2021. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 9 fev. 2024.

CASTRO, João Batista de. **Núcleo de Estudos dos Saberes do Trabalho:** uma proposta de articulação entre a escola e o mundo laboral. Produto Educacional (ProfEPT/IFSC), 2022, Florianópolis. Fig. 1 Estrutura do Nest.; Fig. 2 Capa do Produto Educacional. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/715498?Mode=full>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAYEN, Patrick. A didática profissional: aprender em situação de trabalho, aprender das situações e aprender pelas situações de trabalho. In: ALVES, Wanderson Ferreira;

MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Trabalho & Saber**: questões e proposições na interface entre formação e trabalho. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016, p. 225-254. ISBN 8575914030.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMEZ, Romeu (Org.). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 9-27.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Catalão, GO, 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologiacientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologiacientifica_-_Prof_Maxwell.pdf). Acesso em: 20 fev. 2024.

ROSE, Mike. **O Saber no Trabalho – valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

TRINQUET, P. O trabalho pensado – Entrevista. **Jornal Extra Classe**, abr. 2013. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2013/04/o-trabalho-pensado/>. Acesso em: 20 fev. 2024.



## Capítulo 13

# Glossário Acadêmico de Química

## Apresentação

A dissertação de mestrado intitulada “Estratégias de Ensino de Química para Surdos”, desenvolvida entre os anos de 2018 a 2020, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) esteve vinculada à linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica”. A pesquisa buscou investigar quais estratégias de ensino estavam sendo utilizadas pelos docentes de Química nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) para atender o estudante surdo, considerando uma formação integral. No intuito de contribuir e minimizar este problema identificado no decorrer da pesquisa, foi desenvolvido um produto educacional destinado a estudantes surdos: *Glossário Acadêmico de Química*.

## O produto educacional

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para os mestrados profissionais são consideradas produtos educacionais as seguintes categorias: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades

de extensão e desenvolvimento de aplicativos (Brasil, 2019). Para conhecimento das pesquisas desenvolvidas no cenário nacional, foi realizada uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes, que contribuiu para o mapeamento dos trabalhos desenvolvidos academicamente no Brasil por educadores e/ou pesquisadores cujos temas e problemas de pesquisa fossem ao encontro das discussões aqui propostas. A partir dos descritores “Ensino de Química” e “Educação de Surdos”, foi possível observar que pesquisas relacionadas ao ensino de química na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para estudantes surdos nos cursos técnicos integrados não são citadas, a qual sustentou a viabilidade e a relevância desta pesquisa e do desenvolvimento do produto educacional nomeado Glossário Acadêmico de Química

Embora pesquisadores da área da Educação, incluindo os da área da Química, já tenham apresentado resultados de estudos voltados para melhorar a qualidade no ensino para a pessoa surda, foi visto que ainda é necessário ampliar e aprofundar as pesquisas que visam a promover a acessibilidade para surdos quanto à utilização de **recursos educacionais**. Com base nas informações coletadas no portal da Capes e reforçadas pela pesquisa realizada pela *webdesigner* Francine M. Vieira (2019), que constatou a carência de mídias digitais pensadas para o público surdo, percebeu-se: 1) **a necessidade** de idealizar, elaborar e validar um produto educacional bilíngue (Libras/português) no formato de *site* que busque qualificar a atuação dos docentes de Química no ensino desta ciência para estudantes surdos; e 2) **a oportunidade** de gerar um produto educacional de relevância no contexto em que a pesquisa se realiza, bem como determinado pelo ProfEPT, que respeite os estudantes surdos, valorizando sua língua e a visualidade como meio de comunicação.

Surge, então, a motivação para o desenvolvimento do Glossário Acadêmico de Química, em mídia digital, em formato de site. A escolha

---

1 “Glossário é como um dicionário que apresenta termos desconhecidos ou técnicos em um idioma.” (Stumpf; Martins, 2017, p. 185).

pelo uso da tecnologia como ferramenta pedagógica de intervenção no processo de comunicação escrita ou visual, para Stumpf (2008, p. 18), promove a interação social entre os sujeitos envolvidos. “As tecnologias: vídeos, DVD, páginas de internet, *blog*, comunidade virtual, *e-mail*, *chat*, *webcam*, escrita de Língua de Sinais, o celular com suas mensagens, retroprojetores, a TV, oportunizam e motivam essas participações”.

O glossário é importante, pois representa o conhecimento científico específico e especializado de forma organizada, com um manual. Sem os glossários, os sujeitos não conseguirão se comunicar, repassar seus conhecimentos, tampouco representar esse conhecimento de forma organizada na Libras (Stumpf; Martins, 2017, p. 185).

Para Marianne Stumpf e Francielle Martins (2017, p. 186), um glossário em Libras é bilíngue, pois explica e traduz palavras para um outro idioma e com os respectivos sinais em Libras, o que é “fundamental para que as pessoas possam utilizar os sinais corretos e, também conhecer os conceitos claramente pela língua de sinais, visto que é a primeira língua das pessoas surdas, facilitando o entendimento dos conceitos”.

## O produto educacional: o desenvolvimento

Para o desenvolvimento do produto educacional Glossário Acadêmico de Química, no formato de *site*, foi necessária a participação de uma equipe multidisciplinar composta por oito profissionais de duas áreas, educação e técnica. Integraram a área da educação: 1) a pesquisadora/professora de Química; 2) uma professora da área da Tradução e Interpretação em Língua de Sinais (Libras/Português); 3) dois professores surdos da área da Libras. A área técnica foi composta por:

4) uma *webdesigner*; 5) dois tradutores e intérpretes de Língua de Sinais (Libras/português); e 6) um estudante surdo voluntário do Curso Superior de Tecnologia em Produção Multimídia do IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue.

O **Glossário Acadêmico de Química** atualmente apresenta seis páginas com a seguinte disposição: tela inicial com uma página, menu de informações gerais com três páginas e menu de navegação principal para o conteúdo com duas páginas. A estrutura básica da página inicial é dividida em quatro partes: topo (título do projeto, subtítulo e menu de informações gerais), *box* de apresentação, menu de navegação principal para o conteúdo e rodapé. No topo da página inicial, dentro do menu de informações gerais, é possível navegar nas páginas: 1) Participantes; 2) Sobre o projeto; e 3) Referências. No *box* de apresentação, encontra-se a tela de boas-vindas ao usuário com caráter explicativo, apresentado em duas opções: Libras em GIF animado e o texto em português. O menu principal de conteúdo é composto de 12 quadros de conteúdo, na qual é possível navegar nas duas páginas habilitadas relacionadas ao conteúdo de Química: 1) conceitos básicos e introdutórios de Química; e 2) transformações da matéria. Por fim, na parte inferior desta primeira página, o rodapé, que informa ao usuário o local onde se deu o desenvolvimento desta mídia e o *e-mail* para contatar a pesquisadora e a coordenadora do projeto, bem como os demais membros da equipe. A identidade visual utilizada foi baseada nos elementos da área da Química<sup>2</sup> e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina<sup>3</sup>. Buscou-se um *layout* limpo e leve, visto que a carga informacional do conteúdo já é grande ao utilizar diferentes formas de apresentação: vídeo, imagens e texto. A cor roxa foi utilizada como destaque e quebra da monotonia na interface, criando vivacidade ao ser incorporada ao branco e ao verde que foram predominantes.

2 O fundo da página remete a uma estrutura molecular, jaleco branco, cabelo preso, sem acessórios e cor lilás usada para representar a licenciatura em Química.

3 Na utilização da cor verde.

As vantagens da utilização dessa mídia educacional, no formato *site*, são: a) a facilidade em editar e atualizar; b) dispensa a instalação de *plugins* ou qualquer recurso para funcionar; c) o grande alcance atingindo o maior número de pessoas com acesso à internet; d) a aplicação de técnicas de acessibilidade para disponibilizar para o maior número de pessoas; e) compatível com vários dispositivos.

Em seguida são apresentados os *prints* de algumas telas do Glossário Acadêmico de Química acompanhados de suas respectivas descrições. A Figura 1, a seguir, mostra a página número 1 ou tela inicial, que permite aos usuários acessarem as funcionalidades disponíveis no Glossário Acadêmico de Química. Possui informações referentes ao sistema, tais como: título, logotipo, subtítulo. Contém um menu de navegação horizontal formado por outras três páginas. Para o usuário escolher entre as opções, basta clicar em qualquer um dos *links* apresentados que será direcionado para a página escolhida: 1) Participantes: ao clicar nesta opção, o usuário terá acesso a uma foto de cada profissional que contribuiu para a elaboração do Glossário Acadêmico de Química e de seus respectivos currículos *Lattes*; 2) Sobre o Projeto: nesta página o usuário tem acesso às informações sobre idealizações e objetivos do projeto, acessível em vídeo em Libras, apresentado pela pesquisadora/professora de Química e em texto em português; e 3) Referências: selecionada esta página, o usuário terá acesso aos materiais utilizados como bibliografia.

Em seguida, o *box* de apresentação é mostrado pela pesquisadora/professora de Química, que recebe o usuário surdo com boas-vindas em GIF animado em Libras. É possível também ter acesso a este conteúdo no texto ao lado em português. Em seguida, tem-se o menu principal de conteúdos constituído por doze quadros que correspondem a uma sequência dos principais conteúdos de Química abordados no 1º ano do Ensino Médio (EM) e Ensino Médio Integrado (EMI). Para concluir, finaliza com o rodapé que informa o lócus do desenvolvimento do Glossário Acadêmico de Química e o *e-mail* do projeto.

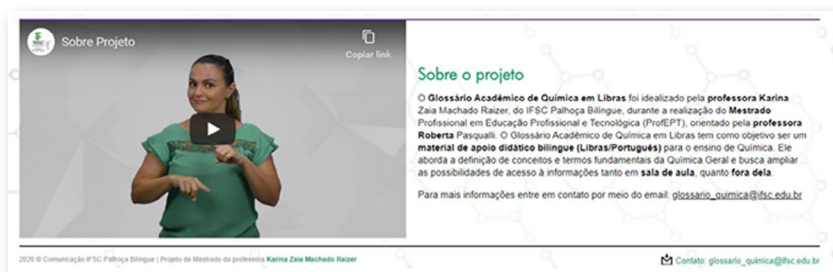
Figura 1 – Tela inicial do Glossário Acadêmico de Química



Fonte: Glossário Acadêmico de Química em Libras, IFSC – Palhoça Bilingue.  
Disponível em: [http://www.palhoca.ifsc.edu.br/glossario\\_quimica/](http://www.palhoca.ifsc.edu.br/glossario_quimica/).

Explorando o menu de navegação horizontal, é possível ter acesso a três páginas. Uma delas é mostrada a seguir, na Figura 2, que apresenta a página sobre o projeto. Esta página é dividida bilateralmente e fornece ao usuário informações sobre idealizações e objetivos do projeto em vídeo em Libras no lado esquerdo da página e em texto em português do lado direito.

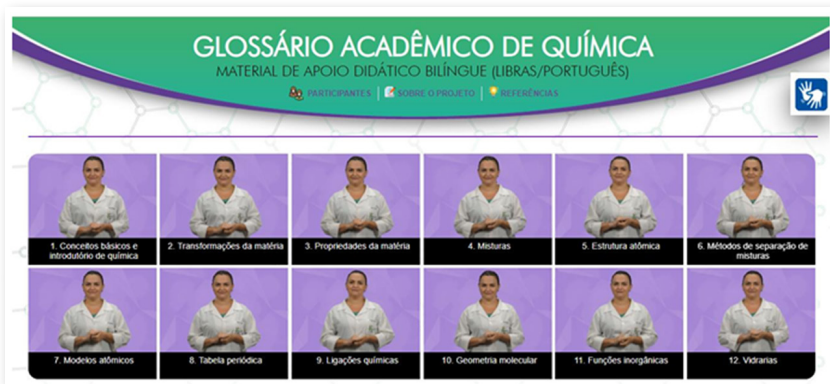
Figura 2 – Tela sobre o projeto



Fonte: Glossário Acadêmico de Química em Libras, IFSC – Palhoça Bilingue.  
Disponível em: [http://www.palhoca.ifsc.edu.br/glossario\\_quimica/](http://www.palhoca.ifsc.edu.br/glossario_quimica/).

Na Figura 3, a seguir, tem-se o menu principal de conteúdos constituído por 12 quadros que correspondem a uma sequência dos principais assuntos abordados no 1º ano do EM e EMI, semelhante ao índice de um livro didático de Química de Educação Básica. Em seguida estão listados os conteúdos de Química conforme se encontram organizados na página do Glossário Acadêmico de Química: 1) conceitos básicos e introdutório para o ensino de Química; 2) transformações da matéria; 3) propriedades da matéria; 4) misturas; 5) estrutura atômica; 6) métodos de separação de misturas; 7) modelos atômicos; 8) tabela periódica; 9) ligações químicas; 10) geometria molecular; 11) funções inorgânicas; e 12) vidrarias.

**Figura 3 – Tela menu de navegação principal para conteúdo**



Fonte: Glossário Acadêmico de Química em Libras, IFSC – Palhoça Bilíngue.  
Disponível em: [http://www.palhoça.ifsc.edu.br/glossario\\_quimica/](http://www.palhoça.ifsc.edu.br/glossario_quimica/).

O menu principal de conteúdos descrito anteriormente possui apenas duas páginas habilitadas: 1) conceitos básicos e introdutórios para o ensino de Química; e 2) transformações da matéria. Ao clicar na primeira opção, o usuário terá acesso à explicação de 12 conceitos específicos da área de Química e um resumo.

Os conceitos específicos apresentados neste primeiro quadro são: 1A – Química; 1B – Átomo; 1C – Molécula; 1D – Substância; 1E – Substância simples; 1F – Substância composta; 1G – Elemento (químico);

1H – Tabela periódica; 1I – Núcleo; 1J – Eletrosfera; 1K – Matéria; 1L – Composição; 1M – Propriedade e, 1N – Resumo.

Ao optar pela segunda opção o usuário encontrará a informação: “Em breve”. Na Figura 4, descrita a seguir, apresenta-se o topo da página 1. Conceitos básicos e introdutório para o ensino de Química. Na imagem podemos perceber a presença e o destaque de elementos que contribuem para o aprendizado do sujeito surdo. Percebe-se a valorização desses elementos na utilização de indicação numérica no canto superior esquerdo, com destaque para o vídeo em Libras em primeiro plano, na parte esquerda do quadro, com contraste de cores e disposição espacial adequada para a sinalização em Libras, inserção de imagens e presença da escrita de sinais, o *SignWriting* (SW)<sup>4</sup>, à direita. Importante ressaltar que todo o conteúdo apresentado no vídeo é traduzido para o português escrito, entretanto, o texto é inserido em segundo plano como mostra a Figura 4.1.

**Figura 4 – Tela menu de conteúdo: 1. Conceitos Básicos e Introdutórios de Química**



Fonte: Glossário Acadêmico de Química em Libras, IFSC – Palhoça Bilingüe.  
Disponível em: [http://www.palhoça.ifsc.edu.br/glossario\\_quimica/](http://www.palhoça.ifsc.edu.br/glossario_quimica/).

4 O *SignWriting* não é uma língua, mas um sistema de escrita de sinais que tem ganho visibilidade e destaque no meio acadêmico, apesar de não ser legalmente oficializado (Souza, 2015).

**Figura 4.1 – Tela menu de conteúdo: 1. Conceitos Básicos e Introdutórios de Química – Texto em Português**

**SUBSTÂNCIA COMPOSTA**

Na natureza os átomos se combinam e formam as moléculas. Quando dois, três, ou mais átomos diferentes se combinam formam-se moléculas que representam substâncias compostas.

A substância água que você conhece e que é muito abundante no nosso planeta, essencial para a manutenção da vida na Terra, é formada por dois tipos de átomos diferentes, o hidrogênio e o oxigênio. Para formar a água dois hidrogênio e um oxigênio se combinam.

$$H + O + H = H_2O = \text{água.}$$

Por isso a água é um exemplo de substância composta.

Um outro exemplo de substância composta é o gás carbônico ou dióxido de carbono ( $CO_2$ ), esse gás pode ser produzido e liberado no processo de respiração dos seres vivos, também na queima de combustíveis dos carros.  $O + C + O = CO_2 = \text{gás carbônico.}$

**H<sub>2</sub>O**

$$H - O - H$$

**CO<sub>2</sub>**

$$O = C = O$$

2020 © Comunicação IFSC Palhoça Bilingue | Projeto de Mestrado da professora Kamila Zaira Machado Raiser | Contato: glossario\_quimica@ifsc.edu.br

Fonte: Glossário Acadêmico de Química em Libras, IFSC – Palhoça Bilingue.  
Disponível em: [http://www.palhoça.ifsc.edu.br/glossario\\_quimica/](http://www.palhoça.ifsc.edu.br/glossario_quimica/).

Finalmente, na Figura 5, a seguir, apresenta-se o fechamento dos conceitos apresentados na página 1. Conceitos básicos e introdutório para o ensino de química, que se encerra com um resumo disponível em vídeo em Libras bem como em texto em português.

**Figura 5 – Tela menu de conteúdo: 1. Conceitos Básicos e Introdutórios de Química – Resumo**

**RESUMO**

**Resumo da Unidade I**

Estamos chegando ao fim da Unidade I, estudamos sobre conteúdos muito importantes sobre Química. Vimos que:

- A **Química** é uma Ciência que estuda a matéria, sua composição, propriedades e transformação.
- Toda matéria é formada por uma estrutura comum e muito pequena que são os átomos. Os átomos se tornam estáveis quando se combinam com outros átomos iguais ou diferentes.
- As **moléculas** são grupos de átomos que se combinam e são representadas por fórmulas, com  $H_2O$ .
- Uma **substância** possui propriedades e características próprias. Existem dois tipos de substâncias: **substâncias simples**, quando formada por átomos iguais, e **substâncias compostas**, quando formada por átomos diferentes.

2020 © Comunicação IFSC Palhoça Bilingue | Projeto de Mestrado da professora Kamila Zaira Machado Raiser | Contato: glossario\_quimica@ifsc.edu.br

Fonte: Glossário Acadêmico de Química em Libras, IFSC – Palhoça Bilingue.  
Disponível em: [http://www.palhoça.ifsc.edu.br/glossario\\_quimica/](http://www.palhoça.ifsc.edu.br/glossario_quimica/).

## O produto educacional: o processo de aplicação e avaliação

O produto educacional Glossário Acadêmico de Química foi aplicado e avaliado por três docentes de Química do Curso Técnico Integrado do IFSC. Os avaliadores receberam o *link*<sup>5</sup> para acessarem o Glossário Acadêmico de Química e um questionário em formulário eletrônico do *Google Forms*. O instrumento de pesquisa intitulado<sup>6</sup> “Questionário para a Avaliação do Produto Educacional – Glossário Acadêmico de Química” foi dividido em duas partes, A e B. A primeira foi desenvolvida a partir das dificuldades apontadas pelos 19 docentes de Química do IFSC que participaram da pesquisa Estratégias de Ensino de Química para Surdos. A segunda parte foi desenvolvida a partir do referencial teórico “Guia Prático para o Design de Mídia Digital com Foco no Usuário Surdo”, elaborado por Vieira (2019), e possuiu sete blocos de perguntas, cada um atrelado a um dos sete princípios propostos pela autora.

Após sua aplicação com três docentes de Química da EPT, o produto educacional proposto foi avaliado pelo mesmo grupo. Desse, dois atribuíram ao Glossário Acadêmico de Química o valor 10, nota máxima na escala fornecida, e o outro avaliador atribuiu o valor 9. Dessa forma, conclui-se que 67% dos avaliadores consideraram o Glossário Acadêmico de Química um material de apoio didático bilíngue muito bom para o ensino de Química. Alterando a variação para verificar a probabilidade de uso do Glossário Acadêmico de Química, para “nada provável” a “usarei com certeza”, em aulas com estudantes surdos, um docente atribuiu o valor 6,

5 Disponível em: [http://www.palhoca.ifsc.edu.br/glossario\\_quimica/](http://www.palhoca.ifsc.edu.br/glossario_quimica/).

6 Para detalhamento da pesquisa, obtenção e discussão dos dados encontra-se na dissertação de mestrado a qual deu origem a este produto educacional e que pode ser acessada por meio do repositório do IFSC, em [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9245209](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9245209).

indicando que usaria com pouca probabilidade, ao passo que os demais atribuíram o valor máximo na escala. Assim, conclui-se que 67% dos avaliadores farão uso do Glossário Acadêmico de Química em aulas com estudantes surdos. Considera-se satisfatória a avaliação do produto educacional proposto nesta dissertação de mestrado, o que motiva sua continuidade.

## Considerações finais

Com o propósito de investigar quais estratégias de ensino estavam sendo utilizadas pelos docentes de Química nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) para atender o estudante surdo considerando uma formação integral, contatou-se a necessidade e a oportunidade de desenvolver um produto educacional no intuito de contribuir e minimizar os problemas identificados no decorrer da pesquisa e que de forma exitosa culminou no desenvolvimento de um recurso didático que respeita as especificidades dos estudos surdos: Glossário Acadêmico de Química.

Foi possível, a partir dos estudos bibliográficos embasados em referencial teórico e por meio da pesquisa desenvolvida com os docentes de Química, identificar que a formação de professores não tem sido eficiente para prepará-los para atender os estudantes surdos. Além disso, constatou-se que a falta de recursos didáticos bilíngues (Libras/português) nesta área de ensino, bem como a escassez de termos específicos de Química em língua de sinais, apresentam-se com barreiras durante o processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos. Como consequência desses fatores, as estratégias de ensino de Química para surdos, utilizadas pelos docentes investigados, são pouco eficazes. Porém, a pesquisa indica que existe um esforço por parte do docente de Química, em ensinar/incluir

o estudante surdo, entretanto, falta ao docente informações que lhe permitam refletir sobre a eficácia de sua metodologia. Também ficou comprovada pela pesquisa desenvolvida e confirmada por outras, a dificuldade das escolas em promover uma educação que esteja ao alcance de todos. “Isso exigiria professores mais bem preparados em suas áreas específicas de formação e, ainda, com conhecimentos para lidar com a língua brasileira de sinais (Libras) e com a presença de intérpretes em suas aulas” (Souza; Silveira, 2011, p. 38).

Nesse sentido, esta pesquisa reforçou a necessidade de cursos de formação em Libras não apenas para docentes, como também para toda comunidade escolar. Estes devem ser promovidos de forma contínua, pela oferta regular de cursos de Libras em diferentes níveis para motivar a continuidade dos estudos desta língua, com tempo e espaços e, para promover discussões sobre estratégias de ensino para surdos que contribuam para a educação de surdos em todas as áreas e não apenas em Química, área objeto desta pesquisa.

Finalizando este estudo, é importante ressaltar que o seu desenvolvimento produziu reflexões críticas e/ou confirmou conhecimentos para aprimoramento do ensino de Química para estudantes surdos na EPT. Trata-se de um tema que carece de mais estudos e investigações, não só para qualificar as estratégias de ensino de Química para estudantes surdos na EPT nos cursos técnicos integrados, como também para os demais profissionais da educação, em outros níveis e modalidades de ensino.

Ao final, defendemos, a partir da análise dos dados oriundos da pesquisa com os docentes de Química e da avaliação do produto educacional, que esta pesquisa e o seu produto irão: a) contribuir para os estudos de educação de surdos, b) melhorar as estratégias de ensino de Química para surdos, c) fomentar a divulgação de termos específicos da área de ensino de Química e, o mais importante, d) elevar a qualidade da educação de surdos no Brasil. Ressaltamos ainda que o produto educacional permitirá ao estudante surdo ter acesso

a um material de apoio didático de Química que prioriza artefatos de sua cultura, dando a ele autonomia para conduzir seus estudos, favorecendo que se registre e/ou resgate conteúdos estudados em sala de aula. Além do mais, promoverá a interação entre estudantes surdos e ouvintes que convivem no mesmo espaço de ensino e possivelmente para fora deste, assim, contribuirá para a troca de saberes escolares, linguísticos e culturais.

Acredita-se que este material seja um incentivo para que outros docentes de Química dediquem-se à pesquisa de materiais didáticos bilíngues para surdos. O Glossário Acadêmico de Química tem potencial para motivar os docentes da área para conhecer e estudar a língua de sinais e a pesquisar e/ou conhecer o processo de criação e validação de sinais em Libras de termos químicos. Da mesma forma, temos a clareza que este produto educacional irá alavancar a comunicação entre docente-intérprete-estudante surdo, promover a interação e a troca de saberes entre docentes de Química e intérpretes de língua de sinais, além de diminuir as dificuldades decorrentes de trocas de intérpretes em sala de aula.

Outra possibilidade para este produto educacional é sua divulgação nos cursos de licenciatura em Química ofertados pelo IFSC. Observa-se com isso a oportunidade de promover a divulgação e utilização deste produto em outras instituições de ensino, uma vez que estes estudantes de licenciatura se tornarão futuros docentes de Química.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação (DAV). **Documento de Área, Área 46, Ensino**. 2019. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/ENSINO.pdf](http://capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ENSINO.pdf). Acesso em: 25 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Comunicação Palhoça Bilingue. **Glossário Acadêmico de Química em Libras**. 2020. Disponível em: [http://www.palhoca.ifsc.edu.br/glossario\\_quimica/index.php](http://www.palhoca.ifsc.edu.br/glossario_quimica/index.php).

SOUSA, Sinval Fernandes; SILVEIRA, Hélder Eterno. Terminologias químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos. **Química Nova na Escola**, São Paulo, v. 33, n. 1, fev. 2011, p. 37-46.

STUMPF, Marianne Ross; MARTINS, Francielle Cantarelli. Glossário em Libras: desafio contemporâneo na educação de surdos. *In*: LEBEDEFF, Tatiana Bolívar (Org.). **Letramento visual e surdez**. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak, v. 1, 2017, p. 182-199.

STUMPF, Marianne Rossi *et al.* Mudanças estruturais para uma inclusão ética. *In*: QUADRO, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 16-31.

VIEIRA, Francine Medeiros. **Princípios para o design de mídia digital com foco no usuário surdo**. Dissertação (Mestrado em Design e Expressão Gráfica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.



## Capítulo 14

# **Roda de Conversa: Os desafios na adaptação dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna**

## Apresentação

O presente trabalho busca descrever a Roda de Conversa “Os desafios na adaptação dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna”, como proposta de produto educacional desenvolvido a partir de uma pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

De acordo com o que explana o documento Área-Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Capes (2019), no mestrado profissional, o mestrando deve desenvolver um processo ou produto educativo, aplicável em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Assim, o produto educacional deve ser elaborado de modo que possa ser disseminado, analisado e utilizado nos diversos contextos educacionais. “A dissertação deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido” (Capes, 2019, p. 15).

A pesquisa que originou o presente produto educacional foi desenvolvida entre 2020 e 2022 e resultou na dissertação com o título “Os desafios na adaptação dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado: um estudo sobre o Instituto Federal

Catarinense – Câmpus Luzerna”. O objetivo da pesquisa foi discutir os desafios relativos à adaptação dos alunos ingressantes no Ensino Médio Integrado no contexto da Rede Federal de Educação, mais especificamente no Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna. A escolha dessa temática vincula-se à própria trajetória profissional da então mestranda e autora do presente texto, como psicóloga escolar no contexto dos Institutos Federais, que teve início em 2014, no Instituto Federal do Maranhão (IFMA). A partir de 2018, esta passou a fazer parte do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna, no setor Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (Sisae) – em ambos, atuando como psicóloga escolar.

Em todos esses anos atuando na rede federal de ensino, como psicóloga escolar e como professor, chamou a atenção dos autores do presente trabalho a frequência significativa de demandas de alunos ingressantes no Ensino Médio Integrado relacionadas a dificuldades de adaptação à instituição, especialmente no primeiro semestre. Deste modo, percebeu-se a relevância de discutir e pesquisar sobre a temática e a necessidade de intervenções e debates institucionais sobre essa realidade. Para alcançar seu objetivo, esta investigação teve uma abordagem qualitativa, exploratória, de campo e desenvolvida pelo método de pesquisa-participante. Os sujeitos da pesquisa, universo ou grupo amostral, foram os alunos do IFC – Câmpus Luzerna, ingressantes em 2019 e 2020 no Ensino Médio Integrado dos cursos técnicos em Segurança do Trabalho, Mecânica e Automação Industrial.

O instrumento de produção de dados adotado foi um questionário cujas perguntas buscaram captar possíveis vivências e desafios enfrentados pelos estudantes ao iniciar os estudos na instituição. No total, 114 alunos participaram da pesquisa ao responderem o questionário proposto. Os dados obtidos foram sistematizados e analisados e serviram como base para a criação dos eixos temáticos, por intermédio de questões-tema que nortearam os diálogos da roda de conversa, que ora se apresenta como produto educacional do tipo intervenção.

O objetivo da aplicação da roda junto aos estudantes foi promover um espaço de encontro, diálogo, reflexões, compartilhamento de experiências e produção de sentidos a respeito dos desafios e vivências relativos à adaptação dos estudantes na instituição. A roda de conversa foi realizada no dia 1º de dezembro de 2021 e teve a participação de 14 estudantes. O Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna possui nove turmas de Ensino Médio Integrado dos cursos técnicos em Segurança do Trabalho, Mecânica e Automação Industrial. O convite inicial foi direcionado aos líderes e vice-líderes de cada turma; no entanto, aqueles que não pudessem estar presentes no dia proposto para a roda, poderiam indicar outro colega para representar a turma.

Sendo assim, a roda contou com a participação de um ou dois representantes de cada uma das nove turmas. Embora na aplicação do questionário da pesquisa tenha-se obtido a participação apenas das turmas de segundos e terceiros anos, a aplicação do produto educacional contou com a participação também de alunos dos primeiros anos, tendo, desse modo, representantes de todas as turmas do Ensino Médio Integrado. O propósito da roda de conversa contar com a participação de alunos de todos os anos/séries e que estão em diferentes momentos do curso foi de proporcionar o compartilhamento de experiências, desafios, vitórias e superações, a fim de mobilizar reflexões conjuntas que possibilitem a ressignificação de experiências e estratégias de superação.

O presente trabalho traz algumas reflexões teóricas acerca das rodas de conversa, o planejamento e roteiro da Roda de Conversa “Os desafios na adaptação dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna”, bem como algumas reflexões suscitadas pelas(os) participantes no decorrer da aplicação deste produto educacional.

## O produto educacional

### Reflexões sobre rodas de conversa

Para a compreensão do produto educacional proposto, é imprescindível a construção de reflexões e conceituações a respeito das rodas de conversa. Afinal, o que diferencia uma roda de conversa de uma palestra ou atividades informativas em grupo? Quais elementos a compõem? Além disso, “como desenvolver a roda de conversa, possibilitando que sujeitos construam sentidos para o mundo e o lugar que ocupam neste, a partir das experiências cotidianas? Como ir além da simples disposição circular de cadeiras e facilitar espaços de reflexão/transformação?” (Sampaio *et al.*, 2014, p. 1300).

Cadeiras de espaguete dispostas em círculo, ou em meia lua, no terreiro de uma casa de alpendre alto, as pessoas mais velhas sentadas nas cadeiras, e as mais novas, no chão, a ouvir os “causos” contados, vividos e revividos. Era assim que as histórias iam sendo passadas de geração em geração. Era assim que os vizinhos se conheciam e criavam laços que duravam anos. Era assim que os mais novos forjavam sua cultura, sua identidade, era assim [...] O tempo acabou levando com ele esse hábito da conversa fácil e, na era digital, as palavras ouvidas estão dando lugar às palavras lidas em dispositivos móveis, em relações virtuais, mas a saudade da conversa audível permanece... (Moura; Lima, 2014, p. 98).

Enquanto um espaço de diálogo, interação, desenvolvimento de reflexões, compartilhamento de experiências e produção de sentidos, considera-se as rodas de conversa como um instrumento rico na produção de dados em pesquisa qualitativa. Elas possibilitam uma produção importante de dados, em conteúdo e significado, assim como

auxiliam na compreensão dos diversos sentidos que o grupo social atribui ao fenômeno estudado.

Afonso e Abade (2008) destacam que as rodas de conversa são utilizadas nas metodologias participativas e possuem referencial teórico a partir da articulação de autores da Psicologia Social, da Psicanálise e da Educação, e seu fundamento metodológico se alicerça nas oficinas de intervenção psicossocial, tendo por objetivo a constituição de um espaço onde seus participantes reflitam acerca do cotidiano, ou seja, de sua relação com o mundo, trabalho e projetos de vida. Enquanto metodologia participativa, podem ser vivenciadas em diversos contextos, tais como: postos de saúde, ambientes hospitalares, associações comunitárias, instituições educativas etc.

Warschauer (2004) evidencia a importância da narrativa, não só como veículo de uma pesquisa acadêmica, mas também como instrumento formativo de sujeitos do conhecimento, que se tornam autores de sua história, ao fazerem a narrativa de seus processos, sejam eles alunos na escola, professores em atividade profissional ou crianças, jovens ou adultos. A autora ainda traz que uma das características da narrativa é propiciar espaço para a singularidade, em que cada um é concebido como pessoas únicas, com histórias de vida que não se repetem. Podem ser vivenciados os mesmos acontecimentos, mas a forma de ver e sentir é única de cada pessoa. Nossas narrativas do vivido são nossas experiências e significados atribuídos sobre os acontecimentos e não os acontecimentos em si.

Moura e Lima (2014) caracterizam as rodas de conversa como um ambiente oportuno para o diálogo, em que os sujeitos participantes se sentem à vontade para partilhar e escutar, de modo que o falado, o conversado, seja relevante para o grupo e desperte a atenção na escuta pelos sujeitos envolvidos. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar ou concordar com a fala imediatamente anterior. É um espaço de formação, de troca de experiências,

de confraternização, de desabafo, capaz de mudar perspectivas e forjar opiniões.

O que diferencia uma roda de conversa de uma palestra é que esta última segue uma estrutura em que o palestrante fará a explanação de um conteúdo pré-determinado e sistematizado para um público específico. O centro do debate e da fala estará na figura do palestrante. Já a roda de conversa se constitui num trabalho de reflexão em que o conteúdo será estruturado a partir de questões compartilhadas pelo grupo e de acordo com sua capacidade de processá-las; onde os participantes terão a oportunidade de colocar suas palavras, vivências, sentidos e articular questões levantadas.

No debate sobre a importância que o exercício democrático da fala pode assumir nos espaços educativos, o referencial teórico-metodológico da Educação Popular de Paulo Freire traz contribuições revolucionárias. As rodas de conversa eram denominadas por ele “Círculos de Cultura”, caracterizadas como uma experiência coletiva de diálogo em que todos têm o direito de expressão e participação livre no processo de aprendizagem. Para Freire (1983), os Círculos de Cultura são o diálogo, são a pronúncia do mundo, ou seja, o processo de ler o mundo, problematizá-lo, compreendê-lo e transformá-lo. É um diálogo, em que “[...] o pensar do educador somente ganha autenticidade, na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto na intercomunicação [...]” (Freire, 1983, p. 64).

Segundo Freire (2002), a prática educativa só pode alcançar efetividade e eficácia na medida em que permite a participação livre e crítica dos educandos, ao contrário de uma educação sistematizada apenas na transmissão de conhecimento de um indivíduo para o outro, descontextualizada culturalmente e autoritária. Ele defende que os espaços educativos sejam fundamentados na criatividade, estímulo à reflexão, posicionamento crítico e no engajamento na transformação da realidade.

As rodas de conversas não são uma invenção recente. Desde a antiguidade, povos tradicionais já a praticavam; elas eram mais que um espaço de convivência social, fortalecimento de laços sociais e resolução de conflitos, funcionavam, sobretudo, como um meio de transmissão de saberes e formação de identidade sociocultural de um povo. São hábitos ainda cultivados atualmente e que fazem parte da expressão do homem como ser social. [...] Em lugar de escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar do professor, com tradições fortemente “doadoras”, o Coordenador de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo.

Em lugar dos pontos e de programas alienados, programação compacta, reduzida e codificada em unidades de aprendizado (Freire, 1983, p. 103)

Portanto, Paulo Freire traz ricas contribuições sobre a importância e o papel do diálogo e das rodas de conversa nos processos educativos, ao passo que se integram ideias de educação, liberdade e transformação dos indivíduos e do meio em que vivem. A figura do mestre como centro do processo desaparece, dando lugar às relações de reciprocidade e “[...] emerge a fala como signo de valores, normas, cultura, práticas e discurso” (Sampaio *et al.*, 2014, p. 1301). A lógica da roda, onde necessariamente ninguém está atrás ou à frente, mas todos ao lado e com relações de poder postas de modo horizontal, funciona mais do que simples disposição física no formato circular dos participantes que a compõem. Todos são implicados dialeticamente como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade.

O espaço da roda de conversa possibilita a construção de novas possibilidades de pensamento, imersa em movimento contínuo de perceber – refletir – agir – modificar (Sampaio *et al.*, 2014). Nela, deve haver a figura de um coordenador, podendo receber outras denominações, tais como facilitador ou educador. De acordo com Afonso e Abade (2008), o coordenador da roda tem o papel de incentivar a participação e a reflexão dos sujeitos envolvidos, deve construir condições para um diálogo entre os participantes mediante uma postura de escuta e circulação da palavra, bem como com o uso de técnicas de dinamização de grupo. É necessário, para tanto, o incentivo do coordenador, a sua orientação e a sua cooperação. Isto é possível quando ele é capaz de estimular o grupo com perguntas, quando observa pontos importantes levantados na discussão, sugere caminhos para o pensamento, esclarece dúvidas, oferece informações, sistematiza os pontos de vista, enfim, promove, dá suporte e ajuda a direcionar a discussão para as questões relevantes. É importante que o coordenador tenha o cuidado de não ocupar o centro da fala, pois a essência da roda deve sempre ser a ocorrência de um processo coletivo. É também imprescindível que a coordenação trabalhe para a criação de um clima de respeito e acolhimento, em que os participantes possam se sentir confortáveis para se expressar sem receio de serem ridicularizados ou desqualificados pelo grupo.

As rodas de conversa são um instrumento rico, que permite dar voz ativa aos estudantes no contexto escolar, pois ao escutá-los e tornar as suas falas centrais no entendimento das circunstâncias em que elas estão inseridas, e de que forma eles vivenciam os processos e fenômenos no contexto educacional, cria-se uma postura de abertura e escuta, detectam-se desafios que, por vezes, estão ocultos, pode-se enriquecer os planejamentos e intervenções e reconhecer as verdadeiras necessidades de suporte que os alunos têm.

## Roteiro e aplicação da roda de conversa

O produto educacional que ora se apresenta pode ser caracterizado como do tipo intervenção, como subtipo da produção “desenvolvimento de material didático e instrucional”, de acordo com o documento Área-Ensino da Capes (2019).

Conforme citado, a roda de conversa contou com a participação de 14 alunos, com um ou dois representantes de cada turma do Ensino Médio Integrado e da pesquisadora/mestranda, como mediadora da roda. O encontro foi realizado em uma sala de aula do campus Luzerna. As cadeiras foram organizadas em círculo, e foi oferecido um bolo de chocolate, como expressão de gratidão pela presença de cada um e para que eles se sentissem acolhidos e pudessem ter um momento de confraternização. Os participantes receberam esclarecimentos quanto à proposta da pesquisa e dos aspectos éticos envolvidos com a apresentação e assinatura do Termo de Assentimento. Quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por tratar-se de estudantes menores de 18 anos, este foi assinado pelos pais ou responsáveis.

Os estudantes presentes já se conheciam e se relacionavam no dia a dia do câmpus, então facilmente foi possível que houvesse uma boa interação entre eles no decorrer da roda e na criação de um clima de acolhimento e confiança. Apesar de já se conhecerem, foi solicitado que cada um falasse o seu nome e turma, pois a mediadora não conhecia o nome de todos os presentes e gostaria de chamar cada um pelo nome no decorrer da conversa. Foi feita uma contextualização sobre a pesquisa realizada, destacando o tema, o principal objetivo e o que motivou a busca por estudar essa temática da adaptação no Ensino Médio Integrado.

Além disso, os alunos foram lembrados do momento em que o questionário foi aplicado aos estudantes dos segundos e terceiros anos e de que o compartilhamento dos resultados da referida pesquisa

também faria parte do momento da roda. Também foi esclarecido que a pesquisa realizada diz respeito a um mestrado profissional, que tem a especificidade de exigir, além da dissertação, o desenvolvimento do produto educacional, e aquele era justamente o dia da aplicação desse produto, por meio de uma roda de conversa com a temática dos desafios na adaptação dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna.

No planejamento da roda, foi elaborado um roteiro prévio com algumas perguntas que pudessem mobilizar os diálogos e compartilhamento de experiências:

- Que motivos influenciaram na sua escolha em estudar no IFC? Na sua experiência, quais os maiores desafios encontrados no período de adaptação ao IFC?
- Como foi o acolhimento no momento da chegada na instituição?
- Como tem sido sua experiência com as disciplinas técnicas? Quais foram os aspectos facilitadores no processo de adaptação ao IFC?
- Quais aspectos ainda são desafios significativos para você atualmente?
- O que tem sido facilitador no processo de ensino-aprendizagem?
- Você tem percebido prejuízos emocionais desde que iniciou os estudos no IFC? Se sim, quais são eles? E de onde você tem recebido suporte para lidar com essas dificuldades?
- Você já pensou em desistir do IFC?

Os resultados da pesquisa foram compartilhados no decorrer da roda. De acordo com cada tema que ia sendo dialogado, compartilhava-se o quesito da pesquisa referente a ele e assim o conteúdo apresentado ia servindo como base e estímulo para os diálogos. O roteiro serviu de direcionamento, mas, pelo caráter dinâmico da roda,

em alguns momentos os pontos levantados iam suscitando outros e assim ela foi criando sua própria forma como um organismo vivo.

Buscou-se, na mediação, uma postura de escuta e estímulo pela circulação da palavra, de modo que fosse criado um clima de respeito e acolhimento, em que os participantes pudessem se sentir confortáveis para se expressar sem receio de serem ridicularizados ou desqualificados pelo grupo.

Destacam-se algumas questões levantadas pelos estudantes no decorrer da roda de conversa:

- Sobrecarga e esgotamento físico e mental tanto no momento de chegada e adaptação à instituição, quanto nos anos seguintes;
- Falta de tempo disponível para estar com os familiares e amigos (que não estudam no câmpus) pela grande demanda de atividades escolares e por necessitarem, na maioria dos dias, passar o dia inteiro na instituição;
- O quanto a queda de desempenho e notas afetam a autoestima de muitos alunos no processo de adaptação à instituição;
- O bom acolhimento recebido pelos colegas e professores, bem como as limitações e conquistas nesse aspecto no ensino remoto;
- As aulas práticas como facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem;
- O quanto os amigos fortalecem nas dificuldades e ajudam a superar os desafios;
- O quanto a formação no curso técnico contribui para o desenvolvimento e amadurecimento dos alunos, embora a maior parte dos presentes não tenham interesse em seguir na área do curso técnico escolhido;
- Os conselhos que os alunos do terceiro ano deram aos do primeiro ou de quem ainda irá iniciar os estudos no IFC foram:

procurar escolher bem o curso para evitar arrependimentos; organizar bem os horários e evitar a procrastinação; não se deixar abalar pelo valor da nota, mas dar o seu melhor e se dedicar;

- Cobrança dos familiares para passar mais tempo juntos e pressão por um bom desempenho;
- Prejuízos emocionais ligados especialmente ao esgotamento físico e mental e a ansiedade.

A roda de conversa foi encerrada com agradecimento pela participação e colaboração de todos e foi solicitado aos alunos que fizessem uma avaliação do que significou para eles participarem da roda. Os estudantes compartilharam, no geral, que o momento foi positivo, que foi gratificante compartilhar suas experiências e ouvir os colegas.

O produto educacional na íntegra pode ser consultado no *link*: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11808828](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11808828).

## Considerações finais

O produto educacional, implementado a partir do presente estudo por meio da elaboração e desenvolvimento de uma roda de conversa, teve o intuito de promover um espaço de encontro, diálogo, reflexões, compartilhamento de experiências e produção de sentidos a respeito dos desafios e vivências relativos à adaptação dos estudantes, a fim de mobilizar reflexões conjuntas capazes de trazer uma possível resignificação de experiências e estratégias de superação. Avalia-se que o objetivo foi cumprido, pois os estudantes compartilharam suas experiências e suscitaram reflexões sobre os diversos significados e desafios de ser aluno do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense.

Acredita-se que as rodas de conversa podem se tornar instrumentos ricos na criação de encontros dialógicos que possibilitam a produção e ressignificação de saberes e sentidos. O exercício democrático da fala que as rodas de conversa suscitam cria uma postura de abertura e escuta, além de permitir que as falas dos estudantes sejam centrais no entendimento de diversas realidades e fenômenos.

A expectativa é que a presente comunicação possa sensibilizar a rede federal de ensino sobre a temática de questões relativas à adaptação dos alunos ingressantes no Ensino Médio Integrado, pois acredita-se que os desafios enfrentados nesse aspecto não são uma realidade vivenciada apenas no câmpus Luzerna, mas também nos inúmeros câmpus que compõem a rede federal de ensino. Também se espera que as rodas de conversa sejam reconhecidas pelas equipes multiprofissionais e docentes como de significativa importância no contexto educativo, tendo em vista que, por meio delas, pode-se enriquecer os planejamentos e intervenções e reconhecer as verdadeiras necessidades de suporte que os estudantes possuem.

## Referências

AFONSO, M.L.; ABADE, F.L. **Para reinventar as rodas:** rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MOURA, A.F.; LIMA, M.G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, 31 jul. 2014, p. 95-103. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 24 dez. 2024.

SAMPAIO, Juliana *et al.* Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, supl. 2, 2014, p. 1299-1311. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832014000601299&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000601299&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 abr. 2020.

WARSCHAUER, Cecília. Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação. *In*: SCOZ, Beatriz J.L.; PINTO, Silvia Amaral de Mello (Orgs.). **Psicopedagogia: contribuições para a educação pós-moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



## Capítulo 15

# **Repositório de Conhecimento – Comunidade de práticas dos agentes de comunicação da UFSC**

## Apresentação

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, com a finalidade de produzir conhecimento, bem como de desenvolver produtos, a partir de pesquisas de natureza aplicada, que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado (Brasil, 2018, p. 2). O produto educacional é definido pelo documento de área de ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) como

o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo (Brasil, 2019, p. 16).

Esses produtos podem ser, por exemplo, mídias educacionais, protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais, propostas de ensino, materiais textuais, materiais interativos, atividades de extensão (cursos, oficinas etc.) ou desenvolvimento de aplicativos (Brasil, 2016).

A partir da linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, no âmbito do ProfEPT, foi desenvolvida a dissertação “O cultivo de comunidade de práticas como estratégia para o desenvolvimento profissional: construindo e organizando um repositório de conhecimento para os Agentes de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)”.

O trabalho buscou compreender o processo de desenvolvimento profissional dos membros de uma comunidade de prática (CoP) a partir do viés social, analisando as formas de interação e de compartilhamento de conhecimento entre os participantes e como isso reflete no senso de identidade profissional. A opção pela comunidade dos Agentes de Comunicação da UFSC se deu devido à proximidade da autora, que é membro do grupo, pela representatividade que a comunidade tem na instituição, com uma quantidade expressiva de participantes, e pelo grupo apresentar os três elementos fundamentais que caracterizam uma comunidade de prática, apontados por Wenger, McDermott e Snyder (2002): domínio, comunidade e prática. Em síntese, o domínio refere-se aos processos de comunicação institucional; a comunidade são os servidores técnico-administrativos que participam do grupo; e a prática abrange um repertório variado, que contempla recursos tangíveis como manuais e tutoriais, mas, principalmente, recursos intangíveis, que se refletem nas experiências individuais, na ação, na solução de problemas diários e no compartilhamento de conhecimento.

No decorrer da pesquisa, constatou-se que não havia um espaço onde o conhecimento socialmente desenvolvido pela comunidade fosse armazenado. Além disso, como a comunicação dos servidores se dava predominantemente via WhatsApp, informações importantes se perdiam ou passavam despercebidas. É nesse tipo de cenário que os autores Wenger, McDermott e Snyder (2002) propõem construir e organizar um repositório de conhecimento para as CoPs, para que essas informações não se tornem um “ferro-velho de ideias desorganizadas”<sup>1</sup>.

1 No original: “junkyard of disorganized insights.”

A partir dessa proposta, foi desenvolvido um repositório de conhecimento para sistematizar as práticas desenvolvidas pela comunidade estudada. Com o objetivo principal de levantar os requisitos e melhores formas de desenvolvê-lo, foi aplicado um questionário com os integrantes da comunidade. O convite para responder o formulário foi enviado aos 79 membros que faziam parte do grupo em 2021, dos quais 38 aceitaram participar. As contribuições obtidas a partir do questionário foram essenciais para compreender a influência da CoP no desenvolvimento profissional dos Agentes de Comunicação, para conhecer as diferentes realidades dos setores da universidade, bem como para nortear o formato e o conteúdo da ferramenta, apresentados a seguir.

## O produto educacional

De acordo com os autores Wenger, McDermott e Snyder (2002), conforme uma CoP desenvolve seu domínio e cria um corpo de conhecimento – a partir da troca de informações, das atas de reuniões, das discussões desencadeadas – é necessário organizá-lo para que essas ideias não se percam, se sobreponham ou passem despercebidas.

A proposta do produto educacional foi organizar essas ideias e construir um repositório de conhecimento, no qual todos os membros da CoP dos Agentes de Comunicação pudessem contribuir. Os repositórios de conhecimento são recursos importantes para preservar e gerenciar a memória organizacional. Mas além de conter documentos, banco de dados e registros, eles também são importantes para compartilhar as experiências vivenciadas pelos profissionais nas situações de trabalho – um conteúdo valioso, que contempla tanto o conhecimento tácito, quanto o explícito (Dalkir, 2005).

A estrutura do repositório de conhecimento contemplou as três opções mais votadas no questionário, cujas respostas empataram, em primeiro lugar, por um site de comunicação interna e um manual

de boas práticas, e, em seguida, por uma pasta para armazenamento em nuvem. Devido à heterogeneidade que é o ambiente universitário, foi inviável elaborar um manual de boas práticas que englobasse as particularidades de cada setor da instituição. Por isso, optou-se por organizar as boas práticas em um formato dinâmico, denominado “banco de soluções”, onde é possível registrar dúvidas e respostas sobre a comunicação institucional e sobre atividades que se relacionam com os Agentes de Comunicação de maneira mais abrangente.

A plataforma escolhida para o desenvolvimento do produto educacional foi o Google Sites, por ser uma ferramenta que possibilita a criação de páginas web de forma gratuita e colaborativa, com edições de forma simultânea e encadeadas, bastando apenas ter o cadastro em uma conta Google. Ademais, o Google Sites possui integração com outros produtos do Google, que permite criar, editar e armazenar arquivos em diferentes formatos como texto (Documentos Google), planilhas (Planilhas Google), *slides* (Apresentações Google), além do compartilhamento de arquivos na nuvem (Google Drive)<sup>2</sup> – recursos que já eram utilizados pela CoP.

Outro fator determinante na escolha do Google Sites foi a configuração de layout responsivo, no qual a exibição das páginas adequa-se à tela do aparelho do usuário, seja ele computador, tablet ou celular. Isso amplia as opções de visualização e torna o site mais atrativo, facilitando a navegação entre as páginas e tornando a experiência do usuário mais positiva. Além disso, a criação e edição das páginas são simples e intuitivas, o que não demanda conhecimento em programação ou design. Apesar dos templates disponibilizados pela plataforma restringirem algumas opções de formatação, ela atendeu aos requisitos propostos para o produto educacional, por ser uma estrutura dinâmica, assíncrona, com fácil acesso e, principalmente, pelo seu aspecto colaborativo, no qual todos os membros da comunidade poderiam contribuir.

2 Produtos Google: [https://about.google/intl/ALL\\_br/products/](https://about.google/intl/ALL_br/products/).

Todos os Agentes de Comunicação foram cadastrados como editores do site. A plataforma permite a coedição simultânea, portanto, pode-se trabalhar em parceria e visualizar em tempo real as alterações de outras pessoas. Os dados do site são armazenados pelo Google Drive e todas as modificações ficam registradas na aba “histórico de versões”, por isso, caso seja necessário, é possível resgatar qualquer informação divulgada anteriormente.

Apesar da votação do questionário ter sido por um site de comunicação interna, optou-se por configurá-lo de forma híbrida: algumas páginas são restritas aos participantes, enquanto as demais são públicas, uma vez que alguns conteúdos são relevantes para outros setores da universidade.

O foco dos conteúdos publicados relaciona-se com o domínio da comunidade: a comunicação institucional. As informações foram compiladas pela autora, a partir das interações no grupo dos Agentes de Comunicação (WhatsApp, e-mails, reuniões), no período de 19 de março de 2020 a 30 de setembro de 2021. Também foram selecionados materiais institucionais de outros setores e que se alinhavam ao domínio da CoP, como, por exemplo, o Manual de Identidade Visual, produzido pela Coordenadoria de Design e Programação Visual da Agência de Comunicação da UFSC (Agecom), e um Guia Prático de elaboração de documentos oficiais e atos normativos na UFSC, elaborado por um grupo de trabalho técnico da universidade.

Com esses materiais reunidos, foi criado o site “Comunidade de Prática – Agentes de Comunicação”, disponível para acesso através do link: <https://sites.google.com/view/agentesdecomunicaoufsc/>. O repositório foi estruturado em seis páginas principais: *Página Inicial*, *Portfólio*, *Grupos de Trabalho*, *Comunidades de Prática*, *Recursos* e *Sobre*.

Na *Página Inicial* (Figura 1) foi publicada uma mensagem de boas-vindas esclarecendo aos visitantes que o site é um repositório de conhecimento construído coletivamente pelos Agentes de Comunicação da UFSC.

Figura 1 – Página inicial do site



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em seguida, foram disponibilizados *links* de destaque com alguns dos conteúdos do repositório de conhecimento: Comunidades de Prática, Portfólio, Recursos e Sobre. Já no rodapé da página, o site apresenta outros três *links*: um que direciona para a página da Agecom, setor responsável pela comunicação pública da UFSC; o segundo *link* refere-se ao “Chat UFSC” – canal de comunicação para os servidores da universidade, mediante autenticação do usuário via serviço de gestão de identidade da UFSC (idUFSC) –, e o *link* “Deixe sua opinião”, que direciona para um formulário que objetiva conhecer a opinião dos visitantes sobre o site e validar o produto educacional. Além disso, foram compartilhados *links* de produções da Agecom feitas com a colaboração dos Agentes de Comunicação: séries de vídeos no YouTube (Traduzindo Ciência, UFSC Explica, Vida UFSC) e o *podcast* UFSC Ciência.

A segunda página, *Portfólio* (Figura 2), apresenta materiais em formato PDF ou *slides*, como Boas Práticas, Tutoriais e Manuais. Foram publicados tutoriais desenvolvidos por participantes da CoP como, por exemplo, o tutorial WhatsApp Business para Uso

Institucional, o tutorial sobre Transmissões ao vivo (lives) e o tutorial sobre transmissões ao vivo no YouTube utilizando o Jitsi. Também foram adicionados conteúdos produzidos pela Agecom, com temas análogos ao domínio da comunidade: Manual de Boas Práticas em Mídias Sociais, Manual de Identidade Visual UFSC e Manual de Sinalização UFSC.

**Figura 2 – Página “Portfólio”**



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Também foi criada uma seção para os Grupos de Trabalho (Figura 3). Os grupos de trabalho são comissões temáticas com a finalidade de analisar de forma pormenorizada algumas demandas relacionadas à comunicação organizacional da universidade. À época da pesquisa, a CoP possuía oito grupos sobre diferentes assuntos: Calendário, Egressos, Guia de Fontes, Memória UFSC, Orgulho de Ser UFSC, Terceirizados, UFSC Solidária e Visita UFSC. Para cada um deles foi criada uma página, onde, inicialmente, há uma descrição resumida e a lista com os participantes de cada grupo (com um *link* que direciona para o contato detalhado). Em seguida, há um espaço com acesso restrito aos participantes, para o compartilhamento de materiais, atas de reuniões e demais registros de trabalho. Em alguns grupos de trabalho foi adicionado ainda uma quarta parte, um bloco denominado “Saiba mais”, com *links* relacionados ao trabalho da comissão.

**Figura 3 – Página “Grupos de Trabalho”**



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A quarta página, *Comunidades de Prática* (Figura 4), apresenta o conceito de Comunidades de Prática definido por Wenger, McDermott e Snyder (2002, p. 4): “Grupo de pessoas que compartilham preocupações, um conjunto de problemas ou uma paixão sobre um assunto e que aprofundam seus conhecimentos e expertises nessa área ao interagirem de maneira contínua”. Além disso, apresenta os três elementos que compõem a estrutura básica de uma CoP: domínio, comunidade e prática, e como esses elementos estão presentes na CoP dos Agentes de Comunicação. Em seguida, foram listados 10 benefícios de uma CoP para o desenvolvimento profissional dos participantes. Esses benefícios foram apresentados em forma de ilustração, com o intuito de tornar o conteúdo mais atrativo e didático para o leitor. Por fim, há um breve texto sobre o cultivo de comunidades de prática, destacando que embora elas surjam, na maioria das vezes, de forma natural, é importante que se estabeleça um ritmo que motive a participação dos membros e os aproxime. É a interação entre os membros que sustenta a CoP e possibilita o desenvolvimento de uma prática compartilhada.

**Figura 4 – Página “Comunidades de Prática”**



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A seção de *Recursos* (Figura 5) é uma página com um repertório variado das práticas desenvolvidas pela comunidade. Ela foi subdividida em outros seis tópicos: Banco de Soluções, *Links Úteis*, Cursos de Capacitação, Fórum de discussão, Pasta Compartilhada e Agenda.

**Figura 5 – Página “Recursos”**



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O *Banco de Soluções* é um registro das boas práticas, dúvidas e dicas sobre aplicativos e ferramentas úteis para os Agentes de Comunicação, como *download* e edição de vídeos, proteção de PDF, criação de *gifs*, entre outros. Outro tópico refere-se às transmissões (*lives*), e o uso das ferramentas como Conferência Web, Jitsi, Streamyard, Google Meet. Também constam informações sobre o Páginas@UFSC, ferramenta que gerencia os sites institucionais da UFSC, além de boas práticas sobre política de divulgação da Agecom (dicas para divulgação de eventos diários, tamanho de imagem para publicações, orientações sobre a comunicação no período eleitoral, entre outros).

Já os *Links Úteis* são os *links* de tutoriais, FAQs, manuais e guias relacionados à comunicação institucional e aos sistemas, normas e aplicativos utilizados na UFSC, como redação oficial, sistema de identidade visual, sistema de gestão de processos administrativos e sobre demais produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação.

O tópico *Cursos de Capacitação* apresenta sugestões de cursos de capacitação, compartilhadas pelos membros da CoP, relacionados à comunicação, tecnologia, inovação, educação, divulgação científica, recursos tecnológicos para aprendizagem, entre outros.

Foi criado também um *Fórum de Discussão* no Google Groups, no qual foram adicionados todos os membros da comunidade. Esse recurso funciona como um e-mail, só que as postagens são organizadas por tópico, listadas em ordem cronológica e ficam disponíveis para qualquer participante acessar. Por ser uma ferramenta de comunicação assíncrona, pode ser uma alternativa para registrar discussões relevantes que surjam na comunidade e sejam consultadas posteriormente. Inicialmente foram sugeridos dois tópicos: “Cases de Sucesso” e “Ideias de Campanhas”.

Também foi disponibilizada uma *Pasta Compartilhada* (Google Drive), cuja funcionalidade permite o armazenamento em nuvem, e possibilita acessar os arquivos em qualquer lugar, desde que haja uma conexão com a internet. O recurso foi criado com o objetivo de atender uma das opções mais votadas pelos participantes quanto ao formato do repositório: ter uma pasta compartilhada na nuvem.

Por fim, sugeriu-se a utilização do Google *Agenda* também pelo aspecto colaborativo e por ser uma ferramenta incorporada diretamente ao Google Sites. Além disso, a agenda também inclui integração com o Gmail, Drive e com o próprio Meet (serviço de comunicação por vídeo do Google). Esse recurso pode ser útil para o planejamento das reuniões mensais e demais eventos organizados pelos membros da CoP.

A última página, *Sobre* (Figura 6), apresenta um breve histórico sobre os Agentes de Comunicação e quais os objetivos do grupo. Há a apresentação de cada um dos membros, com espaço para foto, além das informações básicas como nome, setor, e-mail e a portaria de designação. Identificar os Agentes e seus respectivos setores também foi uma demanda pontuada nas respostas do questionário aplicado, assim como nas interações do grupo do WhatsApp, pois, frequentemente, os membros da CoP perguntavam se havia algum Agente de Comunicação de determinado setor.

**Figura 6 – Página “Sobre”**



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Após desenvolver o repositório, ele foi divulgado para a comunidade em dezembro de 2021. Posteriormente, como forma de avaliação do produto educacional, foi aplicado um segundo questionário, com seis perguntas, através da plataforma gratuita Formulários Google. As cinco primeiras perguntas foram questões fechadas e obrigatórias, que buscaram conhecer a opinião dos usuários quanto ao design, ao conteúdo e à estrutura do site, se o repositório era útil para a comunidade e, por fim, solicitava uma avaliação geral do produto educacional. A última questão, aberta e não obrigatória, pedia ao respondente que registrasse comentários, críticas e/ou sugestões sobre a ferramenta, caso tivesse interesse.

O convite para responder o formulário de avaliação do produto educacional foi enviado por e-mail para todos os Agentes de Comunicação e compartilhado no grupo no WhatsApp. A avaliação do produto

educacional foi realizada no período de 1º a 31 de janeiro de 2022 e respondida por 22 membros da comunidade. Ademais, o *link* para acessar o questionário também foi disponibilizado no próprio repositório, no rodapé da página inicial, ao clicar em “Deixe aqui a sua opinião”.

Em suma, depreende-se que o produto educacional proposto atendeu de forma satisfatória a uma necessidade associada ao campo da prática profissional dos Agentes de Comunicação da UFSC, tendo em vista que dos critérios avaliados prevaleceu o conceito ótimo e que 100% dos respondentes concordaram que a ferramenta será útil para a comunidade. As contribuições obtidas no formulário de avaliação do repositório de conhecimento foram importantes para identificar pontos positivos, negativos e de melhoria da ferramenta. O formulário de avaliação continua disponível no site para novas contribuições e futuras melhorias.

## Considerações finais

O repositório de conhecimento da CoP dos Agentes de Comunicação teve como objetivo sistematizar o corpo de conhecimento produzido pela comunidade e torná-lo acessível de forma ágil e atrativa. Além disso, foi escolhida uma plataforma flexível e dinâmica, que possibilitasse aos membros da comunidade trabalharem em conjunto, mesmo que em momentos distintos.

O produto educacional foi estruturado pensando em uma atuação ativa dos membros da comunidade, para somar as perspectivas individuais e coletivas, e conectar pessoas interessadas em aprender juntas. Mas é fato que apenas o acesso à ferramenta não assegura uma participação efetiva, mesmo porque há diferentes níveis de envolvimento em uma CoP: membros que participam ativamente, outros com menos regularidade e ainda um grupo periférico, que raramente participa, mas que, à sua maneira, também aprende

com a comunidade. Ademais, há outros elementos que influenciam na participação, como falta de tempo, sobrecarga de trabalho e até mesmo dificuldade para o uso da ferramenta.

Na teoria, se a comunidade gera valor, provavelmente essas barreiras serão superadas, mas, na prática, lidar com essas questões é um desafio permanente. O valor de participação, segundo Wenger, McDermott e Snyder (2002), está nas pequenas interações cotidianas, que transitam entre familiaridade e entusiasmo. São essas interações que geram energia para que a CoP se mantenha viva e sustenta a participação ativa dos seus membros.

A aprendizagem é a engrenagem que move uma CoP e viabiliza o desenvolvimento profissional dos seus participantes. Esse processo ativo e participativo, em que os sujeitos são tanto mestres, quanto aprendizes, repercute nas práticas que são desenvolvidas pela comunidade, ao mesmo tempo em que enriquece o conhecimento socialmente construído.

Ressalta-se que a pesquisa foi delimitada para compreender o desenvolvimento profissional dos membros de uma CoP, tentando demonstrar a importância de se cultivá-las em ambientes organizacionais, especialmente pelo seu caráter de aprendizagem situada, na qual o conhecimento é vinculado à prática, associado a um contexto que possibilita experiências autênticas e uma aprendizagem significativa dos membros da comunidade.

Nesse contexto, espera-se que a construção de repositórios de conhecimento seja difundida não só como um recurso de memória organizacional, mas como um instrumento que pode contribuir para o desenvolvimento profissional dos membros da comunidade, pois além das questões cognitivas, a utilização da ferramenta para a troca de experiências e para o trabalho colaborativo reverbera também em outros aspectos, como empoderamento, engajamento, comprometimento, motivação, sentimento de pertencimento e fortalecimento dos relacionamentos interpessoais.

## Referências

BARATO, J.N. **Fazer bem feito:** valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diretoria de Avaliação (DAV). **Documento de Área.** Área 46 – Ensino. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diretoria de Avaliação (DAV). **Documento de Área.** Área 46 – Ensino. 2016. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO\\_DE\\_AREA\\_ENSINO\\_2016\\_final.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO_DE_AREA_ENSINO_2016_final.pdf). Acesso em: 9 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal Do Espírito Santo. **Regulamento Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional.** 2018. Disponível em: [https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma\\_2018/Regulamento/Res\\_CS\\_22\\_2018\\_-\\_Regulamento.pdf](https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Res_CS_22_2018_-_Regulamento.pdf). Acesso em: 23 nov. 2020.

DALKIR, K. **Knowledge Management in Theory and Practice.** Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

WENGER, E.; MCDERMOTT, R.; SNYDER, W.M. **Cultivating Communities of Practice:** a guide to managing knowledge. Boston: Harvard Business School, 2002.



## Capítulo 16

# **Uma ementa de unidade curricular: tecnologias digitais para práticas pedagógicas em uma perspectiva de formação integral do estudante-trabalhador**

## Apresentação

O presente produto educacional, “Ementa de unidade curricular: oficina de letramento digital básico”, é parte constituinte de uma pesquisa do mestrado profissional. As orientações dos documentos de Área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), versão 2013 (Brasil, 2013) e versão 2016 (Brasil, 2016), indicam que, para o trabalho de conclusão, o mestrando deve apresentar um relato de experiência em forma de dissertação e desenvolver um produto educacional, sendo que o produto deve ser aplicado e avaliado pelos pares investigados.

A área de concentração do mestrado profissional é a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que engloba os processos educativos nos espaços formais e não formais relacionados ao mundo do trabalho e à produção do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, com o propósito de integrar os campos do Trabalho, da Ciência, da Cultura e da Tecnologia. Dentro desse contexto, a linha de pesquisa assumida é a de “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, a qual trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio

educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais (IFES, 2018). Dentro dessa linha, assume-se o Macroprojeto 1, que abriga pesquisas com foco nas questões de ensino-aprendizagem na EPT.

Assim, este produto educacional é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), com o título “O uso das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas como competências para o mundo do trabalho: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus Florianópolis-Continente”. A pesquisa foi submetida e aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da Plataforma Brasil, conforme protocolo número 4.106.446.

A pesquisa de cunho qualitativo configurou-se em um estudo de caso com o objetivo geral de investigar a concepção de diferentes grupos de sujeitos acerca dos saberes essenciais relacionados às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) como constituintes da competência do estudante-trabalhador para o mundo do trabalho. A pesquisa aplicada no respectivo câmpus do IFSC, no semestre 2020-1, teve como participantes docentes e discentes dos cursos técnicos subsequentes em Panificação e em Cozinha. No processo de pesquisa foram elaboradas variáveis internas e externas, pelas quais buscou-se investigar a problemática relacionando em que medida os estudantes participantes da pesquisa dominam o uso das TDICs para leitura, escrita e compartilhamentos de informações por meio de plataformas on-line que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem nos dias atuais; além disso, verificou-se o uso da plataforma de interação digital Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) pelos estudantes como ferramenta de mediação pedagógica, já que essa plataforma foi implementada pelo IFSC desde 2018.

Para a investigação do objeto, do problema e do pressuposto da respectiva pesquisa, foi aplicado um questionário composto

por 24 perguntas abertas e fechadas aos estudantes maiores de 18 anos matriculados nos cursos técnicos subsequentes em Panificação e em Cozinha. Também foi aplicado o instrumento entrevista semiestruturada, com oito questões aos docentes desses cursos, pela qual se buscou depreender a percepção desses sujeitos acerca das variáveis em estudo.

Os dados gerados pelas respostas do questionário indicam que grande parte dos estudantes apresentam dificuldades para usar com segurança e autonomia os recursos digitais como e-mail, Google Drive para leitura, edição e compartilhamento de textos; os estudantes reconhecem a relevância da plataforma SIGAA para acessar documentos escolares, porém têm dificuldade para participar dos *chats* e fórum, compartilhar informações e baixar arquivos, como procedimentos necessários ao processo de ensino-aprendizagem. Isso porque os resultados indicaram que grande parte dos estudantes desconheciam esse tipo de plataforma ou só foram conhecer após entrar no IFSC, por essa razão consideram “necessário que a instituição ofereça mais capacitações em relação a essa plataforma” (Souza, 2022, p. 151).

Em relação aos resultados do instrumento entrevista aos docentes, parece haver um consenso acerca da importância de os estudantes dominarem as TDICs para que o ensino-aprendizagem ocorra de forma mais qualificada. Entretanto, essa compreensão

restringe-se ao domínio utilitarista das novas ferramentas tecnológicas, voltada somente para ocupar um espaço no mercado de trabalho, distancia-se assim de um entendimento que a formação profissional deve romper com a dualidade educacional e contribuir gradativamente para a superação dessa dicotomia entre saber propedêutico e tecnicista (Souza, 2022, p. 133).

Em razão dos resultados encontrados pela análise dos instrumentos aplicados na respectiva pesquisa, elaborou-se este produto educacional como forma de contribuir e possibilitar uma mudança na realidade encontrada no contexto pesquisado e, com isso, colaborar com a qualidade da aprendizagem dos estudantes, além de disponibilizar condições de reflexão sobre o uso das TDICs no contexto educativo, como sua função e utilização para além dos muros da instituição educativa.

## O produto educacional

Diante dos resultados encontrados, revelou-se uma realidade preocupante no contexto educativo da pesquisa. Por essa razão, como forma de contribuir para a qualificação dessa realidade diagnosticada, elaborou-se como produto educacional uma “Ementa de unidade curricular: oficina de letramento digital básico”. A proposta tem como referência o documento de Área-Ensino (Brasil, 2016, p. 15), na categoria “Proposta de ensino” e na tipologia “Proposta de prática pedagógica” (Figura 1).

Figura 1 – Ementa de unidade curricular: oficina de letramento digital básico



Fonte: Capa do produto educacional. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/717646/4/Ementa%20-%20COM%20ISBN.pdf>.

Acesso em: 20 nov. 2023.

O texto foi escrito em uma linguagem simplificada para que todos os leitores possam compreender a sua proposta, ao mesmo tempo em que todos os aspectos apresentados são fundamentados teoricamente.

Este produto tem por objetivo apresentar à instituição em que os dados foram gerados uma proposta pedagógica para que seja implementada, possibilitando que os estudantes tenham acesso ao letramento digital básico como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Essa prática pedagógica implementada com os estudantes-trabalhadores antes de iniciarem as aulas do curso possibilita a ampliação das habilidades e conhecimentos relacionados às TDICs para que possam desenvolver as interações pedagógicas com maior segurança no processo de ensino-aprendizagem. Esses saberes também extrapolam o contexto puramente educativo, já que também preparam o estudante para o mundo do trabalho, numa visão politécnica de formação (Souza, 2022). Essa proposta torna-se ainda mais necessária devido às constantes mudanças nas bases científicas tecnológicas do sistema de produção capitalista, o que modifica a maneira de inserção no mundo do trabalho atual.

Com isso, busca-se proporcionar um domínio mínimo das TDICs e trazer a importância de ter essas habilidades como fator de emancipação e autonomia do estudante na sua vida acadêmica e preparando-o para o mundo do trabalho, local onde há necessidade de dominar determinadas ferramentas nas novas atribuições ocasionadas pelas mudanças de base científico tecnológica. Dentro desse contexto, destaca-se a importância de se ampliar a capacidade desses estudantes em relação ao uso das TDICs, tanto na vida escolar, como também fator de inserção no mundo do trabalho, pois os ambientes laborais estão equipados com grande quantidade de objetos eletrônicos/digitais.

Para dar conta de seu objetivo, mantendo o modelo institucional, a ementa foi apresentada com os elementos: competências, habilidades e conteúdos. A proposta de usar tecnologias digitais essenciais

para práticas pedagógicas em uma perspectiva de formação para o mundo do trabalho significa assumir uma abordagem em que o domínio das TDICs não seja direcionado apenas à formação tecnicista, mas que, pelo conteúdo trabalhado, o estudante também consiga perceber e explicar as “relações existentes entre ciência, trabalho, cultura e sociedade, analisando as inúmeras determinações que fazem parte das tecnologias digitais” (Souza; Valer, 2022, p. 17). Todos esses aspectos, diante de um mundo do trabalho, conforme Antunes (2018), cada vez mais carregado de contradições nas suas relações entre avanços tecnológicos e o aumento da precariedade dos vínculos de trabalho.

A fundamentação teórica que sustenta este produto educacional traz Marx (1848), para quem o trabalho no sentido ontológico e sua transformação no sentido histórico moldaram uma sociedade dividida em classes sociais; Kosik (1976) aponta que o trabalho é responsável por compor toda a formação objetiva e subjetiva do ser humano, concordando com Enguita (1989), ao apontar como a fragmentação dos processos de trabalho passaram a alienar o trabalhador. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), o trabalho pode ser compreendido sob dois aspectos, um que diz respeito à necessidade biológica de intervenção na natureza pelo ser humano para suprir a sua sobrevivência, e no sentido histórico pelo trabalho assalariado, alienante e penoso construído ao longo do desenvolvimento dos processos produtivos do sistema capitalista.

Em relação ao termo competência, para Dolz e Ollagnier (2004), esse termo é objeto de muitos debates na educação, devido aos vários usos e significações colocadas. A perspectiva de Perrenoud (1999; 2004) é a de que competência está em relação à mobilização de conhecimentos teóricos e tácitos em uma determinada situação, dentro de uma atividade laboral específica, de maneira funcional e útil. Para Machado (1998), a competência representa a necessidade de o trabalhador estar em relação com as constantes transformações no sistema produtivo, cada vez mais volátil e competitivo,

por isso assume uma condição de parâmetro para empregabilidade. Para Ramos (2001), o termo “lógica das competências” tem um sentido de substituir o que era entendido como qualificação para um trabalho, que geralmente era atrelado ao posto de trabalho. Atualmente, as relações de trabalho estão afetadas pelas inúmeras alterações no sistema produtivo capitalista, em que o posto de trabalho foi substituído pela flexibilização do trabalho, por isso o sistema nega a necessidade de qualificação. Para a autora, cabe à EPT a apropriação epistemológica do termo e fazer com que a competência exista em subordinação à qualificação.

Nessa perspectiva, Ciavatta (2008), ao discutir a concepção de mercado de trabalho e mundo do trabalho, coloca que este compreende todas as relações que compõem o homem em sociedade, pois o trabalho não se restringe meramente a uma determinada função específica, ele é composto por determinantes políticos, culturais, econômicos e históricos, aspectos determinantes para a formação humana. À vista disso, é importante o trabalhador entender as relações trabalhistas no sistema capitalista de produção, em que a força de trabalho ocupa um papel central, nesse caso o trabalho assalariado (Frigotto, 2001), sendo que, por meio da extração da mais valia<sup>1</sup>, torna-se fator primordial na acumulação do capital.

Outro conceito relevante trata da formação politécnica, que, segundo Saviani (1989; 2003), trata do caminho para a superação da dualidade educacional entre conhecimento geral e conhecimento profissional específico. Machado (1991) acrescenta que a politecnicidade representa a condição necessária ao sujeito desenvolver todas as suas

---

1 No exemplo em que um trabalhador executa sua função laboral por 8 horas, porém em 4 horas são o suficiente para a sua subsistência, dessa forma: [...] o operário produz durante 4 horas [tempo de trabalho “suplementar”] um “subproduto” não retribuído pelo capitalista que constitui a mais-valia. Ou seja, o capitalista consome a força de trabalho fazendo com que ela trabalhe e produza durante um dia normal de 8 horas. As 4 horas que não foram pagas, as horas de trabalho excedente, são a mais-valia do capitalista. Essa troca desigual, repetida milhares de vezes com milhares de operários ao longo dos anos, é a mola e a essência desse sistema de exploração (Catani, 1989, p. 31).

potencialidades, no que se refere à formação omnilateral. Já Souza Junior (2008) afirma que esse conceito aparece como contraposição à unilateralidade burguesa, por isso, o ser omnilateral deve ser preparado para superar as relações sociais divididas pela classe social, criar uma sociedade sem exploradores e explorados.

Os pressupostos teóricos que envolvem as tecnologias digitais como objeto de ensino-aprendizagem apontam para o fato de que, na atualidade, as tecnologias organizam a sociedade. As discussões de Cupani (2016), Ortega Y Gasset (1963) e Pinto (2005) apontam para a necessidade de compreender as circunstâncias históricas que levaram a essa realidade serem profundamente debatidas. Isso, especialmente, pelo fato de o avanço tecnológico desencadear desemprego, informalidade, precariedade de vínculos laborais (Antunes, 2006, 2009, 2018), tudo isso somado a uma forte desindustrialização em quase todas as partes do globo.

Sobre o uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, elas se tornam necessárias na realidade contemporânea, já que, segundo Santaella (2014), constituem-se de uma nova linguagem, carregada de novos símbolos e significados; por essa razão, precisam ser inseridas na escolarização. Em acréscimo, Quevedo e Braga (2008) colocam que a inserção dos sujeitos no contexto digital é primordial, pois é um fator de inclusão social.

Os direcionamentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2013; 2016) colocam que o produto educacional deve ser avaliado, preferencialmente, pelos sujeitos participantes da pesquisa e validado pelos membros da banca. Para esse fim, foi elaborado um questionário eletrônico por meio do *Google Forms*, o qual foi compartilhado para avaliação com um grupo de sujeitos avaliadores do IFSC – Câmpus Florianópolis-Continente constituído por estudantes, docentes e técnicos administrativos do núcleo pedagógico. O questionário é composto por quatro questões. São as seguintes: 1) A qual grupo de participantes você pertence?;

2) Você considera que o conteúdo do produto educacional dá conta do objetivo proposto? Você teria alguma sugestão para qualificar o conteúdo desse produto educacional?; 3) Quais são as suas sugestões para melhorar a linguagem, o design ou outro aspecto do produto educacional?; e 4) Outras considerações que você deseja colocar sobre o produto educacional.

O convite para participar da avaliação do produto educacional juntamente com o *link* do formulário do Google Forms foi enviado primeiramente aos docentes que participaram da pesquisa, mas, em contato pessoal, afirmaram que estavam com muitas atividades e, por isso, sem tempo hábil para participarem de mais esse processo na pesquisa. De forma paralela, o formulário foi enviado aos docentes da área de Linguagem e Idiomas e aos técnicos administrativos do Núcleo Pedagógico do câmpus. Por fim, no mês de junho de 2022, o questionário foi apresentado a um grupo de estudantes do curso técnico em Panificação, na aula de Linguagem e Comunicação, em que a pesquisadora responsável iniciou a ministração de aula nessa turma, no segundo trimestre.

O questionário ficou aberto para contribuições durante 15 dias, sendo avaliado por um docente, dois técnicos do Núcleo Pedagógico e 15 estudantes. Pelos dados do questionário, identificou-se que todos entendem a importância da proposta pedagógica e aprovam a ideia de que deve ser implantada na grade curricular da instituição. Conforme Souza (2022, p. 161-164), alguns estudantes apontaram ser relevante que a oficina de letramento digital fosse aplicada no início do curso, para facilitar e dar suporte às tarefas básicas envolvendo as TDICs no processo de ensino-aprendizagem. Isso porque, como os dados dos participantes da pesquisa indicaram, este grupo de estudantes também expõe dificuldades para realizar atividades pedagógicas via mundo digital.

## Considerações finais

Este texto teve por objetivo apresentar os principais aspectos do processo de elaboração do produto educacional “Ementa de unidade curricular: oficina de letramento digital básico”, elaborado como parte de uma pesquisa de mestrado no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Este produto educacional é inovador por apresentar uma proposta pedagógica que consiste em possibilitar a ampliação dos conhecimentos relacionados às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), preparando os estudantes-trabalhadores para aquisição de saberes e compreensões sobre o mundo do trabalho, em direção a uma formação humana integral. Isso porque dominar e possuir habilidades na utilização das TDICs se torna essencial em um universo educacional, social e profissional inserido num contexto cada dia mais digital. Porém, além de saberem usar as TDICs, esses estudantes-trabalhadores também precisam compreender como esses avanços tecnológicos mascaram as contradições existentes, as quais podem ser entendidas não somente como avanços de melhorias tecnológicas, mas como um avanço do sistema produtivo sobre a massa de trabalhadores por todo o globo terrestre. Destaca-se e evidencia-se que muitas pessoas ainda não dominam o uso dessas tecnologias, como demonstraram os dados analisados nesta pesquisa.

A complexidade do produto está em nível médio, já que a sua elaboração é consequência dos resultados de uma pesquisa científica em nível de mestrado profissional. Os resultados foram gerados pela aplicação do instrumento questionário a um grupo de participantes estudantes do curso técnico subsequente em Panificação, Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) pertencentes ao núcleo pedagógico e um grupo de professores dos respectivos cursos.

A abrangência do produto dentro da instituição em que a pesquisa foi realizada é de grande alcance, da forma que já se discutiu

ao longo da pesquisa, grande parte dos estudantes que a frequentam são estudantes oriundos de contextos sociais em que o processo de escolarização não possibilitou uma aprendizagem significativa mediada pelas tecnologias no ensino básico. Por essa razão, para muitos, aprender a usar as tecnologias digitais em uma perspectiva de formação integral pode se tornar um diferencial para sua inserção no mundo do trabalho, bem como em diferentes espaços sociais, já que as relações sociais e profissionais estão cada vez mais mediadas por essas tecnologias.

Por fim, em termos de replicabilidade, este produto educacional pode ser aplicado nas instituições de ensino de educação profissional que recebem estudantes que precisam ter esses saberes ampliados para o uso das tecnologias; pode ser replicado também em decorrência da proposta teórica em que a aprendizagem extrapola o conhecimento meramente tecnicista, expandindo-se para uma aprendizagem de formação crítica e reflexiva sobre a forma como as tecnologias organizam as relações sociais e de trabalho. Com isso, viabiliza-se uma relação de autonomia dos estudantes-trabalhadores diante dessas novas tecnologias, sendo que o domínio desse novo maquinário digital não pode se restringir ao conhecimento aplicado em ações repetitivas e automáticas, as quais resultam em grande parte num distanciamento das inúmeras determinações sociais que compõem essas novas tecnologias. Em acréscimo, esses avanços tecnológicos devem ser compreendidos e apreendidos pelos estudantes-trabalhadores. Além disso, o mais significativo nessa aprendizagem digital é saber a quem serve essa nova forma de conhecimento: às classes dominantes e seus interesses na eficácia do sistema de acumulação capitalista? Ou existe a possibilidade de ser colocada efetivamente a serviço da classe trabalhadora?

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área Ensino**, 2013. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Ensino\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_block.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ensino_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf). Acesso em: 9 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área-Ensino**, 2016. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/web/up/480/o/DOCUMENTO\\_DE\\_AREA\\_ENSINO\\_2016\\_final.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/web/up/480/o/DOCUMENTO_DE_AREA_ENSINO_2016_final.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

CATANI, Afranio Mendes. **O que é capitalismo**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CIAVATTA, Maria. O trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. p. 408-415. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia:** um convite. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

DOLZ, Joaquim; OLLAGNIER, Edmée. **O enigma da competência em educação**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis: CED/UFSC, v. 19, n. 1, jan.-jun. 2001, p. 71-87. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 12 abr. 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Educação Básica, Empregabilidade e Competência. **Trabalho & Educação**, v. 3, 2013 [1998], p. 15-31. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8681>. Acesso em: 24 mai. 2020.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnicia no ensino de segundo grau. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. GARCIA, Walter; CUNHA, Célio da (Coord.). **Politecnicia no ensino médio**. São Paulo: Cortez; Brasília: SENEb, 1991 (Cadernos SENEb; 5), p. 51-64.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista – 1848**: seguido de Gotha: comentários à margem do programa do partido operário alemão. Porto Alegre: L&PM, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES), Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. **Anexo ao Regulamento**. jun. 2018. Disponível em: [https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma\\_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf](https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, Philippe. De uma metáfora a outra: transferir ou mobilizar conhecimentos. *In*: DOLZ, Joaquim; OLLAGNIER, Edmée. **O enigma da competência em educação**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 47-63.

QUEVEDO, Angela Gouveia; BRAGA, Denise Bertoli. Letramento digital no currículo de letras segundo a ótica da teoria da atividade. **Revista Paidéio**, Santos, v. 1, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <http://periodicosunimes-virtual.com.br/index.php?journal=paideia&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=51&path%5B%5D=30>. Acesso em: 5 set. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTAELLA, Lucia. Gêneros discursivos híbridos na era da hipermissão. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso** [on-line], v. 9, n. 2, 2014, p. 206-216. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-45732014000200013>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, mar. 2003, p. 131-152. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462003000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 8 mar. 2020.

SOUSA JUNIOR, Justino de. Omnilateralidade. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; FRANÇA, Julio Cesar. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 284-292. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-profissional-em-saude-segunda-edicao-revista-e-ampliada>. Acesso em: 13 out. 2019.

SOUZA, Lucas de; VALER, Salete. **Ementa de unidade curricular:** oficina de letramento digital básico. Florianópolis: IFSC (ProfEPT). 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717646>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUZA, Lucas de: **O uso das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas como competência para o mundo do trabalho:** um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus Florianópolis-Continente. Orientadora: Salete Valer. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis, Florianópolis, SC, 2022. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11850407](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11850407). Acesso em: 20 nov. 2023.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, 2 v.



## Capítulo 17

# Podcast – trabalho e qualidade de vida no IFSC

## Apresentação

O objetivo deste texto é apresentar o *podcast* “Trabalho e qualidade de vida no IFSC”. Esse *podcast*, com a participação de Milena Garcia e de Milene Bobsin, veicula um debate sobre as possibilidades de consolidar uma política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no IFSC. Trata-se, em sua versão original, do produto educacional que faz parte da dissertação intitulada “Gestão Pública e Trabalho Técnico-administrativo em Educação: um estudo sobre o Instituto Federal de Santa Catarina” (Bobsin, 2022), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Nesse programa, a pesquisa enquadrou-se na área de concentração “Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” e na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”.

A conexão entre o produto educacional e o problema de pesquisa investigado na dissertação está no fato de que o modelo de gestão institucional está diretamente atrelado à organização e às condições de trabalho de seus servidores e servidoras. Desse modo, pensar e consolidar uma política de QVT no IFSC implica compreender sob que referenciais teóricos estão fundadas as concepções e práticas de gestão no IFSC. A partir da reflexão sobre o problema de pesquisa acerca de *quais modelos de gestão orientam a administração e a organização do trabalho TAE no IFSC*, foi possível propor ações no sentido

da humanização do trabalho na instituição. Quanto ao público, o produto desenvolvido destina-se a todas e todos os servidores do IFSC, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como às pessoas que tenham interesse no tema da QVT nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Os autores definidos para a concepção deste produto foram Antunes (2009); Da Silva (2019a); Da Silva (2019b); Ferreira (2011); Kaplún (2003); Leite (2018); e Rizzatti *et al.* (2020). Quem avaliou o podcast foi a banca examinadora da dissertação, já que esse produto educacional constituiu um capítulo da pesquisa<sup>2</sup>.

A Figura 1 é uma imagem ilustrativa do encarte do produto educacional:

**Figura 1 – Imagem ilustrativa do podcast “Trabalho e qualidade de vida no IFSC”**



Fonte: Bobsin (2022, p. 136).

2 Divulgação do lançamento da pesquisa, de 2023. Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2023/03/02/programa-de-qvt-lanca-pesquisa-para-servidores/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

## O produto educacional

O *podcast*, de acordo com as categorias de produção técnica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), pode ser entendido como um processo educacional, ao propor um espaço para a “superação do senso comum, levando o sujeito a compreender que o conhecimento é advindo da produção humana, não sendo, portanto, neutro” (Rizatti *et al.*, 2020, p. 4-5). Tal processo, na forma de mídia educacional, enquadra-se na tipologia “produto de comunicação” e faz uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com o objetivo específico de debater trabalho e qualidade de vida no IFSC, bem como os caminhos para efetivação da Política de QVT nesta instituição.

A materialização do produto ocorreu por meio de entrevista realizada, em 2022, com a servidora Milena Garcia da Silva, na época, psicóloga organizacional do IFSC. A gravação aconteceu no Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), localizado no Câmpus Florianópolis Continente do IFSC. A conversa original durou uma hora e meia, e o *podcast*, após edição, possui 49 minutos.

Kaplún (2003) define a produção e uso de materiais educativos sob os aspectos conceitual, pedagógico e comunicacional, os quais entende que devem ser definidos de modo articulado, e não apenas justaposto. Para fins de organização, apresentamos o *podcast* nos termos de como foi criado e nos aspectos delimitados pelo autor. Com relação ao aspecto conceitual, o *podcast* buscou abordar o tema gerador “trabalho e qualidade de vida no IFSC”, delimitado em consonância com o referencial teórico da dissertação da qual faz parte, ou seja, baseado em estudos da sociologia do trabalho sobre gestão nas organizações, administração pública da educação, entre outros.

Já do ponto de vista pedagógico, expresso como articulador ou caminho a percorrer por Kaplún (2003), pensamos que o *podcast* pode contribuir para o avanço do debate sobre QVT no IFSC, por meio

de questões levantadas que eventualmente possam repercutir para além da conversa produzida, publicada e ouvida – podendo gerar novas perguntas e novas discussões, além de ampliar a adesão das pessoas ao movimento por QVT no Instituto Federal.

O aspecto pedagógico abrange todas as pessoas envolvidas no processo, a começar por nós, autores, que buscamos conferir aplicabilidade à pesquisa, na produção do roteiro para o programa, no estudo específico sobre os temas *podcasts*, produtos educacionais, e na tentativa de somar com as reflexões e achados de pesquisa, durante a atividade realizada com a psicóloga organizacional Milena Garcia da Silva. Para ela, também, acreditamos e esperamos que tenha sido educativo. Na época, Milena integrava a área da saúde do IFSC, estava cursando o doutorado e estudando os fatores psicossociais, protetivos e de risco à saúde dos trabalhadores. Por seu posicionamento nas questões de saúde mental no trabalho refletidos em seus estudos acadêmicos, foi convidada para participar deste podcast. A aplicabilidade deste produto, inicialmente, está no debate entre duas pesquisadoras e colegas servidoras do quadro de Técnico em Assuntos Educacionais (TAEs), a partir das próprias investigações, permitindo assentar ideias, consolidar alguns entendimentos e questionar outros. Além disso, ao tornar público e acessível o *podcast*, é possível que as reflexões realizadas se ampliem para outras pessoas e instituições interessadas.

Retomando as dimensões apresentadas por Kaplún (2003), a comunicacional é o áudio em si. Conforme exposto acima, a mídia foi pensada para ser uma ferramenta de diálogo com a comunidade institucional. O produto podcast tem o potencial de fomentar a discussão sobre relações de trabalho mais saudáveis. Na direção de apoiar a efetivação de uma política de QVT no Instituto Federal, disponibilizou-se esse material educativo que amplia a discussão para a sociologia do trabalho e para a psicologia organizacional. O formato *podcast* foi escolhido também por ser uma ferramenta de comunicação

facilmente replicável, na medida em que, uma vez publicizado, pode ser ouvido, baixado e encaminhado de maneira ilimitada. Assim aconteceu, após compartilhar o *link* da mídia com colegas de trabalho, começamos a receber o retorno de outros servidores comentando sobre a importância da discussão sobre QVT, assim como a relevância de construir e divulgar o conhecimento a respeito do trabalho de profissionais da educação do IFSC no âmbito do ProfEPT.

Ainda sobre a metodologia de desenvolvimento do produto, importa mencionar que seus aspectos (conceitual, pedagógico e comunicacional) foram delimitados em conformidade com a definição de produto educacional inscrita no documento de Área 46 (Ensino) da Capes. O documento indica que o produto ou processo educacional é resultado de

um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo (Capes, 2019, p. 16).

Uma vez que a pesquisa da dissertação se desdobrou no que nomeamos como estudo organizacional, direcionamos o produto a todos os servidores e servidoras da instituição, pessoas diretamente envolvidas na política de QVT do IFSC.

A respeito da aplicabilidade e possibilidade de replicação, acrescentamos que, posteriormente, em março de 2023, o podcast foi novamente divulgado aos servidores do IFSC, quando do lançamento da segunda pesquisa diagnóstica de QVT realizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) em conjunto com o grupo de trabalho (GT) de QVT do IFSC. A dimensão educativa nesse uso, especificamente, encontrou-se na oferta de um material preparatório para que as pessoas que fossem responder a pesquisa pudessem participar

a partir de uma reflexão prévia, o que entendemos ter conferido mais sentido ao processo<sup>3</sup>.

## Considerações finais

Podemos afirmar que o podcast cumpriu a função de produto educacional ao ser utilizado em uma instituição de ensino para informar e propor uma reflexão acerca da organização do trabalho e de um horizonte de ação aos seus servidores, todos profissionais da educação. Consideramos inovador o entendimento de que o ambiente de trabalho é um lugar educativo, ampliando o escopo de aplicação da ferramenta para além dos espaços formais de ensino-aprendizagem, como sala de aula de um curso específico.

Apesar de estar disponível para essa finalidade também, a ideia abrangeu a necessidade de compartilhar com os colegas servidores a experiência de realizar uma pesquisa acadêmica relacionada ao IFSC, demonstrando que a atuação dos trabalhadores dessa escola inclui pensar e produzir conhecimento científico acerca do próprio trabalho, o que faz todo o sentido já que estamos falando de profissionais da educação profissional, científica e tecnológica.

O *podcast*, portanto, foi também uma maneira de fortalecer a identidade desses profissionais como pesquisadores. O profissional da educação que também faz pesquisa coloca-se como agente ativo dentro do espaço de trabalho e não apenas como um fator de produção, como é concebido pela abordagem hegemônica sobre QVT nas organizações, estas, advindas de estudos sobre o mundo corporativo, distantes conceitualmente dos estudos sobre educação pública e as condições de trabalho dos seus profissionais.

---

3 A mídia está disponível em: [educapes.capes.gov.br/handle/capes/718666](https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/718666). Acesso em: 18 abr. 2024.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOBSIN, Milene. **Gestão Pública e Trabalho Técnico-Administrativo em Educação**: um estudo sobre o Instituto Federal de Santa Catarina. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Florianópolis, 2022. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11865143](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11865143). Acesso em: 18 abr. 2024.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área – Área 46 Ensino**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/ENSINO.pdf](http://capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ENSINO.pdf). Acesso em: 28 de fev. 2024.

DA SILVA, Maurício Severo. **O uso do podcast como recurso de aprendizagem no Ensino Superior**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, 2019a. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2533/1/2019MauricioSeverodaSilva.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

DA SILVA, Milena Garcia da. **Fatores psicossociais protetivos e de risco no trabalho e saúde mental de servidores públicos de um instituto federal de educação profissional, científica e tecnológica**. 2019b. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Florianópolis, 2019. Disponível em: [repositorio.ufsc.br/handle/123456789/211615](https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/211615). Acesso em: 18 abr. 2024.

FERREIRA, Mário César. **Qualidade de vida no trabalho**: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores. Brasília: LPA, 2011.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: experiência de aprendizado – três eixos para a análise e construção de mensagens educativas: o eixo conceitual, o pedagógico e o comunicacional. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 27, mai.-ago. 2003, p. 40-60.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Atas CIAIQ**, v. 1, 2018.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; DA SILVA, Marcos André B. Vaz; CAVALCANTI, Ricardo Jorge S.; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3895/actio.v5n2.12657>. Acesso em: 24 dez. 2024.



## Capítulo 18

# **Lavoura poética: história(s) e apontamento(s) da trajetória do currículo integrado no curso de Agropecuária do IFC – Videira**

## Apresentação

No mestrado profissional, distintamente do mestrado acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação deve incluir necessariamente o relato fundamentado da aplicação do produto educacional desenvolvido (MEC/Capes/DAV, 2019, p. 5).

Nessa direção, “Lavoura poética: história(s) e apontamento(s) da trajetória do currículo integrado no curso de Agropecuária do IFC Videira” é o produto educacional associado à pesquisa e dissertação “As lições sabemos de cor. Só nos resta aprender – O currículo no ensino médio integrado no IFC – Câmpus Videira”. Ambos integram a linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica”. O tema de pesquisa nasceu a partir da intimidade que a orientadora e o orientando possuíam, em sua trajetória profissional, como docente e técnico administrativo, respectivamente, com o Câmpus Videira. Assim sendo, o problema de pesquisa tratou de identificar os avanços e/ou recuos no processo de implementação do currículo integrado no curso técnico integrado em Agropecuária

do câmpus citado. A partir disso, optamos por um produto educacional que fizesse a mediação com o grupo pesquisado e investisse recursos que conversassem com os pesquisados criando expectativas que, sem dispensar o rigor acadêmico, aproximasse os sujeitos da pesquisa de outras formas de imersão durante o processo de coleta de dados. Desta concepção é que nasceu o nosso “Lavoura Poética”, que é classificado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) como Tipologia VI – outros produtos como produção artística.

A aposta na literatura pretende arrebatá-las para o exercício imaginativo através da produção artística e cultural, pois entendemos que literatura e educação possuem intimidade e a escola é o local ideal para localizar esta proximidade, dinamizar a disseminação dos conteúdos e inspirar a docência e a discência.

De acordo com Filipouski *apud* Lopes (2014, p. 7): “A poesia é uma das formas mais radicais que a educação pode oferecer de exercício de liberdade através da leitura, de oportunidade de crescimento e problematização das relações entre pares e de compreensão do contexto onde interagem”.

A pesquisa adotou uma abordagem de natureza qualitativa e aplicada, do tipo exploratória com estudo de caso instrumental. A concepção de educação que orientou as discussões tecidas considera o trabalho em suas múltiplas dimensões, assim como a formação politécnica e omnilateral, enquanto um fim a ser alcançado na educação profissional.

Os autores que emprestaram sua bibliografia para fundamentar as discussões em torno da temática que empreendemos são apresentados a seguir: a) Trabalho como princípio Educativo: Antônio Gramsci (2010), Demerval Saviani; b) Educação Politécnica: Demerval Saviani (2003), Lucília Machado (1991); c) Educação Omnilateral: Mario Manacorda (2007), Marise Ramos (2007); d) Educação Profissional e Tecnológica: Dante H. Moura (2007), Marise Ramos (2017), Carlos Artexes

Simões (2010), entre outros; e) Ensino Médio Integrado: Gaudêncio Frigotto (2005), Acácia Kuenzer (1997; 2007; 2010), Lucília Machado (2010), Paolo Nosella (2011), entre outros.

Foram sujeitos da pesquisa 13 docentes que ministraram aulas entre 2010 e 2020 no curso e 16 técnicos administrativos em educação que trabalharam, no mesmo período, em atividades relacionadas ao curso. A escolha por esse público justifica-se por sua representatividade diante do objetivo proposto neste estudo.

A coleta de dados foi realizada por meio de formulário do *Google* de acordo com a seguinte sequência:

1. Elaboração do questionário;
2. Pré-teste com dois professores para análise das questões;
3. Reformulação do questionário de acordo com as percepções do pré-teste;
4. Busca ativa pelos contatos dos sujeitos da pesquisa;
5. Aplicação do questionário no período de 29 de julho até 16 de dezembro de 2021.
6. A análise dos dados foi realizada sob a luz da teoria sobre análise de conteúdo de Bardin (2016). Esta, para Bardin, refere-se a:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando [a] obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

## O produto educacional<sup>1</sup>

Quando pensamos na alternativa do “Lavoura Poética”, imaginávamos que ela seria composta por umas poucas dezenas de versos. Entretanto, como foi concebida a partir da dissertação já finalizada, nossa lavoura foi ganhando terreno e chegamos a mais de 200 versos.

Dividimos assim os tópicos deste produto: Em Leira<sup>2</sup> I, destacamos a chegada ao Câmpus Videira, pois estamos entre os pioneiros que contribuíram para a implantação do câmpus daquela unidade em 2010 (Figura 1). Em Leira II, os caminhos metodológicos percorridos nesta pesquisa acerca do Curso Técnico Integrado em Agropecuária. Leira III, é onde apresentamos os autores e as teorias que serviram como solo para o desenvolvimento do estudo realizado. Leira IV coloca em exposição as discussões do documento de 2017, Ensino Médio Integrado no IFC: estudos e reflexões. Em Leira V, tem vez o ensino agrícola no Brasil a partir do documento (re)significação do ensino Agrícola (2009). Em Leira VI, recolhemos dos frutos de Ferreira (1995) e Brognoli (1998) dados do ensino agrícola em Santa Catarina, desde a implantação das primeiras destas escolas até a expansão da rede federal. Por fim, em Leira VII, o produto é finalizado, apresentando os resultados de nossa pesquisa sobre o Curso Técnico Integrado em Agropecuária – realizado através da escuta dos servidores que labutaram ou labutam ainda nesta seara – com a esperança de que contribua para alimentar a compreensão do currículo integrado, almejando que o ensino omnilateral viceje em nosso país; ainda anunciamos os resultados de nossa pesquisa no Curso Técnico Integrado em Agropecuária, através de contribuições generosamente

---

1 Para acesso à dissertação e ao produto, consultar: <https://profepet.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais>. Para ter acesso ao Produto Educacional, acessar: <https://drive.google.com/file/d/1oGhNb0NSmCqZEK hJ9cCiP3jNAmqkvGTI/view>.


2 Sulco ou rego aberto na terra para que nele se deposite semente ou muda. Fonte: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=LEIRA+SIGNIFICADO>.

compartilhadas pelos servidores do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Videira no questionário que lhes foi proposto.

### Figura 1 – Extrato do Produto Educacional: Leira I

III - LEIRA I

Um dia como outro qualquer  
Não fosse aquele qualquer dia  
Quando chegamos em Videira  
Onde um novo campus IFC rompia.



O campus ainda não celebrava  
Nossa presença na incipiente unidade  
Alhures ficamos alojados  
A espera dessa oportunidade

Éramos em muitos forasteiros  
De tantos remotos lugares  
Da sua urbe vários  
E alguns daqueles arredores

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para aplicação do produto educacional construído, buscamos, além dos servidores que responderam à pesquisa, outros que atuaram como sujeitos do ensino médio integrado durante o período abrangido pela pesquisa da dissertação. Inicialmente, enviamos *e-mail* à coordenação do curso de Agropecuária solicitando que compartilhasse o formulário de avaliação entre os servidores que lá atuam diretamente. Transcorrida uma semana, enviamos *e-mail* ao gabinete, para que disponibilizasse aos servidores, lembrando aos que haviam sido contatados e não tinham respondido. Novamente, assim como fizemos na pesquisa da dissertação, lançamos mão dos colegas

com quem temos contato permanente para que compartilhassem com os colegas próximos aos primeiros; o aplicativo *Whatsapp* facilitou o processo, já que muitas conversas ocorreram em tempo real. Recorremos, também, à rede social profissional *LinkedIn*, que já fora utilizada para o capítulo das entrevistas da dissertação. Outrossim, alcançamos através de e-mail muitos colegas que passaram pelo câmpus conosco – o IFC utiliza o e-mail do *Google* e a conta continuou ativa na lista de contatos, inclusive o *chat*, onde é possível conversar com servidores que atuam em Videira, embora não mais estejamos inscritos na lista para encaminhamento de e-mails.

O fato de o período de avaliação ter coincido com o final de semestre da maioria dos câmpus do IFC, inclusive Videira, foi um dificultador. Alguns professores expuseram essa dificuldade, pois para avaliar necessitavam de tempo para a apreciação do produto, embora apenas cinco questões tenham sido formuladas, diferentemente do questionário da pesquisa, que não requeria leitura preliminar.

A coleta de dados foi organizada através do formulário de gerenciamento de pesquisa “Google Forms”. Todas as cinco questões eram de resposta obrigatória, sendo quatro fechadas e uma aberta, onde o participante deveria expor suas impressões sobre o produto ou propor eventuais sugestões para reformulá-lo. Vinte e cinco servidores participaram deste processo de avaliação. Estão assim divididos os avaliadores do produto, em relação ao cargo em que foi investido (TAE ou Docente), se exerce função de direção ou coordenação. Entre os que responderam, 56% são TAEs e 20% são docentes. Docentes com cargo de direção ou coordenação são 12%.

A seguir citamos duas respostas da questão aberta em relação ao produto educacional avaliado:

“Excelente ideia do produto apresentado. Inovador, lúdico e de grande sensibilidade. Preserva a memória do Ensino Médio Integrado em Agropecuária do Câmpus Videira e enaltece

o compromisso dos atores envolvidos numa educação pública, gratuita e socialmente referenciada.”

“Produto de extrema relevância principalmente para o processo de formação com os trabalhadores da educação do Câmpus Videira. Após os relatos apresentados na pesquisa seria importante propor em pesquisas futuras estudos de caso exitosos e desafios a percorrer neste processo de EM Integrado.”

A avaliação do produto aconteceu entre os dias 11 e 26 de julho de 2022. Neste período, além das respostas através dos formulários, também recebemos muitas menções via *e-mail* e pelo *Whatsapp*. Ficamos muito satisfeitos, pois os comentários evidenciaram a apreciação do nosso trabalho e o interesse despertado pelo tema que enfoca a realidade vivida por muitos dos avaliadores.

Após a defesa pública ocorrida em 24 de agosto de 2022, o produto foi avaliado e validado por banca examinadora composta por docentes do ProfEPT e convidados.

## Considerações finais

Esse estudo buscou analisar a constituição do Currículo Integrado do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Videira a partir do histórico de criação do curso e da percepção dos sujeitos participantes daquele estudo. A pesquisa adotou uma abordagem de natureza qualitativa e aplicada, do tipo exploratória com estudo de caso instrumental. A concepção de educação que orientou as discussões tecidas, considera o trabalho em suas múltiplas dimensões, assim como a formação politécnica e omnilateral, enquanto um fim a ser alcançado na educação profissional.

É importante reiterar que as informações foram levantadas a partir da documentação existente, porém cabe destacar a relevância de relatos dos sujeitos participantes da presente pesquisa. Pois, quem melhor poderia falar da construção do currículo integrado, senão os próprios participantes deste processo, que há mais de uma década mobilizam muitos atores e ideias que ferverham no centro das discussões em torno de propostas e realizações de atividades pedagógicas e didáticas no interior do câmpus?

Há de se considerar que como o período evidenciado na pesquisa compreende uma década e, neste período, houve muita movimentação por parte dos servidores; como é o nosso caso, traz em seu relato situado na conjuntura daquele momento, cada qual poderia falar de um momento do câmpus, por exemplo, em relação a infraestrutura do curso que melhorou muito, quando comparada aos primeiros anos. Como lembra Frigotto (2010), mesmo que o processo do conhecimento nos imponha delimitar determinado problema, isso não implica abandonar as múltiplas determinações que o constituem; mesmo delimitado, ele está intimamente atado aos fenômenos em sua totalidade.

O avanço nas ações e discussões também foi possibilitado na medida em que o próprio IFC foi se consolidando, pois o Câmpus Videira não nasceu muito tempo depois da constituição da reitoria do IFC. A reitoria foi criada em 2009 e o câmpus em 2010. Assim, o trabalho de muitos servidores entre idas e vindas e alternância através de eleição dos reitores foram fundamentais para um trabalho mais abrangente.

Nesse sentido, é importante reiterar a relevância dos projetos interdisciplinares, tais como, a “Litoteca” envolvendo a disciplina de Geografia e Agricultura e Química. Também lembramos o projeto aventado por uma docente que leciona Matemática, envolvendo o conteúdo de geometria plana e espacial e construção civil, bem como da disciplina de Artes e Agropecuária em projeto de jardinagem. Não perdemos de vista que o EMI também pode ocorrer por iniciativas isoladas de alguns servidores ou grupo de servidores, e isso também dar conta de explicar

a dificuldade de uma concepção de ensino ser amplamente absorvida no interior de uma instituição que não seja por um processo amadurecido por anos de estudos e formação continuada.

Ao confeccionarmos um produto educacional com caráter artístico e literário sabíamos o quanto poderíamos contribuir para disseminar as concepções de EPT que na dissertação evocamos através dos autores, os quais foram de grande valia para nos aproximar e apreender o tema pesquisado. Apontamos para a necessidade de estudos complementares em futuras pesquisas com esta perspectiva, e explorando esta forma de expressão que julgamos, através dos relatos dos avaliadores mencionados, também apropriada para discutir temas que estejam ou não conectados com o Ensino Médio Integrado.

Dificuldades no período desta experiência, elencadas pelos entrevistados em nossa pesquisa, demonstram como trabalhar com educação requer persistência e como os projetos precisam ser continuamente reavaliados. Manter o contínuo desafio às equipes de alunos e professores é a precípua atribuição de uma educação inovadora que, mediada pela realidade da maioria dos estudantes, ultrapasse os imperativos das diretrizes das políticas desprovidas de empatia pelos que buscam a escola para melhorar sua frágil condição de vida. Um projeto político-pedagógico só se sustenta se o seu horizonte de atuação estiver fincado na realidade, se partir do conhecimento dos fenômenos sociais em sua totalidade, de forma que o saldo desta mediação resulte na transformação desta realidade – e nos parece que o compromisso com este horizonte foi manifesto na formulação do PPC do Curso Técnico em Agropecuária que citamos na dissertação, e que a experiência pode ser um embrião para uma educação politécnica e omnilateral na rede federal de ensino do Brasil.

## Referências

BRASIL. MEC. **Regulamento geral do programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional**. Instituto Federal do Espírito Santo, 2019.

BRASIL. MEC/SETEC – **(Re)significação do ensino agrícola da rede federal e tecnológica – Documental Final**. Brasília, 2009.

SANTA CATARINA – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Ensino médio integrado no IFC: estudos e reflexões**: Blumenau, Editora do IFC, 2017.

SANTA CATARINA, INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Projeto pedagógico do curso técnico em agropecuária integrado**. Videira, SC, 2016.

ARAÚJO, Adilson Cesar; NASCIMENTO, Cláudio Nei. Ensino médio Integrado: uma formação humana para uma sociedade mais humana. Introdução. *In*: ARAÚJO, Adilson Cesar; NASCIMENTO, Claudio Nei. (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BROGNOLI, Ivan. **Ensino Agrícola em Santa Catarina: da aula de agricultura práticas as primeiras escolas. (1875-1940)** Dissertação de Mestrado, CED-UFSC: Florianópolis. 1998.

FERREIRA, Luiz Alberto. **O Ensino agrícola em Santa Catarina: Investigações acerca das relações entre educação e trabalho**. Dissertação de Mestrado. Blumenau, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista Ideação**, v. 10, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Orgs.). **Ensino médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GRUMM, Cristiane Aparecida Fontana; SILVA, Filomena Lucia Rodrigues da. **Formação continuada e currículo Integrado: no horizonte a educação que emancipa sujeitos**. IFRN, 2015.

LOPES, Ana Maria Vieira. A linguagem poética com ilustrações como forma de incentivo à leitura e produção textual. In: **Cadernos PDE versão on line: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva dos professores PDE**. Curitiba: 2014.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 12, n. 34, jan.-abr. 2007, p. 137-151. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100011>. Acesso em: 24 fev. 2024.



## Capítulo 19

# **Reflexões sobre deficiência: trilhando caminhos para a inclusão**

## Apresentação

Como primeiros apontamentos para a apresentação do produto educacional nomeado “Reflexões sobre Deficiência: Trilhando caminhos para a inclusão”, acreditamos ser relevante situá-lo dentro das perspectivas e diferenciais que compõem o mestrado profissional, entendendo-o como um programa que tem sua dinâmica e especificidades. A área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para a qual o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica está voltado, define que o produto educacional deve atender a uma demanda social e ter foco na integração entre conteúdo disciplinar e conhecimento pedagógico (Brasil, 2016). Este mesmo documento, ao destacar que “são valorizados na Área o desenvolvimento de materiais e processos educacionais, cursos de curta duração e atividades de extensão relacionadas às práticas docentes” (p. 8), corrobora com a proposta que apresentamos, pois a mesma foi desenvolvida considerando as etapas de planejamento, organização, aplicação e avaliação. Sendo assim, este produto educacional, em formato de curso de curta duração para formação continuada em serviço, tem como foco os saberes docentes considerados relevantes para o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Superior.

1 Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/599698/5/Patricia%20com%20ISBN.pdf>.

Assim, este produto educacional trata de uma proposta de formação continuada em serviço que teve origem na pesquisa de mestrado intitulada “Saberes docentes dos professores de Atendimento Educacional Especializado na Educação Superior: contribuições para a formação continuada de professores<sup>2</sup>”, que buscou investigar os saberes necessários a uma prática docente inclusiva no Ensino Superior. Pesquisa que está vinculada à linha “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica” e à área de concentração “Educação Profissional e Tecnológica” do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (ProfEPT IFSC), e foi desenvolvida entre os anos de 2018 e 2020.

Tal pesquisa trouxe como problema norteador a seguinte questão: “Quais os saberes fundamentais à ação docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e como esses saberes podem contribuir com a elaboração de uma proposta de curso de formação em serviço para professores, de modo a qualificar as práticas voltadas à Educação Inclusiva?”. Norteador por esse questionamento, o produto educacional apresentado mobilizou a reflexão sobre saberes necessários a práticas inclusivas no Ensino Superior trazendo elementos teóricos e reflexões voltadas à melhoria do percurso formativo das pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Assim, este produto educacional foi elaborado para ser uma formação continuada em serviço que teve como público-alvo os professores universitários atuantes em turmas regulares em todas as disciplinas.

---

2 Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10946166](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10946166).

## O produto educacional

Ao analisar formas de trazer ao debate no campo docente questões voltadas à educação inclusiva, percebemos que formação continuada em serviço se constitui como um movimento fundamental para a elaboração/reelaboração de saberes ao longo da profissionalização da docência. A pesquisa que precedeu esse projeto de formação continuada em serviço também traz indicativos do papel fundamental destas formações para a promoção da reflexão crítica sobre a prática e a socialização de conhecimentos constitutivos da profissão docente.

Tendo isso em vista, o produto educacional “Curso de formação continuada, Reflexões sobre deficiência: trilhando caminhos para a inclusão” teve como objetivo contribuir para o processo de inclusão das pessoas com deficiência na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) por meio da difusão de saberes que favorecessem este processo. Mais especificamente: apreender elementos teóricos que desvelam a forma de vivenciar/reconhecer a deficiência na sociedade; reconhecer os principais marcos legais de garantia do direito à educação para as pessoas com deficiência; apontar caminhos para a elaboração de uma docência mais acessível e inclusiva considerando os saberes necessários a tal profissão.

Desse modo, dentro dessa formação, foram abordados conceitos básicos que norteiam as discussões sobre a inclusão das pessoas com deficiência e que contemplam as vozes dos/as participantes quando assinalaram a necessidade de conhecer conceitos e teorias envolvendo o processo de inclusão. Dentre eles, o conceito de inclusão balizado por Mantoan (2015), as concepções de deficiência trazidas de Nuernberg e Bock (2018) e os tipos de acessibilidades apontados por documentos que norteiam a avaliação da Educação Superior, bem como as legislações que amparam os direitos das pessoas com deficiência.

Outros elementos que foram incorporados giram em torno dos saberes indicados como base para a atividade de ensino e a prática educativa e, conseqüentemente, da profissão docente, os quais são apresentados por meio das teorias de Gauthier *et al.* (2006) e Freire (2019). Para uma docência que favoreça a inclusão das pessoas com deficiência, apresentam-se componentes indicados por Nozi (2013) como fundamentais.

Esses elementos, dentro da pesquisa, são indicados nos estudos sobre os saberes da docência e nas colocações dos/as participantes, que apontaram a necessidade de abertura para a reflexão sobre a existência de uma base de conhecimentos que norteia o processo de ensino e que assegura à docência o status de profissão. A discussão sobre esses saberes foi apresentada nesta formação, pois acredita-se que, sem estes e sem o reconhecimento do docente como profissional da educação, as discussões acerca da inclusão educacional podem verter para caminhos nebulosos, guiados por preconceitos de toda ordem, sendo assim descolados da irrefutável responsabilidade social dos profissionais da educação.

Também foram tratados elementos para a reflexão sobre adequações curriculares não significativas, indicadas por material produzido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), com estratégias para o processo de educação de estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE), pois tais adequações, de modo geral, são pequenas mudanças ligadas diretamente à atuação docente e que fazem grande diferença no percurso educacional das pessoas com deficiência.

Assim, o curso de formação continuada se constituiu em termos de conteúdo e foi ofertado na modalidade a distância pela plataforma Moodle da Udesc, com um total de 12 horas. Nesta proposta piloto, foram convidados a realizar o curso dez professores voluntários e/ou escolhidos por afinidade com a temática, buscando contemplar os vários câmpus da universidade.

## Figura 1 – Template do curso



Fonte: Godinho (2021).

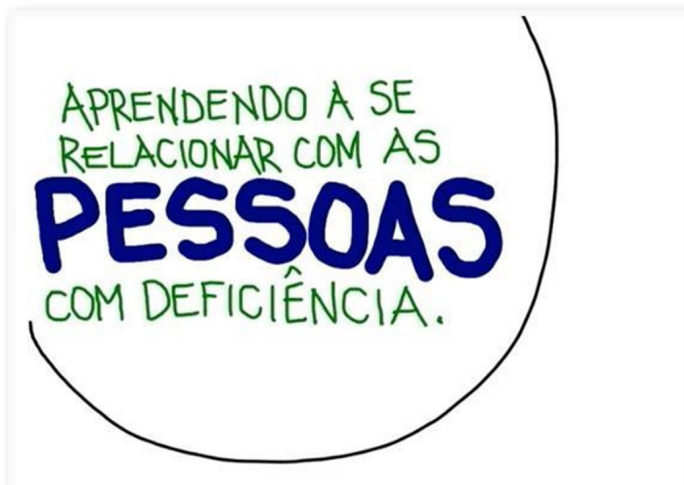
O curso foi planejado com a estrutura curricular que se apresenta a seguir. O primeiro módulo, “Sobre deficiência: primeiras reflexões”, traz alguns elementos históricos e conceituais que ajudam a compreender as dinâmicas que envolvem a socialização das pessoas com deficiência buscando focar em elementos que interferem nas suas vivências nos espaços educacionais. Foram privilegiadas as temáticas: Deficiência e Educação: um pouco de história; Modelos Teóricos de Deficiência e seus reflexos nas vivências dos sujeitos e Acessibilidade: derrubando barreiras.

**Figura 2 – Exemplo de material didático apresentado no tópico:  
Modelos Teóricos de Deficiência e seus reflexos nas vivências  
dos sujeitos**



Fonte: Godinho (2021a).

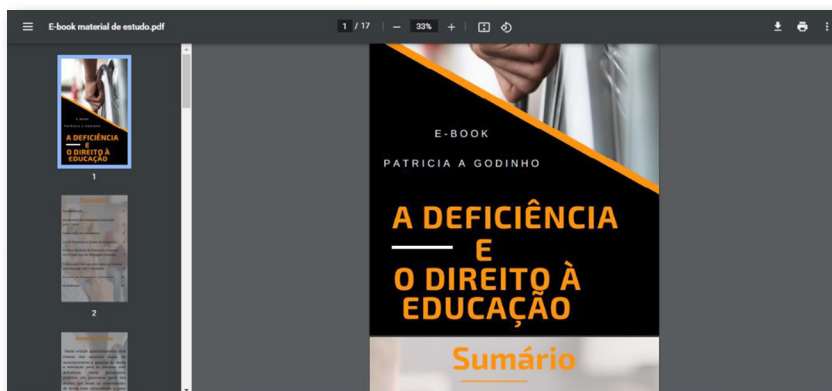
**Figura 3 – Material didático apresentado no tópico:  
Acessibilidade derrubando barreiras**



Fonte: Godinho (2021a).

O segundo módulo, “A Deficiência e o Direito à Educação” apresentou alguns aspectos legais de reconhecimento e garantia do direito à educação para as pessoas com deficiência, resgatando um panorama das garantias legais que foram se consolidando, de forma mais contundente, a partir da década de 90, e que até os dias atuais buscam a consolidação de políticas educacionais que favoreçam o processo de inclusão em todos os níveis de ensino. Durante a leitura sugerimos fazer uma reflexão sobre a efetivação destes direitos no nosso espaço educativo.

**Figura 4 – Exemplo de recurso de aprendizagem: material de estudo elaborado para apresentação do conteúdo do módulo:  
A Deficiência e o Direito à educação**



Fonte: Godinho (2021).

O último módulo da formação, “Saberes Docentes e Inclusão no Ensino Superior” buscou aproximações nas discussões da sala de aula, iniciando com a apresentação de saberes intrínsecos à profissão docente de forma geral e alguns apontamentos voltados a uma “docência acessível” e finalizando com sinalizações para um currículo flexível que contemple as diferentes formas de aprendizagem. Tais discussões permearam os tópicos: Saberes da Docência e Saberes

da Inclusão; Gauthier e os saberes gerais demandados pela profissão docente, Freire e os saberes necessários à prática educativa, Nozi e os saberes demandados para o atendimento às pessoas com necessidades especiais; Barreiras à Aprendizagem: refletindo sobre adequações curriculares e a atuação docente.

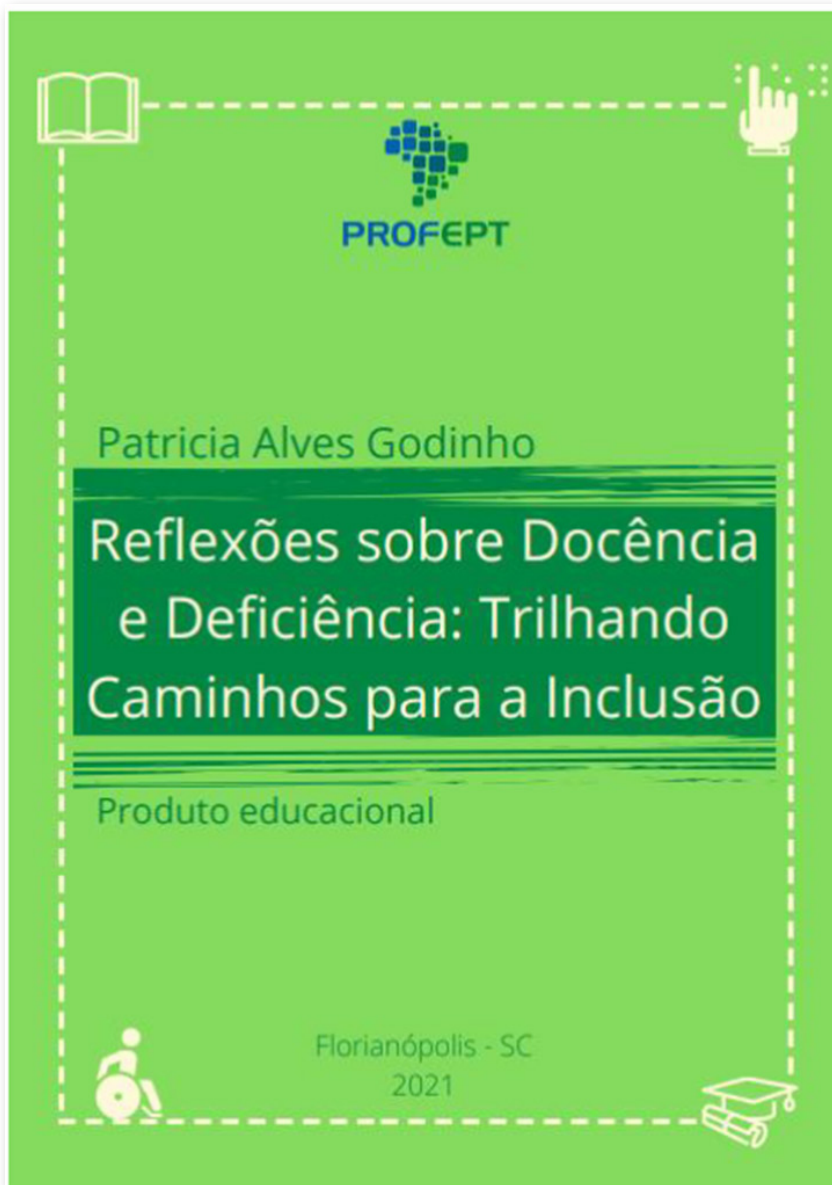
Ao longo de cada tópico de estudo, constam atividades avaliativas em formato de fórum, questão aberta ou produção coletiva, por meio do recurso *Wiki*, em que foi verificada a relação do conteúdo apresentado com as colocações e respostas dos cursistas.

A avaliação do curso realizou-se por meio de um formulário externo cujo *link* foi enviado para o e-mail da participante que concluiu o curso. Os aspectos avaliados envolveram o conteúdo, a metodologia, os recursos utilizados, as atividades propostas, a relevância da temática e dos conteúdos para a docência, o tempo de duração e um espaço para sugestões.

A devolutiva da participante foi positiva com relação à metodologia e duração do curso. As atividades propostas foram consideradas bem organizadas e propositivas de reflexão e debate. Com relação ao conteúdo, foi considerado adequado, porém, houve a sugestão de uso de materiais mais objetivos, com textos menores. Na medida do possível, as sugestões foram consideradas na elaboração do encarte final do produto educacional.

Com relação à certificação, por ter sido uma proposta piloto de curso de formação continuada vinculada a uma pesquisa de mestrado (componente obrigatório da dissertação e critério para a obtenção do diploma de mestre em EPT), o curso não vislumbrou a emissão de certificado. Sendo assim, foi dada prévia ciência desse fato aos participantes.

Figura 5 – Modelo do layout do encarte do produto educacional



Fonte: Godinho (2021).

## Considerações finais

A implementação da proposta de um curso de formação de professores que atuam em classes regulares, pensado a partir dos saberes docentes apresentados pelos professores do AEE e da interlocução com os autores da área de saberes docentes e educação inclusiva, foi desenvolvida dentro dos limites que uma formação continuada nesses moldes apresenta. Como principais limites, destacamos a escuta limitada do público-alvo que dificulta a seleção dos conteúdos, pois a própria pesquisa indicou a necessidade de participação dos docentes na construção dos projetos formativos e a necessidade de uma ampla escuta de docentes e estudantes nas escolhas das temáticas a serem trabalhadas nas referidas formações.

Nessa perspectiva, é possível perceber a responsabilidade das instituições na proposição de políticas que apontem os caminhos, promovendo ações que favoreçam a inclusão em termos de ingresso, permanência e conclusão dos cursos pelos acadêmicos com deficiência e NEE. Dentre essas ações, a formação continuada docente apresentou-se como um elemento essencial para a garantia de permanência com êxito desses estudantes pois, como foi possível observar nos estudos realizados, existe uma lacuna na formação inicial para a docência no tocante aos conhecimentos fundamentais que favorecem o processo de inclusão, deixando somente para os espaços de formação em serviço e para iniciativas individuais o acesso e a apropriação de tais conhecimentos.

Um fator positivo da formação em serviço, nesses casos, é a possibilidade maior de aproximação com elementos da prática. A formação que ocorre no mesmo momento da atuação profissional tem um grande potencial de reflexão e transformação da realidade a partir do momento em que traz para os espaços de formação as inquietações do cotidiano, de modo a compartilhá-las, buscando respostas de forma coletiva.

Como alertou-se no curso de formação oferecido, estamos longe de esgotar as reflexões sobre os saberes necessários para o atendimento às necessidades educacionais das pessoas com deficiência no Ensino Superior. Tampouco tivemos a pretensão de direcionamento do trabalho docente. Esperamos, contudo, provocar e contribuir para a reflexão sobre a prática e o apontamento de possibilidades que forneçam algumas respostas aos dilemas enfrentados cotidianamente, na educação superior, a partir do ingresso das pessoas com deficiência e NEE que foi, gradativamente, sendo garantido por meio de políticas públicas de inclusão.

Consideramos que a dinâmica de novos estudos voltados aos saberes docentes e ao processo de inclusão nos convida a uma busca constante por conhecimentos que conduzam as instituições e os docentes ao aperfeiçoamento do processo educativo. Assim, este produto educacional, que teve uma pequena abrangência dentro do campo de pesquisa, tem potencial para ser expandido para todo e qualquer espaço de Ensino Superior que se proponha a refletir sobre a prática docente imersa no processo de inclusão.

Reafirma-se, enfim, que este curso de formação continuada foi construído a partir da reflexão sobre os saberes dos docentes participantes e de estudos teóricos sobre educação especial, inclusão e saberes gerais da profissão docente. A partir desses elementos, procurou-se provocar reflexões acerca de aspectos fundamentais para pensar a deficiência, o direito à educação das pessoas com deficiência e conhecimentos relacionados aos saberes que fundamentam a docência, que podem ser permanentemente ressignificados de modo a promover uma prática educativa que favoreça a inclusão no Ensino Superior.

## Referências

BOCK, Geisa Letícia Kempfer; NUERNBERG, Adriano Henrique. **As Concepções de Deficiência e as Implicações nas Práticas Pedagógicas**. 2018. Disponível em: [http://www.academia.edu/35936469/AS\\_CONCEP%C3%87%C3%95ES\\_DE\\_DEFICI%C3%8ANCIA\\_E\\_AS\\_IMPLICA%C3%87%C3%95ES\\_NAS\\_PR%C3%81TICAS\\_PEDAG%C3%93GICAS](http://www.academia.edu/35936469/AS_CONCEP%C3%87%C3%95ES_DE_DEFICI%C3%8ANCIA_E_AS_IMPLICA%C3%87%C3%95ES_NAS_PR%C3%81TICAS_PEDAG%C3%93GICAS). Acesso em: 9 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. **Documento de Área – Ensino**. 2016. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO\\_DE\\_AREA\\_ENSINO\\_2016\\_final.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO_DE_AREA_ENSINO_2016_final.pdf). Acesso em: 25 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 59. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAUTHIER, Clermont *et al.* **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 2. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2006.

GODINHO, Patrícia A. **Saberes Docentes dos Professores de Atendimento Educacional Especializado na Educação Superior: Contribuições para a Formação Continuada de Professores**. 2021. 178p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10946166](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10946166). Acesso em: 27 fev. 2024.

GODINHO, Patrícia A. **Reflexões sobre Deficiência: Trilhando Caminhos para a Inclusão**. 2021. 36f. Produto Educacional (Pós-graduação Stricto Sensu – Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, 2021a. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599698>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Summus, 2015.

NOZI, Gislaine Semcovici. **Análise dos saberes docentes recomendados pela produção acadêmica para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2013, 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: [http://www.uel.br/pos/ppedu/images/stories/downloads/dissertacoes/2013/2013\\_-\\_NOZI\\_Gislaine\\_Semcovici.pdf](http://www.uel.br/pos/ppedu/images/stories/downloads/dissertacoes/2013/2013_-_NOZI_Gislaine_Semcovici.pdf). Acesso em: 25 fev. 2023.

## Capítulo 20

# **Avaliação da Assistência Estudantil: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) do IFSC**

## Apresentação

O produto educacional apresentado neste texto é um *site* que contempla a avaliação do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEvs) e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) no IFSC. Esse *site* faz parte da dissertação de mestrado intitulada “A Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: estudo avaliativo do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)”, defendida em 2020, que integra a linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica”.

Uma particularidade de mestrado profissional que o diferencia do mestrado acadêmico é a necessidade de elaboração e aplicação de um produto educacional<sup>1</sup>, por parte do mestrando, respaldado no referencial teórico-metodológico por ele escolhido. A área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) (Área 46) define algumas tipologias de produtos educacionais, tais como uma sequência didática, um jogo, um vídeo, um equipamento, uma exposição, entre outras. Esse produto é parte integrante da dissertação e deverá contemplar um relato descritivo e analítico

1 Maiores informações ver <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>.

da pesquisa, devendo também ser aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino.

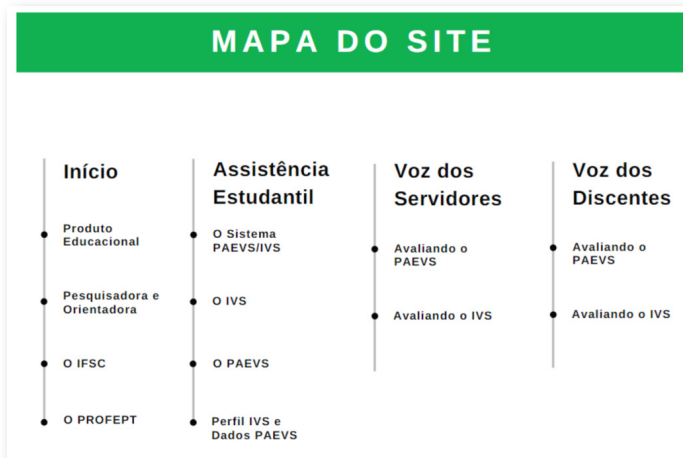
O *site* criado como produto educacional, objeto deste texto, teve a finalidade de avaliar o Paevs e o IVS, no sentido de fornecer elementos que pudessem apontar caminhos na direção da defesa dos direitos dos discentes em situação de vulnerabilidade social e como possível instrumento para qualificar o processo de planejamento e operacionalização dessas políticas no IFSC, divulgando-as para toda a comunidade acadêmica.

## O produto educacional

Os objetos da investigação que geraram este produto educacional foram o Paevs e o IVS executados nos 22 câmpus do IFSC. Esses objetos passaram pela avaliação dos servidores e discentes, buscando elementos para qualificar o processo de assistência estudantil e apontar caminhos na direção da defesa dos direitos dos discentes em situação de vulnerabilidade social.

O *site* está organizado em quatro páginas principais e 12 subpáginas, conforme mapa a seguir, e está disponível em: <https://sites.google.com/view/avaliopaevseivs/in%C3%ADcio>.

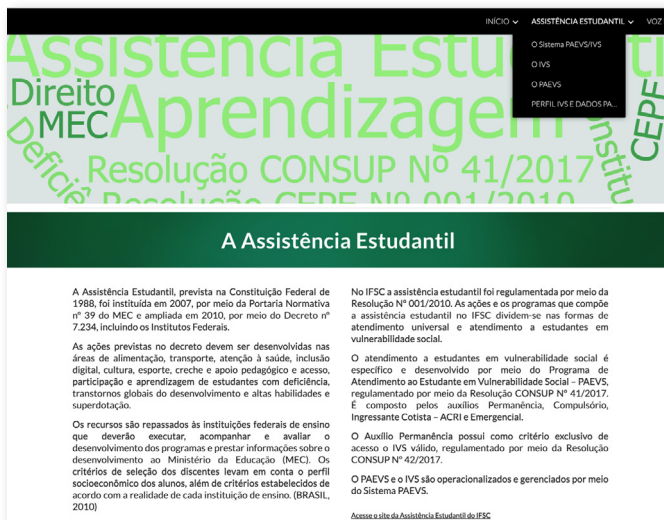
Figura 1 – Mapa do Site



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 2 representa uma imagem parcial da página principal sobre “Assistência Estudantil”.

Figura 2 – Imagem parcial da página da Assistência Estudantil



Fonte: Elaborado pela autora.

Para construção e análise dos dados, foram aplicados questionários eletrônicos para 2.250 discentes, maiores de idade, matriculados em todos os câmpus do IFSC, que possuíam e-mail válido cadastrado no sistema acadêmico, que estavam com *status* do benefício igual a “Ativo” em algum dos auxílios do Paevs em outubro de 2019. Também foram aplicados questionários aos servidores que atuavam no planejamento e na execução do Paevs e do IVS nos 22 câmpus e na Reitoria, nesse mesmo período. Dos questionários aplicados aos discentes, 513 respostas retornaram (22,8% dos respondentes), e dos questionários encaminhados para 125 servidores de todos os câmpus e Reitoria, 54 servidores concluíram o preenchimento.

Compreender o IVS dentro do quadro da assistência estudantil não é tarefa tão simples. O IVS é composto por variáveis e a cada uma é atribuído um peso. A renda *per capita* é uma variável de comprovação obrigatória. As demais variáveis são consideradas agravos de comprovação não-obrigatória, como composição familiar, educação, ocupação, trabalho e emprego, moradia, saúde, transporte e participação em programas sociais.

Considerando as variáveis que fazem parte do IVS, mencionadas acima, é fácil perceber, em diálogo com Finatti *et al.* (2007, *apud* Imperatori, 2017, p. 295), que a assistência estudantil perpassa todas as áreas dos direitos humanos, uma vez que compreende ações que envolvem ideais condições de saúde, acesso aos instrumentais pedagógicos para formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, além de necessidades básicas dos estudantes, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros, revelando por um lado as desigualdades sociais e, por outro, a necessidade da justiça social. Tudo isso justifica a criação do site, como instrumento capaz de fornecer informações e caminhos aos discentes na busca por seus direitos.

As Figuras 3 e 4 apresentadas na sequência são imagens parciais das páginas em que o IVS é detalhado e também o perfil

socioeconômico de 10.004 discentes com IVS, obtidos por meio do sistema de gerenciamento do IVS e dos auxílios financeiros – Sistema Paevs. Abordando de forma resumida, os dados mostram que a maioria dos discentes com IVS cadastrado no período da pesquisa, 2017 a 2019, estavam matriculados em cursos técnicos e possuíam renda *per capita* de até um salário mínimo. O estudo também aponta dados referentes a outras variáveis que compõem o IVS desses discentes, como, por exemplo, a composição familiar e dados referentes a situações de desemprego e trabalho informal dos integrantes das famílias, situação de moradia, entre outros. As vulnerabilidades apresentadas reforçam a necessidade dos auxílios financeiros do Paevs para a permanência dos discentes na instituição e a conclusão dos cursos.

**Figura 3 – Imagem parcial da página do IVS**

INÍCIO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL VOZ

# ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)

Para Pereira e Guareschi (2014,p.10), vulnerabilidade social envolve outros fatores para além da questão puramente econômica.

Ou seja, não somente associada à pobreza econômica, mas correlacionada a uma multiplicidade de fatores, constituindo, hoje, um conceito que alcança planos político, moral e espiritual através da desigualdade de acesso aos direitos, de informações, de poder, de possibilidades e oportunidades, situações de risco e empobrecimento das redes sociais, discriminação por questões de etnia, cultura e gênero, dentre outros. A vivência dessas precariedades se origina em dinâmicas sócio-históricas discriminatórias, resultado dos jogos de poder da sociedade, relacionadas aos processos de produção e reprodução de desigualdades sociais e da violação de direitos. (PEREIRA-GUARESCHI III, 2014, p.10)

Documentação → Análise de renda → IVS → Auxílio de Permanência (PAEVS)

- Editais Eventos
- Editais Intercâmbio
- Editais Pesquisa
- Editais Extensão

O IVS é utilizado como critério único ou associado em diversos programas ou editais do IFSC. É regulamentado por meio da Resolução CONSUP N° 42/2017.

De acordo com esta resolução, "é uma expressão quantitativa de análise composta de variáveis que juntas caracterizam a situação de vulnerabilidade social". É composto por variáveis com comprovação obrigatória e não obrigatória.

A renda per capita é de comprovação obrigatória. As demais

Fonte: Elaborado pela autora.

## Figura 4 – Imagem parcial da página que mostra o perfil socioeconômico dos discentes com IVS e dados financeiros do Paevs



Fonte: Elaborado pela autora.

A página, representada pela figura a seguir, aborda as informações sobre o Paevs no período pesquisado.

Figura 5 – Imagem parcial da página do Paevs



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao conhecimento do Paevs e da possibilidade de receber algum auxílio financeiro para contribuir com sua permanência no curso, dos 513 respondentes, 64,91% declararam que não sabiam e 35,09% que já sabiam. Questionados sobre como ficaram sabendo sobre a existência do Paevs, 63,55% dos discentes responderam que foram informados por servidores do IFSC, 26,71% encontraram as informações no site do IFSC, 23,00% ficaram sabendo por amigos, 4,09% por familiares, 21,05% por meio de materiais de divulgação impressos (*banner*, cartaz, folder etc.) e/ou do mural do câmpus e 2,34% por outros meios.

São esses os métodos de divulgação do edital e do resultado do Paevs, mais utilizados: o contato com o discente de forma individual

pessoalmente; a utilização de materiais impressos; a divulgação coletiva em reuniões, palestras etc.; a divulgação no site e o repasse de informações para outros servidores para a divulgação em outros espaços. Os discentes também buscam informações na Coordenação Pedagógica/Núcleo Pedagógico do câmpus, no site do IFSC, na coordenação de curso e nos materiais de divulgação impressos (folder, cartaz, *banner* etc.) e/ou no mural do câmpus.

**Figura 6 – Imagem parcial da página que traz os dados da pesquisa com os discentes avaliando o Paevs e o IVS**

The screenshot shows a website header with navigation links: INÍCIO, ASSISTÊNCIA ESTUDANTE, VOZ DOS SERVIDORES, and VOZ DOS DISCENTES. Below the header is a green banner with the text 'VOZ DOS DISCENTES'. The main content area is titled 'PÚBLICO ALVO' and contains a table with survey statistics and a text block with criteria and respondent information.

QUESTIONÁRIO A - DISCENTES -
Universo: 2.250
Respondentes: 513
Nº de Questões: 9

**CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DOS PARTICIPANTES:** Ter e-mail válido no SIGAA; estar com status do benefício igual a "Ativo" em algum dos auxílios do PAEVS; ter 18 anos ou mais, completados até o final de outubro de 2019. A lista dos discentes foi gerada a partir do Sistema de gerenciamento do PAEVS e IVS em 22/10/2019.

**QUEM SÃO OS RESPONDENTES:** idade entre 18 e 64 anos, sendo a maioria, 55%, da faixa etária entre 18 e 25 anos e 28% entre 26 e 35 anos. Estão matriculados em 71 cursos do IFSC, sendo a maioria, 49,31%, em cursos técnicos (Subsequentes, Concomitantes e Integrados) e 47,95% em cursos de graduação (Superior de tecnologia, Licenciatura e Bacharelado). Os demais são de cursos FIC, Projeção de pós-graduação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ouvindo-se também os servidores se torna possível ampliar o diálogo, colocando em sintonia as vozes desses sujeitos. Da mesma forma como em relação aos discentes, o site também possui uma página apresentando os dados obtidos a partir da análise dos servidores em relação ao Paevs e ao IVS.

O site foi submetido à avaliação de 84 discentes e 25 servidores e continha sete questões cujos temas abordados eram: primeira impressão; aparência geral do *site*; facilidade de navegação; o uso de gráficos/sons/vídeos; conteúdo/informação e disponibilidade

de contatos. Foi aplicado entre os dias 25 e 28 de maio de 2020, tendo 12 respondentes. De forma geral, o *site* foi avaliado positivamente pela maioria dos respondentes, em todos os critérios elencados no questionário. Algumas sugestões deixadas pelos respondentes e pela banca de defesa foram incorporadas ao *site*.

Para empreender a análise sobre a assistência estudantil foi realizada uma pesquisa bibliográfica em três periódicos de circulação nacional e uma busca no Scielo (Scientific Electronic Library Online) com algumas palavras-chave pertinentes ao tema da dissertação, além de outras buscas com a palavra-chave “estado da arte” relacionada ao tema. Foram encontrados alguns artigos, teses e dissertações, como Taufick (2014); Kowalski (2012); Spricigo (2015); Prada; Surdine (2018), que tratam da assistência estudantil nos IFs, e outros que fazem uma análise mais voltada para a assistência estudantil nas universidades, como Dutra; Santos (2017); Pinheiro (2016). Na medida do possível, essas referências foram analisadas por fornecerem elementos para contribuir com o conhecimento das especificidades da assistência estudantil nos IFs.

Conforme colocam Costa e Castanhar (2003, p. 71),

A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz.

Não é possível negar a necessidade da avaliação, mas é preciso, também, situar, como faz Boschetti (2009), a avaliação das políticas sociais nas contraditórias relações entre Estado e sociedade no capitalismo, para poder ter um olhar crítico em algumas perspectivas

correntes na avaliação de políticas sociais. Assim, esses breves diálogos com os autores consultados justificam a relevância da criação do *site* enquanto produto educacional e instrumento para qualificar o processo de planejamento, operacionalização e divulgação dessas políticas no IFSC, para toda comunidade acadêmica.

Ao trazer a voz dos discentes, cabe concordar de com Prestes (2012, p. 100), que afirma a necessidade da invenção de formas de comunicação que:

[...] destinem parte do seu tempo e da sua energia para dialogar com os avaliados, formulem linguagens e formas de expressão que promovam discussões coletivas sobre os resultados da avaliação, inventem um novo estado de espírito, novas formas de expressão e de linguagem e estabeleçam com os avaliados diálogos por meio dos quais seja possível abrir novos caminhos em busca de novos conhecimentos e de novas sociabilidades.

Assim, mesmo ainda em passos iniciais esse diálogo com estudantes e servidores nas avaliações da assistência estudantil, foi possível ampliar o espaço para o diálogo entre estes sujeitos e refletir sobre a necessidade da “avaliação política” da política, enquanto instrumento de discussão da justiça social, da igualdade e dos direitos, na perspectiva de avançar em relação à inclusão social.

A busca de qualificar a coleta de dados e produzir avanços na qualidade e análise das informações levou à criação do Sistema Informatizado de Gerenciamento do Paevs e do IVS no IFSC (sistema Paevs) resultante do trabalho da equipe multidisciplinar do IFSC – Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (Proen), em parceria com servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin).

O sistema possui perfis de acesso diferenciados, operacionais, de gerenciamento e de consulta, permitindo o acesso de diversos servidores de acordo com suas atribuições no sistema. Se necessário, é possível atribuir mais de um perfil a cada usuário, possibilitando inclusive que ele acesse informações de mais de um câmpus. Os discentes e demais servidores que não atuam diretamente com o Paevs também possuem acesso para consulta do IVS e de alguns relatórios quantitativos. O acesso ocorre por meio do *link*: [paevs.ifsc.edu.br](http://paevs.ifsc.edu.br), utilizando-se o *login* e senha institucionais. A consulta ao IVS utiliza como filtro o CPF do discente e disponibiliza a data de validade e o IVS final, sem nenhum detalhamento de variáveis, para não expor a situação do discente.

O sistema possui o perfil para o Administrador, para o Assistente Social, para o Núcleo Pedagógico, para o Financeiro, para Consulta Geral e para Documentos, com os respectivos meios de acessos às funcionalidades específicas de cada perfil.

Cabe destacar que o Sistema também disponibiliza para consulta, para todos os servidores e discentes do IFSC, os relatórios quantitativos com dados sobre o controle orçamentário, a lista financeira por câmpus contendo os valores utilizados, a quantidade de auxílios pagos e quantidade de alunos atendidos, bem como, a lista por chamadas do auxílio permanência com o valor do recurso utilizado em cada chamada, o número de discentes contemplados e em lista de espera. Também possibilita a consulta do valor final do IVS, por CPF, permitindo que o discente e servidor possam verificar se o IVS foi emitido e sua data de validade (Finger, 2020, p. 40).

Essa possibilidade de consulta amplia a transparência sobre os usos dos recursos, permitindo melhor compreender o processo.

## Considerações finais

Realizar esse processo de avaliação foi um grande desafio. Encontraram-se diversas dificuldades ao longo do percurso, sendo algumas relacionadas à compilação de um grande volume de dados sobre o Paevs e o IVS, obtidos por meio do Sistema Paevs, e a falta de informações importantes em algumas situações, bem como, a existência de e-mails inválidos ou a inexistência deles nos cadastros dos discentes no sistema acadêmico, indicando necessidade de ajustes em relação aos relatórios obtidos no sentido de melhorar o acesso aos dados, para facilitar os processos de acompanhamento, avaliação e gerenciamento das políticas.

Desde a implantação da assistência estudantil, o IFSC vem realizando avaliações principalmente no que se refere ao Paevs, envolvendo servidores e discentes, de forma mais pontual voltada para o perfil do discente, reflexões sobre a assistência estudantil, situações relacionadas aos editais, forma de divulgação e pagamentos dos auxílios. Modificou-se metodologia de avaliação, buscou-se envolver além de servidores e discentes, servidores de outros institutos federais da região Sul do Brasil, com a finalidade de traçar um panorama da assistência estudantil na região, enfim, caminhos buscados para avaliação dessas políticas.

Há muito ainda a ser desvelado nas avaliações da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), especialmente sobre o Paevs e o IVS, que envolvem um diálogo com o conceito de vulnerabilidade social, fundamental para esta análise. Ou seja, não associá-la somente à pobreza econômica, mas correlaciona-la a uma multiplicidade de fatores, constituindo, hoje, um conceito que alcança planos políticos, morais e espirituais através da desigualdade de acesso aos direitos, de informações, de poder, de possibilidades e oportunidades, situações de risco e empobrecimento das redes sociais, discriminação por questões de etnia, cultura e gênero, dentre outros.

Para muito além da criação de um sistema de gerenciamento de recursos para a Assistência Estudantil, o que aflorou o tempo todo durante a pesquisa foi a dimensão simbólica da vulnerabilidade muito esquecida nas investigações, conforme coloca Bertho (2019). Incomensurável. Escapa a qualquer instrumento quantitativo. Renda, educação, composição familiar, ocupação, trabalho e renda, moradia, saúde, transporte e participação em programas sociais, variáveis que compõem o IVS, além de revelar as desigualdades sociais, também revelam a necessidade da justiça social.

Ao dar voz aos discentes, abriu-se

a possibilidade da escuta, bem como a possibilidade de buscar desenvolver a competência em informação e compreensão da assistência estudantil por aqueles que buscam estes auxílios. Coloca-se também a possibilidade que destas vozes seja possível avaliar as ações desenvolvidas, propostas de atuação, denúncias, críticas e outros elementos que possam favorecer a qualificação do programa (Finger, 2020, p. 70).

A consulta aos alunos para partilhar seus pontos de vista sobre um tema que fala de perto sobre suas necessidades trouxe muitos elementos para o entendimento da situação de vulnerabilidade e de direito, mas isto precisa ser ainda mais explorado nas pesquisas de forma a destacar o papel fundamental que estes sujeitos podem e devem desempenhar para a melhoria das ações que lhes envolvem e para ampliar a possibilidade de reflexão e participação nos temas e nas decisões que lhes tocam de perto.

## Referências

BERTHO, Ducange Médor. Ser diferente num mundo de semelhanças: ensaio sobre a dimensão simbólica da vulnerabilidade. **Revista Íconos**, 64, mai.-ago. 2019, p. 139-157. Disponível em: <http://scielo.senescyt.gob.ec/pdf/iconosfl/n64/1390-8065-iconosfl-64-139.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, set.-out. 2003, p. 969-992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509/5093>. Acesso em: 18 mar. 2019.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, 2017, p. 148-181. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FINGER, Solange Janete. A Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: estudo avaliativo do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS e do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Santa Catarina/Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – CERFEAD. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1478>. Acesso em: 17 fev. 2024.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço. Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, mai.-ago. 2017, p. 285-303. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012, 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PINHEIRO, Ellana Barros. O Caráter das Políticas de Assistência Estudantil nas Universidades Públicas. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Curitiba, PR, v. 1, n. 2, 11 jul.-dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=view&path%5B%5D=16>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PRADA, Talita.; SURDINE, Mônia Carla da Costa. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social**, v. 20, n. 43, 13 nov. 2018, p. 268-289. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/18860](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18860). Acesso em 20 abr. 2020.

PRESTES, Emília Maria da Trindade. A avaliação de políticas sociais: questões teóricas, metodológicas e políticas. **Revista Lusófona de Educação**, v. 22, n. 22, 2012. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3283>. Acesso em 20 abr. 2020.

SPRICIGO, Fabrício. **A assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**: em análise o programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social. 210 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000012/0000125d.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação**. v. 30, n. 1, jan.-abr. 2014, p. 181-201. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020/31328>. Acesso em: 20 abr. 2020.



Capítulo 21

**Memórias fotográficas do Curso  
Técnico em Agropecuária  
da Escola Técnica Agrícola Vale  
da Uva Goethe**

## Apresentação

“Memórias fotográficas do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe” é o produto educacional da dissertação nomeada “Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe: impactos na trajetória de egressos”<sup>1</sup>. Tal produto educacional é destinado para ex-docentes, gestores, egressos e familiares de egressos de tal curso. Tem como objetivo manter a memória da educação naquela região.

A dissertação e seu produto educacional foram apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e integram a área de concentração “Educação Profissional e Tecnológica” e a linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”. Foram submetidos à banca de avaliação do ProfEPT, em 28 de setembro de 2020.

A pesquisa que deu origem a este produto teve como objetivo analisar os impactos do referido curso na trajetória dos estudantes egressos e, a partir das discussões empíricas e teóricas produzidas, elaborar um *site* que pudesse deixar vivas as memórias de tal curso. Os objetivos específicos da pesquisa foram: a) Catalogar as produções

---

1 Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=9470806](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=9470806).

acadêmicas de 2008 a 2020 oriundas de pesquisas com egressos de cursos de educação agrícola; b) Apresentar o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da Escola Vale da Uva Goethe e analisar os impactos pessoais e sociais na trajetória de seus egressos; e c) Elaborar, aplicar e avaliar um site para a manutenção das memórias da escola.

O produto educacional foi desenvolvido tendo como base os referenciais teóricos privilegiados e a pesquisa empírica. A pesquisa empírica foi realizada com os egressos do curso em questão e teve como *locus* a referida escola. De um universo de 70 estudantes formados, foram sujeitos da pesquisa 33 estudantes egressos de cinco turmas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da Escola Vale da Uva Goethe, formados nos anos de 2014, 2015, 2016, 2018 e 2019. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário aplicado no mês de fevereiro de 2020. Para a análise dos dados foram utilizadas as teorias da análise de conteúdo (Bardin, 2016).

A Escola Técnica Vale da Uva Goethe está localizada no Distrito de Azambuja, Pedras Grandes (SC), que foi local do assentamento dos primeiros imigrantes italianos no Brasil. A escola foi mantida de 2012 até o final de 2019 pela Universidade Barriga Verde (Unibave) e os estudantes foram, de acordo com dados da própria instituição, na sua maioria, filhos de agricultores. Baseado na filosofia de atender o homem do campo e, assim, incentivar seus filhos a ajudá-los sem precisar sair da propriedade rural, o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio tinha como premissa atender às necessidades dos produtores rurais do município de Pedras Grandes e região para suprir as demandas que precisam ser atendidas.

O currículo da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe foi pensado para atender as propriedades rurais da região e, por isso, ele foi dividido em regime seriado, com componentes curriculares anuais e duração mínima de três anos. Cada estudante era matriculado

na primeira série, pois todos os componentes curriculares eram pré-requisitos para os anos seguintes.

A proposta do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio era completar a teoria com a prática, priorizando a formação de um cidadão crítico e sujeito de transformação em seu meio, na busca de um mundo melhor. Por isso, o currículo tornou-se articulado ao ensino médio e os conteúdos curriculares foram divididos em dois segmentos: conteúdos básicos e conteúdos profissionalizantes. O primeiro é responsável pelos conhecimentos referentes ao Ensino Médio, enquanto o segundo é o que caracteriza o curso, dando a identidade profissional que o aluno procura.

Havia reuniões para articular os componentes curriculares técnicos com os do ensino médio regular e, com isso, propiciar a troca de ideias e um planejamento articulado. Cada disciplina possuía uma carga horária específica, com uma quantidade de aulas delimitadas para o componente curricular da instituição.

As aulas eram realizadas no período noturno e, também, aos sábados pela manhã, para complementar a carga horária necessária do currículo. Para as aulas práticas, o professor da disciplina técnica agendava com a direção da unidade escolar e com o produtor rural e, assim, buscava-se unir a teoria à prática.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, o estudante que concluiu o curso estava habilitado para atuar de forma criativa, inovadora e comprometida com a sustentabilidade agrícola, podendo gerenciar uma propriedade e até prestar serviços de assistência técnica para demais propriedades rurais, empresas do setor, cooperativas e demais instituições. Nessa atuação, ou como autônomo ou com vínculo a uma empresa, o profissional poderia desenvolver ações que estão relacionadas à análise das características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades de planejamento, execução e condução de projetos no ramo da agropecuária.

A viabilização financeira e a infraestrutura física necessária para o desenvolvimento das atividades foram asseguradas, até 2019, pelas parcerias entre a prefeitura municipal de Pedras Grandes, a Associação de Incentivo à Cultura Italiana e o Conselho para Assuntos Econômicos da Paróquia do Distrito de Azambuja. A Unibave atuava como mantenedora da escola e o governo do Estado de Santa Catarina disponibilizava o espaço físico da Escola de Ensino Fundamental João Batista Becker. A partir de 2020, as parcerias não foram renovadas e, então, o curso não ofereceu mais entrada de turmas, encerrando suas atividades. Sendo assim, durante a realização da pesquisa, percebeu-se a necessidade do desenvolvimento de um material que contasse a história de tão importante instituição de ensino.

## O produto educacional

O site “Memórias Fotográficas do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe” foi desenvolvido por meio da compra de um domínio na internet, na plataforma WIX. Neste domínio foram criadas cinco seções: 1) Sobre o Projeto; 2) A Escola; 3) Galeria; 4) Depoimentos; e 5) Avaliação, conforme se pode observar na Figura 1.

**Figura 1 – Imagem e título do produto educacional**



Fonte: As autoras (2020).

O objetivo do produto educacional “Memórias Fotográficas do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe” foi sistematizar e apresentar imagens que contemplassem a história do Curso Técnico em Agropecuária da referida escola, desde o seu surgimento, em 2012, até a formatura de sua última turma, em 2019.

Este produto educacional foi produzido a partir das relações entre os olhares dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da Escola Vale da Uva Goethe, obtidos por meio da pesquisa empírica e interlocuções teóricas, tendo como base os estudos de Ramos (2014), Frigotto (2001; 2007), Ciavatta e Rumert (2010) e Moura e Leite (2017), entre outros.

A primeira seção do site, nomeada como “Sobre o Projeto”, apresenta o objetivo do projeto e informações sobre suas idealizadoras. A segunda seção é destinada à apresentação da Escola, com um histórico da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe.

A terceira seção é destinada ao resgate fotográfico do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe e está dividida em oito partes, conforme se observa na Figura 2.

**Figura 2 – Galeria fotográfica**



Fonte: As autoras (2020).

Cada ano apresenta fotografias que foram cedidas pela Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe. Junto com as imagens, a escola apresentou a declaração, assinada na matrícula dos estudantes, com a cessão dos direitos de imagem. Tal documento não foi entregue para as pesquisadoras, mas mantém é mantido, ainda, em arquivo morto, disponível caso alguém deseje visualizar.

Apresenta-se, na sequência a seção de Depoimentos, conforme pode se observar na Figura 3.

### Figura 3 – Local para os depoimentos do produto no site

**SOBRE O PROJETO** **A ESCOLA** **GALERIA** **DEPOIMENTOS** **AVALIAÇÃO**

**VOCÊ QUE FEZ OU FAZ PARTE DA COMUNIDADE ESCOLAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DA ESCOLA TÉCNICA AGRÍCOLA VALE DA UVA GOETHE, DEIXE AQUI SEU DEPOIMENTO SOBRE A IMPORTÂNCIA DESTA ESCOLA NA SUA VIDA**

**NOME**

**ANO**

**TELEFONE**

**DIGITE AQUI O SEU DEPOIMENTO**

**ENVIAR**

Fonte: As autoras (2020).

Entre os depoimentos dos participantes que foram mais impactantes apresenta-se:

A Escola de Educação Profissional Técnica Vale da Uva Goethe, teve e continua tendo uma grande importância para todos aqueles que a frequentaram, pois ela possibilitou milhares de conhecimentos e oportunidades. E hoje através destes três anos de estudos, podemos seguir a carreira de técnicos agrícolas, e assim poder auxiliar os produtores a melhorarem a visão de produção e por meio disso fazer com que sua produção melhore ao decorrer dos anos. E hoje sou absolutamente grata por ter aprimorado e aprendido tantos e tantos conhecimentos.

A escola apresentava grande importância social, pedagógica e econômica para a região dos vales da uva Goethe, graças a ela inúmeros filhos de produtores rurais e moradores de localidades próximas puderam ter acesso ao ensino médio técnico, em agropecuária. Dessa forma se tivessem interesse e vocações poderiam continuar a trabalhar em suas propriedades ou buscar empregos nas empresas deste setor.

Bom no período em que frequentei a escola técnica pôde perceber que foi um palco de diferentes formas e meios de aprendizagem, sempre de forma didática, simples e direta ao ponto. Tivemos muitos momentos em que pudemos pôr em prática o que foi aprendido em sala, aliando com as aulas práticas em que tivemos presente.

Muito bom o trabalho, uma escola de grande valia para a região. Memórias muito bem-feitas, simples, porém diretas. Ótimo site, tudo perfeito e sem erros. Parabéns! Walquíria por seu esforço sei que é capaz de muito mais. Muito bom. Ótimo. O site em contexto geral contribuiu e trouxe enraizadas as doces memórias da escola agrícola.

Os três anos de estudo na Escola Técnica Vale da Uva Goethe foram os melhores possíveis. O ensino era o melhor e me preparou para um mundo fora de lá. Os professores eram

os melhores e nunca hesitaram em nos ensinar tudo que tinham conhecimento. Sem esquecer a incrível diretora Gleise Colossi que era nossa mãezona e sempre fez de tudo por nós e por nossa escola. Sou grata por todos os conhecimentos, amizades e momentos vividos nesses curtos três anos. Obrigada por tudo!

Por fim, a avaliação do produto educacional foi realizada no próprio site, na aba Avaliação. O instrumento de avaliação foi elaborado a partir de adaptações dos estudos Bottentuit Junior (2010) e aplicado para 70 egressos, com um total de 36 egressos respondentes. O questionário apresentava questões relacionadas à navegação, textos escritos, organização das informações, alinhamento dos textos, formato de apresentação dos textos na transição de telas, rótulos, existência de e-mail para contato e letras maiúsculas e minúsculas.

Analisando os resultados obtidos, ressaltamos que em todas as perguntas prevaleceu a resposta positiva, o que significa que a maioria considerou que todas as informações contidas foram apresentadas em formatos compreensíveis, com linguagem lógica e atualizadas.

## Considerações finais

Ao final desta breve apresentação do produto educacional “Memórias fotográficas do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe”, produto educacional da dissertação nomeada “Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe: impactos na trajetória de egressos”, compete a retomada das principais inferências e averiguações do que foi desenvolvido. Tal pesquisa objetivou analisar os impactos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da Escola de Educação Técnica Vale da Uva Goethe, na trajetória dos alunos

egressos e, a partir das discussões empíricas e teóricas produzidas, elaborou-se um site, como produto educacional.

A oferta do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio tem como objetivo, principalmente, o ingresso do jovem ao mercado de trabalho de forma qualificada e dirigida para certa área de atuação. No caso do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe, a qualificação se dirige ao ramo agropecuário, pois a população local é constituída, em sua maioria, de pequenos produtores tanto para subsistência, como pequenos fornecedores locais de produtos agropecuários do setor primário.

No Ensino Médio Integrado percebemos que o jovem, que tem uma visão futurista da sua vida profissional, já possui a compreensão de que o curso irá lhe proporcionar conhecimentos e a iniciação necessária para atuar no mercado de trabalho e, principalmente, compreender os movimentos inerentes ao mundo do trabalho. De posse dos conhecimentos adquiridos no curso técnico, este aluno agregará ao seu currículo um diferencial e uma especialização na área de agropecuária como curso profissionalizante.

Com a pesquisa, percebemos que a escolha das profissões ocorre de diversas formas e os cursos técnicos nem sempre levam o egresso a seguir seus estudos, em nível superior, pela mesma linha do curso técnico. Por diversas razões muitas vezes a vida acadêmica do egresso percorre outro caminho, que não foi abordado no curso técnico cursado, onde dentre vários fatores influenciadores podemos citar: a realidade em que a pessoa se encontra inserida para se projetar no campo de trabalho, opiniões de pessoas próximas e influentes como familiares e a ocorrência de mudanças de ramo e atuação motivados por planos de carreiras e remuneração.

O processo de desenvolvimento, aplicação e avaliação do produto educacional foi muito importante para dar materialidade à pesquisa, já que houve a colaboração de estudantes e professores da Escola de Educação Técnica Vale da Uva Goethe. Os depoimentos coletados

mostram como a escola fez diferença para os envolvidos. Relatos de que a escola apresentava grande importância social, pedagógica e econômica para a região do Vale da Uva Goethe foram importantes para a percepção da importância para os filhos de produtores rurais e moradores de localidades próximas. Era, portanto, a oportunidade de ingresso em um curso técnico agrícola para os jovens da região se especializarem em um ramo de atividade.

Com os dados da pesquisa e, também, do produto educacional, percebeu-se que a escola foi de suma importância para o desenvolvimento dos estudantes do município de Pedras Grandes, pois difundiu os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, conduzindo estes estudantes a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma ideia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sônia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educ. Soc., Campinas**, v. 31, n. 11, abr.-jun. 2010, p. 461-480. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional emancipadora. **Perspectiva, Florianópolis**, v. 19, n. 1, jan.-jun. 2001, p. 71-87.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Edu. Soc., Campinas**, v. 28, n. 100 – Especial, out. 2007, p. 1129- 1152. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. Concepção, Avaliação e Dinamização de um Portal Educacional de WebQuests em Língua Portuguesa, Doutorado em Ciências da Educação (**Tese de Doutorado**). Universidade do Minho, 2010. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11889>. Acesso em: 24 dez. 2024.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: Regressão de direitos sociais. **Retratos da Escola**, v. 11, 2017, p. 109.  
RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.



## **Sobre as(os) organizadoras(es)**

## CRISLAINE GRUBER

Professora no Instituto Federal de Santa Catarina desde 2010. Doutora em Engenharia de Produção, com ênfase em Ergonomia, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019), mestra em *Design* (2014) e graduada em Moda (2010), pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Líder do grupo de pesquisa Tedpro: Tecnologias para Educação Profissional, do IFSC. Professora no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT). Atua principalmente nas áreas de Tecnologias Educacionais, Educação Profissional, Concepção de Cursos na Educação Profissional, Análise Ergonômica do Trabalho e Didática Profissional.

## IGOR THIAGO MARQUES MENDONÇA

Professor no Instituto Federal de Santa Catarina desde 2010. Doutor em Engenharia Elétrica e Informática Industrial, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2020), mestre em Engenharia de Controle e Automação (2011) e graduado em Engenharia da Computação (2005), pela Universidade Norte do Paraná. Professor no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT). Atua principalmente nas áreas de Tecnologias Educacionais, Informática na Educação, Educação a Distância e em cursos de Informática.

## DOUGLAS PAULESKY JULIANI

Bacharel em Ciências da Computação, Especialista em Marketing Estratégico e em Psicologia, Mestre, Doutor com pós-doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC-UFSC). Professor no mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT). Tem perfil de atuação interdisciplinar com experiência em EaD e temáticas como Inovação, Tecnologias Educacionais, Marketing, Psicologia, Neurociências aplicadas ao comportamento humano e organizacional.

Já lecionou em cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnicos, Tecnólogos/Graduação, Pós-Graduação (especialização e mestrado).

## **MARIMAR DA SILVA**

Doutora em Letras – Inglês e Literatura Correspondente pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professora efetiva do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), atuando em Cursos de Formação Inicial ou Continuada, Superior de Tecnologia e no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Faz parte do grupo de pesquisa Língua(gem) e Comunicação. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, pesquisando principalmente os seguintes temas: formação de professor de línguas estrangeiras; ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras na educação básica, técnica e tecnológica; ensino de surdos na EPT e tecnologias digitais na formação de professores da educação básica. É parecerista ad hoc de revistas brasileiras na área de Educação e Linguística Aplicada e tem publicações no Brasil e exterior.

## **SALETE VALER**

Doutora em Linguística (Psicolinguística Aplicada) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Linguística Teórica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduação em Letras Português e Literaturas Vernáculas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis Continente, Área de Linguagem e Comunicação, atuando como docente em Cursos Técnicos Subsequentes; Especializações, Cursos Superiores de Tecnologia e no Programa de Mestrado em Educação Profissional em Rede Federal (ProfEPT).

Este livro foi produzido nas fontes  
*Flexo* e *GeoSlab703 Md BT*,  
em abril de 2025.



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Santa Catarina



ISBN: 978-65-83787-23-1



9 786583 787231